

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DE MIGRANTE A “INTERNO”: UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DO PROCESSO  
DE DESVINCULAÇÃO SOCIAL E PSÍQUICA

Autor: Pedro de Andrade Calil Jabur

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, outubro de 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

DE MIGRANTE A “INTERNO”: UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DO PROCESSO  
DE DESVINCULAÇÃO SOCIAL E PSÍQUICA

Autor: Pedro de Andrade Calil Jabur

Orientador: Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Profa. Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)  
Profa. Doutora Analia Soria Batista (UnB)  
Profa. Doutora Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ)  
Prof. Doutor Paulo Henrique Martins (UFPE)  
Profa. Doutora Fernanda Sobral (UnB/suplente)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (Roberto e Taiza), pelas possibilidades:  
de vida, de crescimento e de amor.  
Por essas minhas jornadas, vocês sempre estiveram.  
À Jussara, minha esposa e mulher, pelos carinhos, pela vida  
que sabemos e saberemos dividir sempre, com muito amor.  
Nesse árduo e longo percurso encontrei você,  
por isso nessa tese há, também, muito do nosso amor.  
À Nathalia, minha irmã, por saber ser, de perto ou distante  
e pelas ajudas.  
Ao Avelino Neto, pelas conversas da e para a vida,  
por tudo o que é crescimento.  
Ao Gamaliel, pela amizade, pelo companherismo,  
pelos sonhos de alquimistas.  
Ao Pedro e ao Juliano, por tudo o que, profundamente, são,  
de amizade e de alma.  
A todo o corpo de funcionários do Hospital São Vicente de Paula,  
aos médicos e residentes, à direção e aos pacientes.  
Ao prof. **Jorge Rafael** Renard, pelo início e pela admiração.  
Ao Brasilmar, por tudo, não somente pela tese em si,  
mas pela abertura inominável de poder pensar e por isso, de poder ser;  
pelas críticas, pelos elogios e pela força.  
Ao CNPq, pelo apoio nessa pesquisa.  
A todos, meus familiares ou não, a Deus, Buda, Maomé,  
santos com e sem nomes,  
enfim, a mim mesmo, com muita estima.

## RESUMO

O presente estudo pretende através de uma discussão teórica aliada a uma pesquisa de campo reconstituir a trajetória de vida de indivíduos que migraram para Brasília e, posteriormente, apresentaram sintomas psíquicos graves, geralmente de cunho psicótico, passando, a partir daí, a uma condição de internos em uma instituição psiquiátrica.

Primeiramente a natureza do processo migratório, tanto no sentido histórico e econômico, mas principalmente no sentido individual, social e psíquico, é analisada como forma de contextualizar a discussão a respeito da trajetória de vida desse indivíduo migrante.

A observação do relato de vida desses indivíduos implica, primeiramente, na formulação de um conjunto de desenvolvimento teórico que discutirá, através da relação clássica entre indivíduo e sociedade, o processo de formação, construção e manutenção de uma identidade social, de uma biografia social. A base desse conjunto perpassa a idéia de socialização, referência clássica da sociologia, referente às condições como o indivíduo forma e, ao mesmo tempo, é formado pelas diversas e contínuas referências sociais que o cerca. A fim de ampliar o entendimento desse processo de formação do sujeito social, do próprio migrante, o paradigma da dádiva aprofunda essa idéia de constituição social a partir da idéia da importância do estabelecimento e da manutenção de vínculos não só concretamente sociais, mas também simbolicamente afetivos e, por isso, constitutivos do próprio ser humano.

A possibilidade de interpretação dessa dinâmica de vida requer, necessariamente, um diálogo constante entre esta perspectiva sociológica e um entendimento interno – a partir de uma ótica psicanalítica – da formação desse indivíduo como forma de investigação de um significado amplo da noção de desequilíbrio mental, tanto no sentido social, como também psíquico.

A apresentação dos dados e dos relatos de vida desses pacientes psiquiátricos forma a segunda parte desta pesquisa e tem o intuito de estabelecer o diálogo entre a pesquisa realizada e o espectro teórico formulado. O conjunto da pesquisa serve justamente como uma espécie de amplificador da discussão iniciada, demonstrando o intuito não de demarcar uma posição efetiva e simples de causa e efeito entre a migração e o desequilíbrio mental, mas de interpretar o sentido social e psíquico que esses dois fenômenos representam na vida desses indivíduos.

## **ABSTRACT**

This dissertation intends, through a theoretical discussion and a field research, to reconstruct the life trajectory of individuals that migrated to Brasilia and, subsequently, presented severe psychic symptoms, usually of psychotic nature, being eventually admitted to a psychiatric institution.

Firstly, the nature of the migratory process, in its historical and economic aspects, but mostly in the individual, social and psychic sense, is analyzed as a way of contextualizing the debate regarding the life trajectory of the migrant individual.

The observation of the life history of these individuals involves the formulation of a theoretical development that will examine, through the classic relationship between individual and society, the process of formation, construction and maintenance of a social identity and a social biography. This theoretical set is based on the idea of socialization, a classical reference in sociology, which refers to the conditions in which an individual forms himself and at the same time is formed by the different and continuous social references around him. In order to expand the understanding of this process of formation of the social subject, and of the migrant himself, the Gift paradigm is useful to consolidate the idea that social constitution departs from the establishment and the maintenance of bonds, not only concretely social but also symbolically affective, and, thus, constitutive of the human being.

The interpretation of these life dynamics requires a constant dialogue between this sociological perspective and an internal understanding – from a psychoanalytic point of view – of the formation of this individual, as a way of inquiring into a broader meaning of the idea of mental unbalance, both in the social and psychic sense.

The second part of the dissertation aims at establishing a dialogue between the data and the life accounts of these psychiatric patients, and the theoretical framework devised in the first part. The whole of the work forms an amplification of the debate initiated in the first part emphasizing its aim of interpreting the social and psychic meanings migration and mental unbalance have in the life of these individuals, rather than establishing an effective position of simple cause and consequence between these two phenomena.

## RESUMÉ

Le present étude pretend, par une discussion théorique associé à une recherche de champ, reconstituer la trajectoire de vie d'individus qu'ont migré à Brasilia, et, ultérieurement, ont presenté des synthomes psychiques graves, generalmente de nature psychotique, dans un processus transitoire vers une condition de patients d'une institution psychiatrique.

Premierement la nature du processus migratoire, dans son sens historique et economique, mais principalement au sens individuel, social et psychique, est analysée comem façon de contextualiser la discussion sur la trajectoire de vie de cet individu migrant.

L'observartion du relat de vie de ces individus impliquent, premierement, dans la formulation d'une serie de developpements theoriques que discutira, par la relation classique entre individu et societé, le processus de formation de construction et conservation d'une identité sociale, d'une biographie sociale. La base de cette serie perpasse l'idée de socialisation, reference classique de la sociologia, relationée aux conditions de comme un individu forme et, au même temps, est formé par les differentes et constantes references sociales que l'entourent. Pour l'ampliation de la comprehension de ce processus de formation du sujet social, du propre migrant, le paradigme du don approfonde cette idée de constitution sociale par l'importance de l'établissement et de la conservation des liens pas seulement sociaux, concretement, mais aussi symboliquement affectifs et, par cette raison, constitutifs du propre être humain.

La possibilité d'interpretation de cette dynamique de la vie exige, necessairement, un dialogue constant entre cette perspective sociologique et une comprehension interne - par l'optique psychanalytique - de formation de cet individu comme forme d'investigation d'une signification ample de la notion de desequilibre mental au sens social mais aussi psychique.

La presentation des données et des relats de vie de ces patients psychiatriques forment la deuxième part de cette recherche avec l'objectif d'établir le dialogue entre la recherche réalisé et le spectre théorique formulé. La recherche en sa generalité sert justement comme un type d'amplificateur de la discussion initié, demonstrant non la pretention de delimitation une position effective et simple de cause et effect entre la migration et le desequilibre mental, mais d'interpreter les sens social et psychique que ces deux phenomènes representent dans la vie de ces individus.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>I – DESENHANDO O OBJETO</b>	23
1.1 O processo de migração no Brasil: uma leitura estrutural	29
1.2 Dimensões do migrante: um discurso psicossocial da experiência da migração	37
1.2.1 A migração como experiência de crise	46
1.2.2 Migração e Identidade Psíquica	51
1.3 Espaço Urbano, Migração e adoecimento mental: uma trajetória do pensamento sociológico	54
<b>II. RELAÇÕES E VÍNCULOS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO</b>	63
2.1 Sociedade e Indivíduo: A formação de uma trajetória social	64
2.1.1 A construção social da realidade: A constituição de uma individualidade em relação com o outro	67
2.1.2 Memória e Identidade: a capacidade do indivíduo de formar vínculo	72
2.1.3 Teoria do Vínculo e a formação psíquica do sujeito	78
2.2 Interação e existência: a constituição de vínculos sociais	88
2.2.1 A dádiva como paradigma das interações sociais	90
2.2.2 Como pensar a dádiva na sociedade moderna	94
2.2.3 A idéia da dádiva como produtora e reprodutora da vida simbólica	104
2.3 A quebra dos vínculos como desestrutura psíquica	117
<b>III. APRESENTANDO OS PACIENTES</b>	130
3.1 A pesquisa e sua metodologia: o discurso do interno	130
3.2 Sujeitos da pesquisa	143
3.2.1 Ambientação no hospital e formas de aproximação com os pacientes	144
3.3 Resultados e discussão	146
Quadro I: Distribuição dos pacientes por gênero	146
Quadro II: Distribuição dos pacientes por escolaridade	146

Quadro III: Distribuição dos pacientes por idade no momento da internação	147
Quadro IV: Distribuição dos pacientes por tempo de chegada no DF antes da internação	147
Quadro V: Distribuição dos pacientes por região de origem	147
Quadro VI: Distribuição dos pacientes por motivos da migração	148
Quadro VII: Local de chegada e situação social dos migrantes	149
Quadro VIII: Situações dos pacientes que buscavam emprego em Brasília	150
3.3.1 A chegada do migrante: espaço, vínculo e trabalho	151
3.3.2 Migração, desemprego e desestabilização psíquica	166
3.3.3 O diagnóstico psiquiátrico como forma de classificação do indivíduo	174
Quadro IX: Distribuição dos pacientes pelo diagnóstico psiquiátrico	177
Quadro X: O sentido da migração: resumo do prontuário e histórico de vida	179
3.4 Vidas descontínuas: alguns casos exemplares	188
3.5 Vidas descontínuas: ausência da dádiva, fragilidades sociais e psíquicas	205
<b>CONCLUSÃO</b>	237
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	244

## INTRODUÇÃO

A chegada em um hospital psiquiátrico se apresenta, invariavelmente, através de um estranhamento e de um impacto emocional muito grande e violento. A impressão é que, de alguma forma, se está fora de um contexto, que ultrapassa uma fronteira invisível, uma espécie de nação estrangeira.

Entrar em um manicômio, se defrontar com os aspectos mais concretos e aparentes daquilo que se denomina, comumente, de desequilíbrio é por si só, vertiginoso. A reação mais primitiva é também se enclausurar, buscar silenciosamente, dentro de si, aquilo que nos acostumamos a chamar de normalidade, aquilo que o mundo que nos cerca e do qual fazemos parte nos confirma a todo mundo. É inevitável a dúvida; estamos em terra estrangeira; viajamos, sem sair do lugar, também para o estrangeiro que cada um carrega em si, migramos.

Foucault (2000b) demonstra que a loucura é a própria ferida no projeto de construção da razão estabelecido ao longo do tempo pelas sociedades ocidentais. A loucura é a própria dúvida. A pergunta surge: como construir o “*cogito ergo sum*” se existe o revés do espelho, a imagem da desrazão e do errante confrontando a todo o momento? A desordem do discurso, em um dado momento histórico, demonstra Foucault, é positivamente a desordem da própria civilização e de seus indivíduos também civilizados. É preciso que não a vejamos, ou é preciso abafar o seu reflexo em nossos olhos e, principalmente, em nossas vidas, razoáveis e, sobretudo, racionais.

Como define Foucault (Op. cit), desde os fins da Idade Média que o louco é aquele justamente cujo discurso não pode transmitir-se como o dos outros indivíduos. A construção histórica de um percurso da loucura e a construção e os discursos de justificativas da idéia de internamento estabelecem o momento em que a mesma é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, para a constituição de família, enfim, da impossibilidade de se integrar à própria sociedade. O autor demonstra que o silêncio dessa comunicação e dessa existência social se instala por duas formas de interdição: ou a palavra nada vale e não existe – não possuindo nem verdade nem importância nas mais diversas esferas sociais – ou, como reverso e complemento, as palavras são tomadas como extra-ordinárias, capazes de dizer uma verdade oculta, ou de anunciar o futuro, fora do jogo do dia a dia dos homens, para além de uma razoabilidade.

de. Em ambos os casos, extra, fora, incapaz de fazer parte do mundo ordinário dos homens; um grito silencioso, tal como nos corredores de um hospital.

Há, talvez por isso, um vazio silencioso na fila de atendimento de um pronto socorro psiquiátrico; não por falta de barulhos, choros, gritos, orações aleatórias, pedidos de cigarros por detrás das cercas que separam os internos, mas, sobretudo, pela ausência de diálogos. Não há conversa, e certamente daí surge essa vívida impressão de um silêncio social, de uma terra estrangeira.

A doença grita sua ausência no mundo social, ninguém conversa com ela, pois esses indivíduos não estão na rua, nos ônibus, no trabalho, em casa com familiares, batendo papo com os amigos. Sua exclusão representa a evidência, através de uma série de poderes/saberes constituídos historicamente, de sua força ameaçadora, transferindo ao homem ocidental da razão a necessidade, concreta e simbólica, de aprender a fazer, para a sua própria sobrevivência, a separação da loucura e da sanidade a partir de si mesmo.

A loucura se torna, portanto, alienação do mundo e de si (ou vice-versa), justamente porque foi progressivamente silenciada, exilada, delineada e contornada em uma objetividade excludente – a não-razão.

*"(A loucura) deixou de ser experiência na aventura de toda razão humana (...) ela não pode mais animar a vida secreta do espírito, nem acompanhá-lo com sua constante ameaça. Ela é posta à distância" - eis aqui, enfim, a condição do internamento, internamento que vai assegurar que essa distância "não é somente simbolizada, mas realmente assegurada na superfície do espaço social pelo fechamento das casas de internamento" (FOUCAULT, 2000b: 118).*

A experiência de assistir as consultas em um pronto-socorro psiquiátrico é bastante esclarecedora e rica justamente porque é uma maneira explícita da concretização dessa ruptura. O diálogo se constrói, prioritariamente, através de uma distância – histórica, no sentido que Foucault (2000b) demonstrou – e, principalmente emocional. O indivíduo que chega, traz consigo uma história fragmentada: estar ali, novamente ou pela primeira vez, é mais uma ameaça dentro de sua trajetória, ameaçada continuamente. São perguntas diretas, secas e objetivas. Há pressa, pois há sempre uma fila enorme

de outros pacientes, possíveis internos. E existe, principalmente, o desconhecido, de ambas as partes, do médico e do paciente.

As respostas nunca são ouvidas até o fim, mas o sofrimento e o desamparo estão ali: nos fragmentos de história, na boca sem dentes, nas roupas, no cheiro, nos cigarros compulsivamente fumados, na necessidade de amparo físico ou de contenção à violência. São histórias que não são contadas em forma de um relato, mas em vista da sua ausência, de um sem sentido silencioso constituído na sociedade e em nós mesmos.

Ao descrever o processo de funcionamento do que ele denomina de instituições totais, Goffman (2003) destaca o estabelecimento de comportamentos burocráticos, tanto através do corpo médico de um hospital, como através da necessidade de estabelecer rígidos padrões comportamentais para os internos. Para o sociólogo norte-americano, a instituição total se caracteriza justamente por um processo contínuo de mortificação do eu, do desaparecimento progressivo dos aspectos pessoais e subjetivos daqueles que fazem parte de uma instituição total. O indivíduo é despido, progressivamente, de todas as disposições sociais que lhe permitiam uma organização pessoal, uma concepção de si mesmo em favor de um programa rígido de parâmetros constantemente aferidos. Interessante pensar que esse desaparecimento do eu não é algo somente ligado aos internos.

No processo de atendimento corrente desses pacientes (futuros internos, ex-internos, ou somente, pacientes ambulatoriais ou de pronto-socorro) a impressão que se tem é que justamente não há qualquer traço de individualidade e, por isso mesmo, de afetividade, tanto de um lado como de outro. Há, sobretudo, e em caráter de urgência, a necessidade de se dar conta de um movimento constantemente cheio de demandas. Há tanto a vontade do paciente de ir embora logo, como do médico de mandar chamar o próximo.

O pronto-socorro é justamente essa área de choque, onde se esbarram essas duas realidades, onde se decide “quem fica e quem vai para casa”. Nesse momento não há permanência: existe uma fila, existe a chamada, existe uma rápida consulta e o veredicto. Inevitavelmente, para quem assiste, fica a pergunta: quem decide?<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Não há intenção nesse trabalho de pormenorizar a relação entre médico e paciente, nem justamente de analisar o funcionamento de uma instituição psiquiátrica, como forma crítica do processo de atendimento psiquiátrico, no que concerne às políticas públicas dirigidas à questão da saúde mental da população. Por isso, apesar de estarmos dentro de um hospital psiquiátrico público, o que nos interessa, aqui, são os encontros possíveis dessas realidades, médico, paciente e sociedade, que poderia se dar em qualquer hospital, de qualquer cidade ou país. As impressões são formas de aproximação em relação ao objeto que desenvolveremos: aproximações pessoais, emocionais e, porque não, científicas.

Posteriormente conhecer a ala dos internos, talvez, seja o momento paradoxal dessa viagem; onde se percebe a vida dentro desse tipo de instituição. Corredores, quartos pobres, com várias camas, aulas de pinturas, televisão, jardim, campo de futebol, bancos quebrados, goteiras, músicas e visitas. Tudo terrivelmente escuro e triste; tudo terrivelmente com vida.

O trabalho dos recém chegados – especificamente dos residentes médicos – é descobrir essa vida, ouvir e construir histórias; telegrafá-las em prontuários médicos. A necessidade de ouvir nessa situação se torna muito mais do que só um ato instintivamente humano, pois ali não há histórias contadas e sabidas, relatos lineares, infância, adolescência, vida adulta; ali existem histórias silenciosas, rompidas, cacos de vida; ouvir é uma necessidade, uma espécie de exercício de ambientação.

Que histórias são essas? Quem as conta? Como recolhê-las? São antes de tudo curiosidades, mas, além disso, são perguntas iniciais que nos motivaram a empreender esta pesquisa. Se a vida, tanto no seu sentido mais íntimo e emocional, como no seu significado social, é a construção intermitente de uma história própria, ali, entre os internos, há vida e histórias, contadas de uma maneira outra, singular, delirante e assustadora.

Nesse sentido, a experiência se torna pensamento e a possibilidade de empreender uma pesquisa se torna real, pois é justamente a própria idéia de ciência que se constrói através desse contato singular com o outro: de sustos, daquilo que não estamos acostumados a ver, ouvir, falar, sentir e pensar; de tentar, aos poucos, transformar o estrangeiro em conhecido; buscar fragmentos de vozes, onde antes havia somente silêncio e estranhamento.

Por isso, tradicionalmente, instituições como um hospital psiquiátrico são ricas para se elaborar pesquisas e trabalhos. Não se está, ali, em um nível ordinário de funcionamento social; não há parâmetros pré-estabelecidos de convívio para quem chega ou está de fora; é como se todo o processo de socialização, de contato com a realidade social, aparecesse e fizesse sentido em um nível do “extracurricular”. É justamente um espaço da própria sociedade, que se configura como fora da sociedade, mas, não há, ao mesmo tempo, em nenhum de seus aspectos, nada de inumano; não há fora; existe somente uma espécie de clara evidência de que tudo aquilo é também parte de nós, de nossa sociedade.

O hospital servirá, portanto, como uma espécie de subsídio da pesquisa, como um momento ou um microcosmo onde os indivíduos foram por nós capturados. A descrição da experiência de uma pesquisa em um manicômio que empreendemos nesta introdução serve, antes de tudo, como uma forma de ambientação do local de pesquisa, do local onde inicialmente encontramos nosso objeto, da situação psíquica e social que norteará a investigação.

A condição psíquica e social que leva um indivíduo a um internamento psiquiátrico é somente o ponto de partida para uma investigação retrospectiva, tanto no sentido teórico como prático, de determinados aspectos biográficos/sociológicos que se pretende destacar. Ao se entrar em contato com os internos e seus relatos de vida, foi-se, aos poucos, criando esta certeza de que é preciso, através do trabalho de pesquisa, construir uma ligação entre aqueles indivíduos e a própria sociedade; tentar descobrir diálogos possíveis, reconstruir trajetórias, explicitar um sentido social da própria experiência desses internos.

Insistimos, portanto, que este projeto parte da condição existente em internos de um hospital psiquiátrico. As perguntas impulsionadoras se referem diretamente à relação, no sentido mais amplo, desses indivíduos internos com a sociedade. O intuito motivador é descobrir justamente quais as sociedades que existem naqueles indivíduos e, conseqüentemente, qual é a natureza da relação com as sociedades que eles carregam (ou foram capazes de construir) e que de alguma forma, pelos próprios processos que a constituem, os colocou naquela realidade psíquica e social. Os delírios explicitados em histórias de vida abrem essa possibilidade de investigação. No fundo, o que se chama de loucura é a evidência de uma vida, como possibilidade de um caminho, de uma trajetória.

Ao estabelecer esses contatos, ao ouvir essas histórias, chama a atenção justamente algo de escapável e transitório nesses indivíduos, para além da evidente patologia psiquiátrica. O contar desses indivíduos se mostra um relato fugidio de suas vidas, transitório, passível de escapar a qualquer momento, de qualquer forma de entendimento, de troca com aquele que ouve. E, nesse sentido, não era só o relato que se fazia mover no tempo e no espaço, eram as próprias vidas que ali estavam: migrantes. Eis o nosso ponto de contato.

A análise desse fenômeno, acima de tudo social, em qualquer natureza ou perspectiva é por si só, um tema amplo. Metaforicamente o ser humano é um ser migrante, estamos em movimentos de mudanças durante toda a vida. As referências, o universo simbólico humano são produtos de migrações, de transições e transações desde o seu nascimento. Faz parte da própria natureza humana, explorar novos espaços, novas oportunidades em diferentes regiões geográficas e formas de vida tanto em razão de suas necessidades básicas como na busca do avanço da própria vida.

A migração, como desenvolveu Park (1928) em seu artigo *Human Migration and Marginal Man*, é um dos fatores constitutivos da própria sociedade, pois acaba por estabelecer todos os aspectos de variedade cultural contidos na realidade mais inerente do ser humano. O próprio sociólogo destaca que, qualquer transformação cultural tem início com esse processo de deslocamento: o desenvolvimento industrial, o florescimento de novas tradições religiosas, novos hábitos culturais, novas formas de pensar são, por exemplo, produtos desses novos encontros, dessas mudanças espaciais, mas, sobretudo, sociais.

Em um sentido puramente concreto, a migração significa simplesmente uma mudança de cunho geográfico. Seu estudo envolve assim a tentativa de compreender esta relação que envolve o local de saída e o espaço de chegada deste indivíduo. Esta análise coloca em destaque, principalmente os processos que determinam tanto a formação como o processo de diferenciação destes espaços. A migração pode ser considerada sempre a partir de uma perspectiva ampliada observando as relações históricas, geográficas e econômicas que a envolve. O indivíduo, suas razões e objetivos de empreender esta mudança, são considerados como partes de um processo estrutural – essencialmente exterior a ele, que estabelece parâmetros causais e de conseqüências diretamente ligados à estrutura de desigualdade econômica intrínseca à sociedade moderna capitalista.

Nessa ótica prevalece a idéia de uma conjuntura de migração; de um grupo de migrantes com semelhantes características econômicas, geográficas e sociais, que não necessariamente concretizam sua mudança ao mesmo tempo ou de forma organizada, mas estão sujeitos aos mesmos fatores causais; guerras, estagnação econômica, concentração de terra, perseguição política, discriminação sexual.

Sem deixar esta perspectiva de lado, o processo de migração – tal como em um uso de um microscópio – pode ser analisado a partir de outros ângulos, destacando não só o processo estrutural da migração, mas buscando rastrear as trajetórias individuais

dentro dessa dinâmica, e como essa trajetória se constrói e é construída a partir dessa perspectiva de mudança inerente ao processo como um todo.

É interessante lembrar que, em sua maioria, esses indivíduos saem do campo e de pequenas localidades, para tentar desenvolver uma vida em uma cidade grande. E este será o cenário tanto de possíveis vitórias e conquistas, como de dificuldades, desemprego e derrotas. Por isso, alguns conseguem ascender socialmente, conquistas e emancipação, outros – a grande maioria – reproduzem continuamente, de uma forma ainda mais violenta, a miséria social e econômica que marca suas vidas. Alguns adoececem, são cuidados pela família, amigos, parentes; outros não tem nem essa possibilidade, são levados para um hospital psiquiátrico por familiares, amigos ou, encontrados no meio de uma rua movimentada, chegam nas viaturas de polícia ou nos carros do corpo de bombeiros.

Como destaca Ianni (2004) a respeito das infinitas possibilidades de migrar,

*“Uns viajam sós, outros com a família. Também há os que partem com amigos, inclusive desconhecidos. Mas também as gerações migram. Cada um leva consigo, em sua vivência e imaginação, pais e filhos, irmãos e irmãs, avós e netos, parentes e ausentes, presentes e remotos. Além das gerações sucessivas que migram, no mesmo tempo ou em outros tempos, há a migração imaginária dos que ficam. Escrevem-se cartas, enviam-se mensagens, buscam-se notícias, guardam-se fotografias. Sim, os que ficam na terra, minifúndio, latifúndio, feudo, bairro, povoado, vilarejo, ermo ou páramo, esses também não param nunca de viajar. Permanecem na expectativa, indiferentes ou tensos, alegres ou tristes, inquietos ou desorientados, esperançosos ou resignados, seja pelo que ocorre com os que se foram, seja pelo que imaginam sobre eles; seja, ainda, pelas dúvidas e certezas que alimentam sobre si mesmos, lembrados e esquecidos. Sim, tanto os que partem como os que ficam, todos levam consigo a sensação de uma insondável travessia” (IANNI, 2004: 160).*

Por isso, conhecer esses pacientes e suas histórias é, a partir desse raciocínio, entender os aspectos envolvidos no processo de mudança espacial, mas para, além disso, entender como essa biografia, no sentido pessoal e principalmente social, é estabelecida, construída e mantida, a ponto – e esse é o dado mais real e inicial da pesquisa – desse indivíduo adoecer e se encontrar como interno de um hospital.

Ou seja, buscar saber quem é este migrante, necessariamente, envolve um conjunto de subsídios teóricos que serão desenvolvidos nesse trabalho como forma de possibilitar interpretações e desenvolvimento do corpo pesquisado. O conjunto teórico que será construído envolve, antes de tudo, a relação formativa entre indivíduo e sociedade, questão primordial e paradigmática da própria sociologia. A análise da trajetória de vida desses indivíduos envolve remontar os indicadores sociológicos desta relação.

Por isso, pode-se afirmar que este trabalho será, em seu sentido teórico, um esforço prospectivo, onde o pensamento sociológico será abordado no seu sentido mais clássico e operativo a fim de responder como se forma a identidade de um sujeito social; como podemos dar conta de seguir as pegadas desse indivíduo migrante e, posteriormente, interno de um hospital, na estrutura social.

De acordo com Mary Douglas (1991),

*“A idéia de sociedade é uma imagem poderosa e capaz, só por si, de dominar os homens, de incitá-los à ação. Esta imagem tem uma forma: tem as suas fronteiras exteriores, as suas regiões marginais e a sua estrutura interna (...) Nas suas margens e nas suas regiões não estruturadas existe energia. Todas as experiências que os homens têm de estruturas, de margens ou de fronteiras são um reservatório de símbolos da sociedade.”* (DOUGLAS, 1991: 137).

No sentido mostrado por Douglas (Op. cit), pode-se afirmar que, através do seu processo de socialização, para usar um termo caro à sociologia clássica, podemos averiguar o trajeto de construção e elaboração das referências desses indivíduos, vínculos afetivos e relações sociais, marginalidades e fronteiras: família, escola, amigos, trabalho, casamento, religião são matizes de uma identidade constantemente em construção e, por isso mesmo, constantemente ameaçada por processos de rupturas e mudanças que envolvem, por exemplo, um processo de migração.

A capacidade, a possibilidade e a natureza desse processo formativo do indivíduo será justamente uma das linhas teóricas da investigação e permeará a construção das histórias de vida dos pacientes. A sociabilidade, aqui tomada no sentido mais amplo e geral, será, portanto, uma espécie de intersecção definidora na construção e, portanto, no entendimento do nosso objeto, pois a qualidade desses vínculos e dessas referências é necessariamente ligada à maneira como o indivíduo constrói sua própria vivência no mundo, ou seja, diretamente relacionada à sua estabilidade e saúde social e psíquica.

A busca desses vínculos estabelecidos na e pela sociedade, tanto diz respeito a estes aspectos sociais e biográficos, como leva em conta também como essas referências e esses microcosmos irão migrar junto com o indivíduo; ou seja, como os vínculos irão passar por processos de reelaboração mais ou menos traumáticos que estão diretamente ligados à própria identidade do indivíduo.

A condição psíquica do indivíduo servirá de base para o nosso estudo, mas não será, em nenhum momento, objeto de uma discussão aprofundada no sentido teórico. O tema em si, o ponto de partida e de chegada, a desestabilização psíquica do migrante, será delimitado através de um diálogo entre esta base sociológica e uma abordagem psicanalítica da condição do indivíduo e de seu processo de adoecimento social e psíquico. Por isso, a desordem mental dos indivíduos em questão será sempre considerada partindo de um pressuposto psicanalítico onde a diferenciação básica está ligada aos conceitos de neurose e de psicose, sem as variações de ordem técnica e classificatória estabelecidas pela psiquiatria clássica e desenvolvida mais modernamente.

Assim, a neurose pode ser considerada como um conflito interno, de natureza intrapsíquica, do e no indivíduo. Não há de uma maneira grave e patológica a perda do sentido da realidade como desarranjo na própria vida do indivíduo. O conflito neurótico em certa medida é vivido pelo indivíduo de forma mais ou menos consciente, ou seja, de uma maneira que existe ainda uma ligação com a realidade vivida.

A psicose também provém de um conflito das instâncias psíquicas do indivíduo, contudo, enquanto a neurose se caracteriza por não repudiar a realidade através de um arranjo neurótico, por exemplo, o obsessivo; a psicose a repudia e tenta substituí-la através de um discurso delirante. Como demonstrou Freud (1924) existe a possibilidade que um sujeito neurótico apresente sintomas delirantes, frequentes na psicose.

Essa ruptura emocional e da realidade, típica da estrutura psicótica, é vivida através de fortes sentimentos de angústia e ansiedade, constituindo a fase que antecede os próprios delírios, que posteriormente apresentam as mais diversas variações: alucinações auditivas ou visuais, interpretações delirantes, afrouxamento dos elos associativos, e alterações diversas de linguagem. A psicose é, portanto, formada por um conjunto de alterações do conhecimento do indivíduo do próprio eu e do conhecimento do indivíduo do mundo em que ele se encontra. Ou seja, também se relaciona com a posição do indivíduo no meio em que vive, seja ele a família ou a própria sociedade, em um sentido mais amplo.

Por isso, até mesmo para uma aproximação entre a sociologia e o pensamento psicanalítico, a noção de psicose faz pleno sentido, pois parte de um pressuposto onde o desequilíbrio não se estabelece somente no mundo interno do indivíduo, mas também se manifesta em sua relação com o mundo, como causa e consequência desse distúrbio.

Apesar dos indivíduos serem apresentados, em um prontuário psiquiátrico, através de uma constelação de patologias, para a psicanálise – e é justamente este o nosso viés – a estrutura desses diversos distúrbios psíquicos tem como base a psicose: o repúdio à realidade e a estrutura delirante como defesa da incapacidade de representar essa realidade internamente. Por isso, o termo psicose, desequilíbrio, loucura e doença mental aparecerão como sinônimos dessa conjuntura psíquica que o indivíduo vive de separação de si mesmo e da própria realidade.

Afirmar que o migrante, que estamos interessados em pesquisar, se encontra dentro de um hospital psiquiátrico, é partir necessariamente do pressuposto que sua relação com o mundo exterior é, em certos aspectos, marginal e periférica, por isso perturbadora. É a partir da idéia de psicose, que se estabelece a possibilidade de se criar um diálogo entre a sociologia e as ciências da área psíquica.

Essa relação entre esses conjuntos amplos de saberes é o subsídio de todo o trabalho, pois estaremos, no sentido teórico e, posteriormente, prático, construindo, analisando e interpretando uma idéia e uma trajetória de um indivíduo migrante que durante sua vida, apresentou distúrbios de ordem psíquica a ponto – seja pela gravidade de sua enfermidade, seja pela total falta de outros meios de buscar auxílio – de estar na situação de interno de um hospital psiquiátrico.

Ou seja, dentro do fenômeno da migração, existe todo um espectro de individualidades e trajetórias envolvidas. A migração não é um projeto necessariamente prejudicial, que leva um indivíduo à loucura ou ao desequilíbrio. Também está implicada nesse processo de mudança, uma série de ganhos e projetos realizados: novas e melhores condições de vida, de trabalho, família e estudo. Nossa intenção, contudo é entender justamente esse reverso, ou seja, como essa transição de referências e de vínculos podem sim ser perturbadores no sentido social e psíquico para o indivíduo.

Por isso, o migrante aqui estudado é aquele localizado justamente na margem, no limiar de processos sociais importantes para a inserção mais ou menos estável de qualquer indivíduo dentro de uma determinada realidade social: família, amigos, estudo, trabalho, habitação, assistência, religião. Assim, esta investigação do migrante que se torna interno de um hospital psiquiátrico, é uma tentativa de circunscrever a natureza e a qualidade de trajetórias empreendidas por esses indivíduos e das relações estabelecidas durante sua vida. A condição marginal, tanto antes de empreender o processo de migração como, principalmente, depois chega a Brasília, é um aspecto da precariedade e da fragilidade da vida desses indivíduos, em contraposição a uma estabilidade de uma trajetória de vida, de um percurso biográfico. O aspecto limite desse migrante não se relaciona a um momento ou a uma dada condição social, mas sim as condições sociais e afetivas que permeiam toda a sua trajetória de vida: de migrante a interno em um hospital psiquiátrico.

Não existe, portanto, uma relação puramente direta no sentido matemático que vai justamente relacionar uma vivência traumática de um processo de migração e a doença mental. Tanto a psicanálise como a psiquiatria, até hoje, não conseguiram formatar uma relação causal nítida para entender a natureza dos distúrbios por elas estudados, criando somente aproximações teóricas e especulativas.

Nesse sentido, um dos nossos objetivos, a partir tanto da discussão teórica como da pesquisa propriamente dita é construir uma aproximação através de uma leitura e de análise sociológica, da migração, do migrante, do espaço urbano de Brasília, do distúrbio mental. A forma como a sociologia, a psicanálise e a psiquiatria podem construir um diálogo, explica Franz Alexander (1937), é justamente a partir da tentativa de pensarem complementarmente os mesmos fenômenos, tendo como ponto de partida o alcance e as limitações inerentes a cada uma delas.

O trabalho não consiste, portando, na tentativa de demonstrar simplesmente causas e efeitos de fenômenos sociais, mas sim na intenção de descrevê-los a partir de uma perspectiva própria, a ponto de ampliar as temáticas aqui estudadas e o próprio campo da sociologia. Essa tentativa de ampliar o entendimento do indivíduo e a qualidade de seus vínculos em sociedade e com ele mesmo, partirá e será subsidiado a partir de um paradigma sociológico e antropológico primeiramente desenvolvido por Marcel Mauss (2003): a noção da dádiva.

A idéia da dádiva, apesar de não se configurar como um paradigma clássico do pensamento sociológico possibilita, ao contrário dos mesmos, uma amplitude de alcance explicativo bastante amplo, como demonstra Caillé (2002) e seu grupo. Justamente porque, ao invés de criar uma oposição entre indivíduo e sociedade, formulando uma explicação que ou não leva em conta o papel do indivíduo, ou não abre possibilidade de se pensar os fenômenos coletivos sem levar em conta os cálculos racionais e individuais, a dádiva se torna um instrumento para se pensar essa dualidade como uma relação. A sociedade, enfim é uma relação dinâmica, contraditória, nunca estática, instrumento e combustível principal tanto para a formação do indivíduo como para o da própria coletividade.

Pensar o indivíduo e sua trajetória dentro de uma sociedade está relacionado com a idéia de desenvolver um pensamento que contemple essa interdependência entre indivíduo e sociedade, ou seja, à idéia de que a consciência individual pode revelar, singularmente, a maneira como as tendências coletivas se apresentam em cada uma dessas individualidades. Os indivíduos, produtos tanto de suas próprias individualidades, mas também de um processo contínuo e ininterrupto de condicionamento social, conseguem estabelecer vínculos uns com os outros numa dinâmica plural de vida em sociedade.

Nesse sentido o indivíduo não pode ser observado como uma estrutura fragmentada cujas estruturas psíquicas são completamente separadas das estruturas exteriores e coletivas, formando a imagem de um ser disforme e completamente aleatório, cuja realidade de vida exterior não faz qualquer eco nas emoções e sentimentos e vice-versa. Essas estruturas, obviamente possuem estruturas de funcionamento próprias, mas devem ser sempre entendidas, sempre, em termos relacionais. Com isso as estruturas psicológicas, individuais e sociais devem ser entendidas como maleáveis umas às outras, através

de uma ligação não linear e não planejada, passível de ser entendida através de investigações psicogenética e sociogenética, para utilizar de termos cunhados por Elias (1994).

Como demonstra Mauss (2003) em *Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia*, esta consubstancialidade entre o coletivo e o individual – que o pensamento da dádiva destaca como operativa da própria sociedade – abre a possibilidade de colocar em evidência estados psíquicos particulares nascidos da vida em grupo a partir do exame do senso que os homens estabelecem, eles mesmos, para os seus próprios atos. Dessa forma, a vida em sociedade não é somente os fatos materiais e concretos pertinentes a uma particular trajetória de vida, mas é a responsável, tanto nesse sentido concreto, como também no simbólico, pelo conjunto de referências que, ao longo da vida, sustenta o próprio indivíduo. Por isso, a ligação entre certos estados psicológicos e os fatos sociais é manifesta na idéia de que é produto dessa relação dinâmica entre dar, receber e retribuir estabelecidas entre os indivíduos. Relação esta que, como explica Caillé (2006), se destaca por sua ambivalência natural, entre o par interesse/desinteresse e a obrigação/liberdade, própria da realidade humana.

A dádiva, nesse sentido, se torna uma espécie de estrutura, ao mesmo tempo, social e simbólica, pois uma representação coletiva, que estabelece uma referência para o indivíduo, será de alguma forma, nomeada, internamente, para se tornar acessível a este indivíduo quando dela precisar. O indivíduo por isso é ou não capaz de introjetar sentimentos, emoções, sensações, ou seja, qualquer tipo de experiência produzida nas relações sociais e posteriormente exteriorizar essas experiências através de comportamentos e vínculos. O símbolo é esta forma privilegiada de acessar as próprias experiências vividas, por exemplo, em coletividade, através da formação de um conceito, de uma imagem, ao mesmo tempo universal e particular que irá estabelecer uma forma de estabilidade de acesso e de representação para o indivíduo, através de manifestações emocionais e psíquicas. Ou seja, a atividade psíquica que é essencialmente simbólica se mistura indefinidamente com as experiências sociais vividas pelos indivíduos, tornando o próprio símbolo uma estrutura social.

A idéia da dádiva será desenvolvida como esse vínculo formador das referências do indivíduo e da possibilidade do mesmo estabelecer uma relação mais ou menos estável consigo mesmo e com os outros, tomando como parâmetros tanto aspectos de uma sociabilidade afetiva, tais como família, amigos, casamento, relações de vizinhança, como a partir de vínculos mais objetivos e racionais, tais como escola e trabalho.

Nesse sentido, o trabalho será estruturado a partir, primeiramente de uma formulação teórica e, em um segundo momento, dos resultados e das considerações práticas e também teóricas das pesquisas empreendidas.

No primeiro capítulo pretende se aproximar do objeto estudado, tanto de uma visão macro – a migração como fenômeno estruturado dentro da dinâmica capitalista – como de uma visão micro, onde o migrante é estudado a partir de uma perspectiva individual como ator, ativo e passivo, desse processo de mudança, não só espacial, como social. Ou seja, o processo de migração vai ser investigado a fim de dimensionarmos, em uma primeira instância, os temas – migração, migrante e desestabilização psíquica – que irão perpassar toda a pesquisa.

O segundo capítulo corresponderá justamente ao desenvolvimento teórico dos temas apresentados no capítulo inicial, tentando, a partir dos subsídios teóricos apresentados, circunscrever toda a dimensão social e psíquica de um indivíduo migrante que passa a ser também interno de um hospital psiquiátrico. Por isso, a relação constitutiva entre sociedade e indivíduo será discutida de uma forma detalhada, como forma tanto de entender as maneiras como o próprio sujeito se constitui em uma individualidade para si mesmo e para o outro. Será abordado, além do processo de socialização, de que forma esses vínculos e relações entre os indivíduos são constituídos, tomando como paradigma a idéia da dádiva. A relação entre sociedade e indivíduo será investigada, portanto, tanto no sentido de formação e estabilização de uma dimensão individual, como também no sentido de índice para se entender os processos de desestruturação psíquica dos indivíduos estudados nessa pesquisa.

O terceiro e último capítulo será formado justamente pela apresentação do material pesquisado e da discussão da pesquisa realizada. A partir dos prontuários médicos, das entrevistas realizadas e dos relatos de vida, montaremos os quadros explicativos, a fim de criar uma perspectiva ampla das trajetórias biográficas dos indivíduos apresentados. Ao mesmo tempo e, posteriormente, a discussão dos resultados se baseará no arcabouço teórico apresentado nos dois capítulos iniciais, estendendo a discussão apresentada inicialmente.

## I. DESENHANDO O OBJETO

A migração, no seu sentido mais simples e direto, pode ser entendida como um fenômeno relacionado ao movimento de um determinado conjunto de indivíduos que se dirigem de um lugar ou de uma região para outra. Este fenômeno toma corpo nas mais variadas épocas e numa variedade de circunstâncias e alcances; de causas e consequências. Um dos pontos de confluência deste fenômeno representa uma das bases de funcionamento da dinâmica populacional de uma sociedade (cidade, estado ou país), pois, na sua essência, altera tanto o tamanho como a composição das populações em questão. A distribuição por sexo, idade e a composição da força de trabalho são exemplos dessa possibilidade de alteração existentes a partir da dinâmica da migração.

O ato de partir de uma terra conhecida para algo desconhecido representa um dilema a respeito da própria existência humana, pois abre a questão de como se estabelece ou de onde estão localizadas as origens físicas, sociais e afetivas do próprio indivíduo. Interessante observar que o tema da migração, historicamente, não foi considerado diretamente em suas particularidades e relevância dentro da tradição sociológica clássica. Tanto Marx, como Durkheim e Weber analisaram o processo de migração de uma forma indireta, pois o consideravam como simples consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo e não como um dos motores de uma dinâmica mais complexa que vai além das instâncias puramente econômica e geográfica.

Marx, por exemplo, verificou que havia uma espécie de cumplicidade entre os governos e elite burguesa no processo de coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de cercamentos, e uma consequente concentração de terras e criação de latifúndios. Para Durkheim, o processo de migração relaciona-se com um dos fatores de desestabilização das comunidades tradicionais e da solidariedade mecânica. Esta ruptura e a formação de uma nova solidariedade, baseada na divisão social de trabalho e na interdependência econômica e orgânica entre os indivíduos, era frequentemente acompanhada pelo um estado de anomia, resultando em um processo de desintegração social, que, por vezes, poderia levar a consequências desagregadoras e patológicas. Como Marx e Durkheim, Weber também se focou nas consequências da industrialização e no desenvolvimento do capitalismo, através do que ele estabeleceu como o sentido da ética protestante. Para ele, a migração era um fator intrínseco ao funcionamento

da própria sociedade, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos. (SASAKI & ASSIS, 2000)

Dentro da tradição de estudos sobre migração, ela pode ser interpretada a partir de várias perspectivas, observada, portanto, como fenômeno geográfico, econômico, histórico e social. É somente no início do século XX, que os sociólogos americanos foram levados a colocar a migração como um problema, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos.

Em uma perspectiva estrutural, o processo migratório é visto como consequência da conjuntura econômica, social e política, ou seja, o movimento de mudança é analisado conjuntamente com suas causas e consequências dentro de um cenário histórico-social amplo, que não leva em conta, necessariamente, o papel do indivíduo dentro da dinâmica. Por isso, a interpretação da migração, nessa linha de raciocínio, é desenvolvida a partir de um viés economicista e macrossociológico, através de análises de cunho mais quantitativos e estatísticos. Nessa forma de análise, muitas vezes, não há espaço para o indivíduo migrante, mas sim para uma população migrante, ligada a toda uma estrutura econômica, política e social que estimula ou não esse processo de migração.

Necessariamente, portanto, quando o indivíduo é levado em conta, dentro desta perspectiva, seu papel é de mero contabilista racional das vantagens e desvantagens de um processo de mudança espacial. Todas as implicações sociais e emocionais não são abordadas como parte do processo e como fator de decisão e de consequência para a própria vida do indivíduo. A migração é interpretada como um projeto racional que tem como causa e consequência a formulação, até mesmo estratégica, de um projeto de vida. Através desses estudos, a sociologia está muito mais próxima de uma perspectiva econômica e histórica do que de uma visão social e psicológica que influenciou de sobremaneira os estudos pioneiros empreendidos pela Escola de Chicago.

Mesmo que motivações individuais sejam determinantes para o comportamento migratório, não podemos deixar de levar em conta os diversos fatores e dimensões convergentes que sustentam e garantem a força da decisão individual no ato de migrar.

Rezende (2005) destaca que a tradição de estudos sobre a migração, seja ela de natureza demográfica, sociológica, psicológica ou econômica, não consegue estabelecer um diálogo sobre questões fundamentais daquilo que vem a constituir empiricamente um movimento migratório. Diante de uma enormidade de conceitos e aproximações, as

perspectivas se tornam desconexas e apartadas, permanecendo em recíproco isolamento, e o saber acumulado sobre as migrações se afunda sob indefinições conceituais e metodológicas. Para o autor, por exemplo, a migração interna permanece, dentro da tradição das ciências humanas, como um dos fenômenos mais resistentes à análise científica, pois envolve não somente uma interpretação dos processos de deslocamentos a partir de projetos estáticos e microeconômicos, referidos somente por fatores espaços-temporais, mas implica também, na necessidade, de se analisar a condição social e afetiva dos indivíduos, de sua família e até mesmo de toda uma população migrante, que necessariamente experimenta mudanças dolorosas e às vezes, catastróficas em suas trajetórias.

Martins (2002) coloca a necessidade de se ampliar essa maneira de pensar a migração. Segundo ele, a dimensão territorial, demográfica e econômica, como focos principais de análise, acaba por não evidenciar os sujeitos que estão envolvidos no processo migratório, deixando muitas vezes de lado não só o indivíduo, mas todas as relações e vínculos que a ele se relaciona: família, amigos, filhos, trabalho, sua comunidade de origem. Por isso cabe sempre o questionamento de quem é realmente que se desloca, pois, ao mesmo tempo em que é um processo estruturado em uma população, também faz parte da trajetória individual; é parte de uma construção social de uma biografia.

Por isso, a migração, ao mesmo tempo, em que é um processo concreto, racionalizado e, por isso mesmo, projetado pelo indivíduo, é também completamente aleatório, imprevisto, dinâmico e incomensurável. Todavia, as motivações individuais não acontecem de uma hora para outra, como uma espécie de decisão mágica, ou através de simples cálculos de benefícios e prejuízos. É um processo, que em menor ou maior grau, afeta indivíduos possuidores de determinadas características econômicas, sociais, educacionais e demográficas, inseridos em uma lógica que, muitas vezes, envolve tanto o processo de decisão individual, seja ele racional ou não, como de fatores conjunturais e estruturais.

A identificação dos padrões comportamentais migratórios depende da correta avaliação dos aspectos macro e micro estruturais que se vinculam para a realização do deslocamento de um indivíduo — seus valores, expectativas socialmente legitimadas, avaliação do custo e benefício, necessidades, pressões exercidas a partir de diferentes níveis de agregação como família, amigos, religião, casamento, estudo e trabalho.

A migração pode ser definida tanto como um projeto, como por uma vontade, e por isso, lida ao mesmo tempo com a dimensão do sonho e da expectativa. Existe, nessa busca de realização, por exemplo, o sonho da melhoria das condições de vida; o sonho do estudo; o sonho da profissão; o sonho da terra; o sonho acordado. No local de chegada desse migrante, o sonho pode encontrar seu território de realização ou justamente o seu contrário, a falência desse sonho. As causas e as motivações que levam aos deslocamentos são variadas e, em razão disso, tem conseqüências bastante diversificadas, dependendo dos diferentes contextos sócio-culturais e da singularidade de cada indivíduo.

Como demonstra Boyd (1986), a utilização de uma idéia de redes sociais ou de vínculos sociais e afetivos vem sendo utilizada desde os anos 70 do século passado como forma de entender tanto o processo de migração como a forma ou a natureza como esse migrante vive esse processo. Para a autora os padrões de migração atualmente concentram um grande interesse na importância da família, amigos e origem comum que sustentam essas redes, compondo um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras.

Para Ianni (2004), o migrante é, ao mesmo tempo,

*“(...) viandante, peregrino, fugitivo, aventureiro, viajante ou retirante. Está em busca de outros ares, terras, perspectivas de vida, modos de ser. Foge do que conhece e busca o que desconhece. Imagina o futuro como negação do passado, surpreendendo-se com o presente. Aventura-se, arrisca-se. Imagina chegar em outro lugar, encontrar outras possibilidades de vida e trabalho, realização e emancipação. Entretanto, desde o momento em que parte lança-se em uma travessia que não termina nunca, quer seja derrotado, quer seja vencedor” (IANNI, 2004: 159)*

Segundo Ianni (Op. cit), o migrante é aquele que está e não está nunca sozinho, pois, apesar de poder de mudar sozinho, ele carregará consigo toda uma bagagem de referências, de famílias e grupos, coletividades e povos. Por isso mesmo são aqueles indivíduos que estão sempre na transição da própria sociedade, *“metidos em situações e*

*acontecimentos, guerras e convulsões sociais, lutas políticas e revoluções, carências e esperanças*”. (IANNI, 2004:160).

Migrar pode ser entendido como uma transposição de fronteiras, condições políticas, econômicas e culturais, para encontrar, durante a trajetória, um outro que, por sua vez, pode acolher ou rejeitar o migrante. Ou seja, as migrações podem representar na vida de um indivíduo tanto um fenômeno positivo como negativo.

Positivamente, a migração está ligada, por exemplo, à relativa melhoria das condições de vida, à fuga de situações de opressão ou de catástrofes (ecológicas, econômicas, sociais), às novas oportunidades abertas e ao enriquecimento cultural decorrente do encontro entre diferentes povos, culturas e religiões. Entretanto, o processo de migração pode esconder fatores como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a desestruturação identitária e religiosa, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada.

Necessariamente, seja através de conseqüências positivas ou negativas, o migrante, ao buscar um novo espaço para o desenvolvimento de sua vida, se coloca claramente em uma situação de procura de melhores condições de vida, sejam associadas à realidade econômica e financeira seja à vida pessoal e profissional, deflagrando, assim, a necessidade de abandonar, até então, seu espaço de moradia, para ganhar novos mundos, na esperança de encontrar solução e conforto para suas angustias. Como já afirmamos, o foco desta pesquisa está em analisar como o sentido negativo da migração está relacionada, como causa e conseqüência, dentro da trajetória de vida de determinados indivíduos, à possibilidade de quebra de laços sociais e afetivos importantes para uma condição social e psíquica, minimante estáveis, no sentido de construção biográfica de si mesmo.

Assim, muitas vezes, o afastamento físico e social e a vivência da discriminação e da falta de afeto e reconhecimento pressionam o sujeito para o lugar de estranheza em relação ao meio e do sentimento de estranhamento em relação a si mesmo. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável.

A lógica básica é que essa inclusão precária pode gerar incongruências que tendem a colocar uma pressão excessiva sobre o aparelho psíquico do indivíduo, que tem a possibilidade de não ser satisfatoriamente resolvida. A não-absorção das pressões socio-culturais produzidas durante o processo de mudança relaciona-se com o início de sintomas psiquiátricos e psicossomáticos, tais como a psicose. A migração, a partir desta

perspectiva, pode ser entendida como um processo de mudança que implica tanto a definição e decisão dos indivíduos e grupos implicados, bem como o contexto social, político e econômico.

Para que se possa, efetivamente, entender este processo é necessário compreender a lógica múltipla do processo de migração. Um dos fatores vincula o fenômeno da migração com a mobilidade da força de trabalho e, portanto, com as transformações sociais, políticas e econômicas advindas da lógica social, particularmente, do desenvolvimento do capitalismo e da reprodução do capital e suas leis de reprodução. O desenvolvimento das relações capitalistas de produção, neste sentido, estimula o deslocamento espacial da força de trabalho através de vários meios de atração, tais como possibilidades potenciais de melhores condições de vida com a possibilidade de trabalho, moradia, estudo, dentre outros fatores.

Ou seja, primeiramente observaremos esse migrante de cima, no seu contexto mais amplo, dando o sentido estrutural, econômico social e histórico, do processo de migração no Brasil. Posteriormente, o foco desta apresentação teórica estará justamente no próprio migrante; em sua decisão e forma de partir de sua cidade, na sua chegada em um espaço novo, nos desafios e nas possibilidades positivas e negativas do indivíduo que acaba de migrar dentro de sua condição social.

## 1.1 O processo de migração no Brasil: uma leitura estrutural

Contextualmente, dentro da história brasileira, o aperfeiçoamento e a complexidade cada vez maior das relações econômicas de produção, trabalho e consumo e a sua ligação quase que natural com o deslocamento espacial da força de trabalho, de populações migrantes também podem ser observadas e descritas historicamente.

Até meados do século XIX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, onde a principal mão-de-obra era escrava. Entre a abolição da escravatura e a Revolução de 1930, houve no Brasil importantes transformações econômicas, sociais e políticas com o início do processo de desenvolvimento mediante substituição de importações e a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Paralelamente ocorre um amplo desenvolvimento agrícola no Rio de Janeiro e em São Paulo e nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No Brasil, o desenvolvimento econômico resultante de um processo de industrialização está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: o incremento das desigualdades regionais e a constituição de grandes metrópoles. Esta dinâmica, típica do desenvolvimento histórico do capitalismo, se relaciona justamente aos movimentos migratórios que têm envolvido, em maior número, pessoas de renda baixa que perdem as condições de trabalho em seus lugares de origem e vivem no limite de sua sobrevivência, servindo como mão de obra barata ou massa de pressão econômica e política nos grandes centros urbanos. Por isso, o fenômeno migratório no Brasil pode ser associado a contingentes populacionais carentes chegando às grandes cidades em busca de um mínimo de sobrevivência, dirigindo-se às periferias ou bolsões de pobreza dos centros urbanos onde, através de parentes ou amigos, iniciam uma busca de trabalho e de um local de moradia.

Para Vainer e Brito (2001), a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, podem ser consideradas como marcos iniciais do desenvolvimento da história migratória no país. Os autores usam esses dois acontecimentos históricos para discutir o desenvolvimento do capitalismo, o conseqüente modelo de urbanização o desequilíbrio do processo de distribuição populacional no Brasil, além da desigualdade no mercado de trabalho entre campo e cidade e uma série de outros fatores referentes aos processos e dinâmicas migratórias brasileiras.

Dentro desta lógica, a história migratória do país pode ser dividida em três grandes períodos. O primeiro que vai justamente da abolição da escravidão até 1930, onde houve uma fase de início e consolidação do mercado de trabalho livre, caracterizado pela predominância da migração internacional. O segundo grande período vai de 1930 a 1980 e é caracterizado por um rápido e intenso processo de industrialização, pela ocupação da fronteira agrícola por técnicas modernas de produção e pela conseqüente proletarização da população rural, estimulando, assim, a migração interna para as cidades, contribuindo para um processo acelerado e explosivo de urbanização, além da formação de um mercado nacional integrado de trabalho. O terceiro período migratório abrange a década de 1980 em diante, caracterizado principalmente pelo declínio do crescimento econômico e a saturação da capacidade de absorção do mercado de trabalho, pelo processo de circulação generalizada da população migrante, pela seletividade, marginalização e exclusão no mercado de trabalho.

O processo de urbanização no Brasil apresenta uma significativa aceleração a partir do final da Segunda Guerra, seguindo uma tendência mundial de desenvolvimento urbano-industrial. As cidades mais importantes do país, como São Paulo e o Rio de Janeiro, estavam se tornando metrópoles; pontos de referências e concentração de sedes de empresas, complexos de infra-estruturas, o mercado de trabalho, mercado consumidor, produção industrial e com isso a massa trabalhadora.

Na segunda metade da década de 50, sob o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e o seu Plano de Metas, a nova política econômica no país possibilitou, a partir de um aumento na participação do Estado na economia e no planejamento da mesma, a entrada efetiva do país na nova ordem capitalista mundial, baseado na presença maciça do setor industrial e das corporações multinacionais produzindo internamente para um crescente mercado consumidor urbano.

Atraindo o capital estrangeiro e estimulando o capital nacional, JK consegue desenvolver e implantar a indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo eletrodomésticos e veículos, com o objetivo de multiplicar o número dessas indústrias e das fábricas de peças e componentes. Concomitante assiste-se também a ampliação dos serviços de infra-estrutura, como transporte e fornecimento de energia elétrica. Com os investimentos externos e internos, o governo estimula a diversificação da economia nacional, aumentando a produção de insumos, máquinas e equipamentos pesados para mecanização

agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção naval.

Esse processo de modernização do país foi guiado principalmente pelo objetivo de promover um rápido processo de descentralização econômica, política e geográfica do país. Nesse sentido, como coloca Paviani (1996), Brasília significou o símbolo máximo e concreto da tentativa de Kubitschek de efetivar uma espécie de marcha para o Oeste brasileiro, através de vários projetos executados em paralelos, tais como a ampliação da malha rodoviária, a implantação de hidrelétricas, novos aeroportos, indústria naval e, logicamente, construção e transferência da capital em pouco mais de três anos.

A rápida dinamização da indústria de base no Sudeste resultou também em grandes movimentos migratórios para as áreas metropolitanas, além daqueles dirigidos também para a agricultura, principalmente para a região cafeeira de São Paulo e do norte do Paraná.

A partir da década de 60, demonstra Matos (2002), a migração de torna o principal fator do processo de expansão urbano brasileiro, principalmente considerando a redução progressiva da fecundidade impulsionada pelos avanços técnico-científicos e pelo estilo de vida urbano. Os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo continuaram sendo importantes pólos de atração. Porém se observa uma expressiva migração descentralizada, com o desenvolvimento de significativos núcleos urbanos também em regiões tradicionalmente rurais.

Com o processo de industrialização consolidado, da década de 1990 em diante, a predominância é da migração urbano-urbana, principalmente pela diminuição drástica da população rural, responsável pela maior parte dos fluxos migratórios ocorridos no período de 1960 à década de 80. Apesar de o êxodo rural continuar presente na dinâmica migratória do país, os fluxos de retorno de indivíduos a seus respectivos locais de origem adquiriram grande impacto, principalmente em relação ao fluxo de retorno para o nordeste do país. Matos e Baeninger (2000) demonstram que, entre 1995 e 2000, cerca de metade dos migrantes saídos do Sudeste fez o caminho de volta em direção ao Nordeste. Entre 1986 e 1991, a percentagem havia sido consideravelmente menos. Esse refluxo migratório não impediu, contudo, que os Estados com maior redução populacional, devido à migração, estivessem ainda concentrados onde historicamente sempre estiveram, ou seja, no nordeste brasileiro, especificamente nos estados da Paraíba, Piauí, Bahia e Pernambuco.

Tendo em vista essas novas dinâmicas, podemos afirmar que o Brasil não apresenta mais um único fluxo migratório, relacionado a somente a saída da população do nordeste do país para as regiões do sul. O fenômeno migratório, por isso, pode ser lido e analisado tanto a partir desse sentido clássico, norte-sul, como também, como os dados demonstram, no sentido contrário, de retorno, entre sul-norte.

De acordo com Matos e Baeninger (2000), a diminuição relativa da migração para as metrópoles pode ser justificada pela degradação progressiva da vida nas grandes cidades, comprovadamente pelo aumento da violência, pela menor oferta de empregos, problemas de infra-estrutura, de trânsito, nas várias formas de poluição e no ritmo de vida sempre mais intenso e estressante.

Verifica-se, portanto, que as grandes cidades brasileiras estão deixando de atrair um contingente populacional como no passado, criando-se a tendência dos brasileiros se concentrarem em torno de novas regiões metropolitanas, menores e mais espalhadas pelo país, "*onde a dinâmica econômica importa mais do que o tamanho da cidade*" (REBELLO, 1997).

O processo de urbanização acelerado nas regiões brasileiras, nas últimas décadas, vem redefinindo aspectos importantes do processo de distribuição espacial da população brasileira. Como afirmam Matos e Baeninger (Op. cit), os efeitos desse processo nos movimentos migratórios têm propiciado a ampliação dos espaços da migração, com a incorporação de novas áreas de absorção populacional.

Necessariamente, a expansão do capitalismo industrial tem sido marcada, em todas as partes, por um movimento de urbanização, que tende a concentrar uma proporção crescente da população em grandes metrópoles industriais. A partir desse padrão de mudança, como destaca Lefebvre (1991), o modo de vida urbana, devido ao seu dinamismo econômico, acaba imprimindo e estabelecendo um padrão de vida também para o meio rural. O mundo da mercadoria, com sua lógica e linguagem, se generaliza no cotidiano de toda uma sociedade, invadindo o mundo rural, no sentido tanto material como ideológico, formatando novas linguagens, pensamentos e desejos.

Contudo, ainda existe uma clara descontinuidade entre a predominância do campo e da produção agrícola com suas relações específicas de produção e seus problemas e o predomínio do urbano. Por isso, a vida na cidade exige que o migrante se submeta a uma mudança radical e complexa de hábitos, de formas de convívio e de relacionamento utilizada para tornar inteligível esse novo mundo constantemente em modificações. Os

indivíduos migrantes, geralmente provenientes de regiões rurais para trabalhar na cidade, sentem-se estranhos a ela, pois as regras, linguagens e sistemas de referências em geral, que antes funcionavam, muitas vezes não são mais aplicáveis às novas situações vividas nos centros urbanos.

Apesar das variações e particularidades do processo de migração, a integração da população em sistemas de produção, tanto urbano como rural, mais desenvolvidos, comanda a orientação e provavelmente o volume dos deslocamentos humanos. As migrações inter-regionais no Brasil representam um processo por meio do qual a população, das áreas menos favorecidas do país, busca beneficiar-se do desenvolvimento econômico, transferindo-se para as regiões mais ricas, onde se concentram as oportunidades de melhoria, segundo a perspectiva dos migrantes. Ao mesmo tempo, o fenômeno migratório representa transformações no papel desempenhado por populações no processo produtivo.

A mobilidade espacial de uma determinada população pode representar um primeiro sinal de sua transformação em força de trabalho, sua inserção efetiva nas relações contratuais onde os vínculos sociais passam a ser regulados prioritariamente por mecanismos econômicos. Por isso, a questão da migração não se esgota na configuração do excedente populacional, pois implica processos complexos e diversificados, que emergem na resultante redistribuição da população no espaço.

Portanto, para o entendimento da migração no Brasil é preciso que se considere principalmente as dinâmicas migratórias intra-regionais, não tanto pela importância numérica que se impõe, mas pelas transformações sociais e econômicas que se pode captar no fenômeno migratório nesses espaços.

Marinucci e Milesi (2002) chamam a atenção, por exemplo, para a condição dos migrantes sazonais, especialmente os pequenos proprietários, posseiros ou arrendatários que vendem periodicamente a própria força de trabalho a fim de complementar uma parte de sua renda e evitar a migração definitiva para a cidade. O deslocamento destes trabalhadores se dá em direção às safras agrícolas e, por isso mesmo, estes indivíduos são obrigados a passar vários meses longe das famílias, trabalhando em condições extremamente precárias. Entre eles não são raros os casos de trabalho escravo decorrente de dívidas que contraíram pelas despesas de viagem, o aluguel da moradia, a compra dos instrumentos de trabalho e da comida, transformando este deslocamento sazonal em um estado constante de migração. O trabalhador sazonal é aquele que, muitas vezes,

sente-se estranho tanto no lugar de trabalho, que troca com muita freqüência, como no próprio lar, pelas longas ausências e as novas experiências. Os autores frisam que as esposas destes trabalhadores são frequentemente denominadas de “viúvas de maridos vivos”, pois são obrigadas, na ausência dos mesmos, a cuidar sozinhas da educação e do sustento dos filhos, dedicando-se ao roçado e ao artesanato.

O processo de desenvolvimento industrial, por exemplo, é causa e efeito da dinâmica migratória, pois se a migração interfere no processo modelador do espaço e dos padrões de distribuição da força de trabalho em ocupações industriais ou não, uma vez estabelecidos estes parâmetros, eles interferem consideravelmente nos níveis posteriores desse desenvolvimento, bem como nos fatores de atração e expulsão dos trabalhadores por uma região. A urbanização da população, sua transformação em força de trabalho, o processo de formação e de consolidação de novas classes sociais são exemplos dessa mudança e transformação muitas vezes advindas da decisão de migrar.

Esse fenômeno de urbanização crescente e consolidado significa e produz um modo de vida e de relacionamento cada vez mais complexo, onde os vínculos se consolidam por relações mais distantes – onde o contato físico é renegado a uma comunicação mediada por elementos exteriores – marcadas, necessariamente, por bases individualmente contratuais.

Como destaca Nunes (2004), existe um significado maior do que somente um deslocamento territorial de indivíduos a partir de bases históricas e econômicas. A migração também é um processo de transformação da própria condição social do indivíduo. O deslocamento para um centro urbano, para um espaço social e econômico mais dinâmico e complexo, também significa uma tentativa de inserção da população interiorana e, especificamente, do indivíduo que migra, no processo de construção do indivíduo moderno, a partir da possibilidade de tomar contato e de interpretar os diversos suportes e garantias de concretização e autonomia desse projeto.

Migrar, portanto, tem sempre um sentido de transformação, pois representa uma profunda ruptura na ordem do tecido social. O desafio de migrar pode significar a possibilidade de uma ascensão social, ao contrário daquele que fica, e que, no geral, permanece no mesmo patamar da estrutura social, preso à precariedade de infraestrutura social coletiva (saúde, educação, lazer, etc.) dos municípios de regiões menos desenvolvidas, sejam elas do interior ou dos grandes centros urbanos do Brasil, caracterizando territórios com baixos potenciais de mudança e crescimento.

Nessa ordem de sentido, poderíamos afirmar que o valor positivo da migração é dado quando há para o indivíduo e sua família um coeficiente visível de melhora da relação trabalho/renda; manutenção do status sócio-familiar e/ou fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; obtenção de moradia própria; proximidade de parentes; melhor tratamento de saúde e oportunidades de expansão de horizontes pessoais. O valor negativo da migração é justamente o sentido oposto apresentado através da falta de trabalho/renda; esfacelamento das relações familiares e/ou comunitárias; sem moradia, mesmo com a proximidade de parentes e, embora o mesmo local para o tratamento de saúde, não enxergavam a possibilidade de expansão de horizontes pessoais.

Para Singer (1972), o movimento migratório acontece justamente a partir de mudanças na estrutura econômica do país, tanto por fatores de mudanças, que decorrem da introdução de novas relações de produção, com o objetivo de aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego, como por fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física como pela monopolização da terra. Para o autor, o número de migrantes que contribui para expandir a oferta de força de trabalho urbano está ligado, predominantemente, às causas e às formas como essa população é forçada a deixar seus locais de origem a procura de uma maneira de sobreviver nos centros urbanos.

É justamente que nesse sentido, para Singer (1972), que se pode afirmar que existem, na verdade fatores de expulsão dessa população em direção às cidades. Esses fatores de mudança significam justamente uma forma de pressão que gera, muitas vezes, ou uma espécie de estagnação econômica ou, por outro lado, um nível alto de demissão, devido ao aumento da produtividade do trabalho agrícola e da sua especialização. Essa dinâmica demonstra, necessariamente, que a economia capitalista não dispõe de mecanismos que assegurem uma proporcionalidade entre o número de pessoas aptas para o trabalho que os fluxos migratórios trazem à cidade, e o número de lugares de trabalho criados pelas novas atividades implantadas tanto no meio urbano, local de chegada, como no meio rural, local de saída, dessa população migrante.

Historicamente, como demonstra Sawyer e Rigotti (2001), o processo de dinamização econômica se relaciona como aconteceu no país nos últimos cinquenta anos, a uma tendência mais ou menos acentuada de esvaziamento do campo motivada, sobretudo, pelo êxodo rural. Nesse sentido, o processo de deslocamento interno da população

se orienta para as regiões mais profundamente atingidas pela introdução e expansão do capitalismo industrial, pois a industrialização brasileira provocou e ainda provoca modificações profundas na sociedade rural, estabelecendo uma crise nos meios de trabalho agrícola que efetivamente expulsa o trabalhador do campo para a cidade.

Por isso mesmo, os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, e concomitantemente são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração (o trabalho, melhores oportunidades de emprego, maiores rendimentos se configurariam em fatores de atração), o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos.

A migração, portanto, envolve tanto um processo histórico e econômico que formata uma dinâmica estrutural da migração, do migrante, de suas causas e efeitos, como também, estabelece uma dinâmica de mudanças intensas que acabam refletindo na estrutura social e afetiva desse migrante. Sob a demanda do capital ligada à dinâmica e à mobilidade da força de trabalho, o migrante passa, portanto, a viver um processo de modificação de suas relações sociais, de seus vínculos afetivos. Junto com esse processo de deslocamento forçado de determinadas regiões para outras, historicamente e economicamente constituídos, o migrante sofre também um processo de desenraizamento, de ruptura, muitas vezes de forma abrupta, das concepções, dos valores, dos comportamentos, da visão de mundo que conferiam sentido ao seu universo de origem, que, até então, era subsídio social e simbólico para a construção de sua identidade.

## **1.2 Dimensões do migrante: um discurso psicossocial da experiência da migração**

Como afirmamos, em qualquer situação de mudança existe sempre uma relação de razões externas e internas que justificam e alimentam a decisão de migrar. Razões econômicas podem explicar a necessidade de se transferir para um meio que ofereça condições mais favoráveis ao desenvolvimento pessoal próprio ou mesmo da própria família. Por outro lado, por vezes, a motivação pode se basear na procura de novos horizontes, novas experiências, outras formas de cultura e de valores de vida. Independente dos fatores que motivaram um determinado processo migratório, uma mudança espacial pode se transformar na concretização de toda uma demanda subjetiva de busca e aperfeiçoamento de um indivíduo.

Embora, as pressões econômicas freqüentemente influenciem as decisões da migração, segundo Grinberg (2004) – através de uma pesquisa com migrantes de vários países – existe um complexo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração. Para além dos fatores econômicos, o psicanalista argentino, demonstra que existe uma série de narrativas dos migrantes que evocam as fantasias e os desejos sonhados ou não sobre os futuros locais de destino. Um outro exemplo acontece quando a decisão de migrar bem como a conseqüente migração efetiva é permeada pelas relações sociais do indivíduo, ou do grupo familiar. Há aqueles que, na condição de amigos e parentes, recomendam que a pessoa mude de cidade, de estado, e, no novo lugar, há os que acabam facilitando a busca de moradia e de ocupações para os que chegam, com base em compromissos familiares ou meramente afetivos.

Quando parte do local de origem, o migrante deixa de alguma forma alguns espectros de sua vida social e afetiva de lado – basicamente relações pessoais e familiares – e parte para uma terra que lhe é estranha e que, muitas vezes, não a reconhece como sua. De acordo com Grinberg (Op. cit), nos primeiros tempos de sua mudança, o indivíduo, geralmente, tem a mente mais ocupada com as pessoas e os lugares que deixou do que com o novo espaço onde se encontra. Gradualmente, e na medida em que o comprometimento com o novo espaço e com a nova forma de vida se desenvolve, esse indivíduo começa a distanciar-se da recordação dos seus parentes e velhos amigos.

A identidade do migrante estaria ligada a essa condição transitória e paradoxal que comporta um sentimento de familiaridade e, ao mesmo tempo, desconforto, interligando passado, presente e futuro, no qual a sensação de provisoriedade funcionaria co-

mo um importante sentido que permite a esse migrante viver afastado espacialmente e simbolicamente de sua história, de suas crenças, valores, costumes, enfim, de tudo aquilo que lhe era conhecido e familiar e que agora se encontra distante.

Por isso, a condição do migrante pode ser caracterizada a partir de uma contradição, apontada por Sayad (1998), como provisório-permanente, ou seja, uma situação de vida provisória que jamais se afirma como permanente, mas que pode durar indefinidamente. O migrante é aquele que se encontra num espaço contraditório de provisoriedade subjetiva, onde, ao mesmo tempo, há o desejo de retorno e de permanência, pois quando o migrante trabalha com a possibilidade, mesmo que remota, de seu retorno, ele se permite assegurar e ancorar sua participação, mesmo com uma intenção de brevidade, numa sociedade estranha a si mesmo.

O próprio cotidiano desses indivíduos e a sua própria trajetória de vida parecem abrigar tanto o sentido de permanente como de temporário, pois essa busca incessante por uma fixação está na maioria dos casos, associada a um sonho de transformação e progresso, através da construção de uma nova realidade social e afetiva, que impulsionaria o indivíduo a deixar para trás suas referências individuais e sociais.

*"A vivência migrante poderá passar por essas três situações. No primeiro momento, o migrante está culpado por trair suas origens e ao mesmo tempo, gostaria de se livrar do tributo dessa origem. Num segundo momento, ele deve se desprender das raízes para seguir seu destino de migrante, isto é, reconstruir sua identidade. Ele sofre assim o fascínio de ser outro e a ameaça de ser destronado de seu eu. Na terceira fase, o sujeito faz um determinado acordo com o outro, podendo ceder para que ele se presentifique, ao mesmo tempo em que fique preservado seu eu" (FERREIRA, 1996: 111-112).*

O processo de migração, nesse sentido, pode ser entendido como uma situação de transição, uma espécie de rito de passagem, onde, ao mesmo tempo, em que a dificuldade de permanecer no seu meio, teria um sentido de fraqueza, o deslocamento espacial significaria um processo de fortalecimento, com um possível retorno triunfante, em um segundo momento, significando a vitória e a resolução da crise. A contradição, também se encontra nesta relação, pois quando o migrante retorna a sua terra, ele não en-

contra mais sua terra de origem, tal como deixou, pois quando vão embora leva consigo parte das relações sociais e ainda retorna com outra vivência, com outra realidade em mente. Encontra uma modificação que se fez com o tempo, onde se modificam as pessoas e, portanto, a sua concepção de ideal; aquilo que buscava incessantemente recuperar ao retornar<sup>2</sup>.

Ferreira (1996) afirma que o migrante se submete muitas vezes a condições precárias, justamente por esse sentimento de provisoriedade. O migrante é aquele indivíduo que, por uma decisão de partida, deve metabolizar o seu passado, muitas vezes constituído de perdas, morte e distanciamento para abrir espaço para um futuro, geralmente indefinido, que tem que ser reconstruído entre essa perspectiva de um novo lugar e o sonho do retorno, já que o migrante tende a manter certa fidelidade à sua terra natal.

Sayad (1998b) consegue descrever com exatidão essa condição remota das estruturas sociais e mentais da vida de um migrante.

*“Todo o discurso do emigrante se organiza em torno da tripla verdade da elghorba [categoria nativa para exílio, não apenas no sentido físico, mas também simbólico]. Na lógica tradicional, a verdade da elghorba é a de ser associada ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, elghorba, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a*

---

<sup>2</sup> Essa idéia foi criativamente expressa a partir de uma música do compositor baiano Tom Zé, chamada *Menina Jesus*: “(...) Só volto lá a passeio, no gozo do meu recreio/Só volto lá quando puder comprar um óculos escuros/Com um relógio de pulso que marque hora e segundo/um rádio de pilha novo cantando coisas do mundo/prá tocar lá nos jardins da cidade, zombando dos acanhados/dando inveja nos barbados e suspiro nas mocinhas/Porque pra plantar feijão eu não volto mais pra lá/eu quero é ser Cinderela, cantar na televisão/Botar filho no colégio, dar picolé na merenda/viver bem civilizado, pagar imposto de renda/Ser eleitor registrado, ter geladeira e TV/carteira do ministério, ter CIC, ter RG”. Nesse sentido, Tom Zé se aproveita, em grande parte da sua obra para destacar essa contradição incessante – contida nele mesmo, como migrante nordestino em São Paulo – entre a chegada à cidade grande – desconhecida e injusta, mas cheia de possibilidades, o medo do fracasso e a vontade e o desejo de um retorno triunfante.

*segurança etc. A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a elghorba em sua verdade original. Podemos dizer que é toda a experiência de vida do emigrante que oscila sem cessar entre essas duas verdades contraditórias da elghorba. Por não conseguir resolver a contradição em que se encontra encerrado, pois deveria então renunciar a emigrar, ele só pode mascará-la” (SAYAD, 1998:44).*

Neste percurso, o desconhecido é justamente a vida urbana, a chegada a um espaço novo que nega na sua cotidianidade, aquele passado, ao mesmo tempo em que coloca obstáculos enormes à entrada numa nova ordem cultural. Para Sayad (2000), a possibilidade de pertencimento a um determinado grupo social e, especificamente às estruturas de tempo e espaço desse grupo, estabelecem e possibilitam as principais referências que estruturam a vida social e, mesmo, toda a existência individual. Quando o migrante parte, ele rompe os laços de tempo e de espaço com sua terra de origem, e não possui laços em sua terra de destino, desta forma não se encontra em lugar nenhum. Para o autor, a possibilidade do migrante se realizar na sua decisão, está ligada diretamente a essa idéia de ele existir no tempo, no espaço e no interior de um novo grupo social.

Estes imigrantes de regiões distantes, muitas vezes, se deslocam sem seus familiares, aumentando assim a sua solidão e a frustração pela falta de lazer, de prazer e de trocas afetivas. O afastamento físico e social e a vivência da discriminação e da falta de afeto e reconhecimento pressionam o sujeito para o lugar de estranheza em relação ao meio e do sentimento de estranhamento em relação a si mesmo. A migração, de certa forma, pode ter um efeito devastador sobre sua vida: rompe laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica; denuncia a exploração que inviabiliza, muitas vezes, a própria permanência do indivíduo em um espaço, lhe impondo uma vida nômade que desmoraliza e empobrece sua vida social.

Com isso, a convivência com pessoas e grupos sociais que já se estruturaram no lugar de destino, pode ajudar o migrante a reelaborar e traduzir códigos de comportamento e informações, além da confiança estabelecida entre o migrante recém-chegado e a comunidade que o recebeu. A ajuda e cooperação do grupo de amigos e parentes tam-

bém podem significar um mecanismo de segurança fundamental para viver e buscar se relacionar em um novo ambiente, muitas vezes, desconhecido.

A cidade grande é o espaço de uma nova configuração do tempo, de uma nova sincronia e complexidade das relações sociais que aí vão se estabelecer. Sua igreja, rua, amigos, tempo para o trabalho, para o lazer, memórias afetivas, segurança familiar, tradições, tudo isso, ou desaparece ou exige do indivíduo, agora, em um novo espaço, uma disponibilidade temporal, individual e social completamente nova.

Para Menezes (1976), a mudança de contexto no processo de migração implica não apenas em um deslocamento geográfico, espacial, mas também numa "reorganização temporal", pois a temporalidade passaria por uma nova cronologia, sendo delimitada pela própria mudança, ou seja, contar-se-ia o tempo a partir do momento da migração. O migrante estabeleceria como referência temporal o antes da mudança e o depois da mudança, projetando o seu futuro num provável desejo de retorno. Além disso, muitas vezes a referência temporal e, também, de memória do indivíduo migrante são modificadas precisamente em consequência dessa mudança espacial.

Georg Simmel (1987) observa que a configuração psíquica do tipo de indivíduos que habitam a grande cidade é marcada, principalmente, pela intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta das impressões externas e internas, ou seja, das configurações individuais e sociais. As metrópoles possuem um papel modernizador sobre os comportamentos de seus habitantes. O excesso de estímulos, a divisão entre locais de trabalho e de moradia, a separação entre os domínios do público e do privado, os diferentes círculos de conhecimento, a racionalidade, a frieza, o anonimato, a reserva, o isolamento, o cálculo, a mobilidade, a pontualidade são fatores qualitativos e característicos das relações cotidianas no meio urbano.

Essas novidades correspondem, necessariamente, em novos comportamentos e novos traços psíquicos. Se a vida no campo ou nas cidades pequenas é caracterizada pela sensibilidade e pelas relações afetivas próximas, na cidade, é afetada pela intelectualidade e o cálculo, pelo distanciamento físico e emocional que marcam, necessariamente, a interação múltipla e complexa de um centro urbano. Ou seja, as relações no espaço da metrópole são baseadas numa seletividade mais apurada, em função do excesso de oportunidades de contato a que se está sujeito. Esta seletividade, no entanto, se estende para além das pessoas, ecoando na relação com o próprio meio urbano.

Principalmente para o migrante de origem rural este novo espaço impõe a necessidade de operação de novas necessidades, novas demandas, novas regras de produção, de sociabilidade e, portanto, de sobrevivência. Como resultado, surgem novas formas de agir e de viver que dão visibilidade aos processos de transformação das formas do ser.

O vínculo simbólico, representado, dentre outras coisas pela referência temporal e de uma memória coletiva, é importante para a constituição tanto social como individual do sujeito. O tempo do encontro com conhecidos, do descanso ou do trabalho que o indivíduo construiu dentro do seu ambiente deve, necessariamente, ser remontado em um novo espaço, com novos indivíduos e uma nova temporalidade e um novo conjunto de referências e sentidos.

O migrante sai de um espaço social e cultural onde sabe interpretar, até mesmo por herança familiar, os diversos códigos das relações sociais em direção a outro em que, necessariamente, é confrontado com o que lhe foi dado a priori. Silva (2003) afirma que independentemente da cidade, as incertezas do cotidiano se refletem nas relações sociais provocando descontinuidades dos relacionamentos familiares e comunitários e sociais como um todo, elementos de alto poder de impacto sobre a saúde individual por representarem descontinuidades ambientais e psicológicas que podem causar rupturas de projetos de vida. É importante frisar que este conjunto de eventos desestruturantes pode ocorrer em qualquer momento da vida de um indivíduo. Uma mudança de ambiente ou de situação econômica, social, familiar pode, sim, facilitar a ocorrência de situações traumáticas. Tanto que, como demonstra Silva, existe uma parcela considerável de indivíduos que ao retornarem à suas cidades de origem acabam por adoecer demonstrando que a volta ao campo pode representar uma desintegração, desmistificando, assim, o mito de que a vida bucólica representa segurança felicidade e saúde.

O migrante não pode sozinho dar sentido à própria trajetória; ela tem a ver com uma série de situações e de aspectos variáveis que dependem da sociedade de acolhida, das pessoas que encontra, das situações de trabalho, do ambiente cultural, familiar, social, institucional que deixou, e da provisoriedade do seu presente, que lhe impõem, às vezes de forma demais violenta, mudanças no projeto original de mudança.

O ser humano só se torna um ser social (ou mesmo uma sociedade só se forma) quando conseguem desenvolver ligações/relações com outros indivíduos, grupos social, familiar e cultural. Sua história pessoal é uma história de laços ativos, significativos desde o nascimento até a morte. Laços de interesses pelos parentes, pela família, pela

cidade, pelo grupo étnico, pelo país, mas também a si mesmo. É aqui que designa na questão da identidade, da sua manutenção e do seu desenvolvimento. Laços de ligações à existência, que é o de colocar o problema da continuidade coerente desta aos seus universos de senso e significações onde a cultura constitui a matriz fundamental. Ou seja, a capacidade (ou não) que o indivíduo possui para continuar a sentir-se o mesmo na sucessão de mudanças é a base da experiência emocional da sua identidade.

A realidade subjetiva, portanto, depende de uma base social específica e de determinados processos sociais exigidos para sua conservação. Um indivíduo só consegue manter sua auto-identificação como pessoa em um meio social que, justamente, confirma essa identidade. Por isso, nos primeiros tempos após uma migração, o indivíduo pode apresentar estados de desorganização emocional, de grau variável, capazes de produzir estados de pânico de cunho psicótico. Estas vivências provêm do conflito entre o desejo de se misturar com os outros indivíduos (suas formas culturais, valores e tradições) para não se sentir marginalizado e o desejo de se diferenciar para continuar a sentir-se como indivíduo único e diferenciado (GRINBERG 2004).

A mudança de um indivíduo do meio rural para uma cidade grande, todavia, não pode ser explicada simplesmente pela facilidade ou dificuldade de adquirir os modos urbanos de vida que não correspondem a uma realidade que se manifesta de modo semelhante em qualquer situação. Segundo Duhran (1985) a realidade não se divide em uma oposição simples de sistema tradicional e sistema industrial, mas sim como situações misturadas, dúbias, onde se predomina ora umas ora outras formas de trabalho e vida social.

*“Essas diferenças correspondem, certamente, a graus variáveis de participação no processo de expansão do capitalismo industrial e, inversamente, a participação diferencial em sistemas tradicionais de dominação e em sistemas econômicos voltados para a subsistência. Essa diversidade, que corresponde, de certa forma, a fases diferentes do processo de proletarização do trabalhador rural, é importante também na medida em que o trabalhador que emigra se apresenta como portador de qualificação diferente, que afeta suas possibilidades de integração no sistema econômico-social da grande cidade”.*  
(DUHRAN, 1985: 41)

A ausência, muitas vezes, de uma constelação familiar continente, de relações de amizades e a precarização das relações de trabalho e desemprego, gera um aumento dessa vulnerabilidade social, pois tudo que, até então, era base primordial de sua vida social, pode se tornar estranho no ambiente da cidade grande. Ou seja, o problema que o migrante pode vir a se deparar é, propriamente, a dificuldade de encontrar o seu lugar dentro da nova comunidade, pois ninguém o conhece e o fato de se sentir uma pessoa anônima aumenta ainda mais sua insegurança social.

Um exemplo demonstrado por Ferreira (1996) se refere justamente a condição de privação dos indivíduos que vêm de regiões rurais para trabalhar, por exemplo, na construção civil. Toda a realidade desse migrante já se estabelece a partir do obstáculo mais primário de um ser social: sua possibilidade de circulação. Muitas vezes, esses trabalhadores são confinados nos próprios canteiros das obras, onde se desenvolve todas as atividades da construção do futuro prédio das obras. Sua vida e sua amplitude de relações sociais ficam restritas a um espaço que se torna ambíguo – espaço de trabalho e de casa, ao mesmo tempo – e o sonho da cidade grande acaba confinado ao canteiro de obra.

*“O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a Deus... Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade a sua fala é chamada ‘código restrito’ pelos lingüistas, seu jeito de viver, ‘carência cultural’, sua religião, credence ou folclore. Seria justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento”*(BOSI, 1994: 405).

O migrante ao sair de sua terra deixa para trás toda uma construção de vida. Haesbaert (2002) busca um conceito de Sayad, ao falar das “geografias imaginárias” que muitos migrantes carregam consigo. Tais geografias emocionais são frutos da conciliação das experiências individuais com a expectativa que constitui o novo espaço, onde o migrante formará o seu novo território. Muitas vezes, motivos diferenciados fazem com que esta reterritorialização não se dê do modo esperado, ou a identidade territorial é tão

presente que obriga o migrante a retomar uma antiga territorialidade e a voltar ao seu primeiro território.

Este sentimento de reconhecimento do eu se torna abalado com os referenciais e conteúdos desse novo mundo, tão almejado, mas estranho e ameaçador pela distância que impõe a tudo que era familiar e próprio ao indivíduo antes de sua mudança.

Assim, a trajetória de migração é um processo que mistura dor, sofrimento, amadurecimento e a procura de um outro eu, constituído a partir destas tantas experiências. Por isso, o processo de mudança e de construção de uma identidade – fatores que estão implicados no processo de migração – ocorrerá tanto nas vinculações sociais estabelecidas por esse indivíduo, como na possibilidade de assegurar, no seu campo simbólico, um mínimo da territorialidade perdida no decorrer do seu deslocamento espacial. As geografias imaginárias serão assim um importante subsídio, juntamente com outros elementos formadores de sua cultura, de rememoração e experiência como ponto de apoio para esses indivíduos.

### **1.2.1 A migração como experiência de crise**

Ao analisarmos todo o sentido de ruptura contido no processo de migração, podemos afirmar que ela não é somente uma experiência traumática isolada, que se manifesta no momento pontual em que o indivíduo se separa do lugar de origem ou quando chega, por exemplo, em uma cidade, onde pretende se estabelecer. Existe, além disso, toda uma constelação de outros fatores sociais e psíquicos que podem gerar angústias e sofrimentos. O migrante empreende um projeto de vida na cidade grande, na qual a experiência intersubjetiva e coletiva da mudança estabelece uma série de significados, muitas vezes, difíceis de serem apreendidos. Alguns não conseguem suportar a pressão da mudança e a migração é vivida como um episódio traumático dentro da vida do indivíduo.

A busca de novas oportunidades inaugura, na vida de um migrante, um novo ciclo de vida marcada pela transição de valores individuais e coletivos em que novas problemáticas aparecem e são confrontadas pelos sujeitos. O migrante parte de um universo cultural recebido por herança ao nascer em direção a outro em que é confrontado, o novo e o estranho.

Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920), reformula a teoria do trauma, na qual o vincula ao aumento quantitativo de recepção de excitações externas e internas no aparelho mental, impossíveis, naquele momento, de serem elaboradas, ou seja, de estabelecer e encontrar referências possíveis. Existe, para ele, um escudo protetor na camada superficial do aparato psíquico, que o preserva da intensidade dos estímulos externos. No trauma, o princípio do prazer fica posto fora de ação e o aparelho mental é invadido por grande quantidade de estímulos que irrompem esta camada protetora. Esta ruptura afeta o aparelho psíquico, que se desequilibra devido ao fluxo de energia que não pode controlar. Neste texto, ao mesmo tempo em que Freud fala sobre o aumento quantitativo das excitações no aparelho psíquico, também aborda o aspecto qualitativo, apontando, por exemplo, para a natureza da amplitude da excitação.

Posteriormente, em 1926, no texto *Inibição, sintoma e angústia*, Freud retoma a compreensão de angústia relacionada ao trauma. Refere-se à presença da angústia frente ao perigo, ao estranho, frente aquilo que ainda não foi vivido e experimentado, apresentando a diferenciação entre angústia real - a angústia frente a um perigo conhecido - e a angústia neurótica - angústia frente ao perigo que não conhecemos e social. Para Freud, diante da magnitude do perigo, nos deparamos com o desamparo; com o nosso desamparo material, no caso do perigo real, e com o nosso desamparo psíquico, no caso do perigo pulsional. Toda esta situação de desamparo realmente experimentada é chamada de situação traumática por estabelecer no indivíduo toda uma conjuntura de desestabilização psíquica de maior ou menor gravidade.

Resumidamente, podemos afirmar que Freud (1926) concebe o trauma como um conjunto excessivo de excitações externas que irrompem a barreira protetora do eu, gerando, assim, uma série de angústias (perturbações) mais ou menos duradouras. Uma situação traumática pode ser causada tanto por um único acontecimento importante, mas também por um somatório de experiências parcialmente desagradáveis dentro da história de uma pessoa.

O sentimento de desamparo, segundo Grinberg (2004), é a qualidade mais específica e observável face à experiência traumática da migração. Esse desamparo demonstra o psicanalista, se baseia originalmente no modelo do trauma do nascimento e na perda da idéia de mãe protetora, o que implica a ameaça, em situações extremas, de desintegração e dissolução do eu. As crises, que nesse caso podem surgir por diferentes mo-

tivações externas e internas, são períodos de transição que podem representar tanto um período de crescimento como um aumento da vulnerabilidade psíquica de um migrante.

*“Se, pela sua predisposição ou pelas condições de migração, o Eu do migrante foi muito severamente danificado pela experiência traumática ou pela crise que viveu ou vive, ele terá dificuldade em recuperar-se do estado de desorganização a que chegou e padecerá de diferentes formas de patologia psíquica ou física” (GRINBERG, 2004: 29).*

As vivências de insegurança e desamparo experimentadas pelos migrantes são determinadas tanto pelas incertezas e angústias diante do desconhecido, como também pelo sentimento de regressão e desamparo que estas angústias implicam. Podemos estabelecer um paralelo entre o ato de migrar e a própria condição de existência do ser humano. Metaforicamente, o primeiro ato migratório do ser humano acontece justamente no momento do nascimento, ao sair do aconchego do útero materno, um movimento de partida rumo a um novo lugar, desconhecido. A mobilização, que foi estimulada pela busca de trabalho, por melhores condições de vida, por sonhos, assemelha-se ao momento do parto, do lançamento ao desconhecido, da procura, da expectativa, ou seja, da possibilidade de gerar o novo.

Um modelo que pode explicar esta angústia do desconhecido pode ser exposto pelas idéias de psicanalistas como o próprio Freud, mas também de pensadores mais contemporâneos como Melanie Klein e Donald Winnicott a partir da idéia da relação entre o recém-nascido e sua mãe, como configuração primordial para o desenvolvimento psíquico do indivíduo.

Segundo Winnicott (1972), as primeiras semanas de vida de um ser humano, até em torno dos seus seis primeiros meses, são decisivos para a formação de uma personalidade mais ou menos segura e adaptável à vida. A primeira condição do ser humano ao nascer é de insegurança e despreparo para lidar e sobreviver no mundo. Uma criança precisa da ajuda de terceiros até certa idade. Para isso, é necessária uma relação mais do que íntima entre a mãe e o bebê, uma verdadeira simbiose deveria ocorrer durante esta fase inicial. É nesta fase onde a mãe deve se apresentar como uma espécie de continente

para passar, durante os tratos com a criança, toda a segurança, amor, carinho e atenção que este pequeno e dependente ser exige.

Enfim, a criança necessita de um ego auxiliar, um ego tutor para guiá-la até que ela possa “andar com suas próprias pernas”, possuir um próprio livre arbítrio. Quem emprestará este ego tutor à criança até certa idade é a figura materna. Na teoria das relações de objeto, inicialmente desenvolvida por Melanie Klein (1991), a figura materna é representada, justamente, por um objeto interno, no caso o seio bom, que acalma as angústias, oferece contato e continente ao bebê.

Por isso a metáfora se faz pertinente, pois a sensibilidade do recém chegado, assim como a de um recém nascido, é sempre grande e por isso mesmo frágil. O migrante, tal como um bebê, necessita de acolhimento neste novo espaço e, por isso, qualquer situação ou pessoa que lhe demonstre interesse, que manifeste cordialidade e empatia é vivido como algo ou uma relação favorável, assim como qualquer contrariedade ou obstáculo inicial se apresenta como algo intransponível ou traumático. A construção de um sentido para si necessita da face de um outro, contemporâneo ou passado, portanto, não se faz isoladamente, seu alcance simbólico depende de construção coletiva e de sua inscrição nos ideais de um grupo.

O indivíduo, muitas vezes, tende a atribuir à nova comunidade uma função parental de proteção, diante dos vários problemas que enfrenta ao lidar com uma série de angústias desencadeadas pela experiência de afastamento de suas origens. Quando um migrante chega numa cidade grande em que, muitas vezes, não conhece e, por isso mesmo, não é conhecido por ninguém, fica impedido de criar vínculos, impedido, nas idéias de Winnicott e Klein, de se desenvolver afetivamente e socialmente. O laço social configura-se como lugar de hospitalidade permitindo ao indivíduo a experiência de sentir-se parte de uma comunidade e inserido na sua história. Fraturas nessas necessidades provocam um sentimento de estranheza.

Como demonstra Borges e Martins (2004), o indivíduo por um lado deseja, na busca de reconhecimento, atender às expectativas da nova comunidade, e, por outro, espera ver atendida sua própria exigência de que o novo “abrigo” recompense sua frustração pelas perdas que teve por ele. Se muitas das coisas valorizadas por um indivíduo, tais como dinheiro, família, casa, afeto, amigos, não são encontrados depois da migração, a própria vida será interpretada como uma espécie de estorvo, cheia de discontinuidades, rupturas e tensões. Estas incertezas do cotidiano se refletem nas relações sociais

provocando descontinuidades dos relacionamentos familiares e comunitários – rompendo assim todo um projeto de vida que se iniciou com a migração.

Por isso, a migração é um processo de mudança amplificado que coloca o indivíduo dentro de uma dinâmica muito sofrida, pois a perda de objetos é maciça e, algumas vezes, repentina: pessoas, coisas, lugares, língua, cultura, costumes, clima, profissão, condição econômica, todos ligados a recordações e afetos intensos. O rompimento com o lugar de origem, proporcionado pelo ato de migrar, determina uma transformação na imagem de si, sobretudo pelo confronto com uma nova ordem social, pois o migrante se vê forçado a procurar novas configurações de si mesmo e do mundo para sua sobrevivência. Tal como um bebê que, sob a proteção de seus entes queridos, deve procurar novas saídas para passar a uma outra fase da vida, mais madura, o migrante se sente, muitas vezes, incapacitado e desprotegido de empreender todas as mudanças contidas no ato de migrar, vivenciando constantemente uma insegurança quase que existencial, colocando apreensões e angústias em relação a si mesmo e ao novo espaço onde ele se encontra.

O processo de migração leva o indivíduo à perda de estruturas já estabelecidas, tanto internamente como socialmente, o que pode gerar graves sentimentos de insegurança, sensação de solidão e isolamento e de enfraquecimento de pertencimento no meio social onde vive. Mesmo as pessoas que se sentem capazes de tolerar a mudança que uma migração impõe, passam sempre por um processo de elaboração com inevitáveis sentimentos de dúvidas, medos e anseios. As características de cada indivíduo, portanto, são estabelecidas com este objetivo de reeditar e reelaborar esta ordem constitutiva do humano. E é a partir desta ligação com um grupo que cada ser humano desenvolve as características de seu ser no mundo e as alternativas normais do desenvolvimento de um indivíduo incluem uma permanente elaboração de diferentes mudanças, que constitui a própria vida.

A trajetória social, a história de vida, do indivíduo migrante é importante, pois irá, de certa forma, determinar os tipos de angústias mobilizadas, bem como a sua intensidade, suas formas de defesa e as possibilidades de elaboração tanto interna quanto externa. Por isso, necessariamente, a realidade, tanto social como psíquica, é formada de pequenas mudanças cotidianas que colocam a necessidade de sofrer e aceitar perdas, assim como ganhos e vitórias; elaborar lutos e enfrentar medo, desconhecimento e estranheza.

Ou seja, uma quantidade infinita de fatores e situações pode levar, em cada caso, a uma série distinta de fantasias ou expectativas diferentes, tanto em relação ao próprio lugar de origem – perdido ou abandonado definitiva ou temporariamente, como à cidade de destino, no caso Brasília, ameaçadora ou sedutora, perseguidora ou idealizada. São diferentes, por exemplo, as angústias e as defesas mobilizadas por um migrante expulso ou extraditado do seu país ou cidade em relação a um outro migrante voluntário, ou mesmo àquele que saiu em busca de melhores condições de vida, ou um outro que decidiu pela mudança em razão da morte de parentes.

Como demonstra Grinberg (2004), durante o processo de migração, da decisão de partir até o fato em si, o responsável por um grupo familiar terá que tomar decisões que afetam também as outras pessoas do seu meio próximo. As pessoas que dele dependem podem sentir admiração e gratidão por quem assume a responsabilidade, mas, por outro lado, este “decisor” pode enfrentar censuras e queixas dos que partem com ele diante de qualquer contrariedade ou desilusão que possa vir a aparecer. As pessoas dependentes poderão sentir ressentimentos, desejos de vingança e mesmo a sensação de perseguição. Na realidade, o mundo de pessoas que rodeiam àquele que decide migrar começa a dividir-se em função da atitude assumida perante os seus planos de partir. Existem fatores intrapsíquicos que se relacionam com o processo de adaptação de migrantes, podendo haver, por exemplo, diferenças nos mecanismos ou na intensidade com que os indivíduos são afetados por estes fatores e que, muitas vezes, os familiares do indivíduo podem vivenciar o fortalecimento dos seus laços ou a ruptura dos mesmos.

As mudanças que ocorrem antes e depois da chegada no novo ambiente podem contribuir para romper relacionamentos entre membros familiares e perturbar a organização familiar, transformando o processo de adaptação em algo ainda mais difícil e doloroso. De qualquer forma, observamos que a migração se configura sempre em uma experiência de risco para a integridade social e psíquica do indivíduo, pois a mudança nunca é, somente, espacial, ela abrange toda a realidade do indivíduo, no seu mais amplo sentido.

## 1.2.2 Migração e Identidade Psíquica

Como já afirmamos, o processo de migração é um acontecimento que implica mudança importante na vida de um indivíduo e pode converter-se em fatores desencadeadores de ameaças ao sentimento de identidade na vida de um indivíduo e, com isso, propiciar o desenvolvimento de um desequilíbrio psíquico de ordem patológica mais grave.

Garcia (1996) demonstra, utilizando-se das idéias do psicanalista Victor Tausk (um dos primeiros pensadores que introduziu o termo “identidade” na teoria psicanalítica), que assim como a criança descobre os objetos e o seu próprio eu, durante seu desenvolvimento emocional, o adulto na sua luta constante, pela auto-preservação diante dos inúmeros acontecimentos de uma vida, deve repetir constantemente a experiência de encontrar-se a si mesmo e de sentir-se a si mesmo nas mais variadas realidades sociais.

Como coloca Grinberg (2004), o termo identidade para Freud, exprime justamente uma relação entre o indivíduo e seu grupo baseada, justamente, numa constante troca afetiva e social, ou seja, numa constante possibilidade de construir relações e objetos nos quais ele possa se identificar e identificar um outro como instância autônoma de si mesmo. De acordo com o psicanalista argentino, a identidade de um sujeito é formada a partir de três formas de vínculos. O vínculo de integração espacial compreende a relação das diferentes partes do *self* entre si, incluindo o sentido de individuação. O vínculo de integração temporal une as diferentes representações do *self* no tempo e outorga a base do sentimento de continuidade no indivíduo. Finalmente, o vínculo de integração social implica as relações entre aspectos do *self* e aspectos exterior e possibilitam o sentimento de pertencimento. Por isso, essa tripla composição identitária implica em conseguir (ou não) manter a estabilidade através de circunstâncias diversas e de todas as transformações da vida.

A condição do migrante estabelece uma realidade onde estas três formas de vínculos passam por transformações e abalos mais ou menos bruscos. A migração estabelece mudanças, por razões óbvias, tanto nos vínculos de integração espacial, como também nos laços temporais e sociais. A migração é um fato social manifesto justamente por se tratar desse processo de transformação social, temporal, e concomitantemente, cultural e social.

Uma ruptura traumática pode se manifestar na mistura de várias recordações anteriores com sentimentos atuais, como o esquecimento do nome da cidade onde se encontra, com a cidade onde mora, pessoas mortas, filhos e marido. Bem ou mal, existe dentro dessa dinâmica a possibilidade de quebra dessas três ordens de vínculos identitários, estabelecendo, na realidade do indivíduo, uma situação traumática.

Uma quebra ou desestabilização abrupta das relações sociais tem forte participação numa vivência de crise e empobrecimento psíquico na vida de um migrante. O sentimento de reconhecimento do próprio eu se torna abalado com os referenciais e conteúdos desse novo mundo, tão almejado, mas estranho e ameaçador pela distância que impõe a tudo que era familiar e próprio ao indivíduo antes da migração.

Dentro de uma base conceitual psicanalítica, poderíamos afirmar que somente o bom relacionamento com os próprios objetos internos, com a capacidade de aceitar perdas e elaborá-las permitirá a um indivíduo migrante integrar de maneira discriminada as diferentes realidades que experimentará nos dois ambientes, nos dois tempos, nos grupos de antes e nos atuais, para que sua vida possa apresentar-se como uma realidade capaz de ser potencialmente interpretada e reorganizada.

*“Assim, nos primeiros tempos após uma migração, costumam produzir estados de desorganização, de grau variável, em que podem reativar-se, no recém-chegado, angústias muito primitivas capazes de produzir estados de pânico, como medo de ser ‘devorado’ pela nova cultura (...) Estas vivências podem provir do conflito entre o desejo de se confundir com os outros para não se sentir marginalizado e o desejo de se diferenciar para se sentir ‘ele próprio’, conflito que pode gerar momentos de confusão por mistura dos dois desejos, dos dois tipos de sentimentos, das duas culturas ou momentos de despersonalização ou desrealização” (GRINBERG, 2004: 130).*

Como já ponderamos, nem sempre, porém, a migração exerce uma função desestabilizadora sobre o sentimento de identidade. Por vezes, a decisão de partir para uma nova cidade, pode representar novas possibilidades de configurar uma identidade mais estável, seja através da busca de emprego, de melhores condições de vida, reencontro com familiares distantes, dentre outras motivações. Assim, veríamos presentes na traje-

tória migrante a mistura de dor, sofrimento, amadurecimento e a procura de um outro eu, constituído a partir destas tantas experiências proporcionadas pela migração.

O indivíduo que migra precisa de um espaço que lhe possibilite a transição gradual entre o lugar de origem e o novo espaço, onde deseja (re) fazer sua vida. Nas palavras de Winnicott (1972), tal como um bebê, que necessita criar um "espaço potencial" para se desenvolver, para "sair" da ligação única do objeto materno, para um mundo externo desconhecido. É possível que, por essa razão, exista a necessidade de o migrante se apegar ao grupo e preservar no novo ambiente as condições para que a sua herança cultural não seja de todo esvaziada.

Se o indivíduo não se vê possibilitado em criar esse "espaço potencial", há, de acordo com Winnicott (Op. cit) uma ruptura na relação de continuidade da base de sustentação do ambiente e das condições internas do indivíduo, assim como o migrante, em situação de privação, com a perda prolongada de objetos confiáveis no ambiente, também sofre uma diminuição de sua capacidade de produzir e criar.

A migração é uma característica da condição humana desde muito tempo. Possivelmente poderíamos dizer que é uma característica natural da espécie. Porém, nosso enfoque restringe-se ao processo migratório determinado pela situação do homem no interior de um grupo social e especificamente pela necessidade de rompimento que a migração impõe. E, nesse sentido, este processo de rompimento e mudança pode ser encarado com um período de crise, ou seja, um período de transição que pode representar, para o indivíduo, tanto um período de crescimento como um período de vulnerabilidade, desorganização e adoecimento, com suas diversas conseqüências dentro de uma sociedade.

### **1.3 Espaço Urbano, Migração e adoecimento mental: uma trajetória do pensamento sociológico**

Dentro da tradição sociológica, o pensamento e os trabalhos produzidos na Escola de Chicago, entre 1910 e 1940, são considerados como os textos fundadores tanto da sociologia urbana, como de um pensamento sociológico a respeito da migração e especificamente da figura do migrante.

Como aponta Nye (1985), muito mais do que a criação desse arcabouço sociológico para o estudo da migração, pode-se relacionar o desenvolvimento também do pensamento da Escola de Chicago e todas as suas aproximações do fenômeno urbano, como o momento onde a sociologia e a psiquiatria, especialmente a norte-americana, estabeleceram um diálogo mais próximo e fecundo.

A sociologia urbana é um exemplo de uma área das ciências sociais cuja natureza é bastante diversificada e por isso tanto a medicina como a biologia influenciaram, mesmo que inicialmente, o desenvolvimento de um pensamento sobre as metrópoles que se desenvolveram com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. As analogias entre os desenhos das cidades e o corpo humano, todavia, são ainda mais remotas elaboradas ainda no século V a.C.

Estimulados pelo rápido crescimento de Paris e Londres, no final do século XVIII e início do XIX, os primeiros observadores, muitos com formação em medicina, passaram a se debruçar em fenômenos relativamente novos e com proporções significativas nos novos espaços urbanos: altas taxas de suicídios, perturbações mentais, crimes, prostituição, epidemias e outras patologias. Os alienistas, como eram chamados então os psiquiatras, começaram, desde então, buscar uma relação entre a vida do indivíduo em uma sociedade cada vez mais urbana, complexa e instável e o aumento de casos de doenças mentais e instabilidades emocionais. Estes observadores suspeitavam que a velocidade da vida moderna, as demandas de uma sociedade cada vez mais aberta, a industrialização e as tecnologias modernas contribuíssem tanto para o desenvolvimento de uma vida mais confortável, quanto para, paradoxalmente, o aumento de casos de insanidade e criminalidade (NYE, 1985).

Foucault (2007) também destaca esta relação frisando que é a partir do século XVIII e XIX que a medicina social se desenvolve como forma de disciplina do espaço urbano e de seus habitantes, através de um discurso onde a cidade vai ser palco de uma série de temores,

*“(...) medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar(...)Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano” (FOUCAULT, 2007:87).*

A imagem de um espaço doentio – onde os indivíduos seriam tanto as vítimas como os multiplicadores desses estados – estabelece, segundo Costa (2002), as mais variadas formas de pânicos e mitos, colocando sobre vigilância médica todo um conjunto de construções, instituições e pessoas. Estas reflexões sobre o espaço urbano contribuíram e justificaram projetos de reforma urbana, como a de Paris, comandada pelo Barão Haussmann no período de 1853 a 1869. O modelo de urbanização parisiense influenciou a reforma urbana de várias cidades européias e americanas, inclusive a do Rio de Janeiro.

O pensamento europeu, por exemplo, se desdobra no Brasil, e um dos caminhos é através do discurso médico que tenta não só explicar e tratar os males do organismo, mas também os da própria sociedade brasileira. Os médicos higienistas apontavam como causas para a degradação do espaço e da vida urbana, as condições de vida e trabalho, o amontoamento da população, localizando, assim, os espaços e a população, no sentido étnico racial, que deveriam ser alvo de controle e intervenções.

A ampla presença de uma população de escravos na cidade do Rio de Janeiro do século XIX distanciava a imagem da cidade daquela pretendida pela alta classe urbana que se formava, pois por mais que se esforçasse, a elite nacional não conseguia excluir por completo todos os indícios de atraso presentes no cotidiano da sociedade brasileira.

Madel Luz (1998) demonstra que inúmeras analogias serão desenvolvidas entre o corpo social e o corpo humano. A cidade, sob essa ótica, será vista como a metáfora do próprio organismo vivo, e o planejador urbano terá o papel de diagnosticar os males da cidade e de propor terapias e mesmo cirurgias radicais para extirpar seus aspectos patológicos promovendo a idéia utópica de uma cidade higiênica, equilibrada, racional e eficiente que garantirá o bem-estar social e físico de seus habitantes. Este estreitamento dos vínculos entre a biologia e a cidade se estabelece a partir de três referências básicas: o uso de metáforas orgânicas na descrição da forma urbana; o emprego dessas metáforas para comparar cidades com corpos anômalos e doentes e o estabelecimento de paralelos entre os métodos de análise e a intervenção do médico e do urbanista.

Neste diálogo desenvolve-se a idéia de que uma estratificação e uma diferenciação social cada vez mais aguda, estabelecida em um espaço urbano cada vez mais complexificado, pode contribuir para a diminuição do efeito moral da sociedade sobre o indivíduo, para o isolamento e para um enfraquecimento progressivo de referências sociais que conferem significado para sua trajetória social e psíquica.

Pols (2003), discorrendo sobre a tradição sociológica e o desenvolvimento do pensamento urbano, demonstra que a idéia de anomia, desenvolvida por Durkheim, será um importante construto teórico, auxiliando, de certa forma, uma observação mais fundamentada desse fenômeno urbano de instabilidade social e individual.

Bastide (1967), em *Sociologia das doenças mentais*, vai desenvolver, por exemplo, a idéia de que o indivíduo com distúrbio mental, no espaço urbano, é um indivíduo anômico, ou seja, que está experimentando, por diversas razões, um lapso de suas referências e por isso uma perda de sua estabilidade, tanto social, como emocional. De certa forma, demonstra o sociólogo francês, o processo de migração é um processo de transição que estabelece, potencialmente, um estado de anomia, ao promover de forma mais ou menos radical, uma transição de aspectos culturais e referências para esse indivíduo migrante.

Embora Robert Park (1987) não tenha se utilizado essencialmente do termo anomia, ele desenvolve em seus estudos a formulação de que uma das características da vida urbana é a desestabilização de certos modos de associação e de vínculos. Nesse sentido, para Park, a questão se coloca em como as formas de associação tradicional e urbana podem funcionar para àqueles indivíduos que saem de áreas rurais ou de pequena população e chegam às grandes metrópoles.

Interessante observar, nesses dois autores e também na tradição do pensamento sociológico e mais especificamente urbano, como a idéia de um afrouxamento das relações sociais e das referências coletivas está implicada necessariamente com o retrato da vida em uma grande cidade e com um conseqüente processo de migração, onde esse conjunto de referências e de vínculos sofre abalos e questionamentos de ordem pessoal e social.

Durante a Depressão de 1930, demonstra Pols (2003), o interesse da psiquiatria americana pelos aspectos econômicos, sociais e culturais como fatores determinantes da saúde mental aumentou ainda mais, devido aos eventos turbulentos pelos quais a sociedade passava. Por isso, um grupo de psicanalistas, sociólogos e antropólogos passaram a investigar a relação entre cultura e personalidade, com destaque para a relação entre as sociedades e os padrões específicos de personalidade aí produzidos, bem como as manifestações neuróticas e psicóticas que as caracterizavam.

Tantos os trabalhos de Margaret Mead como de Ruth Benedict irão sugerir, de maneira bastante própria, que a cultura é, em maior ou menor grau, a principal dinâmica para se conhecer os padrões de saúde e adoecimento mental de uma sociedade. No conjunto desses desenvolvimentos teóricos e práticos estabelecidos à época existe um evidente viés romântico que vai idealizar a vida primitiva, pacata e saudável, e, ao contrário, vai definir as sociedades industriais, como espaços alienantes e propensos a adoecer seus membros (POLS 2003).

O desenvolvimento do pensamento sociológico de Chicago vai contribuir para desidealizar essa relação entre campo e cidade ao empreender um estudo muito mais detalhado do modo de vida urbano, característica marcante da sociedade capitalista que se desenvolvia. O pensamento desenvolvido pela Escola de Chicago, principalmente com a idéia de uma teoria ecológica como forma de entendimento do modo de vida urbano, é tributário, dentre outros fatores, de aspectos estudados e desenvolvidos tanto pela biologia como pela psiquiatria, no sentido de entender uma inerente relação entre a mudan-

ça social e o desenvolvimento de síndromes psiquiátricas. Wirth afirmava justamente que para se pensar a sociedade humana é preciso relacionar tanto as forças naturais como as sociais como bases que estabelecem o fundamento e o contexto dentro do qual as pessoas se comportam. Por isso, a ecologia humana se torna uma perspectiva importante tanto para analisar a organização social, como também a psicologia social, no que se refere à vida dos indivíduos na cidade (NYE, 1985).

A perspectiva ecológica, desenvolvida por Park (1987), observa a cidade como uma área natural, uma espécie de organismo capaz de estabelecer um modo de funcionamento característico, baseando-se na perspectiva de vida coletiva como um processo adaptativo consistente da interação entre meio-ambiente, população e organização ou desorganização desses fatores. Por isso, o local onde o indivíduo habita é preponderante para o desenvolvimento de sua personalidade e de sua trajetória social (ABBOTT, 1997).

Ao mesmo tempo, Burgess (1970), colega e colaborador de Park, desenvolve a idéia da cidade como um conjunto de círculos concêntricos ordenados em torno de um distrito central de negócios. As residências se fixam, portanto, a partir de uma força centrífuga a partir do centro da cidade. Com o aumento cíclico da população e dos negócios, tem-se uma luta por melhores localizações na cidade. As áreas residenciais se estabelecem segregando-se em tipos, de acordo com a composição sócio-econômica da população. Esta perspectiva vai inspirar várias pesquisas que tentarão relacionar as formas de vidas de determinados bairros e comunidades com as características e personalidades dos indivíduos que ali habitam.

O problema colocado pelos estudos de Park e Burgees, destaca Nye (1985), é justamente o de definir como o funcionamento da cidade, ou seja, das relações e da associação entre os indivíduos de uma cidade, produz uma série complexa de comportamentos, mas especialmente àqueles do tipo marginal e patológico. Nesse sentido, os dois sociólogos demonstraram que a desorganização social e, por conseguinte, os problemas sociais têm uma distribuição desigual pelas zonas da cidade, apresentando maior intensidade na zona chamada de transição, onde se concentram os migrantes recentes (imigrantes e população vinda das zonas rurais) e onde é maior o efeito da desorganização social e o enfraquecimento dos laços sociais e dos valores e tradições coletivas. A característica de transição define, justamente, o perfil do indivíduo dessa zona urbana. O migrante não está somente em um processo de mudança espacial, mas também vivendo,

positiva e negativamente, toda uma transição de valores, de relações sociais, vínculos afetivos, ou seja, de identidade social e psíquica.

De acordo com Freitas (2002), o residente dessa área de transição, se assemelha com a idéia desenvolvida por Simmel do estrangeiro, como aquele indivíduo que chega à cidade, mas não consegue se vincular permanentemente a ela, tanto no sentido concreto como emocional. As relações empreendidas nessa área têm, intrinsecamente, uma natureza transitória, de fraca vinculação entre os indivíduos, incapaz de criar referências mais estáveis e relações com um sentido mais pleno de continuidade e confiança mútua.

A sociologia, dentro dessa perspectiva, vai se interessar sempre pela relação entre os espaços urbanos, os tipos de interação estabelecidos e, por isso mesmo, os tipos de personalidades formadas e desenvolvidas. As relações sociais estabelecidas pelos indivíduos na cidade sociais são vínculos essencialmente espaciais, no sentido que a cidade não é somente seus dados aparentes e concretos, mas também o estado de mente de seus habitantes, que vai, por isso mesmo, regular e caracterizar qualquer aproximação entre eles.

Pols (2003) mostra que, dentro da tradição de Escola de Chicago, será Robert Faris e H. Warren Dunham que irão especificamente elaborar um estudo que tentará relacionar de forma mais direta a doença mental e o modo de vida urbano. De acordo com os autores, a desintegração social de determinadas áreas na cidade, através do crime, pobreza, desemprego e de altas taxas de mudanças da população, causa, progressivamente, no indivíduo o afastamento de uma vida social; ou seja, de vínculos sociais e afetivos, podendo levar, em casos extremos, a um processo de esquizofrenia. Uma vida social atrofiada, sinônimo de relações sociais instáveis, combinada com um espaço de moradia pauperizado social e economicamente, vai, necessariamente, produzir personalidades instáveis e patológicas em maior ou em menor grau.

Nesse sentido, alguns estudos aparecerão, dentro dessa tradição de pensamento, na tentativa de relacionar os aspectos inerentes à migração, ao modo de vida urbana e ao desenvolvimento de comportamentos e de personalidades mais ou menos equilibradas. Rea e Triper (2003) destacam o trabalho de William Thomas e Florian Znaniecki e suas idéias sobre desorganização e reorganização entre as comunidades de imigrantes e o novo espaço onde se encontram. Dentro do ciclo de desorganização e reorganização pelo qual se passa uma comunidade de imigrantes (no caso do trabalho dos dois soció-

logos norte-americanos, uma comunidade polonesa), a assimilação não é necessariamente uma garantia do final de todo esse processo.

Certos indivíduos escapam ao efeito positivo de um processo de adaptação e de reorganização social na comunidade onde se estabelece, e se encontram em uma situação de desmoralização, traduzida, muitas vezes, por práticas de delinquência e problemas psicossociais, tais como o alcoolismo e diversos distúrbios psicológicos. Este processo de desestabilização é, em grande parte, um processo inconsciente, mas que emerge, principalmente, das múltiplas formas de interações pela qual esse indivíduo consegue ou não estabelecer com o seu grupo e o novo ambiente onde se encontra.

Embora passíveis de muitas críticas, as idéias desenvolvidas inicialmente, em especial, por esses dois sociólogos apresentaram um avanço na tradição do pensamento social ao tirar de foco a questão racial e étnica e relacionar o comportamento nas grandes cidades com as relações e vínculos formados em cada comunidade daquele espaço.

É tanto que em seu desenvolvimento ao longo do tempo, a Escola de Chicago desenvolveu uma visão otimista da imigração, tomando como forma característica a idéia do homem marginal; aquele que se torna um híbrido cultural, que utiliza com intimidade duas culturas distintas, mas não é plenamente aceito por nenhuma delas e é, ao mesmo tempo, integrado e marginalizado por ambas. Por esse raciocínio, ao longo do tempo, ocorreria uma completa assimilação estrutural e cultural desse indivíduo, embora não fosse claro se isso envolveria, no caso estudado pela Escola de Chicago, a adoção de valores anglo-americanos, pois esse processo de assimilação não implicaria, no entanto, em um total abandono de seus valores e modo de vida originais. Esses migrantes corresponderiam justamente à idéia do próprio indivíduo metropolitano, capaz de sintetizar diversas e complexas referências culturais, tornado-se, um grupo cada vez mais amplo e inclusivo dentro da própria estrutura urbana.

Segundo Abbott (1997), esse processo de equilíbrio terá sempre uma natureza instável promovendo consigo e paralelamente o desdobramento, o desenvolvimento e diferenciação de formas culturais distintas, correspondentes a essas diferentes áreas e grupos. Esta instabilidade inerente a um processo de chegada de um indivíduo em um novo espaço de convivência é intrínseca, pois, inquestionavelmente, a migração é um processo de ruptura.

Justamente essas incompatibilidades e descontinuidades das relações podem vir a desestabilizar e colocar uma pressão excessiva sobre o indivíduo migrante e o seu aparelho psíquico. A não-absorção destas pressões socioculturais produzidas durante o processo de mudança relaciona-se diretamente com o início de sintomas psiquiátricos e psicossomáticos, tais como a psicose, objeto de estudo deste trabalho.

O imigrante pode se transformar, assim, em um indivíduo deslocado, por não estar inscrito em um espaço social legitimado e reconhecido objetivamente e valorizado. Como demonstra Rezende (2005), o migrante passa a ser considerado um incômodo, justamente porque nem ele consegue construir e dividir seus vínculos e também lhe é negado a sua própria história, seu passado, o nascimento, a origem. O sofrimento vivido pelos migrantes em geral não é apenas uma expressão emotiva em consequência das dificuldades que encontra ao mudar de uma cidade, mas também é expressão de sua tentativa de se “colocar no lugar do outro”.

Por isso, pensar a migração é sempre lidar com um fenômeno que representa uma experiência traumática, apresentando-se das mais variadas formas, mas sempre através de efeitos profundos e duradouros. É, enfim, um processo de desequilíbrio que necessita sucessivas formas de reequilíbrio, nem sempre realizáveis.

Como afirma Bastide (1967), a maior ou menor gravidade das perturbações desencadeadas pela migração dependerá, em grande parte, dos vínculos deixados no lugar de origem e na capacidade de formar novos laços primários (constituição de família, vínculo de amizade, relacionamentos) e secundários (laços profissionais, redes de assistência).

Dentro desta experiência traumática, a migração tanto pode ser um processo rico e criativo, como também destruidor e impeditivo para que o indivíduo desenvolva-se social e psiquicamente. Nesse sentido, sua realidade permanece em um estado de incerteza onde se mantém indefinidamente no limiar de duas ou mais culturas, sem deixar captar-se por uma nova ou absorvê-la em sua cultura de origem.

Para Pols (2003), mais recentemente, se desenvolveu novas formas de investigação dessa relação entre meio urbano, migração e doença mental, com destaque para trabalhos de cunhos eminentemente estatísticos, que buscavam achar uma relação entre os fatores. Contudo, estes trabalhos, em nenhum momento, chegaram a uma conclusão definitiva e puramente causal que relacionasse epidemiologicamente o processo de migração com o adoecimento mental.

A potencial conexão causal entre migração e saúde mental tem sido um dos mais controversos tópicos de pesquisa para a psiquiatria social na América Latina. O estudo de Micklin e Leon, realizado na década de 70 do século passado, por exemplo, tentou revelar uma associação entre migração e distúrbio psicológico na cidade colombiana de Cali, abordando uma série de variáveis independentes, indicando, claramente, que o gênero, a escolaridade e a mobilidade social estavam associados aos níveis de distúrbios psiquiátricos entre migrantes de zonas rurais para urbanas. (ALMEIDA-FILHO, 1987).

Como demonstra Almeida Filho (1987), no Brasil, vários estudos populacionais de morbidade psiquiátrica foram realizados com um inventário de sintomas denominado QMPA (Questionário de Morbidade Psiquiátrica em Adultos), todos de cunho muito mais psiquiátrico, do que propriamente sociológico.

Para o autor (Op. cit), a não-absorção das pressões socioculturais produzidas durante o processo de mudança relaciona-se, evidentemente, com o início de sintomas psiquiátricos e psicossomáticos, embora a teoria psiquiátrica não esclareça a importância relativa dos níveis de absorção, social e psicológico do indivíduo migrante em sua nova comunidade, em relação a sintomas tradicionalmente consolidados nas ciências médicas.

Por isso mesmo, em nenhum momento, pode-se estabelecer uma relação simplesmente direta entre os vários processos. A relação, aqui desenvolvida, é uma forma explicativa das trajetórias de vida dos migrantes que se tornaram internos de um hospital psiquiátrico. Uma possível leitura sociológica desses fenômenos vai buscar não um processo simples de causação, mas a compreensão dos níveis de relação entre os seguintes fenômenos sociais: migração, espaço urbano e o desequilíbrio psíquico.

## II. RELAÇÕES E VÍNCULOS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO

A trajetória de vida de um migrante se relaciona, incontestavelmente, com as relações sociais que este indivíduo consegue estabelecer tanto antes de sua partida, como, principalmente, quando chega ao novo espaço de sua migração. O questionamento a cerca das conseqüências sociais e psíquicas de um processo de migração na vida do indivíduo, necessariamente, coloca em discussão os aspectos da interação social, ou seja, de como os indivíduos criam e mantêm laços sociais dentro dos diversos grupos sociais que constituem uma determinada trajetória.

O universo cultural no qual o indivíduo se desenvolve e socializa traz consigo um conjunto de valores, símbolos, atitudes, modos de sentir e sofrer, enfim, formas de organizar a subjetividade, que são fundamentais na constituição do sujeito, das suas relações interpessoais, da sua estabilidade social e psíquica, enfim de sua saúde e de sua doença.

A capacidade ou não de estabelecer vínculos com outros indivíduos, dentro do novo meio social onde o migrante se encontra, implica obrigatoriamente em processos de mudanças, sendo seu grau definido pelos indivíduos ou grupos implicados, bem como pelo cenário social do novo lugar. Por isso mesmo, pensar o processo de migração é também pensar o migrante dentro de um novo ciclo de socialização, de inserção dentro de uma variedade mais ou menos nova de microcosmos.

Por isso, toda migração cria uma necessidade de transformação, devido ao afastamento do familiar, do que é próximo e conhecido, como valores, hábitos, costumes e visão de mundo, fazendo com que muitas vezes todos esses instrumentos individuais e coletivos se tornem ineficazes para solucionar problemas surgidos com a nova vida. Tal processo pode levar o migrante a se sentir um estrangeiro em seu próprio país, sendo esse sentimento de estranheza e insegurança intensificado ou não pelos valores e hábitos do novo lugar.

Estudar o processo de migração, como fenômeno social, não é somente tratar de suas causas e efeitos mais evidentes, como as estruturas econômicas das regiões envolvidas num fenômeno de migração em massa ou as manifestações mais evidentes de mudanças de hábitos e costumes que enfrentam os migrantes, mas focar também seus aspectos mais constitutivos e subjetivos, como sua trajetória de vida, ou seja, seu per-

curso de socialização, como também a capacidade do indivíduo migrante de estabelecer e manter vínculos sociais ao longo de sua biografia.

## **2.1 Sociedade e Indivíduo: A formação de uma trajetória social**

A noção de socialização se apresenta como um tema importante à sociologia, necessariamente porque diz respeito à maneira como se relaciona as instâncias individuais e coletivas, ou seja, como se forma a relação entre o indivíduo e a sociedade e de que natureza esse vínculo se estabelece dentro das mais diversas realidades. Pensar no processo de socialização é, de certa maneira, estabelecer uma forma de analisar de radiografar uma espécie de trajetória do indivíduo nos mais diversos contextos sociais e como, ao mesmo tempo, essa trajetória é a história de formação de uma identidade tanto individual como coletiva.

O estudo clássico da sociologia e, especificamente do processo de socialização, sempre destacou dois espaços para o estabelecimento deste processo - a família e a escola, principalmente em razão da concepção durkheimiana de educação onde um processo normativo, através da coerção e punição moral deveria normatizar a relação entre indivíduo e sociedade. As teorias de socialização não se distinguem dos grandes paradigmas e das grandes teorias das ciências sociais.

Na concepção de Durkheim, a socialização pode ser entendida como uma construção de um ser social totalmente identificado com os valores da sociedade em que está inserido, ou seja, um processo de interiorização ou de naturalização dos fatos sociais. O contato do indivíduo com a família e a escola, segundo essa concepção, não tem um objetivo apenas utilitarista de preparação do indivíduo para o mundo exterior, mas exerce uma influência total na personalidade dos indivíduos e ao longo de todos os aspectos de sua vida. A educação moral de instituições como a família e escola teriam a responsabilidade, portanto, de forjar a personalidade de um novo sujeito social, agora identificado com a proposta de uma sociedade burguesa e capitalista (DUBAR, 2005).

Nesta perspectiva, a constituição de um ser social e o estabelecimento da sua dimensão humana significa justamente a possibilidade de internalização de uma ordem coletiva e a possibilidade de uma relação harmônica entre os fatos sociais, objetivos e materializados em valores da coletividade, e os fatores individuais, representados pelos estímulos internos e subjetivos dos indivíduos.

De acordo com Dubar (Op. cit), as idéias de Durkheim tiveram bastante desenvolvimento e repercussão dentro da própria sociologia, mas também na área da psicologia do desenvolvimento. O autor demonstra que as idéias de desenvolvimento mental da criança como um processo contínuo e não linear, elaboradas por Jean Piaget, teve uma ligação (tanto positiva como negativa) com as idéias do sociólogo francês. Para Dubar, Piaget critica uma visão durkheimiana a cerca do processo de interação entre indivíduo e sociedade justamente em razão de uma visão demasiadamente holista, onde a socialização seria uma espécie de introjeção simples e direta, pelas instituições sociais, de uma maneira de agir, fazer, pensar e sentir. Ao contrário, para Piaget, esse processo teria uma natureza muito mais relacional onde a cooperação voluntária entre os indivíduos substituiria o binômio coerção e punição, que marcava a interação entre a instância coletiva e individual.

É possível identificar em grande parte das abordagens culturais e funcionalistas a cerca do processo de socialização essa característica durkeimiano da formação dos indivíduos, através da perspectiva de incorporação das maneiras de ser de um grupo, uma visão de mundo e uma relação com o futuro. Em outras palavras, a interiorização incondicional de valores, normas e disposições sociais que fazem do indivíduo um ser socialmente identificável. Justamente nos anos 50 do século passado, Talcott Parsons e sua equipe desenvolveram a partir de uma abordagem funcionalista, ligado também a uma visão particular de determinados elementos psicanalíticos, um modelo sistemático a fim de superar as variabilidades das instituições de socialização do indivíduo. Resumidamente, poderíamos destacar que a idéia desse sistema era de que uma sociedade – seja qual for, no tempo e no espaço – para sobreviver, deveria reproduzir ao mesmo tempo sua cultura e sua estrutura social, colocando, por isso, o papel do coletivo como preponderante no processo de formação do indivíduo (DUBAR, 2005).

Posteriormente, destaca Dubar (Op. cit), a tradição sociológica apresentou a crítica à idéia de conformidade do indivíduo à sociedade, destacando às formas de dominação engendradas nessa idéia, principalmente através da sociologia francesa e as idéias de Pierre Bourdieu de habitus de classe incorporados no processo de socialização e de distinção social.

Nesse sentido, as perspectivas do processo de socialização apresentados até aqui como um desenvolvimento da própria sociologia, apesar de mostrar uma característica essencial da formação dos indivíduos - que é a incorporação, pelo indivíduo, das maneiras de ser, sentir, pensar e agir de um grupo contém uma problemática ao reduzir o corpo social ou o processo de integração do indivíduo e sociedade como uma unidade monolítica e coerente.

Não é possível, com isso, pensar a relação indivíduo e sociedade, como um postulado a partir do qual cada indivíduo procura ou se conformar à cultura do grupo ou maximizar suas riquezas ou posições de poder, de acordo com o meio social onde se encontra. O processo de socialização necessariamente deve abordar essas duas dinâmicas, em um sentido, não de privilegiar uma concepção mais holista ou mais individualista, mas sim, de mostrar que a que a construção de uma realidade contém a possibilidade de negociar os anseios coletivos e individuais ao mesmo tempo. A relação entre indivíduo e sociedade deve ser observada, como uma cadeia ininterrupta de ações que associam os indivíduos em uma trama complexa de relações que as ligam a diversos grupos os quais, por sua vez, podem ser interdependentes ou não.

Como explica Elias (1994), todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existem antes dele e, das quais, ele depende e é somente no convívio com outros seres humanos que ele tem a possibilidade de se transformar num ser mais complexo, no sentido de possuir referências mais amplas e diversificadas. Apesar da constituição psíquica do ser humano ser sua própria marca de singularidade no mundo, as relações que ele estabelece com outras pessoas ao longo de sua trajetória de vida terão, contudo, muito mais influência sobre ele que sua própria constituição. A relação entre o pólo individual e o social estabelece e dá, ao mesmo tempo, fixidez e elasticidade à vida em sociedade. A sociedade é formada por indivíduos e estes são constituintes da sociedade – ambos inexoravelmente imbricados, não sendo possível considerar os termos separadamente, pois é impossível perceber uma sociedade sem indivíduos e, por isso mesmo, não há indivíduos sem sociedade.

Ou seja, ocorrem, constantemente, espaços para decisões individuais, das quais dependem os destinos pessoais e imediatos do indivíduo, ou o de uma família inteira, ou até de nações inteiras. Mas estas oportunidades não são em si mesmas criadas singularmente; são prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. Independente da atitude tomada,

esta originará outra seqüência de ações, cuja direção e resultado provisório dependerão da distribuição de poder e da estrutura das tensões em toda a rede humana móvel, mas não dependerá do indivíduo. Compreender a sociedade é poder entender o processo de interação dos indivíduos entre si e com as configurações sociais, onde uma escala hierárquica de forma e/ou importância entre as instâncias sociais e individuais perde completamente o sentido.

### **2.1.1 A construção social da realidade: A constituição de uma individualidade em relação com o outro**

Como demonstra Berger e Luckmann (1983) foi George Mead, em 1934, quem demonstrou, primeiramente, que o processo de socialização, mais do que um processo somente de coerção e punição, como preconizava Durkheim, é um processo de construção de uma identidade social – ou *self*, no vocabulário de Mead, que se constitui na própria possibilidade de comunicação e interação com os outros. Essa comunicação é permeada justamente pelo ato social que implica a interação entre diferentes organismos, sendo que o ato mais elementar é o gesto. Esta comunicação gestual acaba por estabelecer, simbolicamente, uma espécie de linguagem que implica em quem os executa a mesma reação naqueles a quem se dirigem.

A comunicação, expressão gestual seria assim uma espécie de modelo para toda a comunicação e a essência de significação de todo o processo de socialização, pois é a partir daí que a criança, por exemplo, pode perceber os papéis assumidos pelos outros indivíduos à sua volta. O papel desempenhado é justamente esse conjunto de gestos e referências que funcionam como símbolos significantes e associados para se formar a idéia de um outro, diferente de mim mesmo.

Para Mead, a criança começa a se socializar não somente a partir de simples gestos imitativos, mas também da possibilidade de recriar, muitas vezes através do ato lúdico um conjunto de gestuais, tais como, o papel da mãe e do pai dentro de determinados contextos e até mesmo a partir da criação de uma espécie de duplo invisível, onde ela pode experimentar, justamente, esses gestos dentro da dinâmica de uma interação fantasiosa com ela mesma. Um segundo momento, pode se estabelecer justamente, quando a criança passa a incorporar, principalmente na escola, determinadas regras e normas dentro da sua dinâmica cotidiana. Nesse sentido, a última etapa do processo de

socialização consiste no indivíduo ser reconhecido também como um membro desses diversos grupos que, quando criança, pode se identificar. Com isso, ele deixa de ser um membro passivo que, simplesmente, interiorizou as normas mais generalizadas de um grupo, e passa também a ser um ator útil e reconhecido. Ou seja, o importante é destacar que, para Mead, existe o reconhecimento de um duplo movimento onde ao mesmo tempo em que o sujeito internaliza, concreta e subjetivamente, determinados padrões sociais, ele também se desenvolve a ponto de se apropriar de papéis e aprender a desempenhá-los de maneira singular e eficaz (DUBAR, 2005).

Peter Berger e Thomas Luckmann, em *A construção social da realidade* (1983), conseguem retomar e aprofundar algumas das idéias de George Mead, ao introduzir uma distinção entre socialização primária e secundária e definir o processo de socialização como um processo de imersão do indivíduo em um universo simbólico e cultural e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de estabelecer um conjunto de definições próprias sobre esse mundo.

Em uma primeira etapa, a criança está inserida em um universo social, na qual ela vive como a única possibilidade existente e possível de se viver. Este primeiro contato se realiza a partir de um conjunto de referências que faz com que a criança consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É através do aprendizado primário da linguagem – oral e escrita – que se constitui o processo fundamental da socialização primária, pois assegura a posse subjetiva de um eu e de um mundo exterior.

Desta maneira, esse processo primário estabelece, inicialmente, campos semânticos construídos, dentro desse processo de elaboração e interação entre o eu e o mundo, onde a experiência pode ser produzida e acumulada. A acumulação é seletiva, pois os campos semânticos determinam o que será retido e o que será "esquecido", como parte da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude dessa acumulação, constitui-se um conjunto de conhecimentos transmitidos de uma geração para outra e utilizável pelo indivíduo na sua vida cotidiana. Os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão não somente das relações entre a família e o universo escolar, mas de sua própria relação com os adultos e os diversos microcosmos que fazem parte de seu processo de socialização.

Como explica o próprio Elias (1994), ao determinar a relação entre indivíduo e sociedade, aquilo que entendemos como individualidade de uma pessoa é um conceito que se refere muito mais a uma qualidade estrutural de sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas do que a uma concepção ontológica de caráter individual. Ou seja, o modo como um indivíduo decide e age se desenvolve sempre através das relações com outras pessoas, sem qualquer indicador de um processo meramente passivo dentro desse processo, pois aquele que é transformado pela sociedade também a transforma.

O que Berger e Luckmann (1983) denominam processo de acumulação de conhecimento estabelece, por si só, uma dinâmica motivadora da conduta social do indivíduo. Esse processo, que é justamente a idéia de socialização do indivíduo, permite definir os papéis sociais que devem ser desempenhados e controlar todas as condutas - conhecimento socialmente objetivado como tal, como um corpo de verdades universalmente válidas sobre a realidade em diversos setores comuns e específicos do organismo social.

O universo simbólico construído a partir das interações, dentro do processo de socialização, permite a legitimação da própria biografia, mas também do próprio indivíduo, em sua realidade subjetiva, na medida, em que ele pode ancorar sua própria identidade. Nesse sentido, o universo simbólico é um instrumento de legitimação da relação entre o indivíduo e a sociedade na medida em que o indivíduo pode viver em sociedade com certa segurança de que realmente é quem considera ser, enquanto desempenha seus papéis cotidianos em relação com outros indivíduos.

Segundo Aulagnier (1979), a característica da função simbólica é, justamente, estabelecer relações e vínculos – concretos e emocionais – que engendra uma configuração do real que permite a passagem do individual aos valores universais. Por isso, ele é construído como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. A sociedade e toda a biografia do indivíduo são acontecimentos que passam dentro de um universo simbólico, pois os mesmos podem ser considerados produtos sociais e culturais que têm sua história influenciando diretamente no comportamento dos atores sociais.

Berger e Luckmann (1983) afirmam que a periodização da biografia do indivíduo (criança, adolescente, adulto, idoso) é legitimada como um determinado modo de ser dentro de um universo simbólico, pois

*“Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. Assim, o universo simbólico liga os homens como seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo um significado à morte individual. Todos os membros de uma sociedade podem agora conceber-se como pertencendo a um universo que possui um sentido que existia antes deles terem nascido e continuará a existir depois de morrerem” (BERGER E LUCKMANN, 1983:135).*

Quando o indivíduo contempla sua vida passada, por exemplo, sua própria vida se torna inteligível dentro desses termos, ou quando ele projeta sua vida no futuro pode conceber realizações a partir desse universo simbolizado dentro de uma determinada estrutura social. A vida cotidiana pode tomar forma, justamente, quando os indivíduos podem repetir ações, gestos e atos numa rotina que, primeiramente, não lhes pertence nem está sob seu domínio, mas que posteriormente pode ser modificada ou mesmo pensada por essas pessoas.

De acordo com Aulagnier (1979), o espaço no qual o indivíduo pode e deve se constituir mostra que sua organização está situada sob a égide de uma série de signos lingüísticos, próprios ao afeto e ao sistema de parentesco. Estes signos ao se apresentarem à criança nomeando uma coisa ou elemento, definem, por si só a relação entre o objeto e quem toma aquela enunciação como um sentido próprio. É através da descoberta do nome do objeto, explica a psicanalista e da nomenclatura do laço que o une ao sujeito que ocorre uma espécie de nascimento do sujeito, instância social e emocional, capaz de se auto-definir através de vínculos estabelecidos, ódio, raiva, inveja, amor, carinho em relação aos objetos do mundo.

A idéia de socialização, proposta por Berger e Luckmann (1983), se desenvolve para além da socialização primeva da criança e destaca, essencialmente, o momento em que os autores denominam de socialização secundária, definida como um processo de interiorização de microcosmos institucionais especializados com a possibilidade de aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho, tais como o próprio ambiente profissional.

Dubar (2000) explica que essa aquisição de saberes estaria ligada a uma espécie de um programa formalizado, através do universo simbólico veiculando uma nova concepção de mundo, que, ao contrário dos saberes de base da socialização primária, são definidos e constituídos em referência a um campo especializado de atividades, adquiridos, sobretudo nas instituições profissionais.

Para Setton (2005), o texto *Socialização: como ser um membro da sociedade*, de Peter Berger e Brigitte Berger, de certa forma, segue o mesmo raciocínio da obra anterior de Peter Berger e Thomas Luckmann, mas, todavia, amplia seus conceitos ao não colocar o mundo do trabalho como a única esfera responsável pelo processo de socialização secundária. A idéia apresentada pelo casal de sociólogos é de que todo tipo de ambiente social, ou seja, microcosmos, inseridos em determinados macrocosmos, ou meios sociais, fora da esfera doméstica, pode exercer alguma influência sobre o indivíduo no processo secundário de construção identitária e que, por isso mesmo, a distinção entre socialização primária e secundária se torna uma mera divisão de ordem teórica. O processo de socialização é um processo contínuo e ininterrupto formado por características específicas de cada microcosmo por onde o indivíduo passa – família, escola, trabalho, amigos – e que acaba por gerar a constituição de uma trajetória mais ou menos variada e constitutiva da identidade individual.

O processo de socialização, observado a partir desta perspectiva abre a possibilidade de definir a mudança social como um processo de transformação de uma identidade inicialmente construída e adquirida na socialização primária. Com isso, como observaremos posteriormente, a relação entre socialização primária e secundária pode levar tanto a um fortalecimento identitário do indivíduo como também a rupturas que podem, progressivamente, levá-lo a uma grave desestabilização psíquica.

É importante ressaltar que a abordagem sobre o processo de construção social da realidade permite entender a socialização e a relação entre indivíduo e sociedade a partir da perspectiva de interação constante entre os dois pólos e não apenas a partir, simples-

mente, da reprodução coerente de uma dada ordem coletiva. Nesse sentido, as instituições da socialização, primária e secundária, não são simplesmente esferas complementares e integradas, mas instâncias que ao se combinarem podem provocar uma série de destabilizações identitárias e mesmo psíquicas, pois podem evidenciar lógicas de atuação e concepções de mundo muito distintas e perturbadoras para a dinâmica emocional do indivíduo.

Em resumo, é a continuidade e a consolidação progressiva do processo de socialização que permite ler e interpretar a possibilidade de construção de uma identidade mais ou menos equilibrada. As marcas de ruptura, de desequilíbrio, os ruídos dessa relação, contínua, mas também frágil, entre o indivíduo e a sociedade se constituem como possibilidade de investigação sociológica do caminho percorrido por esse migrante, de sua terra natal até uma instituição psiquiátrica em Brasília.

### **2.1.2 Memória e Identidade: a capacidade do indivíduo de formar vínculo**

O processo de socialização, a possibilidade de interação social entre indivíduos, portanto, é muito mais do que somente os fatos sociais concretos que se apresentam dentro da trajetória de uma vida. Para além destes aspectos concretos e aparentes, deve-se destacar também o âmbito mais profundo de um processo de socialização, no sentido em que as instâncias sociais e individuais se misturam, dentro de um conjunto de representações simbólicas, que, como destaca Berger e Luckmann (1983), servem como uma espécie de ordem, de base para uma apreensão subjetiva da experiência do indivíduo em sociedade e, portanto, servem como indicadores (positivo e/ou negativo) da maneira como ele presencia e se apresenta no mundo.

Quando se observa as mudanças empreendidas pelo migrante, a imagem primeira, e mais óbvia, é justamente o deslocamento espacial. Porém, esta mudança contém em si mesmo esferas muito mais amplas do que somente a transformação concreta da paisagem – geralmente rural para urbana, ou a necessidade de se habituar à novas formas de condutas e comportamentos. A migração contém também e, principalmente, o choque de novas instâncias simbólicas, importantes para a configuração biográfica do indivíduo. Por isso, o migrante é aquele que além das transformações espaciais, de território, experimenta em si mesmo uma transformação no sentido temporal e afetivo sobre o mundo social que deixou e o mundo social que está buscando.

O sentido do conceito de territorialidade, estabelecido tanto por Raffestin (1993) como por Lefebvre (1991), tenta justamente relacionar tanto uma dinâmica concreta como uma instância simbólica, constituinte, também de fatos e dinâmicas sociais. Nesse sentido, territorialidade não é somente os caracteres concretos e particulares de um território, seu conteúdo estrutural, mas também seu conteúdo simbólico, advindo justamente da possibilidade de interação dos indivíduos daquele espaço.

Em um trabalho que tem como foco a migração do indivíduo de origem rural para um espaço urbano, a idéia de espaço concreto e simbólico é uma ferramenta para entendermos a extrema complexidade que é inerente a um processo de migração. A terra, o espaço, que esse migrante vai deixar para trás não é somente um dado concreto, uma localidade de nascimento, de moradia, de trabalho, mas é também uma espécie de repatório social e emocional de toda uma dinâmica de experiências vividas, compartilhadas e construídas: festas, lugares, memórias, cheiros, personagens, ruas. O espaço vivido simbolicamente permite compreender que são justamente as diversas representações coletivas que constituem o meio nos quais os indivíduos se colocam em interação. Existe, portanto, um papel preponderante de elementos simbólicos e afetivos na formação social do indivíduo, pois essas imagens, essas representações, acabam por investir e dinamizar um espaço, dando um outro tipo de sentido a materialidade de lugar.

É também a partir do espaço afetivo e simbólico, que os diversos grupos sociais podem definir suas referências e sua identidade e objetivos, determinando e organizando toda uma dinâmica de funcionamento, através do tempo, do passado, do presente e do futuro de uma comunidade.

Por isso, a identidade de um grupo e, conseqüentemente, de um indivíduo, se estabelece através de um conjunto de percepções e de visões de mundo que transparece, justamente, no processo de experiência cotidiana dos indivíduos membros daquele grupo, dentro de uma determinada territorialidade.

No intuito de explicitar, justamente a importância desta transformação simbólica, a idéia de memória e do tempo, como instâncias constituintes de uma identidade, serve de instrumento de aproximação através da qual procuraremos entender a complexidade, simbólica e, por isso mesmo, formativa, que uma mudança territorial pode implicar. Pois, como demonstramos, essas mudanças não são somente da ordem do concreto, mas também são transformações afetivas.

Justamente, a construção de uma trajetória, de uma identidade de um migrante se relaciona diretamente com um complexo número de atribuições, no sentido, tanto de ser possível vivenciar perdas, rupturas, como também na possibilidade de construir, através de novos vínculos e relações, novas experiências, que de uma maneira ou de outra, ajudarão o indivíduo a viver essa nova dinâmica de vida, mas também a suportar, de uma maneira construtiva, a perda e a saudade daquelas que foram deixadas para trás. Nesse sentido, o papel da memória como ponte espaço-temporal, entre essas duas novas realidades, que às vezes se apresentam de maneiras explicitamente contraditórias, é de fundamental importância.

*“A noção de identidade, que rompe com as dicotomias entre indivíduos e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, está tão associada à idéia de memória como esta última à primeira. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória também deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, passando a ser considerada como parte de um processo social (...) A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas” (SANTOS, 1999:2).*

A idéia principal no pensamento de Maurice Halbwachs (2006) a cerca da memória se refere justamente à constatação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Toda uma série de lembranças, idéias, reflexões, sentimentos, paixões são produtos, justamente, desse processo social de constituição do indivíduo, da possibilidade de vínculos e relações que se pode construir ao longo de uma vida. Obviamente que, cada uma, a partir do que o autor chama de intuição sensível representará, de forma singular, esse produto coletivo. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a uma perspectiva sin-

gular e afetiva do indivíduo sobre o próprio grupo, a própria realidade em que ele se insere e participa.

Dentro dessa lógica, o indivíduo apresentaria dois tipos de memória, sendo uma individual e a outra, coletiva, sendo que a primeira, necessariamente, se apóia na segunda para se fazer entender. O autor sugere a diferenciação entre uma memória interna, pessoal, denominada autobiográfica e uma memória externa, social, intitulada histórica. Por isso, as diversas idéias, reflexões, que atribuímos individualmente a nós são, na verdade, inspiradas pela capacidade do indivíduo de interagir em seu meio social.

A lembrança não se limita a uma questão de experiência individualizada, própria de um determinado sujeito ou em um determinado tempo, mas de uma possibilidade de pertencer a um espaço social em suas especificidades, símbolos, ritos, valores, estruturas sociais. A lembrança é construída através de fragmentos individuais, afetivos, mas principalmente o substrato da memória é construído a partir dos símbolos e das estruturas comunicativas significativas dentro de um determinado grupo social.

Ou seja, os elementos que constituem uma memória são em primeiro lugar formados pelos acontecimentos vividos pessoalmente e posteriormente pelos acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo pertence. A memória se constitui exatamente como resultante de interações sociais, um objeto circulante, da interação dos processos de dádiva e, por isso mesmo, disponível para qualquer indivíduo pertencente ao grupo social.

Como afirma Bosi (1994), a interpretação social estabelecida por Halbwachs parte da idéia de que a memória não é apenas um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma combinação justaposta de instantes sociais e imagens evocadas, mais do que isso a memória é constituída, já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, através de noções gerais de referências coletivas, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação social, institucional. *“É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças”* (BOSI, 1994:22).

A memória coletiva tira sua força e sua duração e sua intensidade porque está ligada justamente a um processo dinâmico de interações sociais entre os homens, que acabam por formar um conjunto de lembranças que se apóiam uma nas outras e que vai aparecer para cada indivíduo a partir de uma afetividade e intensidade diferente.

A memória do migrante e o ato, possível ou não, de recordar e de recontar a sua vida, significam justamente a possibilidade de construir um sentido para sua própria trajetória. A aquisição simbólica de um antes e um depois, de uma visão própria de seus microcosmos, dos fatores de socialização, é a própria dinâmica de formação de uma identidade, em maior ou em menor grau, estável diante de uma dada realidade. A temporalidade seria, portanto uma espécie de costura do *self*, de ponto de tangência entre a dinâmica individual e a estrutura social no processo de formação de um indivíduo.

Como explica Elias,

*"(...) o que chamamos tempo é, em primeiro lugar, um marco de referência que serve aos membros de um certo grupo e em última instância, a toda humanidade, para instituir ritos reconhecíveis dentro de uma série contínua de transformações do respectivo grupo de referência ou também, de comparar uma certa fase de um fluxo de acontecimentos..."* (ELIAS, 1998: 84).

Elias (Op. cit) demonstra que o tempo, como esse elemento simbólico das relações humanas, desenvolve coerções que interligam estruturas psicológicas individuais com estruturas sociais mais amplas, fundamentando e configurando, com isso as diversas relações sociais. O tempo, assim como a memória, pode ser pensado como um elemento simbólico capaz de estabelecer coordenação e integração das relações sociais entre os indivíduos, uma forma de construção formativa, uma rede de relações, que interliga o indivíduo e a sociedade, e o indivíduo com outros indivíduo, numa espécie de construção dinâmica de uma síntese identitária sempre contínua e provisória, tal como o tempo..

Nessa construção da identidade, demonstra Pollak (1992), apoiando-se, em parte em conceitos psicanalíticos, existem três elementos que se inter-relacionam. Existe, primeiramente, uma unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da própria pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; existe a idéia de continuidade dentro do tempo, tanto no sentido físico, como no sentido simbólico e, finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

A descrição da integração desses três aspectos é justamente a possibilidade de constituir internamente e socialmente um processo de socialização, onde a idéia de memória e de tempo aparece como elemento formador da capacidade do indivíduo de se relacionar e, por isso mesmo, de construir uma identidade mais ou menos estável e, por isso, se relaciona justamente à percepção de que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo.

A memória, a temporalidade, ou seja, o mundo simbólico se modifica e se rearticula através da posição que o indivíduo pode ocupar e as relações que pode estabelecer nos diferentes meios sociais que participa. Como já mencionamos, ela é também consequência dos afetos e das censuras inconscientes, mas essa relação inclui justamente as instâncias sociais que formam um conjunto de referências ao indivíduo, destacando, nesse sentido, a própria linguagem.

Podemos afirmar que o indivíduo se insere em um determinado grupo em razão da forma como aquele grupo compartilha entre si referências mais ou menos em comum: afetos, ritos, normas, festejos, histórias, leis. É desta maneira que a lembrança é o instrumento de criação, de confirmação de um processo de inserção social.

A constituição de uma identidade é marcada por uma dualidade entre a identidade para si e identidade para o outro, que são ao mesmo tempo inseparáveis e ligadas de uma maneira paradoxal. O comportamento de um indivíduo, por exemplo, sempre estará ligado à memória de sua trajetória de socialização e continuará a sofrer influência desses microcosmos mesmo quando ele está distante.

A idéia de identidade é sempre processual, onde esse contínuo relacional com o outro, está sempre em construção, marcado, através da idéia da dádiva pelos pólos de ambigüidade de obrigação e liberdade, interesse e desinteresse. Nesse sistema de vínculo, a identidade se forma através da capacidade do indivíduo de estabelecer relações e se posicionar concretamente e simbolicamente através de sua identidade, resultado, concreto, de sua trajetória social.

Qualquer forma de auto-reconhecimento só pode acontecer quando é possível reconhecer o outro como um objeto autônomo e não como uma extensão de si mesmo. , A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros e a partir da capacidade de o indivíduo, colocar em jogo, sua capacidade de interação, ou seja, sua identidade individual, a partir dos critérios ambíguos inerentes ao estabeleci-

mento de uma relação social. Esse processo está ligado diretamente à capacidade que o indivíduo possui de negociar consigo e com o outro, pois a relação com um outro, o vínculo afetivo ou mesmo profissional é uma interação sempre marcada por um sentido de ambigüidade e incertas. Por isso mesmo, não há formas de se construir uma identidade isenta de mudança, de ambigüidade, de transformação.

O indivíduo migrante, ao chegar em um novo espaço, com novas referências, memórias, temporalidade, formas de afetividades, como demonstra Grinberg (2004), tenta evocar, constantemente as lembranças daquilo que deixou para trás. Essa evocação quase que ritualística é também uma tentativa de validar esse processo de mudança, de inseri-lo dentro de um sentido passível de ser trocado e por isso entendido pelo próprio sujeito e pelos outros indivíduos.

Por outro lado, veremos mais adiante, como essa capacidade de se envolver emocionalmente com referências simbólicas que não estão mais concretamente presentes é tanto uma maneira de assegurar uma identidade de sobrevivência para si, como também uma forma de recusar uma nova dinâmica, de se manter, consciente ou inconscientemente, preso numa estrutura que, muitas vezes, se mostra completamente antagônica em relação à realidade presente. Dessa maneira, a memória e o tempo se tornam estruturas paralisantes, alienantes, exclusivamente individuais e delirantes, ao deixarem de se vincular, por obra do próprio indivíduo, à referências coletivas.

### **2.1.3 Teoria do Vínculo e a formação psíquica do sujeito**

A teoria do vínculo, elaborada pelo psicanalista argentino Enrique Pichon-Rivière (1986) a partir da necessidade de aliar o pensamento psicanalítico com a pesquisa social, estabelece uma concepção de relação do indivíduo com o mundo interno e externo a partir de uma espiral dialética onde tanto o sujeito como os objetos se realimentam mutuamente, dentro de um jogo constante de interação.

Muito embora Freud em alguns trabalhos, tais como *Totem e Tabu* de 1913, *Psicologia das massas e análise do Ego* de 1921, e *Moisés e o Monoteísmo* de 1934 tenta estabelecer uma relação, mesmo que inicial, entre mundo interno e realidade social, a formulação de Rivière (1986) implicou, necessariamente, em tentar romper com um desenvolvimento psicanalítico mais tradicional e ortodoxo, onde somente o indivíduo e sua dinâmica psíquica poderiam ser objetos de um estudo psicanalítico. Para ele, a visão

freudiana se concentrava demais em uma perspectiva antropocêntrica, a partir da noção de civilização e cultura, o que impedia o desenvolvimento de um pensamento mais relacional e amplo, no sentido de abarcar e compreender a relação entre homem e sociedade.

De acordo com Rivière (Op. cit), a possibilidade do vínculo acontece de uma maneira mais dinâmica e pode ser definido como uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem com formas de interação social mais ou menos rígida ou formatada. Nesse sentido, a idéia de vínculo não necessariamente se dá de forma dual, mas sim pode se estender a um grupo ou país que, de acordo com o autor, pode ter o mesmo funcionamento e mesmas características as quais influenciam um vínculo estabelecido com duas pessoas.

A partir desse raciocínio, o indivíduo pode ser compreendido psicologicamente somente quando inserido em um grupo; a partir da relação entre sua história pessoal, com a história social dos diversos meios nos quais faz ou fará parte durante sua trajetória de vida. E, por outro lado, o indivíduo só pode ser percebido em vínculo, ou seja, ele é produto e produtor, ao mesmo tempo, de uma dinâmica entre o próprio sujeito e os objetos internos e externos.

Por isso, para Rivière (Op. cit), ao considerar um vínculo, e a maneira como ele se estabelece e é estabelecido pelo indivíduo, devemos observá-lo a partir de três perspectivas: a do indivíduo, a do grupo e a da instituição. É justamente a formação dinâmica e inseparável dessas três instâncias que formará a teia complexa das diversas relações estabelecidas por um indivíduo ao longo de sua vida. Com isso a análise do vínculo pode ser estendida a partir de uma visão psicossocial, que terá como ponto de partida a parte do sujeito que se expressa para fora, ou seja, que se comunica com os diversos indivíduos que o rodeia em toda a sua extensão, inclusiva a parte de si que se comunicará consigo mesmo.

Como afirma Aulagnier (1985), o encontro fundamental do sujeito para o seu desenvolvimento psíquico se apóia e se realiza através da possibilidade de percepção do sujeito sobre o seu próprio corpo, sobre si e sobre o outro, como uma generalização da própria sociedade. *“O Eu é a instância que colocará uma separação entre a categoria do ser, do que se é, e a categoria do ter, do que se tem, entre o que gostaríamos de ser e o que gostaríamos de ter”* (AULAGNIER, 1985: 99).

Pichon-Rivière (1986) tenta compreender a criação de um vínculo normal a partir da possibilidade de se criar uma relação entre o sujeito e um objeto (seja ele uma coisa inanimada, seja uma outra pessoa) quando ambos podem fazer uma livre escolha, podem estabelecer de forma livre e diferenciada um vínculo afetivo, familiar, profissional, dentre outros vários. O oposto desse sentido de liberdade se configuraria em uma situação de extrema indiferenciação, ou mesmo em uma relação simbiótica, como, por exemplo, na primeira relação com o peito da mãe, quando há um intercâmbio irrestrito de situações emocionais e de afeto.

Aos poucos, porém, a criança, num processo interpsíquico, vai estruturando sua psique, garantindo assim uma integração dinâmica entre mente/corpo/ambiente/vínculo, necessária para a compreensão, progressiva de si e do mundo. Nesse sentido, para a criança, a diferenciação ocorre à medida que a situação simbiótica vai abrandando e se alcança uma instância em que o objeto e o sujeito têm um limite preciso.

Segundo Aulagnier (1985), a integração social e psíquica do sujeito acontece quando da aceitação do sentido de alteridade. Com isso abre-se a perspectiva da existência de um outro como diferente do próprio sujeito e que funciona, portanto, como um limitador, castrador, de sua onipotência narcísica. Por isso mesmo, o sujeito, embora, viva essa experiência como uma angústia de castração, essa experiência emocional é, ao mesmo tempo, humanizadora e socializante, pois oferece ao sujeito a possibilidade de abandonar o investimento narcísico e aceitar a alteridade e os limites do outro.

Para o pensamento psicanalítico e mesmo para se pensar a formação do indivíduo e especificamente a sua capacidade de criar vínculos sociais e psíquicos, é, necessário, justamente, refletir sobre esse psiquismo familiar, formado a partir da relação dinâmica dos conteúdos intrapsíquicos de cada membro de uma família, como espaço simbólico das futuras relações sociais.

Nesse sentido, o vínculo familiar deve ser capaz de conter e metabolizar as angústias do recém-nascido, de modo a lhe permitir a constituição de seu mundo interno e possibilitar a transformação das experiências sensoriais do bebê em vivências psíquicas próprias. A partir desses princípios gerais, os estudos que focalizam a relação família-sujeito delineiam um terreno em que alguns indicadores se apresentam como parte do processamento psíquico inerente à formação do sujeito na família e, posteriormente, na sociedade (ATIÉ, 1999).

Esse raciocínio é importante, pois tenta aliar, como já mencionamos, a psicologia individual com a idéia da importância do social como fator de importância também psíquica para a vida de um indivíduo. A capacidade de se estabelecer vínculos com o outro familiar significa uma espécie de ensaio e, posteriormente, realização das primeiras experiências sociais, constitutivas do sujeito. A dinâmica familiar é formada a partir de vínculos responsáveis pela criação dos lugares, posições e, principalmente, pelas funções exercidas no espaço intrapsíquico dos indivíduos, estabelecendo assim uma primeira forma de noção psíquica e social para o indivíduo.

Do vínculo familiar, no âmbito dos pais, a criança passa para outros vínculos, outras formas de afetividades, como na escola, no grupo, no trabalho, no próprio casamento. Essa evolução particular acaba por demarcar um caminho no qual um determinado indivíduo estabelece, mantém ou rompe laços afetivos. Dentro dessa idéia de constituição de uma trajetória de vínculos que o indivíduo experimenta durante sua vida, podemos inferir que cada passagem representa transformações e perdas. Por isso mesmo, podemos considerar como marca da estrutura de identidade de uma pessoa, seu histórico de perdas e mais do que isso os significados atribuídos às essas perdas, bem como o histórico dos resultados das perdas, das seqüelas, das transformações de cada perda.

Por isso mesmo, por exemplo, o teatro familiar explicitado por Freud, demonstra Garcia (1996) através do complexo de Édipo não pode ser simplesmente traduzido como uma cena de acontecimento real, concretizado dentro de um ambiente familiar, pois o que está em cena são as imagens, os objetos internos apresentados, a imagem da criança, da mãe, do pai. A idéia do Édipo, elaborado por Freud, é individual e ao mesmo tempo coletiva, porque é antes de tudo uma estrutura humana que rege as relações entre os homens, com a natureza e com o conhecimento e não somente um mito a respeito das relações familiares.

Grinberg (1998) afirma que Lacan, ao comentar a importância do complexo de Édipo, sublinha que se deve incorporar uma quarta personagem, introduzida através do pai, que representa a estrutura ou código social que, primeiramente, rege as relações entre a criança, o pai e a mãe, mas posteriormente regula os aspectos mais gerais de qualquer relação social.

Como explica Castoriadis (2000), a história do Édipo, desenvolvida por Freud, não se relaciona tanto ao desejo de fazer amor com a mãe e matar o pai, mas a própria constituição do sujeito em sociedade, pois enquanto houver somente o par mãe-bebê não há possibilidade de relação, mas somente um estado primitivo de fusão e de dominação total. Por isso a presença de um terceiro, não como um pai concreto, mas na função de pai, de um terceiro, da possibilidade de triangulação de vínculos.

*“As pessoas que citam o mito de Totem e tabu sempre se detêm no assassinato do pai e da cerimônia da refeição ritual. Elas se esquecem do juramento coletivo que é a verdadeira pedra angular da sociedade. Cada um dos irmãos renuncia à onipotência do pai arcaico (...) Esta é a autolimitação, através da instauração coletiva da lei”* (CASTORIADIS, 1987: 50).

O encontro edípiano acontece, dentre outras coisas como forma de erguer diante da criança a indispensável função significante da sociedade dar a oportunidade de reconhecer o outro indivíduo como sujeito de desejos autônomos que podem ser ligados uns aos outros, independentemente dela, a ponto de ela, em determinadas relações e vínculos, estar excluída.

Pichon-Rivière (1986) destaca, todavia, que não se pode definir um vínculo normal como aquele estabelecido entre objetos (sujeitos) totalmente diferenciados, porque tal natureza social e psíquica simplesmente não existe. Um estado de diferenciação total em relação aos outros daria origem a uma condição de afastamento indiferente que poderia ser entendida como até mesmo um estado patológico que poderia ser qualificado até mesmo como um estado autístico. Com base nessa ligação entre vínculo social e vida mental, o psicanalista centra suas pesquisas a respeito das doenças mentais exatamente na problemática das relações interpessoais, propondo, nesse sentido, uma psicopatologia dinâmica, onde através do estudo dos vínculos estabelecidos pelo indivíduo é possível compreender como ele perturba a estruturação normal da sua personalidade e, com isso, toda sua estrutura interna e social.

Segundo Atié (1999), Pichon-Rivière analisa os vínculos patológicos a partir dos diferentes comportamentos que o indivíduo estabelece com os objetos, que dariam forma às diferentes qualidades que os vínculos adquirem. O vínculo paranóico, por exem-

plo, se caracterizaria pela desconfiança e por reclamações com outros. Já o vínculo depressivo põe em evidência permanente o sentimento de culpa e o sofrimento, e o obsessivo distingue-se pela necessidade de controle e de ordem. A psicose seria a conjugação dos vínculos paranóide, depressivo e maníaco.

Nenhum indivíduo com sintomas patológicos mais evidenciados, ressalta Atié (Op. cit), apresenta um único tipo de vínculo, pois todas as relações estabelecidas com o mundo são feitas de forma múltiplas e variadas, impossível, portanto de ser caracterizada apenas com uma de suas qualidades ou formas de apresentação. Um exemplo interessante é quando um determinado meio social onde se encontra o sujeito adquire, para ele, uma significação paranóica em determinados momentos e em outros, pode tender a vínculos depressivos ou neuróticos ou mesmo apresenta relações mais normalizadas. Dessa forma, o grupo social em que o indivíduo está inserido passa a ganhar uma significação múltipla, uma vez que é possível se estabelecer, por um lado, um vínculo de um determinado tipo, e por outro um vínculo normal. Além disso, um determinado grupo pode vir a estabelecer vínculos patológicos enquanto, outros meios nos quais o indivíduo participa, podem servir como contrapeso de uma situação extremada ou mais doentia.

Em determinados casos, porém, devido a situações extremas, o indivíduo pode se ver restringido ou limitado em suas relações sociais, como no caso do indivíduo migrante que não consegue estabelecer novos vínculos em sua nova localidade. Com isso, o aparecimento de vínculos patológicos não pode ser contrabalanceado por vínculos saudáveis de outros grupos. O indivíduo com isso, se torna refém de sua própria precariedade psíquica e também social. Seu conjunto de relações fica limitado, muitas vezes, a um único ou a nenhum tipo de vínculo mais duradouro e, muitas vezes, esses vínculos servirão como forma de adoecimento do indivíduo.

Para Pichon-Rivière (1986), as três formas de investigação propostas por ele – psicossocial, sociodinâmica e institucional – permitem obter uma descrição completa do indivíduo, ou mesmo do grupo social analisado. No exemplo de um migrante, podemos perceber suas tensões com os vários membros dos grupos que fez ou faz parte, analisando também os grupos em si, tais como a família, o trabalho, relações de amizade e mesmo as funções que este mesmo indivíduo exerce ou exercia nos grupos dos quais fez parte. O que pode ocorrer, a partir de uma leitura do vínculo, é um profundo sentimento de desamparo diante da perda ou ausência de determinados referentes sociais e psíquicos (simbólicos), que, nos casos dos migrantes podem adquirir contornos de crises agu-

das, nos casos de transtornos psíquicos, geralmente expressos pelo sentimento de estar fora da norma, fora do normal ou anormal.

Ou seja, um indivíduo com determinadas disposições, pouco resistente a determinados tipos de tensões ou mesmo de quebras repentinas de vínculos e referência, desmorona na medida em que tais vínculos desaparecem ou ficam para trás temporalmente ou espacialmente. Os possíveis e até mesmo inevitáveis distúrbios dentro de cada trajetória social acabam por que gerar diversos conflitos nos quais o indivíduo não consegue cumprir ou realizar as exigências dos novos possíveis vínculos ou identidades a sua disposição.

A psicose simboliza justamente a emergência do novo e do original quando da ruptura de um grupo fundamental na vida de um indivíduo. O trabalho de investigação desse distúrbio, segundo o pensamento de Rivière, corresponderia, portanto, à análise dos vínculos do indivíduo com os membros dos grupos dos quais faz parte, especialmente o primeiro grupo social, a família. O estudo sócio-dinâmico analisaria as tensões existentes no grupo familiar. E a análise institucional trataria da pesquisa da história, a origem e a estrutura dessa família (PICHON-RIVIÈRE, 1986).

*“Podemos interpretar um delírio em um paciente como uma tentativa de reconstrução de seu mundo interior e exterior como uma estrutura total. As tensões que provocaram sua doença surgem novamente no contexto do delírio (...) Através do delírio, não é apenas seu mundo individual que o paciente procura reconstruir, mas também toda a estrutura, a família em primeiro lugar e, depois o social” (RIVIÈRE, 1986:28).*

A teoria do vínculo demonstra necessariamente que o significado de uma atitude delirante deve ser compreendido a partir da estrutura – psíquica e social – na qual emergiu esse delírio. Ou seja, deve-se trabalhar a doença como uma forma emergente de manifestar determinadas tensões que apareceram dentro dos vínculos sociais, dentro dos grupos que este indivíduo se inseriu. Essa relação que existe entre o emergente psicótico e as estruturas sociais nas quais está inserido não é, como demonstra Pichon-Rivière (Op. cit), uma equação direta e mecânica, pois se trata de uma causalidade o sentido em que as tensões das estruturas sociais acabam por convergir em um certo momento espa-

cial e temporal, possibilitando assim o aparecimento do adoecimento psíquico. Por isso, segundo afirma o psicanalista, os conceitos de papéis sociais e vínculo se entrecruzam e por isso uma investigação centrada nesse sentido deve abordar tanto a estrutura do vínculo, como os diversos papéis, os quais os próprios indivíduos se atribuem. Essa idéia de papel social se caracteriza por ser transitório e possuir uma função determinada, a qual pode aparecer em uma determinada situação e em cada pessoa de forma particular. Ou seja, a forma como lidamos com determinados contextos concretos influenciará a nossa atitude.

Na forma de investigação proposta deve-se observar os diversos papéis e vínculos que uma pessoa assume e por isso mesmo, sua própria seqüência e coerência com sua trajetória de vida. Como afirmamos anteriormente, é justamente através da análise da conjuntura emocional e social do indivíduo que podemos relacionar sua maior ou menor capacidade de compreender e viver coerentemente seus afetos, vínculos e papéis.

Dentro desse pensamento dialético, onde o interno e externo se misturam, podemos afirmar que o processo de construção do indivíduo é estabelecido, constantemente, tanto pelas influências exteriores exercidas no sujeito, como por suas características internas que de maneira particular interpreta e dá sentido ao seu mundo social e psíquico. Ou seja, tal constituição depende da comunicação e também das similitudes desenvolvidas entre aquilo que está fora e dentro do indivíduo, de acordo com um processo identificação tanto introjetiva quanto projetiva.

A identificação, conceito caro à psicanálise, pode ser relacionada a um processo de comunicação do indivíduo, de contato com os diversos papéis que lhe são apresentados. Esta dinâmica é primordial para a construção de um indivíduo capaz de estabelecer relações, uma vez que é de acordo com as estruturas vinculares e, conseqüentemente, de identificação que se consolidam as condutas e comportamentos dentro dos diversos contextos sociais.

A questão da identificação é central, na medida em que se constitui como instrumento necessário à formação dos vínculos entre os membros do grupo familiar, funcionando, também, como importante fundamento para a transmissão psíquica entre as gerações, que se organiza, sobretudo, no espaço intrapsíquico do grupo familiar. Por isso, o sujeito pode tanto vincular ou se ligar a um papel exterior à sua dimensão interna (no caso da identificação introjetiva), quanto pode se colocar no lugar da imagem vincu-

lando-se externamente ao objeto, projetando-se em um personagem externo (identificação projetiva).

A sociedade fornece referências de conduta ao homem, através de diversos meios, dessa forma o indivíduo se estabelece dinamicamente não a partir da ação dos instintos e objetos interiorizados, mas sim do interjogo estabelecido entre sujeito e os objetos internos e externos por meio de uma interação dialética de identificações. Dessa forma, o vínculo vai se construindo a partir do contato com as pessoas, da forma como recebemos ou inferimos os diversos papéis que nos são apresentados.

O indivíduo estabelece, se relaciona com o meio onde está inserido, mantém ou rompe vínculos, através de seus processos de identificação. O investimento no meio social e, conseqüentemente, nos enunciados acerca desse campo implicam a adoção de uma determinada posição e, porque não, de formação de uma subjetividade no próprio sujeito. A formação de representações que constituem subjetivamente o sujeito do ponto de vista psicanalítico significa a constituição de uma vida mental como sinônimo, inicialmente, de uma busca instintual de satisfação, e posteriormente na construção, cada vez mais elaborada, de sentido para si e para o mundo onde o sujeito está inserido.

A intenção do psicanalista Pichon-Rivière é justamente o de abrir a possibilidade de se olhar o indivíduo/paciente, também, segundo uma perspectiva que o considere como um sujeito social e historicamente determinado, destacando, assim, a importância de se trabalhar com um esquema psicanalítico que funcione como um todo organizado, ou seja, com um esquema referencial próprio que deve ser submetido também a uma avaliação comparativa da realidade social do paciente.

*“Cada um de nós, em nossa vida diária, desempenha papéis múltiplos, quer dizer, maneja diversos modos de lidar com os problemas. Os papéis que assumimos e os papéis que nos adjudicam podem ser muito contraditórios; por essa razão, uma pessoa atua de diversas maneiras” (PICHON-RIVIÈRE, 1986:91).*

Para Freud, a constituição do eu, explica Garcia (1996), é basicamente, mas não completamente, individual. A trajetória humana consiste na tentativa de manter o eu diante das situações conflitivas. A capacidade de estabelecer vínculos não é algo que se pode tomar como único ou estável parâmetro, mas sim como um processo dinâmico de

sistemas identificatórios, que se tenta articular através dos diferentes sistemas de representações de si mesmo e do outro, que passa pela participação e construção de realidades interna e externa. A teoria do vínculo entende que é justamente através das estruturas vinculares, que se dá à construção da personalidade, na medida em que determinam as características da relação do sujeito com seus objetos, sempre a partir de uma relação dialética de complementação e contradição.

Para Castoriadis (1992), o indivíduo nada mais é do que a própria sociedade. Ou seja, deve-se sempre partir das relações entre os indivíduos tanto para compreender sua singularidade – psique – como a possibilidade do convívio coletivo. O indivíduo deve ser entendido como tendo capacidade de dialogar, questionar e escolher um universo de relações. A socialização é um processo, socialmente e psiquicamente, construído, que estabelece um mundo amplo de significações imaginárias sociais e que, por isso, se estabelece como ato contínuo e complexo. A identidade, o eu, no sentido psicológico, é, contraditoriamente e simultaneamente, privado e social, pois ao mesmo tempo em que obtém internamente seu próprio sentido de coerência e continuidade, passa por um processo de construção dessa identidade que se estabelece como uma dinâmica que depende das referências externas dada pela possibilidade de interação com outros indivíduos.

Ou seja, o estudo da migração levanta dentre outros questionamentos a idéia de, como dentro da realização mais primária de uma relação social, o migrante pode estabelecer ou não novos vínculos sociais no ambiente para o qual ele se muda e, nesse sentido, quais os aspectos envolvidos na formação e manutenção desses laços sociais. Tanto a noção de socialização como a idéia de relação social se tornam preponderantes para a investigação deste indivíduo em questão. Nesse sentido, um dos pontos mais pertinentes no estudo de uma sociedade é não por acaso, uma de suas questões mais primordiais: como se formam os laços sociais entre os indivíduos e como sua manutenção cria, exatamente, o princípio fundamental de organização de todas as sociedades.

Pode-se entender esse princípio, que liga um indivíduo a outro, como o sentido pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade e, nesse sentido, os liga a seu tempo e espaço. Essa dinâmica, ao mesmo tempo social e psíquica, exige a (re)criação conjunta dos mais diversos fatos sociais e simbólicos, e pode ser entendida como uma troca indissociável das relações humanas; fonte de sociabilidade que se traduz tanto no próprio reconhecimento de si, como no sentimento de pertencimento a um ou a diversos grupos sociais.

## 2.2 Interação e existência: a constituição de vínculos sociais

Dentro da história do pensamento sociológico, a questão da relação entre sociedade e indivíduo foi sempre colocada de uma forma verticalizada, congelando em conceitos estáticos ora a figura do indivíduo ora a atuação da sociedade diante de seus membros. Nessa perspectiva parece inexistir a idéia de relação, de interação, onde as partes se constituem mutuamente em um processo de construção do indivíduo, da sociedade e dos próprios fenômenos singulares e coletivos. Tanto o individualismo metodológico como o holismo submeteram sua construção de uma idéia de sociedade à uma teoria unidimensional, onde ou o indivíduo ou uma coletividade total se encarregam de conformar um determinado meio social; onde não há relação, mas sujeição, atuação de uma instância sobre a outra.

O individualismo metodológico, por exemplo, tenta derivar todas as ações, regras ou instituições dos cálculos e estratégias mais ou menos racionais empreendidos pelos indivíduos como ponto de partida da sociedade. O pensamento weberiano, para buscarmos uma destas perspectivas clássicas, dá ênfase à ação humana, que se configuraria por meio de condutas individuais recíprocas e significativamente orientadas, onde os conceitos coletivos só são compreensíveis a partir destes comportamentos relacionados, contextualizados, dos quais se deveria depreender a racionalidade de cada membro de um grupo social. Por outro lado, o holismo metodológico define que uma coletividade social, que preexiste historicamente aos indivíduos e é diferente da simples somatória dos mesmos. Essa coletividade conforta e coage seus membros em suas ações e pensamentos. O vínculo social, dentro deste paradigma, já existe ontologicamente e os indivíduos se tornam submissos à coerência interna e à lógica quase que totalizadora de uma consciência coletiva (DOMINGUES, 2004).

Essas duas perspectivas de se olhar o fenômeno social não conseguem, portanto, dar conta de perceber o conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores dinâmicos de suas próprias identidades. O sentido de criação de uma espécie de aliança social entre esses atores se perde ou na vastidão, do que Durkheim chamou de consciência coletiva, ou nos cálculos estratégicos dos indivíduos atomizados. Ou seja, não estabelece a forma como a interação entre duas ou mais pessoas acontece. O que nos liga a um outro indivíduo? Por que isso acontece? Existe uma capacidade individual ou coletiva para se estabelecer um vínculo?

Em relação a esta temática e seguindo a tradição clássica do pensamento sociológico, Domingues (2004) demonstra como o pensamento de Marx e Engels, no que concerne à questão da interação social, acaba por romper essa perspectiva vertical entre holismo e individualismo. Para Domingues, pode-se perceber claramente essa noção, no pensamento de Marx, através do papel da mercadoria dentro do sistema capitalista. A mercadoria é um objeto que satisfaz e distingue as necessidades dos homens tanto quantitativamente como qualitativamente. Nesse sentido, é exatamente, a coletividade através de convenções quem determina o valor de uma mercadoria em relação à outra.

Por isso, a função social da mercadoria se relaciona justamente com sua capacidade, no sistema capitalista, de encobrir as características sociais dos produtos do trabalho humano, que aparecem como características materiais e pertencentes ao próprio objeto. A mercadoria tem características sociais, na medida em que os homens trabalham uns para os outros. Dessa forma, o valor de uma mercadoria é um signo social, que precisa ser decodificado por padrões comportamentais comuns para se efetivarem como valorosos em um sentido específico.

Simmel (2006), dentro do seu sistema de pensamento e interesses, também percebe que a interação entre dois indivíduos é a pergunta primordial quando se observa o fenômeno social. A interação entre duas pessoas (díade) deveria ser tratada como elemento fundamental da vida em sociedade e, por isso, um processo de mediação sempre vai balizar o agir do homem moderno. Para Simmel, o papel do dinheiro vai servir, historicamente, como ponto de convergência entre os indivíduos na sociedade moderna, uma espécie de nivelador dos indivíduos e por isso mesmo seu ponto de contato social e de interação no mais amplo sentido.

*“Para ambos (Marx e Simmel), esta (a vida social) era tecida por um conjunto amplo e variado de processos interativos. Somente por meio de uma abstração poder-se-ia destacar dela uma interação singular (...) Essa abstração, de todo o modo, buscava a interação como ‘célula’ da vida social, diferentemente do liberalismo tradicional e o individualismo metodológico (...) Assim a interação se colocava como uma categoria analítica, como unidade de análise para esses autores” (DOMINGUES, 2004: 24).*

Uma outra tradição sociológica também colabora para a análise da interação social. Ervin Goffman, um dos principais expoentes do interacionismo simbólico, aborda a linguagem, no seu mais amplo sentido, como fenômeno social, preocupando-se com o processo de interação e dinamismo na construção de significados entre os indivíduos nos mais diversos contextos.

Para Domingues (Op. cit), Goffman considera momentos de comunicação cotidianos em contextos informais ou institucionais como espaços privilegiados de investigação da linguagem dentro do seu uso no mundo social. Quando estamos na presença imediata dos outros, engajamo-nos em um processo de construção discursiva de autoimagem e de auto-preservação no espaço público, lançando mão de múltiplos instrumentos semióticos. Esse processo é monitorado e interpretado por todos os participantes envolvidos na interação. Ou seja, ele designa a atividade de interação nas suas consequências e no seu vocabulário, isto é, no jogo de interações verbais e não verbais que formam os recursos de interação da vida social e constituem a própria sociedade.

### **2.2.1 A dádiva como paradigma das interações sociais**

Dentro desse desenvolvimento do pensamento sociológico e, após mostrarmos rapidamente algumas aproximações da questão da interação social, exploraremos o que Caillé chama de o terceiro paradigma: a questão da tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”, mostrada por Marcel Mauss (2003) como ponto principal de atuação social nas sociedades arcaicas. Ao empreender sua análise, Mauss parte do questionamento a respeito do porquê que em tantas sociedades, em tantas épocas e diferentes contextos os indivíduos se sentiam obrigados não somente a dar ou – quando lhes é dado, a receber, mas também quando receberem, obrigados a restituir, seja um equivalente, seja algo de mais ou de melhor valor dentro do contexto onde se inserem. Em seus textos dedicados a esse tema, o autor demonstra, através de um vasto estudo antropológico, que nas sociedades arcaicas as trocas não se efetuavam a partir de escambos, mas sob o modelo do que o autor chamou de tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

A obrigação de dar seria, sobretudo, uma obrigação de provocar no outro um desafio de generosidade, ou seja, o que obriga a dar é precisamente o fato que dar obriga. Por isso, os objetos dentro dessas sociedades circulavam em forma de dádivas e prati-

camente tudo o que poderia ser considerada como uma ação econômica seria “calculada” a partir de uma ação de generosidade.

Ao explicar a necessidade de um terceiro paradigma para situar a relação entre os indivíduos numa sociedade, Godbout (1998) afirma que o privilégio paradigmático do individualismo metodológico, representado pela figura do *homo oeconomicus*, e o fato de o outro paradigma (holismo) estar de certo modo condenado a pensar o ator social como uma espécie de figura passiva das normas sociais, ambos representam a mesma ordem de pensamento. Ambos reconhecem senão um móvel real da ação humana — o interesse — que todo modelo que sai do interesse se vê diante do problema insolúvel da interiorização das normas, já que elas não podem ser naturais. Apenas o interesse goza desse privilégio de ser natural em ciências humanas.

Martins (2006), ao explicar a natureza e a qualidade total do fenômeno da dádiva dentro de qualquer coletividade, explica que a sociedade inclui, dentro de si, todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros sem se constituir previamente nenhuma hierarquia como fatores de justificativa para uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais e, por isso, a idéia de relação entre os indivíduos. A dádiva é um fenômeno total também porque a natureza desses bens produzidos pelos indivíduos não é somente natural, mas se inserem numa ordem, sobretudo simbólica da vida. Por isso, o paradigma da dádiva tenta justamente colocar em questionamento o privilégio quase unitário do interesse como motor das relações sociais e nos obriga a buscar, por exemplo, um impulso de ordem psicológica ou afetiva para as ações humanas e estabelecê-la também como um postulado para a explicação do social.

Mauss (2003) já definia a dádiva de modo amplo, pois na sua visão ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, enfim um sem número de “prestações”. O ato de dar significa, nesse sentido, repassar algo voluntariamente que nos pertence a alguém para quem pensamos que não pode deixar de aceitar, por isso parece instituir uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe: relação de solidariedade, pois une dois indivíduos com necessidades distintas e uma relação de superioridade, pois aquele que recebe a dádiva e o aceita fica em dívida para com quem deu. Por esse raciocínio, podemos afirmar que a dádiva é ao mesmo tempo “livre e obrigatória”. Obrigatória porque não se dá qualquer coisa a qualquer um, nem como se

quer, nem quando se quer. Por outro lado, há nesse gesto de troca uma expressão, mesmo sendo socialmente imposto, uma atmosfera de espontaneidade.

O que importa verdadeiramente dentro dessa tríplice obrigação é a relação que se estabelece entre as pessoas. A dádiva, ou o objeto de troca, não é impessoal; se constitui na forma de criação de vínculos de amizade ou o surgimento de laços de confronto e obrigações. Com isso, Mauss (Op. cit) aponta a existência de uma mesma força, que inseriria pessoas e coisas em uma circulação, onde cedo ou tarde, o que era dado, posteriormente, era recebido, ou seja, pessoas e coisas eram partícipes de uma rede de relações, muitas vezes cíclicas e infinitas.

O funcionamento da dádiva mostra que um indivíduo estabelece, em certas relações sociais, não a intenção de reduzir suas incertezas diante do outro, mas, ao contrário, de criar e manter zonas de incerteza entre ele e outrem, para aumentar o valor dos laços sociais e, porque não, dos vínculos afetivos. A autonomia do outro, além de ser a própria capacidade de auto-reconhecimento, é a possibilidade de reconhecer o outro, como um universo de possíveis diferenças, pois isso será a condição prévia do valor que ele irá reconhecer no gesto do outro. A incerteza como pré-condição de uma relação social, além de retirar do simples e puro cálculo de interesse o único motivador de relações sociais, se estabelece como a própria estrutura para se criar laços afetivos onde a confiança pode se manifestar.

A dádiva pode ser interpretada como o ato de colocar em circulação voluntariamente, uma relação de solidariedade, de vínculo, passando, também, por uma relação de superioridade, pois aquele que recebe e aceita fica, momentaneamente, em dívida para com aquele que deu e por isso, quem recebe, a fim de tentar igualar seu vínculo, passa agora a restituir o que lhe foi dado. Este processo significa não só a criação e a manutenção de vínculos, no seu sentido mais amplo, mas ao mesmo tempo instaura uma diferença entre o doador e aquele que recebe, podendo, em certas, em certas circunstâncias pode se transformar em uma relação hierárquica. Por isso mesmo, existem dois movimentos oposto, mas complementares que subsistem no processo da dádiva, pois ela aproxima os indivíduos porque é relacional, significa tanto uma partilha social como emocional, mas também cria um afastamento ao transformar um deles em devedor do outro. Por isso, nas palavras de Godelier (2001), a dádiva é, em sua essência, uma prática ambivalente que une ou pode unir paixões e forças contrárias.

Interessante observar que já na epígrafe do *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss (2003) exprime essa dialética inerente à dádiva: ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceitualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque “dar e receber” implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre possíveis afetos. Para Mauss, pessoas e coisas circulam como se houvesse uma troca permanente de uma espécie de matéria espiritual que conforma toda uma sociedade, compreendendo homens e mulheres, dividindo e formatando clãs, indivíduos e gerações.

O processo da dádiva pode ser descrito como, ao mesmo tempo, possuindo as pessoas e os objetos, ou seja, prolongando as pessoas e as pessoas se identificando com os objetos que possuem e trocam.

Segundo Martins (2006), a idéia da dádiva é ampla, pois em todas as sociedades já existentes, tradicionais ou modernas, é possível observá-las e interpretá-las a partir da presença, em maior ou em menor grau, de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal. A dádiva é uma espécie de ponto presente nos mais diversificados contextos sociais. As alianças matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) são baseadas justamente nessa circulação entre dar, receber e retribuir, a partir de um sistema que se expande ou retrai; obrigações e gratuidades que são organizadas de modo particular em cada caso.

Lévi-Strauss (2003), na famosa introdução à obra de Mauss, aproxima-se mesma destacando sua importância, a partir da maneira como Mauss descreve o espaço da dádiva nas trocas sociais. O antropólogo francês propõe haver algo de universal por trás da diversidade no nível dos fatos de uma sociedade, sendo que a mesma funda-se exatamente sobre a troca e só existe através da combinação de todos os tipos de trocas - de mulheres (parentesco), de bens (economia), de representações e de palavras.

Como explica Martins (2006),

*“Na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são modos de manifestação do fato total, são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um continuum de interrelações, motivadas pela circulação do ‘espírito da coisa dada’, essas in-*

*terdependências desdobrando-se entre os planos micro, macro e me-  
sossocial” (MARTINS, 2006: 101)*

Lanna (2000) consegue sintetizar de uma maneira bastante clara a contribuição de Mauss a partir da idéia de dádiva. A dádiva nos permite pensar que tanto a prática da troca em si, como a reflexão sobre ela nos revelam que trocar é mesclar almas, permitindo a comunicação entre os homens, a intersubjetividade, a sociabilidade; é, por isso, a totalidade, o funcionamento da própria vida, do próprio processo de constituir-se como ser humano. Ao elencar as principais idéias de Mauss, Lanna destaca o fato de que as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, mas também simultaneamente úteis e simbólicas, fazendo parte de um todo integrado por significações circulantes – palavras, olhares, posturas corporais, gestos, expressões como riso, choro, sacrifícios, presentes, impossível de ser separado, pois se forma a partir de uma rede complexa de experiências individuais e sociais, singulares e coletivas, ao mesmo tempo<sup>3</sup>.

### **2.2.2 Como pensar a dádiva na sociedade moderna**

Todo indivíduo, durante sua trajetória de vida, compartilha a necessidade de se relacionar com um outro. A sociedade se forma a partir dessas relações que estabelecem uma abertura, uma possibilidade, para o acolhimento, para a convivência, para a troca, criando e recriando contantemente a própria teia social. A noção da dádiva se faz necessária exatamente para se tentar superar a antítese entre o eu e o outro, entre a obrigação coletiva e a liberdade individual, a fim de se entender até mesmo a própria tensão não resolvida entre os dois grandes paradigmas que divide a ciências sociais.

---

<sup>3</sup> Christian Papilloud (2002), em *Le don de Relation*, tenta estabelecer uma importante relação entre as idéias de Mauss e de Georg Simmel. Ambos partem da mesma indagação no que se refere às maneiras como uma sociedade pode se estabelecer. Esta pergunta, todavia, não se refere aos dados e aos fenômenos concretos existentes em um grupo social, mas à possibilidade intrínseca a toda sociedade e seu conjunto dinâmico de relações sociais. Por isso, demonstra o autor, a questão que se abre, com os dois autores, é a da possibilidade do social, como possibilidade da relação humana. E nesse sentido, a base do pensamento de ambos se estrutura nas idéias de sacrifício (de dar, receber e retribuir), de reciprocidade (atração e repulsão) e de duração desses vínculos.

A idéia de Caillé (2002) de um terceiro paradigma do pensamento sociológico se inscreve exatamente na tentativa de, junto com alguns outros pensadores tais como Jacques Godbout, Bruno Karsenti e Camille Tarot, participantes do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S em sua denominação em francês), inserir o pensamento a cerca da dádiva dentro da dinâmica social da sociedade moderna, como base explicativa para seu próprio entendimento. Para Caillé, a totalidade social não preexiste aos indivíduos e não tampouco a perspectiva inversa é verdadeira em razão que tanto uns como os outros, como a sua posição respectiva, se geram incessantemente pelo conjunto das inter-relações e das interdependências que os ligam.

O paradigma da dádiva reconhece plenamente a força dos interesses (própria do pensamento do individualismo metodológico) e a efetividade da obrigação social (própria do pensamento holista), mas coloca em um diálogo constante essas duas formas de pensamento a cerca do social, como se a própria dádiva possibilitasse a própria relação entre o individualismo metodológico e o holismo, formando, através dessa interação de ambos, uma outra possibilidade paradigmática de compreensão da sociedade.

Pode-se perceber a intenção de se pensar a noção da dádiva no contexto das relações modernas, ainda no próprio *Ensaio sobre a dádiva*, de Mauss (2003). Na conclusão dessa obra, o autor, ao estender suas observações para sociedades modernas, afirma que estas se definem pelo papel central das relações de compra e venda. Para Mauss, a dádiva, nas sociedades modernas, estaria justamente embutida nos atos de compra e venda, e não de maneira paralela ou independente destes, ou seja, a própria dádiva seria conjuntamente com o interesse racional, uma força impulsionadora da lógica comercial moderna.

O estudo da circulação de riquezas, através da dádiva pode, além de tudo, oferecer uma base para uma comparação inicial entre diferentes sociedades e permite uma passagem entre o estudo da nossa sociedade e o de outras, tendo como indicador o espaço que as relações pessoais ocupam também no mundo racional das transações comerciais. A dádiva, na sociedade primitiva, por exemplo, não seria uma forma particular de relação econômica entre dois ou mais indivíduos, mas representaria, sim, uma espécie de formatação geral das relações que agregam os múltiplos componentes de um mundo social, tanto no sentido concreto, como simbólico.

Nas sociedades capitalistas modernas, onde as relações entre os indivíduos são cada vez menos pessoais e o seu funcionamento é marcado por uma moral da produção e do mercado, as relações e os vínculos entre os indivíduos se caracterizam por uma dinâmica que acaba por separar os indivíduos um dos outros, isolando-os em suas respectivas famílias e promovendo o vínculo, somente, a partir da oposição. Ao mesmo tempo em que a sociedade capitalista possibilita a liberação das potencialidades individuais, ela leva cada indivíduo a se dissocializar dos outros, servindo-se ao mesmo tempo deles e por isso mesmo a dádiva é revestida como uma outra forma e significação.

Logo na introdução de *O Espírito da Dádiva*, Godbout e Caillé (1999) chamam atenção, por meio de exemplos cotidianos, que foi a própria sociedade moderna que contribuiu para divulgar a idéia de que a dádiva representaria uma idéia fora de sintonia com as relações modernas e que, por isso mesmo, não representaria nenhuma forma de vinculação social entre os indivíduos. A dádiva, como idéia base das relações sociais, não seria imposta, nem racionalmente negociada. Em sua própria dualidade e ambivalência a dádiva, funciona e se desenvolve socialmente muito mais fácil nas sociedades em que não existam castas, nem classes hierarquizadas e nem Estado para governá-las.

Necessariamente, as relações humanas não são totalitariamente subordinadas pelos interesses utilitaristas que regem o mercado, pois há sempre um valor pessoal, afetivo e simbólico que caracteriza a vida social. Esse valor seria constituído, sustentado e orientado pelo sistema de circulação da dádiva que vincularia seres sociais entre si e entre os próprios objetos e mercadorias. Entre essas sociedades primitivas e as sociedades de mercado ocorreram duas grandes cisões históricas: o mercado e o Estado. O papel do mercado funciona exatamente no sentido de introduzir mecanismos para permitir o estabelecimento de relações despersonalizadas entre os indivíduos, criando um lugar sem vínculos onde as coisas se trocam entre si pelo mecanismo dos preços, independente dos agentes. O escoamento da produção passa a existir independentemente do consumo e o seu objetivo não é mais procurar adaptar o produto aos desejos do consumidor, mas escoar o máximo de mercadorias pelo melhor preço possível. Por isso mesmo, com o advento do mercado, a mercadoria (coisa) que circula, mas não mais transporta com ela o vínculo social. Como já foi dito, a modernidade apresenta uma segunda ruptura que é o advento do Estado democrático e previdenciário, que vai substituir o mercado na esfera dos serviços entre as pessoas (serviços aos idosos, crianças, doentes), transformando as relações de trocas baseadas na dádiva em relações do tipo obrigató-

rias, impositivamente generalizante no sentido de receber e retribuir (GODBOUT & CAILLÉ, 1999).

No intuito de investigar o papel, histórico e ao mesmo tempo dinâmico, da dádiva no desenvolvimento da sociedade moderna, Martins (2006) explica que, ao longo do tempo, as experiências de democracia e de organização coletiva de trabalho, como as cooperativas e associações de ajuda mútua, surgiram motivadas por uma formatação comunitarista e associacionista inerentes à própria sociedade, todavia, entre os séculos XVII e XVIII, essas experiências teriam sido sufocadas pelas duas grandes funções da sociedade moderna, a obrigação (Estado) e o interesse (mercado).

Essa dinâmica, segundo Godbout e Caillé (Op. cit), vai transformando toda a sociedade e as próprias relações familiares e comunitárias; tornando os laços sociais mais tênues e frágeis e despersonalizando as possibilidades de vínculos dentro de um meio social. Fenômenos como o mercado, a industrialização e a urbanização provocaram uma pane nos papéis e lugares sociais. A concepção moderna de mercado está diretamente de acordo com a idéia de liberação do indivíduo para o ato voluntário, a fim de que ele execute o seu verdadeiro papel escondido, mas predestinado pelo seu próprio *self*. O indivíduo só se encontraria como sujeito autônomo ao se destituir de toda carga social (regras, normas e condutas previstas socialmente), tornando-se um agente racional livre para escolher contabilmente entre ganhos e perdas.

Justamente por isso, a dualidade produtor-consumidor, existente dentro das relações de mercado, se expande, com a chegada do Estado moderno, transformando as relações de serviços em vínculos administrados e burocratizados. Nesse sentido, na democracia representativa cria-se um sistema que entre o eleito e o cidadão se insere um outro intermediário, o nomeado, o burocrata, que ocupa o lugar deixado pela ruptura do vínculo comunitário entre governantes e governados, desfazendo ou dificultando qualquer possibilidade de vínculo direto entre esses atores no jogo político de uma sociedade.

A constituição do mercado e do Estado conduziu, portanto, a uma tendência crescente para liberar os membros das sociedades de toda obrigação ligada às relações sociais, a partir do paradigma de que toda instância de relação social poderia ser substituído por um bem ou serviço e, com isso, toda a dinâmica da dádiva poderia ser substituída, forçosamente, por uma vinculação contratual.

O advento do mercado e do Estado, como pilares institucionais da sociedade capitalista, funciona, a partir dessa dinâmica histórica, como uma forma de desobrigar seus membros de toda forma espontânea de ligação social, a partir da idéia de que determinadas relações poderiam ser substituídas facilmente por um bem ou serviço. O papel de um filho, por exemplo, que proveria e prestaria assistência social aos pais seria transformado por um serviço de assistência realizada por um leque de profissionais pagos pelo Estado ou mesmo pela iniciativa privada. Dessa maneira, o mercado asseguraria a circulação das coisas, estabelecendo relações despersonalizadas entre indivíduos. O ponto de funcionamento dessa nova dinâmica se baseia na destituição dos papéis sociais primários em favor de profissionais, de burocratas, que agiriam a partir de mecanismos de preços, estabelecidos não mais pelos agentes, mas pelas próprias leis de mercado, sem qualquer forma de personalismo. Seguindo essa lógica, como demonstram Godbout e Caillé (Op. cit), a sociedade moderna só vive e prospera ao preço de um déficit permanente de solidariedade, ou seja, de relação. A dádiva, para ele, seria a sobrevivência marginal das relações não contratuais que estabelecemos em nossas relações, a começar pelo nascimento.

*“Porque essa ruptura introduzida na sociedade permite aos objetos ‘voarem com suas próprias asas’ e saírem das relações sociais; é como ‘se as coisas determinassem reciprocamente seus valores entre elas’. Numa segunda etapa, como por um efeito de bumerangue, essa objetivação tenderá a liberar as próprias relações sociais (...)”*  
(GODBOUT & CAILLÉ, 1999: 177).

Por isso, podemos estabelecer nas sociedades modernas dois registros de sociabilidade; uma espécie de ruptura constitutiva do próprio funcionamento social e do próprio registro de vinculação do indivíduo. Nesse sentido, o processo de construção identitária é elaborado, a priori, a partir de uma clivagem, de uma dualidade, muitas vezes contraditória e irreconciliável. O primeiro registro é referente às relações interpessoais, aquelas onde o registro pessoal é mais importante do que as funções desempenhadas pelos indivíduos. As instâncias típicas da sociabilidade primária dizem respeito aos vínculos de família, de parentesco e amizade, onde a dádiva é o registro fundamental deste

vínculo constituído de forma espontânea, algo que se fundamenta pelo desejo intrínseco de estabelecer uma relação de proximidade.

No segundo registro de sociabilidade, as pessoas interagem na qualidade de funções parciais e inicialmente instrumentais e impessoais. Os campos da política, da ciência, do intercâmbio mercadológico, das relações com e do Estado são exemplos desse registro de sociabilidade secundária. A dádiva, nesta dinâmica, se acha subordinada a uma norma de utilidade e de eficácia funcional, conduto, não significa que ela não desempenhe ou não deva desempenhar mais o seu papel.

Godbout (1998) observa que nas sociedades modernas o fenômeno da dádiva se conforma sob outras formas que transcendem o âmbito doméstico e permitem que esta sociabilidade primária se apresente também nas relações de ordem secundária. Toda organização social moderna, tipicamente racional e burocrática, baseia-se em um princípio de repetição e reprodução infinita do mesmo, tentando diminuir, assim, qualquer tipo de imprevisto. A importância do Estado e do mercado em nossas sociedades, dentro deste raciocínio, se refere justamente ao controle do imprevisto nas esferas sociais, a uma obsessão pela produção que suprime todos os “defeitos” daquilo que não foi planejado.

A dádiva, ao contrário, é a própria possibilidade do imprevisto, daquilo que escapa ao planejamento, ou seja, o próprio ato de estabelecer ou não vínculos com o outro, estranho e inesperado. O valor do vínculo não opera no jogo do valor de troca e do valor de uso,

*“(...) o valor do vínculo é o valor do tempo, que o mercado substitui por uma imediatidade (...) extraindo a coisa da rede temporal. Quanto mais se isolam as coisas de seu valor de vínculo, mais elas se tornam transportáveis, frias (congeladas...), objetos puros que escapam do tempo. Ao expressar o valor de vínculo a dádiva serve para nos provar que não somos objetos” (GODBOUT & CAILLÉ, 1999:201).*

Por isso, como afirma Caillé (2002), essa evolução dá a impressão que a dádiva desaparece e toda espécie de vínculo social é substituído por esse sistema de intermediários. Mas ressalva o autor, que parece ser impossível pensar o universo das trocas hu-

manas, nas sociedades contemporâneas, somente a partir da lógica utilitária do modelo contratual. A modernidade introduziu uma ruptura profunda entre o mundo dos indivíduos e o resto do ambiente, em suas palavras do “cosmos”, que acaba por se tornar objeto. O mercado possui a capacidade de objetivar o mundo, a natureza, os animais e até mesmo o próprio sistema das relações sociais e, por isso mesmo, a dádiva. Para Godbout (1998), toda a organização racional industrial baseia-se no princípio da uniformização despersonalizante do indivíduo, onde não há a possibilidade do imprevisto, do potencialmente surpreendente encontro de dois seres humanos.

Tanto o mercado como o Estado operam não só de uma maneira individualista e despersonalizada, mas também contêm, no seu próprio funcionamento, vínculos sociais que operam a partir da confiança, lealdade e solidariedade dos indivíduos que deles participam.

Tentar compreender o vínculo somente pelo modelo de mercado seria mesmo que fazer um corte horizontal e observar apenas “*a rede simples e plana do mercado, regida por uma só lei, a da equivalência, que neutraliza os vínculos e sua variabilidade contextual*” (GODBOUT & CAILLÉ, 1999: 232).

Para o pensamento mercantil, porém, só existe dádiva se houver gratuidade. Qualquer retribuição faz com que uma relação baseada na dádiva passe a ter o status de troca – relação baseada no interesse. Mas, ainda que tal pensamento considere a possibilidade de existência da dádiva gratuita, ou seja, sem retorno, esta não deixa de ser vista maliciosamente como um “mau negócio”, um “deixar-se enganar”. Em outras palavras, é vista como exploração ou algo anormal.

O que ocorre é que o pensamento mercantil consegue explicar apenas as relações efetuadas no mercado, na medida em que suas chaves explicativas são: racionalidade das decisões, interesse “natural” motivando os comportamentos, regra de equivalência, dentre outras. De acordo com esse paradigma, o indivíduo toma as suas decisões visando sempre maximizar a diferença custo-benefício, independente dos seus valores, de forma a buscar sempre o melhor resultado de acordo com os seus interesses (GODBOUT, 1998).

A impressão mais imediata é que o sistema da dádiva funciona mais claramente nas relações primárias, mas, todavia, ele se faz presente nas esferas políticas, econômicas, através, segundo Martins (2002b), das expectativas de reciprocidade, da possibilidade de se confiar implicitamente nos atores envolvidos nessas esferas. É como se exis-

tisse, nesse sentido, um quantum de pessoalidade, de troca vincular, inerente, conscientemente ou inconscientemente, em qualquer vínculo social. A idéia é que mesmo dentro das esferas burocraticamente demarcadas das relações secundárias de mercado existe um ponto marginal onde as relações ou os vínculos se formam para além de uma forma objetivada e racional, gerando a necessidade de se criar, minimante, uma afetividade relacional. Por isso, por exemplo, nenhuma administração governamental pode funcionar se não existir como prerrogativa um índice de confiança pessoal, de vínculo que forma uma rede de pessoalidade, de amizade, ou seja, uma rede de relacionamentos e vínculos primários dentro de uma esfera secundária de sociabilidade.

*“Nesta mesma perspectiva, deve-se registrar que sem este valor-confiança nutrido reciprocamente entre produtores e consumidores as trocas mercantis entram em colapso. Pois o valor-confiança não pode nascer de contratos jurídicos e formais por mais elaborados que sejam, mas apenas da confiabilidade da relação interpessoal, da expectativa mútua das partes envolvidas de que o parceiro da troca mercantil devolva não a traição, mas a amizade e a solidariedade”*  
(MARTINS, 2006: 104).

Não há maneiras de se estabelecer qualquer relação, mesmo em seu sentido mais comercial, sem uma forma de pessoalidade ou confiança, pois como explica o próprio Martins (2006), quando a desconfiança ou qualquer ruído, de ordem pessoal, prevalece na relação, o mercado e o Estado se desorganizam. Justamente, nessa ordem, que a dívida pode aparecer na construção das dinâmicas sociais que balizam o funcionamento das instituições sociais, tanto naqueles onde prevalecem, naturalmente, as relações primárias, como naquelas modernamente constituídas a partir de um registro secundário de associação.

Apesar das relações de mercado, muitas vezes, contribuírem para deteriorar as vinculações sociais, com o estímulo à competição individual e a desconsideração pelo social, concentradas no ato isolado do receber, nem por isso as relações prescindem da existência de uma relação de trocas, no sentido da dívida, pois para que essa transação comercial aconteça é preciso que exista alguma forma de identificação entre aqueles que dela participam.

Nas sociedades modernas, por exemplo, onde a circulação de bens e serviços existentes são as formas de relações sociais mais difundidas, para que não haja conflitos entre os indivíduos, é preciso que todos respeitem regras previamente definidas o que estimula a necessidade das pessoas se relacionarem a partir, também, de níveis afetivos de acolhimento. A idéia de receber e ser bem recebido, de estabelecer relações de hospitalidade, mesmo que isto ocorra de forma aparentemente comercial significa, de certa forma, uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma consequência natural da idéia da troca de dádivas, estabelecida primeiramente por Mauss.

Adolfo Casal (2005), em sua explicação sobre a idéia da dádiva nas sociedades modernas capitalistas, propõe que a dádiva seja tomada como modelo de compreensão das trocas em geral, incluindo as trocas de mercadorias, quebrando, assim, a hegemonia do princípio explicativo do interesse utilitário, juntando-lhe os princípios da reciprocidade e da confiança. A troca de dádivas pode ser interpretada como um sistema de relacionamento cooperativo/associativo entre parceiros que consiste na combinação entre o interesse e o gratuito; o interesse e a obrigação; o constrangimento e a espontaneidade.

Por isso, o fato associativo não depende unicamente de um registro secundário de sociabilidade. Mesmo quando as instituições atribuem seus objetivos funcionais essa exigência vai estar sempre subordinada a uma dinâmica pessoal típica da sociabilidade primária. A dádiva se apresenta nesses registros de maneiras e com funcionamento diferentes, mas, por todos os lados, ela representa o fato primordial do viver em sociedade que é a situação do vínculo entre pessoas em seu sentido mais primário.

Ao conceber a família como a metáfora por excelência da dádiva, como lugar onde há o estabelecimento de laços sangüíneos que com mais intensidade transformam o outro em membro da comunidade, Godbout e Caillé (1999) apontam para a importância das relações de pessoa a pessoa na vida em sociedade em qualquer outra instância. Esse encontro entre dois estranhos que produz o núcleo familiar é o próprio epicentro da relação da dádiva, onde aparece, por si só, o próprio vínculo social, até então impensado e, por isso mesmo, imprevisível.

A psicanálise, de alguma forma, vai também demarcar a família como palco central do início do desenvolvimento afetivo do indivíduo; ou seja, local de afeto e de vínculo, modelo de vida psíquica e social. É como se, a própria vida, tanto no sentido social como psíquico, passasse justamente pela constituição das relações familiares como

modelo de funcionamento e, nesse sentido, a dádiva se ocupa, justamente, de fazer funcionar, concretamente e simbolicamente, esses laços entre os membros.

Godbout e Caillé (Op. cit) explicam, justamente, que a dádiva possui como função básica dentro da sociedade, em qualquer instância, a capacidade de transformar o estranho em familiar, possibilitando o aparecimento da reciprocidade, da confiança, tanto no sentido primário como secundário. A dádiva permite, sobretudo, à sociedade perpetuar-se como sociedade ampla, e não apenas como família, renovando os laços e as alianças entre os estranhos, em cada geração.

O princípio da dádiva é justamente essa relação que escapa da planificação totalizante, marginal e ao mesmo tempo substrato indispensável para todas as relações sociais primárias e até mesmo secundárias. Com isso os indivíduos, ao buscar novas opções de sobrevivência, física, mental e principalmente financeira, acabam por (re) criar novos laços sociais baseados principalmente na capacidade de individualizá-lo da sociedade, de romper a cadeia reprodutora do mesmo, do indivíduo-trabalhador-consumidor em benefício da fecundação do próprio humano. É justamente no âmbito das relações pessoais que o dar, receber e retribuir é executado de forma mais estruturada e prevista. Isto porque os papéis sociais estariam bem definidos e os indivíduos encontrariam algum refúgio na selva da incerteza, diante da previsibilidade do comportamento do outro.

Por isso, todos os membros de uma sociedade são, ao mesmo tempo, protagonistas e beneficiários da dádiva. Mesmo dentro de um universo de relações mercantis, não podemos pensar a dádiva nem sobre o ponto de vista do funcionamento exclusivo da equivalência das mercadorias, nem sobre a ótica da gratuidade; a dádiva deve ser pensada como a relação social por excelência.

Como afirma Caillé (2002),

*“A dádiva é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. Com efeito, este não poderá surgir, nem da incondicionalidade da violência que prescreve de forma incondicional, nem na incondicionalidade do amor que fala em nome do incondicionado, nem - contrariamente ao que todas as teorias do contrato social pretendem nos impingir - em nome de uma impossível condicionalidade (contratualidade) incondicional. O pacto associativo só poderá formar-se no registro da incondicionalidade condicional,*

*neste caso, cada um se compromete dar incondicionalmente ao outro, mas mostra-se também preparado para retirar-se do jogo, a qualquer instante, se os outros deixarem de jogar” (CAILLÉ, 2002: 201-202).*

A tripla obrigação inerente à idéia da dádiva - dar, receber e retribuir - implica não somente uma simples troca material, um presente, por exemplo, ou o ato de hospedar alguém, mas também uma forma de comunicação social e, porque não, afetiva. Mauss (2003) afirma que, quando alguém dá, dá a si mesmo, porque sente a obrigação de dar-se aos outros, para o seu bem. A coisa recebida não é inerte, mas exige retorno. Ao entrar nessa lógica, o indivíduo se aproxima do outro, vinculando-o, enquanto sujeito, por meio dessa comunicação de troca.

Para Martins (2002b), a sociedade funda-se nessa idéia cara ao sistema da dádiva de ambivalência, pois o vínculo contém tanto o interesse como o desinteresse, o contrato e a relação espontânea, o pago e o gratuito. Sem estes pares contraditórios, a dádiva não poderia ser apresentada como aquilo que verdadeiramente aproxima os indivíduos e assegura a constituição da sociedade.

Portanto, as regras da sociedade subsistem a idéia totalizante de mercado e Estado e são entrelaçadas no funcionamento da própria sociedade. A dádiva funciona como um sistema de referências, um fato social total, que dela derivam todos os outros, das mais óbvias relações de amizade e familiar às insípidas relações contratuais de compra e venda. A idéia da dádiva é, por isso, a idéia da própria criação da sociedade; é a resposta para se buscar a razão do estabelecimento de alianças entre os seres humanos.

A constituição do próprio indivíduo, seu processo de construção de uma identidade, está ligado, em maior ou menor grau, à trajetória de vínculos que se estabelece nos diversos microcosmos que compõem sua vida. A dádiva é, portanto, uma espécie de índice dessa dinâmica, dessa composição, um motor de funcionamento que gerará de diversas maneiras (muitas vezes até de maneiras mais ou menos patológicas) vínculos sociais e afetivos, maneiras de se constituir como membro e partícipe de uma realidade.

### **2.2.3 A idéia da dádiva como produtora e reprodutora da vida simbólica**

Anteriormente, destacamos o papel fundamental da idéia da dádiva como produtora ou como princípio da idéia de relações sociais entre os indivíduos. Seguindo esse

raciocínio, podemos destacar que a relação entre dar, receber e retribuir se inscreve, não somente como produtora concreta de vínculos, principalmente primários, mas como também instrumento simbólico que mediará a relação entre indivíduo e sociedade e, mais do que isso, permitirá a construção, consciente, mas também inconscientemente, da própria relação do indivíduo consigo mesmo e com a realidade que o cerca<sup>4</sup>.

A dádiva, assim como o próprio processo de socialização, mesmo reconhecida como uma manifestação, de uma intenção de pertencimento e reconhecimento social, não deixa de ser também um ato de individualidade, de possibilidade de se individualizar como membro da sociedade. Por isso, considerado tanto um espaço de construção de sociabilidade, como de autonomia individual, a lógica da dádiva sempre vai implicar esse espaço entre liberdade individual e necessidade coletiva; se constituindo justamente numa espécie de sistema marginal, onde ao mesmo tempo, possibilita a interpretação de dinâmicas macroestruturais da sociedade, como também oferece a condição de se entender a própria condição do ser humano em sociedade e com outros seres humanos.

A lógica da dádiva, como já demonstramos, funciona a partir de uma ampla ambivalência, sendo ela própria um operador da ambivalência das relações humanas e do próprio ser humano. A dádiva existe a partir de dois grandes pólos de multivalência onde é ao mesmo tempo livre e obrigatório e interessado e desinteressado.

Para Caillé (2006), afirmar que a dádiva contém um duplo sistema de coordenadas ambivalentes é também demonstrar tanto sua natureza positiva quanto normativa. Positiva no sentido de que, cada cultura, cada sociedade, possui um acento, um viés diferente dentro desses pólos de ambivalência. Ou seja, essas duplas de funcionamento da dádiva permitem mostrar, por exemplo, a obrigatoriedade ritualística de uma dada sociedade, ou mesmo a liberdade ou as possibilidades individuais dentro de uma cultura capitalista ou mercantil.

Sua dimensão aparece no fato de que para a dádiva existir, necessariamente, liberdade e obrigatoriedade; interesse e desinteresse devem coexistir e se misturar o tempo todo, pois não há como pensar no funcionamento relacional de indivíduos dentro de

---

<sup>4</sup> O conceito de simbólico será desenvolvido, especialmente, ao longo deste capítulo e de todo o trabalho. É importante frisar, neste primeiro momento, que a idéia de simbólico aparece de forma variada ao longo da literatura científica. Dentro de uma idéia relacional, desenvolvida por Klein (1991), o simbólico, no seu sentido mais imediato, está ligado justamente á idéia de um conjunto de referências que se formam, não só no sentido concreto (das relações sociais) de uma realidade exterior, mas também no sentido interno e psíquico do indivíduo como forma de criar vinculações tanto sociais como afetivas deste sujeito com a múltipla realidade que o cerca.

uma realidade social sem a existência dos pares de contrários. A dádiva não estabelece um funcionamento social a partir de uma clivagem entre individual e coletivo, nem de interesse ou desinteresse, gratuidade e obrigatoriedade, ela é, por si só, uma formulação ambígua, que tenta dar conta da ambigüidade intrínseca que faz parte de qualquer relação e vínculo de indivíduos entre si e consigo mesmo<sup>5</sup>.

Embora o social só possa se apresentar em cada individualidade de uma maneira parcial e particular, cada parcela dessa representação revela uma dimensão eminentemente significativa de um todo social, de sorte que o social nunca vai ser apreendido de uma maneira fixa e coisificada, mas como um processo onde o individual e o coletivo se interdependem. Como demonstra Martins (2002b), a análise de Mauss a cerca da dádiva, de certa forma, esclarece algumas dicotomias criadas pela teoria de Durkheim - o sagrado e o profano, o indivíduo e a sociedade, o normal e o patológico -, elaborando uma hipótese de que a sociedade é um fenômeno total, que não se encerra numa representação concreta e objetivista, mas sim, sobretudo, simbólica.

Ou seja, a dádiva tenta ampliar e dinamizar a idéia de que os fenômenos sociais são representados pela idéia de uma coletividade coisificada sobrepondo-se exteriormente às consciências individuais que dela fazem parte. Muitas vezes, abstrata, a explicação durkheiminiana, se mantém sempre no campo de uma consciência coletiva independente, sem permitir mostrar como o social funciona efetivamente nos indivíduos enquanto singularidades de um meio e, portanto, como esses indivíduos adquirem, dentro de suas trajetórias sociais, singularidades, psiquismo.

Não se pode afirmar que há entre as representações individuais e coletivas uma continuidade expressiva direta. Assim, como em Durkheim, Mauss (2003), afirma que a consciência coletiva é formada e combinada sob formas diferentes e novas, daquelas individuais que a integram. Todavia, podemos transplantar uma representação individual para uma coletiva por uma série de transições contínuas: do indivíduo, nós passamos para uma representação coletiva através, por exemplo, de um movimento de imitação

---

<sup>5</sup> Ao explicar a natureza ambivalente da dádiva, Caillé (2006) chama a atenção para um artigo de Mauss “Gift/gift”, onde o sociólogo francês vai buscar as significações da palavra dádiva nas línguas germânicas arcaicas, onde a mesma palavra, o mesmo significante para a dádiva, *Gift*, significa ao mesmo tempo dádiva e veneno. Caillé demonstra que essa dualidade aparece também no grego e no francês antigo. Ou seja, dentro de uma interpretação da própria ambivalência da dádiva, aquele que dá qualquer coisa, que aparentemente deveria significar prazer, dá, ao mesmo tempo, a própria morte, pois coloca nos ombros de quem recebe uma posição de inferioridade, muitas vezes anulando o sujeito que recebe pelo objeto que foi dado, enquanto não houver, novamente, uma troca.

epidêmica ou até mesmo de alucinação coletiva. Inversamente, o coletivo pode ser depurado no individual, onde cada individualidade representa uma parcela do total e a presença do social é percebida e alterada pela particularidade de cada consciência que o recebe (KARSENTI, 1994).

A perspectiva sobre a qual Durkheim garante a especificidade (e mesmo o isolamento) do objeto sociológico é justamente rompida pela idéia de gradação, de transição contínua entre a esfera individual e coletiva, o que possibilita não a explicação do social a partir de um fato transcendente e exterior ao indivíduo, mas a possibilidade de perceber o efeito em cada consciência de um processo de socialização, ou mesmo como cada consciência pode representar simbolicamente aspectos diversos de um funcionamento social.

Demarcando a diferença de ambos, Tarot (2003) demonstra que para Durkheim existe uma naturalidade instrumental nos fenômenos de uma sociedade e os mesmos preexistem aos indivíduos, enquanto que para Mauss existe, na verdade, uma mobilidade dos fatos sociais, e os mesmos não existem por si só, pois os indivíduos nunca param de fazê-los e desfazê-los, de construí-los e analisá-los.

Por isso, dentro do pensamento maussiano, a relação entre a dádiva e o simbólico contém, nela mesma, importante conseqüência, relacionada ao fato de que a dádiva é também um ato simbólico que abre concretamente não só a possibilidade de um vínculo social, mas também, afetivo com um outro, mas também e, sobretudo consigo mesmo. O paradigma da dádiva carrega a idéia de que o próprio sentido e as modalidades do seu funcionamento estão diretamente articulados à função simbólica de uma determinada sociedade. A dádiva vai ampliar a perspectiva do mundo social, onde se exprimem as mais diversas instituições sociais: religiosas, jurídicas, morais, econômicas, artísticas produtoras em maior ou menor grau de uma simbologia expressiva dentro da sociedade e, principalmente, dentro da própria dinâmica interna do indivíduo.

Como explica Aulagnier (1979), o universo simbólico é produzido na e pela relação que o indivíduo estabelece com o mundo ao conseguir construir sentido para suas experiências e daí passar a se definir e a definir seu exterior. Por isso mesmo, à singularidade dos elementos se opõe à universalidade das relações e vice-versa, criando um conjunto de sentidos que ligam indivíduos e objetos e indivíduos e mundo interno.

Nesse sentido, Caillé (2002) chama atenção para o fato de que a dádiva além de se inscrever dentro das referências simbólicas de atuação na relação entre sociedade e indivíduo, se configura como a própria idéia de símbolo, como referência das relações internas que o indivíduo pode estabelecer psiquicamente consigo mesmo; tornado-se assim a própria natureza simbólica e afetiva de um indivíduo e de uma coletividade.

Nesse sentido, a forma como uma sociedade e seus indivíduos produzem, reproduzem e disseminam, externa e internamente, seu conjunto simbólico se relaciona diretamente à maneira como esse meio social estabelece suas relações sociais e como o indivíduo é capaz de participar desta dinâmica de vínculos. Caillé (Op. cit) explica que o símbolo representa a própria idéia da aliança estabelecida pela dádiva e que deve perdurar apesar de qualquer separação ou afastamento. O uso símbolo, na sua idéia original, está ligado também ao sentido de hospitalidade entre estranhos que, talvez, nunca tivessem se encontrado.

Mauss (2003), premido desta intenção de ampliar a percepção sociológica, vai tentar criar um diálogo, que até então se mostrava infrutífero e controverso, entre a psicologia e a sociologia. Seu texto *Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia* de 1924 foi praticamente elaborado em paralelo com sua grande obra, *Ensaio sobre a dádiva* de 1925. Primariamente, endereçado aos psicólogos, Mauss situa seu propósito justamente na possibilidade de tentar definir uma área possível de debate entre uma perspectiva coletiva e outra individual e psíquica do homem, possibilitando assim a fundação de uma visão científica mais geral do indivíduo. Para o autor, o fato coletivo não pode existir dentro uma sociedade se não através de uma progressiva singularização nas diversas consciências individuais. Embora, nesta visão, o objeto da sociologia e da psicologia tende a se fundir, as duas perspectivas se diferenciam pelo seu modo de constituição e funcionamento dentro de uma determinada realidade. Com isso, os fenômenos coletivos e individuais não se relacionam mais sob uma visão mecânica e unilateral, mas se decompõem em estruturas complexas que se interdependem.

A proposta metodológica elaborada por Mauss encontra sua base na própria redefinição do conceito de fato social. Para Mauss (2003), a idéia do fato social visto como coisa teve o mérito de assegurar à sociologia um domínio objetivo, além de possibilitar a descoberta de regularidades sociais, tais como acontece com as ciências da natureza, mas a possibilidade aberta pelo *Ensaio sobre a dádiva* amplia esta compreensão, ao conceber, como demonstra Karsenti (1994), a noção de fato social total.

A dádiva, a idéia de fato social total, se encontra justamente entre a apreensão de um fato social dentro de uma experiência concreta e a sua representação simbólica e, por isso, afetiva, através de uma consciência singular.

O homem total, objeto da perspectiva maussiana, não deve mais ser considerado dividido em dois compartimentos diferentes (àquele da consciência individual e de uma consciência coletiva), mas pensado a partir de uma única consciência que representa tanto o indivíduo em sua singularidade, mas também é fruto das modalidades e dos aspectos dos múltiplos e fragmentados domínios de socialização pelos quais o indivíduo percorre em sua trajetória social. Nesse sentido, o migrante que investigaremos passa pela idéia de pensar e investigar este indivíduo em sua completude e, por isso mesmo, tentar compreender a relação que esta totalidade individual estabelece com outras totalidades (outros indivíduos), o sentido, de progressivamente, formar assim uma coletividade, mas, sobretudo, formar a si mesmo.

O indivíduo, membro de uma sociedade, não se encontra submetido a um sistema exterior e meramente institucionalizado de coerção e punição, mas integra um ciclo dinâmico e ambíguo de dar, receber e retribuir, processo no qual ele se vê diretamente em contato com a totalidade de seu meio social e de si mesmo.

O próprio Mauss explica,

*“As exaltações, os êxtases criadores de símbolos são proliferações do instinto (...). As necessidades, as necessidades-limites, cujo estudo toda uma escola de economistas substitui pelo do interesse, noção vaga, são, no fundo, expressões diretas ou indiretas do instinto. Seria infundável mostrar a importância do instinto em matéria de psicologia coletiva (...) a vida social não é senão o instinto gregário hipertrofiado, alterado, transformado e corrigido”* (MAUSS, 2003: 329/330).

Ou seja, o concreto e o simbólico são suas dimensões da dádiva, pensada como fato social total, que se implicam reciprocamente. Como afirma Lévi-Strauss (2003), ao comentar a obra de Mauss, a prova de existência do social parte da esfera do mental, do simbólico, pois o indivíduo não pode perceber a influência de uma instituição social se não for capaz de revivê-la em sua consciência individual.

Para Martins (2006), a obra maussiana permite relacionar o funcionamento da sociedade não só com os fatos concretos, mas também com os mecanismos simbólicos, pois esta concepção tenta ultrapassar antigas dicotomias, como indivíduo e sociedade, através de um sistema de signos que mediatiza as relações que cada sujeito mantém com cada um, construindo num mesmo movimento a socialização dos indivíduos e a unificação dos mesmos num grupo.

A hipótese é de que devemos considerar o psiquismo como um espaço unificado formado também por uma força que estabelece uma determinada configuração global na qual é possível de interpretá-la como uma espécie de encarnação individual das configurações sociais. Como explica Karsenti (1994), um processo de socialização, de construção de uma identidade, só pode ser totalmente entendido se levarmos em conta a perspectiva psicológica do indivíduo, assim como um fenômeno psicológico corresponde sempre a uma história particular e individual a partir da qual uma leitura sociológica se desenvolverá.

Como faz questão de destacar Castoriadis (1987), o homem não pode ser pensado redutivelmente somente em termos biológicos e físicos, pois o homem só existe na e pela sociedade, pois,

*“Para além das definições puramente anatômicas ou biológicas, homem, mulher e criança são o que são mediante as significações imaginárias sociais que o fazem ser assim (...) Denomino imaginárias essas significações porque elas não correspondem a – e não se esgotam em – referências e elementos ‘racionais’ ou ‘reais’, e porque não introduzidas por uma criação. E as denomino sociais, pois elas somente existem enquanto são instituídas e compartilhadas por um coletivo impessoal e anônimo” (CASTORIADIS, 1987:231).*

Ou seja, pensar a sociedade, para além de seus dados puramente concretos, é pensar tanto em seus fatos mais aparentes, como em todo o processo e todo o conjunto de significações imaginárias e simbólicas produzidas e utilizadas pelos indivíduos, que estão, obviamente, dentro de determinados contextos sociais. Mais do que isso, todo o processo de constituição social, no sentido, portanto, mais amplo, está necessariamente

ligado, como afirmam Mauss (2003) e Castoriadis (1987), à forma como a sociedade compartilha tanto os elementos concretos, mas também àqueles produtos do simbólico.

Por isso, segundo Castoriadis (1987), a sociedade existe a partir da instauração de um espaço de representações compartilhadas por todos os seus membros, que traduzem um conjunto de significações imaginárias sociais instituídas. Como frisa o autor,

*“Não se trata (...), do fato de que, confrontada com uma ‘existência real’ insatisfatória, a sociedade procuraria, durante todo um período, compensações imaginárias. O fato é que essa ‘existência real’ é impossível e inconcebível, enquanto existência de uma sociedade, sem a postulação de fins da vida individual e social, de normas e valores que regulem e orientem essa vida, da identidade da sociedade considerada, do porquê do para quê de sua existência, de seu lugar no mundo, da natureza desse mundo – e que nada disso pode ser deduzido da ‘realidade’ ou da ‘racionalidade’, nem ‘determinado’ pelas operações da lógica conjuntista-identitária. A humanidade não pode ser confinada à sua existência real” (CASTORIADIS, 1987: 386)*

O mecanismo da dádiva, portanto, sendo causa primeira ou conseqüência imediata de uma toda uma configuração individual e social, deve ser pensado não só como um mecanismo concreto de reprodução social, mas também como constituinte de um mundo social amplo, de relações que não só comportam a concretude de uma realidade social, mas também todo o imaginário social que compõe uma vida social. Enquanto representação, o imaginário social se expressa por discursos e imagens que vão além de seu sistema concreto de representação. Ele comporta, por exemplo, tanto a dimensão econômica, como a dimensão onírica, de uma sociedade, que repousa numa base tanto coletiva quanto individual, pois os mesmos são compartilhados e comunicáveis entre os indivíduos de um determinado meio social. Por isso mesmo, as referências simbólicas são, ao mesmo tempo, coletivas e individuais, consciente e inconsciente.

As relações, o dar-receber e retribuir, não se referem somente a uma dada conjuntura de instituição social, mas também a todo o processo de construção do próprio sujeito. Não é um sistema estanque, que separa a ordem social e coletiva de uma ordem individual. A idéia da dádiva e sua relação com a constituição da sociedade dirigem a

observação não para os indivíduos ou as estruturas presentes em um determinado meio social, mas sim o que está em circulação entre os próprios indivíduos, ou seja os bens materiais e simbólicos disponíveis e reproduzidos na própria sociedade, nas próprias individualidades em interação.

Martins (2002b) lembra que a dádiva se faz presente em todos os âmbitos de uma sociedade e não “funciona” apenas em momentos isolados e descontínuos da realidade, pois o que está em circulação aparece sob várias denominações e funções: dinheiro, carro, casa, educação, diploma acadêmico, mas também, por outro lado, gestos, visitas, hospitalidade, cerimônias, rituais, sorrisos, favores gratuitos ou não, palavras, hospitalidades, presentes, dentre muitos outros. É justamente esse conjunto de bens, no seu sentido mais amplo, que é construído, partilhado e decisivo na forma como os indivíduos de uma determinada sociedade se define.

Como reforça Mauss (in: CAILLÉ, 2002),

*“Quem diz símbolo diz significação comum para os indivíduos - naturalmente reunidos em grupo – que aceitam este símbolo, que escolheram mais ou menos arbitrariamente, mas unanimemente, uma onomatopéia, um rito, uma crença, um modo de trabalhar em grupo, um tema musical, uma dança. Existe em todo acordo uma verdade subjetiva e uma verdade objetiva; e, em toda seqüência de acordos simbólicos, um mínimo de realidade, a saber: a coordenação desses acordos. E ainda que símbolos e cadeias de símbolos não correspondam a não ser imaginária e arbitrariamente às coisas, correspondem ao menos aos humanos que os compreendem e lhes dão fé, e para os quais servem de expressão total ao mesmo tempo dessas coisas e de suas ciências, de suas lógicas, de suas técnicas, e ao mesmo tempo de suas artes e afetividades” (MAUSS, in CAILLÉ: 2002: 226).*

A possibilidade de se relacionar com outro indivíduo, de se construir como sujeito, se refere, antes de tudo, à capacidade de conjugar realidades, de agrupar experiências sociais, afetivas de todas as ordens. Esse processo, que justamente significa a capacidade de simbolizar, de transitar entre a universalidade do coletivo e a particularidade do individual, está ligado, em sua essência, com a existência da própria dádiva, com a sua

localização limítrofe e com o seu funcionamento ambíguo que coloca em circulação social e simbólica o indivíduo, em sua totalidade, e a própria sociedade. A dádiva pode ser considerada, portanto, como a própria capacidade de simbolizar, funcionando como uma espécie de unificador de antagonismos, de referência paradigmática à idéia de uma multiplicidade de realidades, que pode ser vivida a partir da interação entre os seres humanos.

Durante parte de sua obra, Mauss (2001) insiste sobre o fato de que a simbolização é tanto um fato natural, inerente ao homem, como um fato social, pois se exprime de diferentes maneiras entre os diversos grupos sociais e se encerra num paradoxo, pois mesmo sendo um fato natural (ou psíquico) é através dele que o homem consegue ultrapassar o seu estado eminentemente natural e se colocar em relação consigo mesmo e com o mundo. O simbólico, demonstra Mauss, é resultado de ação do espírito humano que coloca seus elementos em relação uns com os outros, traduzindo, assim, um determinado estado afetivo coletivo.

O funcionamento da dádiva estabelece um princípio plural e abrangente para o sistema das práticas sociais e que estão sempre presentes nas experiências concreta e afetiva de constituição de vínculos sociais.

A capacidade de estabelecer ou não relações sociais está ligado, assim, à capacidade que o indivíduo possui de estabelecer vínculos externos, mas também internos (através da simbolização), como processo de construção da personalidade, que determina as características da relação do sujeito com os objetos, sempre a partir de uma relação dialética de complementação e contradição. Por isso, todo um processo de socialização pode ser compreendido através de um conjunto ininterrupto de fluxos nos mais variados sentidos cujo valor principal é a própria idéia da relação e do vínculo social.

Podemos afirmar, portanto, que os diversos processos de interação que ocorrem em uma determinada sociedade não podem ser observados apenas a partir de seu caráter objetivo, pois a vida em sociedade não se desenvolve apenas como uma realidade exterior, certa e racional pelos membros da sociedade, mas se constitui também em uma realidade subjetiva onde a construção afetiva de uma realidade acaba também sendo motor para o processo de interação entre indivíduos.

Em outras palavras, o vínculo social é formado por um processo concomitante de objetivações de processos e significações subjetivas, possibilitando assim a construção de um espaço onde é possível o dar, o receber e o retribuir, pleno de significações tanto individual, como social.

*“Na realidade, numa sociedade não há mais do que duas coisas: o grupo que a forma, ordinariamente sobre um solo determinado, de uma parte; as representações e os movimentos deste grupo, de outra parte. Isto significa que, de um lado, há só fenômenos materiais: números determinados de indivíduos de tal ou tal idade, em tal instante e em tal lugar; e, de outro lado, entre as idéias e as ações destes homens comuns nestes homens, aquelas que são ao mesmo tempo, o efeito de sua vida em comum” (MAUSS, 2001: 57)*

A esfera individual, consciente e também inconsciente, é justamente o local onde se constitui a singularidade fundamental do ser humano, mas onde é possível desvendar e desenvolver a influência do social, não como uma esfera metafísica, mas como uma força que se inscreve até mesmo em comportamentos íntimos e singulares da vida de um indivíduo. A constituição de uma coletividade humana passa tanto pelas condições físicas e materiais como pela construção de vínculos afetivos, gestuais, ritualísticos, estéticos, religiosos que também contribuem para a manutenção viva e real do agrupamento humano e do próprio indivíduo. Ou seja, a visão de Mauss (2003) a cerca dos fenômenos sociológicos, inclusive aí a idéia da dádiva como paradigma constitutivo da sociedade, inclui e se efetiva não somente no grupo, mas também por todos os indivíduos que o compõem dentro de suas integridades morais, sociais, mentais e, sobretudo corporal e material.

Como explica Karsenti (1994), os desenvolvimentos realizados pela psicanálise, no sentido de entendimento do sujeito, são para sociologia maussiana de uma importância fundamental, pois contribuem para amplificar o raio de visão do entendimento sociológico a respeito da própria trajetória de vida de um indivíduo, demonstrando, de que maneira, as representações sociais podem se integrar ao sujeito e ao mesmo tempo serem elaboradas por esse indivíduo. Esse movimento individual-coletivo e coletivo-individual é mediado concretamente e simbolicamente pelos movimentos de dar-receber

e retribuir e, justamente, a aparição de um fenômeno coletivo e as suas várias formas existências é sustentada pelos seus efeitos singulares dentro de cada psiquismo individual. Por isso mesmo, o campo sociológico pode ser entendido não somente através dos fenômenos coletivos e seus efeitos secundários em uma determinada realidade estrutural, mas também através da interpretação de como uma expressão singular, elaborada no plano individual, pode ser entendida e analisada a partir de ferramentas sociológicas. O mundo interno do sujeito é, portanto, causa e conseqüência da sua própria capacidade de relação com a realidade que o cerca, pois a criação interna e externa de um indivíduo poderá existir ou não dependendo da sua possibilidade de criar vínculos, de produzir símbolos. O vínculo formado dentro de uma troca, de uma relação social, é uma estrutura singularizada que por si só já incluem duas personalidades próprias: doador e receptor. Mesmo concretizada a partir de um objeto dado, o espaço da dádiva é prioritariamente simbólico, onde a coisa trocada possui, dentro desse funcionamento, uma significação social global que lhe confere precisamente a sua força e a sua capacidade de estabelecer entre os indivíduos relações intersubjetivas.

A idéia de Mauss (2003) de que o mundo interno e o externo vivem numa intrincada e efervescente relação também encontra eco dentro da própria psicanálise. O pensamento psicanalítico, desde Freud, trabalha justamente com a noção de que os indivíduos estabelecem uma dupla relação com seus objetos, ou seja, as pessoas se relacionam com outras que os circundam, inicialmente com os pais, tanto como figuras reais quanto como imagens introjetadas e deformadas fantasiosamente através das múltiplas projeções e introjeções, ou seja, os próprios objetos internos, simbolizados, dentro de um indivíduo. Esse mundo interno é vivenciado como sendo tão real quanto o mundo externo, e se constitui num fator determinante de nossa maneira de viver e se relacionar com as pessoas.

A totalidade do fato social se estabelece através de uma dinâmica simbólica, onde o modelo adequado seria a própria capacidade de interação com outros indivíduos. O social se constitui na realidade individual, psíquica e coletiva e as relações sociais estabelecidas podem ser entendidas com a expressão simbólica exterior da confluência do mundo interno e externo, pois, como já mencionamos, qualquer fenômeno significativo que abrange as esferas da realidade pode ser representado por um símbolo e o instrumento com que se realiza esta representação pode ser chamado de linguagem simbólica. Ou seja, muito mais do que acontecimentos concretos, é a imagem, como símbolo, que

pode revelar uma realidade e suas funções por sua vez emocionais e sociais, ao mesmo tempo. O símbolo engloba, por certo, todas as referências a uma ordem concreta, mas a realidade que elas tentam explicar não se deixa esgotar por estas referências ao concreto.

As expressões sociais estabelecem efetivamente uma linguagem, uma forma de aproximação do indivíduo com o mundo que o cerca. A realidade possui um caráter sistemático que estabelece determinados padrões socialmente aceitos, e é capaz de mediar a comunicação entre os indivíduos daquele meio social em particular, conformando assim uma espécie de identidade de ordem individual e coletiva.

É importante frisar que as diversas e múltiplas ações que organizam a experiência social do indivíduo moderno não têm, exatamente, um único centro originário, pois tanto a infância – o processo de socialização primária – como o desenvolvimento adulto não se assentam sobre uma lógica única, centralizadora ou fundamental. Com isso, a trajetória de um indivíduo é resultado de combinações singulares de elementos objetivos e subjetivos vivenciados em determinadas experiências.

Aquilo que se pode vivenciar nos mais diversos microcosmos sociais (família, escola, amigos, trabalho, religião) não são simples somatórios de experiências sociais, formadoras de uma identidade. A identidade construída a partir das interações sociais é legitimada pela capacidade que o indivíduo possui de inserir-se dentro de um universo concreto e simbólico, ao mesmo tempo. Estes elementos de socialização estabelecem uma espécie de hierarquia de referências onde o indivíduo pode se fiar para poder participar do mundo social: família, linguagem, escola, memória, tempo, trabalho, amigos, enfim sua própria trajetória afetiva e social.

Como destaca Lahire (2002), a identidade do indivíduo é resultante de uma combinação de várias lógicas de ação, colocando a necessidade de articular e negociar constantemente os valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos, que os ligam a uma variedade de espaços e dinâmicas sociais.

É justamente nesse sentido que a trajetória desses indivíduos migrantes poderá ser analisada. Sendo a própria dádiva um indicador e um ponto de construção do ritmo da vida social e mental de um indivíduo, a possibilidade de observar a relação e os vínculos estabelecidos ou não por esses migrantes – ou seja, sua capacidade de ligação, de criação de vínculos, de permanência e de ruptura nos seus diversos microcosmos – é justamente uma forma de interpretar e entender a maior ou menor estabilidade de suas

vidas sociais e mentais, de acompanhar um processo de construção que é contínuo, seus desvios, seus fragmentos, suas realidades, seus momentos de sanidade e seus delírios.

### **2.3 A quebra dos vínculos como desestrutura psíquica**

A identidade de um indivíduo ou mesmo de uma sociedade é sempre estabelecida pela inserção da mesma dentro de um universo simbólico. Para Berger e Luckman (1983) o indivíduo pode ‘saber quem ele é’, ao conseguir, em um processo constante, ancorar sua identidade em um conjunto mais ou menos estável de referências resguardado, dentro das possibilidades, das contingências mais abruptas da socialização. Ou seja, a construção e a estabilidade de uma identidade estão diretamente ligadas, para fins de legitimação social e psíquica do indivíduo, com a capacidade do mesmo de se construir e de se reconhecer no mundo, nos diversos contextos em que se encontra, e de, ao mesmo tempo, proteger essa construção e esse reconhecimento.

A identidade, ou a trajetória social de um indivíduo, é fundada justamente dentro de determinados contextos sociais. É justamente dentro de uma configuração temporal social, na maneira de Elias (1994), que o indivíduo se encontra; esta identidade significa tanto um processo de auto-percepção ou de auto-referência, como também um processo de ser percebido a partir das referências comuns ou socialmente compartilhadas (socialmente e simbolicamente dadas, recebidas e retribuídas) do meio do qual o indivíduo pertence. A estabilidade ou não desse indivíduo está ligada ao fato de que esta realidade de construção e de compartilhamento, esses diversos grupos sociais, deve ser relativamente coerente em certos aspectos para ele mesmo e para os outros que o circundam.

A coerência desses universos sociais, contudo, não deve ser entendida como uma fórmula matemática, onde a identidade do indivíduo é resultado de uma trajetória constante e linear, sem rupturas, mas significa, na realidade, a possibilidade de composição de certos aspectos contraditórios, de se colocar em processos ambíguos, onde o indivíduo está exposto a uma variedade de referências e comportamento não homogêneos. A construção de uma identidade significa, portanto, a capacidade do indivíduo, ao se inserir, através dos diversos processos de interação que ele pode constituir com outros indivíduos, na própria ambigüidade da realidade, resolver, dar significado, concreto e simbólico, a esse conjunto de contradições.

. A construção da personalidade individual e de uma trajetória social acontece justamente a partir da experiência em sociedade, no entrecruzamento do sistema social com o sistema individual da personalidade. Por isso, quando não existe, ou o indivíduo não encontra, referências estabilizadoras de sua personalidade, a possibilidade de uma crise, mais ou menos grave, surge através de uma desestabilização da própria localização social e individual do sujeito. A identidade exprime esta busca da força e de recursos que permitam a expressão do desejo individual em sociedade, ou seja, o sujeito busca permanentemente a possibilidade de obter o reconhecimento dos outros do fato de que ele é alguém detentor de um desejo individual e autônomo.

A questão da fragmentação surge justamente da possibilidade que o indivíduo possui de participar e entrar em contato com uma multiplicidade de situações diversificadas de interações, característica essencial da sociedade atual, podendo reconhecer em si e nos outras diversas influências, práticas e representações que se apresentam, muitas vezes até mesmo, como contraditórias.

Existe a chance de que esses choques, essas rupturas, possam ser absorvidas e retrabalhadas pelo indivíduo, dentro de novos contextos individuais e sociais, através, principalmente da existência de um processo institucional de iniciação que permita ao indivíduo buscar referências dentro de novos contextos nos quais ele irá inserir-se, ou seja, a presença contínua de subsídios simbólicos de expressão para que o indivíduo possa remanejar seus valores e adaptar-se progressivamente.

Nesse sentido, obviamente, que o indivíduo possui a capacidade de se adaptar a mudanças – mais ou menos bruscas, pois o indivíduo, ainda mais hoje, se tornou uma espécie de ponto de convergência de diversas influências em diversos contextos sociais, podendo integrar e reivindicar diversas posições dentro da sociedade, sem com isso se precisar considerar que o indivíduo se encontra condenado à fragmentação ou a uma desestabilização psíquica.

A complexidade de uma sociedade é indicada justamente pela possibilidade de experimentar simultaneamente e sucessivamente contextos sociais diferenciados e não equivalentes. A sociedade contemporânea se baseia na multiplicação e diversificação dos universos de referências sociais e identitários, colocando ao indivíduo cada vez mais oportunidades de opções e escolhas, mas ao mesmo tempo, obrigando-o a pensar numa trajetória de vida cada vez mais instável ou, por vezes, incoerente, articulando um conjunto não linear de padrões e valores identitários.

Em *Modernidade e Identidade*, Giddens (2002) estabelece alguns parâmetros, justamente, na tentativa de compreender essa relação entre a formação processual de uma identidade e a sociedade contemporânea. Inspirado, também pelas idéias psicanalíticas, o sociólogo inglês afirma que desde criança o indivíduo desenvolve uma espécie de confiança na continuidade do cuidado e da provisão dos pais em relação a ela. Com isso, o indivíduo aprende que quando o pai ou a mãe sai, não significa simplesmente descontinuidade deste cuidado, mas a possibilidade da volta e por isso o sentimento de confiança. Posteriormente esse tipo de sentimento se estende aos sistemas socioculturais, manifestando-se das mais variadas formas dentro de uma realidade social. Nesse sentido, essa confiança sistêmica em relação aos aspectos mais díspares da sociedade encontra sua explicação, justamente, na capacidade de filtrar muitas das ameaças que em princípio ameaçam a integridade do eu. Essa capacidade é desenvolvida a partir das relações primárias que o indivíduo estabelece, tais como a família e os laços elementares de parentesco, vizinhança e amizade. Como mesmo afirma o autor, essa diversidade não pode ser entendida como um contexto que promove simplesmente a fragmentação ou a desintegração do indivíduo em várias instâncias ou *selves*, pois uma pessoa, por exemplo, pode ser capaz de se utilizar dessa diversidade para criar uma identidade que é capaz de conter de maneira positiva elementos de diferentes cenários numa narrativa integrada.

Dentro da realidade da vida social, Giddens (Op. cit), demonstra que essa espécie de casulo funciona como proteção em torno de possíveis eventos ou questões que poderiam, em certas circunstâncias, causar sobressaltos, criando uma maneira de se relacionar com o mundo onde já se tem estabelecido a confiança. Concretamente, demonstra o autor, o indivíduo é capaz de criar um núcleo de normalidade com que os indivíduos e os grupos se cercam.

A dádiva, como já mencionamos, é a produtora em si, de um valor, de um fator de estabilidade e confiança dentro das relações sociais nos diversos contextos de uma sociedade. Ao ambiguamente gerar, nas palavras de Martins (2006), um valor-confiança entre os indivíduos, ela se torna, por excelência, uma espécie de fator de construção e estabilidade identitária, o próprio sentido que vai possibilitar estabelecer uma narrativa coerente ao indivíduo, ou seja, uma espécie de autobiografia. Nesse sentido a dádiva se torna, de maneira ampla, uma espécie de linha de costura, mais ou menos forte, dependendo de cada realidade, no sentido de servir como parâmetro básico da vida humana,

ligando a existência do próprio indivíduo, a experiência social com os outros e a própria capacidade de dar continuidade a si e ao mundo.

A maneira como o indivíduo pode relatar sua própria vida, o sentido, as continuidades e rupturas, está relacionada, portanto, justamente, a essa costura de confiança que a dádiva pode ou não gerar. Sua possibilidade de inserção, mais ou menos patológica, nas diversas e complexas realidades de uma vida é função direta da maneira como este indivíduo pode constantemente ressignificar as contradições e ambigüidades de si e do mundo: família, escola, amigos, trabalho, religião, migração, doença, dentre outras realidades.

A pluralidade das sociedades complexas estabelece, portanto, um questionamento fundamental de como são negociados essas diferentes realidades. Para Berger e Luckmann (1983) essa adaptação negociada passa necessariamente pelo que eles chamam de dossel de símbolos, que recobre a vida social e permite a integração de vários significados, valores, crenças operantes em um sociedade, através de uma interpretação da realidade. Esse cinturão é um conjunto tanto concreto como simbólico de referências que o indivíduo transporta de situação para situação, onde permanentemente e, muitas vezes, inconscientemente, as ameaças e riscos são avaliados em todos os contextos em que a mobilidade leva o indivíduo. Essa capacidade de inserção e de não inserção em diversos contextos é algo inerente ao ser humano, mas, é importante observar que os indivíduos, mesmo nas passagens e trânsitos entre domínios e experiências mais diferenciadas, mantêm uma identidade vinculada a grupos de referência e estabelecida através dos processos de socialização pelos quais ele passou. Dúvidas e incertezas nestes casos podem produzir ansiedade, angústia e um profundo sentimento de vulnerabilidade existencial.

Um coeficiente de ruptura e mesmo de contradições dentro da trajetória do indivíduo, portanto, é inerente à realidade de qualquer um. A angústia e a liberdade de tomar decisões e, muito mais do que isso, a insegurança de estabelecer relações e referências, de criar um sistema de referências, de mover-se entre várias fronteiras de significados faz parte da realidade social. Essas fronteiras, esses espaços de trânsito e de mudanças, muitas vezes, podem ser mais tênues e os trânsitos menos solenes e pomposos e, por isso, mais violentos e repentinos.

Ao contemplar essa complexidade da vida moderna também por um sentido de rupturas e desequilíbrios, Giddens (2002) afirma que, muitas vezes a variedade e as incertezas inerentes aos sistemas ou as referências da sociedade atual, transformam a liberdade de planejar a vida numa situação de angústia e ansiedade e, porque não, em um momento de um trauma muito grande capaz de desestabilizar todo um sistema de confiança, criado ao longo da trajetória do indivíduo. A sensação de confiança e o sistema de referências muitas vezes não conseguem impedir todas as ansiedades provenientes dos sistemas abstratos e das escolhas que temos de fazer no planejamento e estilo de vida.

Lash (1997), quando analisa a sociedade contemporânea, denominada de sociedade de modernização reflexiva, afirma que as relações, nesse contexto, envolvem progressivamente uma espécie de libertação do indivíduo em relação a tradições e instituições e, portanto, possibilitando uma maior liberação da ação individual. Com isso, o indivíduo pode rever sua lógica de ação e pode buscar uma nova visão de mundo que, ao mesmo tempo, integre suas experiências passadas e explique também suas novas experiências individuais e sociais. Por isso mesmo, alguns problemas estariam vinculados a esse novo estágio da modernidade, dentre os quais uma certa crise na possibilidade de construir e reconstruir relações sociais, principalmente para aqueles indivíduos cuja capacitação não atinge o nível esperado e socialmente demandado para que se possa reflexivamente reconstruir continuamente suas relações sociais.

Nesse sentido, ao favorecer a perda ou o enfraquecimento dos vínculos afetivos, a dinâmica atual da sociedade acaba por gerar, o que muitos psicanalistas e mesmo sociólogos denominam de referências narcísicas, ou seja, uma solução onde a construção identitária se transforma numa busca desenfreada por formas de expressão de si mesmo que, entretanto, não são capazes de estabelecer vinculação no sentido de relacionamento social para além das relações sociais formais e esvaziadas, muitas vezes, de afeto e sentido<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Aulagnier (1979) demonstra que o discurso psicótico possui, no seu funcionamento, uma dinâmica narcísica, auto-centrada, bastante explícita. O psicótico fala de duas maneiras básicas: enquanto Ego-Ideal, transformando o outro e a realidade em produto de si mesmo e anulando qualquer diferença e ambigüidade entre si mesmo e o mundo; ou esse indivíduo se expressa enquanto Ideal do Ego, onde a distância que o separa da realidade é infinita, pois a fala não é sua, o próprio indivíduo não existe. De qualquer maneira, a psicanalista parece demonstrar duas formas psíquicas que o indivíduo encontra para tentar se defender dos aspectos complexos da vida.

Se retomarmos a imagem de Park (1928), na qual o migrante é socialmente um indivíduo marginal, no sentido de que é nele que as contradições sociais aparecem de forma primeira e por isso mesmo mais nitidamente, pode-se afirmar que os migrantes e, muitas vezes, seus descendentes se encontram em um processo constante de construção e desconstrução de identidade. O migrante, muitas vezes, se vê obrigado a negociar de maneira abrupta com esses aspectos, com novas formas de sociabilidade, sem sequer ser assimilado por elas e sem perder, ao mesmo tempo, suas antigas formas de identificação (de si mesmo e do mundo) tendo, com isso, que aprender a conciliar duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas.

Stuart Hall (2006) define a identidade do migrante a partir justamente do seu aspecto híbrido, ao explicar que a medida que os indivíduos venham a pertencer a dois mundos ao mesmo tempo, eles procuram manter, conflituosamente, suas raízes, suas tradições e a memória que os ligam a um território de origem. Existe a necessidade, dentro dessa nova realidade de migrante de empreender novos diálogos a fim de tentar reconstruir sua identidade dentro de um novo território e cultura. É justamente esse indivíduo que experimenta mudanças traumáticas, e que, em um novo contexto de vida, ou poderíamos chamar, em um novo espaço de socialização se torna, muitas vezes, incapaz de criar laços, relações e referências concretas e simbólicas nas quais ele possa amparar-se e, por isso, muitas vezes, sofre perceptivelmente um abalo nessa estrutura identitária.

Por isso, sem deixar de considerar essa capacidade inerente de adaptação física, psíquica e social do ser humano, a nossa perspectiva se volta, justamente, para quando essa adaptação não ocorre. Nesse sentido, o questionamento se volta para quando existe um vácuo nessa relação interdependente e contínua entre indivíduo e sociedade.

No caso do indivíduo migrante, o novo espaço onde ele chega, pode, dependendo das circunstâncias, funcionar como um instrumento para enfraquecer o seu mundo estabelecido até então e, por isso mesmo, sua identidade: novos lugares, novas pessoas, relações, trabalhos, memórias afetivas, podem, de certa forma, não confirmar, ou não ajudar o indivíduo estabelecer ou conectar o seu repertório individual e social a essa nova dinâmica. O trabalhador do campo, por exemplo, que sai para a cidade em busca de melhores condições de vida pode encontrar dificuldades em buscar, dentro de um centro urbano, condições profissionais que o identifiquem, hábitos culturais, tais como alimentação, festividades, espaços de lazer, de manifestação religiosa, referências de

ordem familiar. Ao buscar formas de adaptação a um novo ambiente, muitas vezes hostil, o indivíduo se acha preso em uma contradição entre a exigência social de conformidade às normas sociais, um passado mais ou menos conformativo dentro do conjunto de experiências do indivíduo e um presente cindido e caótico de referências.

Por isso, uma forte identificação com a terra de origem pode ser motivo de ambivalência irreconciliável para muitos indivíduos migrantes. O sentimento de ser desenraizado, de viver nem lá nem cá, num entre mundos, onde nem o passado, com memórias e afetos vividos e nem o presente, real e concreto do dia a dia, podem ser integrados. Grinberg (2004) argumenta que a migração ou o exílio destacam a condição do indivíduo ter que afirmar sua identidade ao repetir, concreta e simbolicamente, a história de suas origens, as condições de sua mudança e as novas condições que enfrenta nesse novo espaço. Uma das conseqüências de estar nesse entre mundos é a necessidade constante de repensar suas relações, tanto as empreendidas no local de origem, como aquelas estabelecidas no novo destino.

O que ocorre nestas sucessivas rupturas exemplificadas acima é o aparecimento de experiências agudamente discordantes, onde a identidade do indivíduo é colocada em cheque constantemente e ele é incapaz de buscar dentro dos seus conjuntos de referências uma maneira de harmonizar a realidade experimentada e as realidades introjetadas, até então, no seu percurso de socialização, no seu ritmo próprio de dar, receber e retribuir. Por isso, o presente é vivido como uma incoerência simbólica, como uma violência discordante em relação ao seu mundo interno, como um sem sentido impossível de ser solucionado. O mundo concreto e, principalmente, simbólico que o migrante traz da sua sociedade de origem tende a diluir-se com o passar do tempo. A partir do momento em que chega ao seu novo espaço, ocorre, o que Czermak (1991) chama, de uma perda de vitalidade em termos identitários, pois alguns indivíduos se afastam de sua identidade na tentativa, muitas vezes desesperada, de se adaptar rapidamente a uma nova realidade que se impõe.

Dependendo das condições da migração, os indivíduos podem experimentar uma ruptura narrativa de sua identidade, ao fragmentar ou interromper uma série de relações primárias afetivas, tais como família, colegas, cidade natal. Esta descontinuidade narrativa pode ser reforçada, portanto, pela vontade de logo esquecer a vida anterior como uma fantasia, às vezes alucinatória, que sua trajetória teria que começar da estaca zero e que o passado deve ser tratado como uma âncora que dificulta a adaptação social e afe-

tiva nesse novo mundo e, por isso, deve ser completamente esquecida, cindida, castrada do próprio indivíduo.

Necessariamente, o indivíduo migrante é aquele que se encontra, inicialmente ou mesmo permanentemente, dentro de uma realidade restritiva neste novo espaço aonde se faz presente. A diversidade da metrópole acaba se transformando numa zona de tensão que coloca em constante pressão os projetos individuais desses migrantes e o contexto histórico social que se encontram. Os indivíduos, dentro desse contexto de complexidade, se limitam ou são limitados a um círculo social bastante restrito e por isso mesmo estão mais sujeitos à invasões ou desestabilizações de suas referências e de seu mundo simbólico.

Muitas vezes o que ocorre, mas principalmente o que é vivido e sentido por esse migrante, é uma espécie de massacre, de solapamento progressivo e frustrante das necessidades desejadas e projetadas e não atendidas, aumentado exatamente pela fantasia de que a cidade onde ele se encontra é o espaço por excelência de igualdade e oportunidade para todos, e que na verdade, nem sempre, está ao alcance de muitos desses migrantes. Tudo isso pode enfraquecer consideravelmente o conjunto de referências concretas e simbólicas desse indivíduo.

Não é, portanto, a propensão à doença, mas a trajetória de vida e suas instáveis redes de relações e referências que levam o indivíduo migrante, muitas vezes, à porta de um hospital psiquiátrico e sua conseqüente internação. Roger Bastide (1967) demonstra, através de dados recolhidos em *Sociologia das doenças mentais*, que o índice de primeiras internações em hospitais psiquiátricos é sempre mais alto para indivíduos não nativos do que entre os nativos. O autor comenta que fisiologicamente isso não significa uma propensão maior dos (i)migrantes à patologia mental, mas sim está relacionado à maneira como esse migrante chega: suas vinculações e as qualidades das mesmas, pois muitos deles chegam a uma nova cidade, geralmente, sem o apoio e a presença da família ou de conhecidos, e não encontra apoio afetivo, deparando-se, a partir de um processo de adoecimento, muitas vezes com a (única) possibilidade da internação psiquiátrica.

Por isso, como já afirmamos anteriormente, a idéia de uma análise sociológica a cerca da relação entre a trajetória do migrante e a possibilidade de ocorrência transtornos psíquicos se refere muito mais às condições estabelecidas e mantidas dentro de um contexto de vida específico do que à propensão fisiológica ao aparecimento de uma patologia mental.

Poderíamos afirmar que, dentro da realidade de vida de um migrante, provavelmente em sua terra de origem uma parte considerável das pessoas do seu convívio reconhecia e compartilhava os mesmos símbolos e, de certa maneira, contribuía para o intercâmbio (amistoso ou não) e o desenvolvimento de sua vida social e afetiva.

Para Bastide (1967), os transtornos mentais aparecem mais facilmente quando o indivíduo entra em contato com uma cultura e um cotidiano completamente diferente do seu. Em toda sociedade existem tensões entre os sexos, as gerações e as diferentes posições sociais de uma maneira bastante característica em cada agrupamento social e, conseqüentemente, existem formas de reações peculiares para compensar estas formas específicas de tensões. Muitas vezes o migrante é justamente aquele indivíduo que não tem contato maior nem com as formas como essas tensões se desenvolvem nem com os mecanismos compensatórios de uma determinada cultura. O migrante se sente, de uma hora para outra, imerso em uma sociedade cujos modelos culturais ele não conhece e, por isso, muitas das formas de expressão verbal, social e afetiva se tornam impossibilitadas de se realizarem, de fornecer formas de sustentação.

Por isso, afirma Bastide (Op. cit), os transtornos de personalidade e as enfermidades mentais, a partir de uma leitura sociológica, aparecem justamente quando um meio social e cultural não consegue prover meios defensivos suficientes para possibilitar o indivíduo defender-se das tensões inerentes àquela sociedade, ou mesmo quando ele não tem acesso a meios adequados para esse processo de defesa ou quando o indivíduo entra em contato com uma sociedade que não possui mecanismos de defesa similares aos do seu meio social.

Como vimos anteriormente, o processo de socialização é um processo de internalização tanto da figura dos outros como de introjeção das regras identificatórias daquela sociedade; dos suportes possíveis que o indivíduo pode, ao mesmo tempo, encontrar e construir visando sua própria identidade. Quando se encontra em contato com uma cultura distinta e muitas vezes ininteligível, o migrante sente falta justamente de uma espécie de dicionário que lhe permita compreender a linguagem ou o funcionamento concreto e simbólico desse novo meio social. A falta de respostas, mais ou menos compreensíveis, acaba por desenvolver um ambiente exterior (social) e interior (psíquico/afetivo) de insegurança, angústia e muita frustração. Cada uma das realidades desse encontro pode ser coerente em separado, mas é justamente na construção de um sentido, de vínculos simbólicos que aparecem a possibilidade de incompreensões e tensões que

se traduzem, em última instância, no comportamento incoerente e patológico do indivíduo que as vive e sente.

Justamente, a identidade só pode ser definida através de um processo de estruturação de uma biografia e da articulação desta a uma imagem de sociedade, na qual as instituições e os papéis sociais são legitimados através de sua existência em um mundo compreensivelmente dotado de sentido.

Dentro dessa grande variabilidade de esferas que caracterizam a sociedade moderna, existe a possibilidade de escolha entre diferentes alternativas, feita, muitas vezes, por motivações inconscientemente construídas pelo indivíduo, mas também conduzidas, em outras ocasiões por razões puramente sociais. Retomando nosso raciocínio, neste pluralismo simbólico, as diferentes referências existentes na trajetória social de um indivíduo, podem entrar em confronto. Essa multiplicidade de referências pode levar o indivíduo a uma desestabilização, onde o surgimento de um outro universo simbólico possível acaba por representar uma ameaça.

*“Grosso modo, é possível afirmar que em sociedades simples o dossel de símbolos integrativos é recebido de fora pelo sujeito, e é o mesmo para todos; enquanto nas complexas, a tarefa de integração, contando com múltiplos sistemas disponíveis e que lhe são mais ou menos impostos, deve ser realizada pelo sujeito, através da seleção e vinculação a um sistema simbólico dentre os muitos ao seu alcance”* (FIGUEIRA, 1978: 60).

Figueira (1978) demonstra que é possível elaborar três formas de relação de um sujeito com os diversos sistemas de uma sociedade que faz parte de sua vida: o isolamento, a relativização e a desorientação. A forma de isolamento é caracterizada pela relação onde o sistema de referências quase que completa e orienta plenamente a trajetória do indivíduo, não deixando espaços e, por isso mesmo, possibilidades por onde possa entrar ou apresentar-se novas formas de relação social, ou seja, novos conjuntos simbólicos.

Nesse sentido, uma mudança brusca ou uma simples ameaça de uma confrontação com outras formas de sociabilidade, pode gerar uma grande confusão na vida de um indivíduo. Esse tipo de relação de isolamento é marcada muitas vezes pela força dos

sistemas religiosos, cujos processos de filiação remontam à socialização primária, tornando-o solidamente vital e coerente na vida do indivíduo.

Já a relativização é um estilo bem menos totalitário, que permite que o sujeito mantenha uma relação cordial com os vários sistemas que acabam por aparecer durante sua vida. Apesar de possuir um sistema de referências mais ou menos definido e que, por isso mesmo, guia sua trajetória, o indivíduo conhece ou está aberto para conhecer outras possibilidades, que pode ainda não ter experimentado, mas sabe de sua viabilidade pela experiência de outras pessoas. Como define Figueira (Op. cit), a flexibilidade e o contato com diferentes perspectivas possibilitam a esse tipo de relacionamento o espaço concreto e mental de relativizar, em diferentes momentos da vida, a própria visão de mundo, podendo captar as mudanças na realidade social e afetiva de uma maneira mais clara e menos perturbadora para si e para as relações com os outros indivíduos do seu convívio.

A desorientação, a terceira forma descrita, talvez, junto com o isolamento, sejam as formas que nos interessam. Nesta forma, os indivíduos, por várias razões – trajetória de vida, acidentes pessoais - se encontram impotentes diante da diversidade de visões de mundo, normas e referências sociais. Muitas vezes esses indivíduos apresentam uma ansiedade muito grande no que diz respeito a mudanças e não consegue, por desorientação – aparente e interna, estabelecer vínculos mais ou menos duradouros com outros indivíduos. Nesse sentido, o indivíduo pouco consegue integrar referências próprias em um discurso coerente, pois é como se esse indivíduo pulasse ou trombasse de referências em referências, sem qualquer maior vinculação social e afetiva.

Dentro de uma determinada situação, o migrante pode se sentir imerso dentro de uma sociedade cujos modelos culturais ele não conhece e, por isso mesmo, uma relação baseada na relativização entre os dois mundos se torna impossibilitada. Uma possível negociação entre essas realidades acaba por gerar o isolamento e a desorientação do indivíduo que não se sente capaz de se adaptar, ou de colocar em circulação às suas referências como forma de adaptação ou como forma de defesa de sua identidade.

Essas formas de adaptação descritas anteriormente servem para demonstrar, necessariamente, que o migrante sofre de alguma forma e com intensidade variada, um confronto entre um mundo sabido e uma nova realidade social, entre as formas que ele pode construir de se inserir, de criar e de construir vínculos. Por isso mesmo, a plurali-

dade dos diversos sistemas simbólicos acaba por criar um conjunto bastante diversificado de normas e orientações que podem ser, por vezes, bastante contraditórios.

Nesse sentido, os símbolos são formas ou recursos psíquicos necessários para superar a perda do objeto, ou seja, uma separação tanto concreta como real para, progressivamente, o sujeito ter condições de ir criando a sua própria perspectiva de vinculação e desvinculação com o mundo real sem que isso signifique, necessariamente, abalos traumáticos. Segal (1993) destaca que a vida humana, pode ser entendida como essa busca e esse entendimento contínuo de união com um outro, seja ele um simples objeto ou mesmo um outro indivíduo. Essa relação é seguida sempre da necessidade de lidar emocionalmente tanto com a presença como com a ausência desse objeto, com sua ambigüidade psíquica e emocional inerentes. Por isso, afirma a psicanalista, os símbolos são as medidas emocionais necessárias para lidar com a realidade da ausência ou da impossibilidade de fusão com determinado objeto (mãe, pai, esposa, nova cidade, novo trabalho), pois é a partir da capacidade de se colocar, de se inserir nesses processos de ganhos e perdas constantes, que o indivíduo pode, progressivamente, construir suas referências. Nesse processo, pode-se transformar e criar novos símbolos que ampliam a capacidade de pensar sobre os significados das próprias experiências emocionais e de nossas relações com o mundo.

Traduzindo sociologicamente, poderíamos afirmar que a psicanalista se refere justamente a capacidade de estabelecer relações sociais e, por isso mesmo, experimentar as possibilidades de se vincular e de se desvincular à variada gama de realidades sociais possíveis, podendo diante desse processo ininterrupto, criar e fazer uso das mais diversas experiências e vivências, como uma forma de criação de si mesmo para o mundo.

Ao se pensar no significado da dádiva como mediadora desse processo, percebemos que o indivíduo constrói uma identidade que está sempre por ser, permanentemente e, ao mesmo tempo, provisoriamente, reconstruída e ressignificada. Por isso, a condição de se construir laços, identidades, de buscar significações individuais e sociais está ligada, justamente, como frisa Castoriadis (2000), a uma espécie de potência de criação de referências que contribuí tanto para o desenvolvimento do psiquismo quanto para a possibilidade do aparecimento e do desenvolvimento do social, enfim à própria idéia da dádiva.

A realidade por mais concreta e exterior que possa ser, está sempre socialmente instituída, revestida de significações e simbolizações imaginárias e, justamente, as fantasias e mecanismos inconscientes, por mais interiores e singulares, são, necessariamente, fluxos ou refluxos de uma constituição social específica.

É nesse sentido que no próximo capítulo apresentaremos o resultado, a análise e a discussão da pesquisa realizada, no sentido de possibilitar uma interpretação dessas significações que fazem parte da vida dos indivíduos observados. Seus relatos de vida, suas trajetórias, suas maneiras e ritmos de vinculações e desvinculações, serão, portanto, a medida de compreensão plausível para se analisar e interpretar a condição social e psíquica desses migrantes.

### III. APRESENTANDO OS PACIENTES

#### 3.1 A pesquisa e sua metodologia: o discurso do interno

Ao optarmos por entrevistas semi-estruturadas com os pacientes internos, objetos de nossa pesquisa, sabia-se de antemão, que teríamos que lidar com uma importante e necessária contradição para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Como e quem fala por esses pacientes internos é uma questão que perpassa todo esse trabalho. O doente mental, interno de um hospital psiquiátrico se encontra justamente nessa posição, por não apresentar uma formação discursiva, uma capacidade de simbolização, socialmente referida. Como, então, buscar nestes discursos, sinônimos de exclusão social, a trajetória social desses indivíduos? Ou seja, como ouvir o discurso dos sem discursos?

A possibilidade de empreender esta pesquisa visa justamente enfrentar estas questões, sem, porém respondê-las de forma consolidada. Entrar em contato com esses indivíduos é entrar em contato com as estruturas e as formas de apresentação social desse mundo originalmente marginalizado.

Justamente Foucault (1986), em uma passagem de *Arqueologia do Saber* chama a atenção para essa relação entre o discurso e a prática social.

*“(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, (...) entre uma realidade e uma língua, (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1986 : 56).*

Como demonstra Quinet (2006), Lacan vai definir o discurso justamente como a instância que o real é capaz de determinar, instaurando, assim relações fundamentais e estáveis na vida de um indivíduo. Trata-se, destaca o autor, de um discurso sem palavras, pois não há a necessidade de palavras para que os gestos, atos e emoções se inscrevam e sejam capazes de instaurar laços sociais. O psicótico é aquele que está fora do próprio discurso e o discurso do social está fora dele.

Por isso, ao recolhermos as impressões dos pacientes em nossa pesquisa não estamos, obviamente, diante de simples manifestações (mais ou menos desestabilizadas) de um sujeito, mas sim, a partir dela, podemos refletir a cerca do lugar da fala desse sujeito e de sua própria trajetória social e psíquica.

Por estarmos cientes das dificuldades que enfrentaríamos no contato com esses pacientes, as entrevistas não foram a porta de entrada para nos aproximarmos dos internos. Primeiramente, conversamos aleatoriamente com vários internos, justamente para tentar nos aproximar desses aspectos difíceis vivenciados por uma pessoa com desequilíbrio mental. Posteriormente, ao analisarmos os históricos de vida, tivemos uma aproximação mais direta com 30 pacientes. Todavia, desse universo, 25 desses indivíduos tiveram condições de responder ou todas ou algumas das questões colocadas a respeito da sua trajetória de vida e somente com 05 pacientes tivemos acesso aos familiares ou amigos. Essa dificuldade de recolher depoimentos, esse silêncio a respeito da própria trajetória de vida é um fato que, antes de atrapalhar o desenvolvimento da pesquisa, denuncia um dado importantíssimo: a impossibilidade de se expressar, de buscar, autonomamente, seu lugar social.

Como já afirmamos, o psicótico é aquele indivíduo que parece sofrer de um esvaziamento de referências internas e por isso sofre uma progressiva perda das suas próprias significações, no qual toda sua forma de organização discursiva torna-se repleta de criações inconscientes singulares e não compartilhadas, mas sim projetadas no mundo exterior, nas pessoas de parentes, vizinhos, pais, professores, amigos, companheiros, que muitas vezes se tornam, ao mesmo tempo, objetos e atores de uma perseguição contínua e angustiante.

Por isso, o fora-do-discurso da psicose aponta para uma impossibilidade lógica, estrutural e, principalmente, real desse indivíduo circular pelos laços sociais, trocar alternadamente de um ou de outro, podendo interagir através de suas relações, interpretações, criações concretas e psíquicas. Essa espécie de vulnerabilidade emocional, simbó-

lica e, portanto, também, lingüística do paciente interno está relacionada a uma precariedade da sua própria capacidade de se localizar-se socialmente.

Para Castel (2003), o indivíduo positivo é aquele que possui a capacidade de desenvolver estratégias pessoais, de dispor de uma certa liberdade de escolha na condução da própria vida, não estando na dependência totalizante de uma outra pessoa. O negativo, objeto de nossa pesquisa, é aquele indivíduo que não consegue estabelecer suportes sociais e também psíquicos para se conduzir. Tais indivíduos são incapazes de elaborar estratégias individuais de inserção no mundo social e por isso suas biografias são muitas vezes imagens refletidas da precariedade e da imprevisibilidade do seu próprio cotidiano.

São justamente aqueles indivíduos cuja existência lingüística já não está assegurada por uma existência social e, reciprocamente, sua existência social não está assegurada por uma prática lingüística assegurada socialmente.

O ambiente entre os internos de um hospital psiquiátrico reflete justamente esse sentido perdido ou ausente nesses indivíduos e na sua capacidade de elaborar interna e externamente em forma de discurso sua própria trajetória social: um espaço sem diálogos. Gritos, murmúrios, choros, discursos sem platéias, desentendimentos intempestivos e sem motivação aparente; a voz dos internos de um hospital psiquiátrico está solta, impossível de ser recolhida a não ser em seus fragmentos, em recortes de uma realidade que pode ser compartilhada somente assim; em fragmentos de realidade, em cacos de individualidades.

Buscar esta trajetória do migrante e a realidade posterior dentro de um hospital psiquiátrico é, em certa medida, empreender uma busca dessa voz fragmentada (que já chega fragmentada de sua cidade natal ou se fragmenta ao chegar, mas todavia despedaçada por um conjunto precário de vínculos), espelho de uma dada condição psíquica e social desse indivíduo.

Todo um conjunto de uma modulação desta privação discursiva se estabelece, portanto, através de uma série de diferentes formas de precariedade que o indivíduo enfrenta, no sentido social. A precarização das relações sociais estabelece uma relação de duplo sentido com a propriedade de se explicar, de relatar suas relações de uma maneira socialmente estabelecida. O sujeito sem referências é aquele que não encontra modelos, não só de comportamentos, mas também de um discurso para si. Vive e se instaura uma fragilidade em estabelecer o jogo da dádiva, num sentido primário – fami-

liar, amoroso, de vizinhança, e mesmo na esfera secundária – vínculos de trabalho, relações políticas e de assistência estatal.

O ato de falar sobre sua própria vida pode ser permeado por avanços, recuos, fantasias, idealizações, pois as mesmas trabalham com memórias e recordações e, por isso mesmo, com a seletividade do indivíduo. De acordo com Bosi (1994), o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja sua, a vida assim narrada.

A capacidade do sujeito de relatar e relacionar, unificando experiências presentes e pretéritas contribui para o sentimento de construção de sua própria identidade. Estas construções, que variam de acordo com as circunstâncias e as situações de vida são baseadas na experiência do sujeito que, identificando e singularizando cada fase da vida pode tentar homogeneizar e ordenar significados no qual o indivíduo encontra o princípio de uma consciência unificada de sua existência e dele mesmo.

O trabalho de pesquisa dentro de um hospital psiquiátrico pode ser entendido, portanto, como uma possibilidade de construção das histórias de vida desses internos a fim de captar a intersecção do individual com o social, permitindo, muitas vezes que elementos da situação presente resgate lembranças e memórias de sua trajetória passada. É um trabalho de recolher pedaços e tal como em um quebra-cabeça, buscar sentidos e vínculos entre eles.

A precariedade discursiva dos internos de um hospital psiquiátrico significa necessariamente o fato de não estarem seguros em sua própria linguagem, em sua própria capacidade de estabelecer um diálogo, representando assim uma vulnerabilidade da própria condição social do indivíduo. Estar sem voz é estar privado da propriedade social da palavra, além de também permanecer sem possibilidades de ser escutado.

Para Czermak (1991) é possível observar no discurso do paciente psicótico um uso excessivo de negações que variam emocionalmente entre o ser e o não ser, além de uma busca (paranóica) em querer saber de sua própria identidade, sua própria palavra e, porque não, sua própria sanidade. No sentido do conteúdo, o discurso delirante do psicótico apresenta predominantemente conteúdos persecutórios onde o paciente afirma a existência de pessoas, instituições, que o persegue, xingando ou denegrindo sua imagem. Além disso, percebe-se também um conteúdo delirante de grandeza e onipotência, bem como idéias de transformação pessoal, onde o paciente não é aquele que se apre-

senta no mundo real, mas sim um outro que sofreu uma transformação sexual, de personalidade, de idade, de pensamentos ou de ação.

Ora, como já mencionamos anteriormente, a manifestação de memórias individuais, a possibilidade de recorrer a lembranças para costurar uma história própria está relacionada justamente a inserção dessas vivências dentro dos campos de significados das relações sociais.

De acordo com Aulagnier (1985), a relação do indivíduo com o mundo é marcada pelas incessantes passagens de significações que ele pode dar ao seu mundo e por isso nada pode garantir ao “eu” sua persistência após o momento presente. Ou seja, o que caracteriza o sujeito é sua capacidade de representar e se representar diante do seu mundo existente (interno e externo) sob a forma de construção de idéias, de significações temporárias.

Segundo Pêcheux (1990), quando o sujeito produz um discurso, ele pressupõe naturalmente um destinatário e um lugar social que esse destinatário se encontra. Um diálogo é composto por formações imaginárias que designam o lugar que o sujeito e o destinatário se atribuem mutuamente, ou seja, por um espaço potencial onde a palavra, enquanto símbolo, distribui as posições e confere um lugar tanto a um quanto a outro indivíduo, possibilitando assim o estabelecimento de uma relação social, de uma troca simbólica.

O conhecimento, a possibilidade de nomear é para o sujeito um pressuposto necessário, pois o discurso e a sua correspondente significação são a entrada na cena psíquica, de um mundo falado e de uma representação falada e pensada do mundo. As noções de tempo e de espaço são fundamentais como uma espécie de construção singular de um discurso sobre si mesmo. Por isso, encontramos nos discursos de pacientes psiquiátricos e este talvez seja, um importante indicador para nossa pesquisa, um forte desejo de querer demarcar um lugar e não poder fazê-lo. Este espaço é certamente uma representação tanto interna como externa dessa precarização de sua identidade psíquica e social.

Essa posição social é dada, como afirmamos anteriormente neste trabalho, a partir da possibilidade de se estabelecer relações concretas e simbólicas que irão possibilitar a formação de uma imagem de si e do outro. Essas relações estabelecidas durante o processo de socialização do sujeito (tanto na infância, como posteriormente) serão determinantes de todos os outros fatos subseqüentes na sua vida. O conjunto de experiên-

cias psíquicas e sociais vividas pelo sujeito, necessariamente, formam uma multiplicidade de si mesmo e do mundo constantemente reorientada com os vínculos estabelecidos.

Não existe, para o psicótico, portanto, a noção ou a idéia de processo, de construção intermitente a ambígua de si mesmo e do mundo. Por isso mesmo, as palavras não são símbolos, não são dádivas, não podem ser dadas, nem recebidas, pois elas são sentenças definitivas e peremptórias. O psicótico se caracteriza por um fechamento discursivo, transformando o discurso em uma combinação aleatória de significações, que representam justamente essa combinação aleatória do seu sentido social, do seu processo de socialização, fragmentado e, por isso, sem sentido aparente.

A especificidade da psicose consiste, em outras palavras, na exclusão de uma representação, simbólica, das referências significantes do próprio sujeito, de forma que ele irá identificar-se de maneira alucinada e paranóica com seu próprio eu. Como coloca Caetano (1999), esta ausência de articulação entre simbólico e imaginário, vai instalar uma nova e estranha realidade, mas, que será, ao mesmo tempo, a única forma de defesa, instaurada por esses indivíduos.

Os delírios e as alucinações são justamente os mecanismos que restam ao psicótico face à carência das suas amarras simbólicas; é através deles que esse indivíduo pode se localizar no mundo, pode se fazer presente tanto em face às suas próprias demandas psíquicas, como também às exigências do social. As vozes, as visões e até mesmo os cheiros alucinados pelo psicótico atestam justamente a forma como o real se faz presente em suas vidas.

Todo delírio, explica Aulagnier (1979), através das suas mais variadas formas manifestação, tem como finalidade fornecer uma certeza para além da realidade e esta certeza delirante é justamente o preço com o qual o sujeito paga a impossibilidade de encontrar, no discurso do outro, esses pontos de certeza que permitem o vínculo.

O indivíduo, em estado delirante, é incapaz de perceber a ambivalência própria do outro e de si mesmo. Enfim, a própria ambivalência que faz parte de qualquer forma de relação social, que é parte inerente de todo o sistema da dádiva, como já demonstramos. O que subjaz essa precariedade discursiva é, de certa forma, o descompasso ou uma espécie de desafinação entre as diversas experiências vividas pelo sujeito, ou seja, entre seus diversos “eus”.

Ou seja, o uso dos diversos “eus” e de suas diversas vozes se realiza de múltiplas maneiras em função do sentido das experiências que o sujeito está imerso. Como explica Le Blanc (2007), a experiência social (e psíquica) se forma sempre a partir de uma relação dialética entre concordância e discordância entre esses vários “eus”. O processo de concordância é justamente o desenvolvimento de sanidade mental, de uma correspondência das experiências vividas.

Nesse sentido, os múltiplos “eus” se sustentariam através de uma relação de dádiva, de troca, onde essa diversidade encontraria uma maneira de reproduzir, em um discurso coerente, suas impressões, mesmo que muitas vezes contraditórias ou afirmativas. A dádiva, como um intercâmbio ininterrupto e por isso mesmo marcado pela incerteza de continuidade, pode ser entendida também como essa relação entre o eu, suas instâncias psíquicas e o mundo externo.

O que chamamos de sanidade pode ser entendido justamente como essa capacidade de persistir do indivíduo, de manter incessantemente o jogo da dádiva de significações que ele tem do seu meio, através de um processo de tornar-se pensável para si mesmo, a todo o momento e em relação a toda uma realidade que o circunda. A precariedade psíquica e social provém dessa incapacidade do indivíduo de colocar em relação seus diversos “eus” – suas diversas experiências de vida, através de uma voz mais ou menos coerente.

Todavia é impossível detectar objetivamente um fator que levaria a essa desorientação das vozes de um indivíduo. A relação dessa multiplicidade de experiências é justamente a marca da singularidade de cada sujeito e por isso oferece ou possibilita uma forma única de experiência subjetiva. O sofrimento vivido por um indivíduo no âmbito familiar, por exemplo, pode ser satisfatoriamente compensado com relações ou vínculos que ele estabelece no trabalho ou na religião. Enquanto para outro indivíduo, a perda de um parente pode ser um fator de desequilíbrio que, em suas fantasias, não poderá nunca mais ser recuperado.

Por isso, a fragilização do eu de uma maneira mais grave significa justamente o momento onde o indivíduo tem que lidar, inconscientemente, com a inexistência de uma estrutura emocional que possibilite sustento ou coerência às várias experiências vividas pelo indivíduo em sua trajetória de vida.

A loucura é esse tipo de contingência do ser humano que se caracteriza justamente pela estranheza que estabelece. Estranheza, que talvez, não seja somente em uma relação com outros indivíduos, mas estranheza interna, desarticulada e embaralhada num discurso, onde a lógica não pode ser compartilhada com o outro, mas está presa com o próprio sujeito, em suas fabricações fantasiosas a respeito do mundo.

É justamente por isso que o psicótico se caracteriza por essa alteração radical e original no uso do signo lingüístico: tanto o processo de conceitualização não se liga de maneira estável a um significante, ou seja, existe uma forma deslizante e fragmentada de apresentar o mundo através do discurso psicótico, como se estabelece inúmeras formas de permutações de significantes para designar um significado, ou um único significante pode designar qualquer significado, não estando esse significante ligado a um conceito definido.

O indivíduo doente, dentro de sua indiferenciação: mundo interno e externo, real e imaginário, apresenta uma forma indireta de falar de si mesmo. O que se observa, portanto, é um conjunto fragmentado de histórias e de desejos reais e alucinados sem qualquer forma de diferenciação, ligamentos e articulações.

Poderíamos, através de uma metáfora gramatical, afirmar que o doente mental é aquele que apresenta um discurso sem pontuação – vírgula e ponto final, retirando o que da linguagem há de metafórico/ambíguo, tomando a palavra como a própria coisa. É claro que o discurso do psicótico não se encontra completamente solto, sem qualquer tipo de referência simbólica. Se fosse inteiramente sem referências, talvez, o indivíduo iria somente emitir sons sem qualquer conexão meramente lingüística. Existe, na verdade, fiapos de realidade que permitem, apesar de toda a excentricidade de sua fala, de todos os devaneios, que um doente estabeleça alguns laços sociais e que consiga, mesmo de forma precária, viver em sociedade e se relacionar.

Essa variação constante do discurso acaba por auxiliar identificar nos discursos dos pacientes algumas frágeis representações e imagens de sua trajetória individual e social. Guattari (2000) mostra justamente esse processo de aproximação de um paciente psicótico chamando atenção para a necessidade de buscar sua subjetividade de não interno.

*“Mas, a partir do momento em que falamos verdadeiramente com ele, a partir do momento em que se trata de levar em consideração significações que lhe são essenciais – não só em sua cabeça, mas também em sua vida, em seu contexto – aí então percebemos componentes intrincados, em constante defasagem uns em relação aos outros (...) ‘Será que ele não é apenas a parte visível de todo um grupo social que o empurra para cá?’” (GUATARRI, 2000: 250, 251).*

É importante lembrar que muitas vezes, a situação de internamento compromete ainda mais a estrutura subjetiva do indivíduo, pois dentro de um hospital psiquiátrico, dificilmente ele vai achar modelos e perspectivas de reconhecimento e identificação de sua própria trajetória, não tendo acesso a uma oportunidade de uma possível reedição de sua história e de suas condutas.

Le Blanc (2007) destaca que, estar sem voz não significa estar sem discurso, mas sim, se refere a uma ausência, a uma espécie de identidade negativa, onde o que vai existir, em um primeiro momento, é a falta de uma voz audível do sujeito para o próprio sujeito. Em um segundo momento, todavia, essa voz poderá ser acompanhada, “tratada”, pelas formas de linguagem próprias da instituição social que abriga esse indivíduo fora-do-discurso.

Nesse sentido a produção dos prontuários médicos, que apresentaremos posteriormente, tem um papel significativo. É interessante observar que esse tipo de função, o preenchimento do histórico de vida do paciente e o histórico médico do mesmo, é uma das primeiras funções que os médicos residentes assumem quando começam a trabalhar em um hospital psiquiátrico.

Em um primeiro momento, esse trabalho é realizado de forma detalhada, as entrevistas são feitas de forma minuciosa e existe todo um cuidado nas classificações e afirmações elaboradas a cerca do paciente. Posteriormente, essas entrevistas se tornaram cada vez mais rápidas e superficiais e os prontuários, principalmente a respeito da vida do interno, são elaborados de maneira quase telegráfica e sem qualquer tipo de profundidade investigativa. O contato médico-paciente acaba se transformando em um encontro de rápidas palavras e indiscutíveis classificações de comportamento (se tomou ou não os remédios, se dormiu ou não, se tomou banho) e patologias.

As decisões sobre troca de medicação, possibilidade de receber visitas ou mesmo de alta médica muitas vezes são realizadas na ausência do paciente, baseadas nas rápidas observações que o corpo médico realiza durante o dia. Ou seja, se no primeiro momento, esse indivíduo aparece como aquele que está fora de uma lógica compartilhada, detentor de um discurso sobre si e sobre o mundo pobre e precário, a instituição que o acolhe acaba por transformar, a sua maneira, esse discurso em um rascunho de regras e deveres também pobre e vazio.

Através de mecanismos de segregação, estratificação e modelagem comportamental da subjetividade, baseado na dinâmica de punição e recompensa, o internamento, demonstra Goffman (2003), nesse tipo de instituição, se caracteriza justamente pelo modo como o indivíduo perde, progressivamente, a dimensão de sua individualidade. Estas instituições, chamada pelo autor, de totais, são como estufas, onde o indivíduo se torna uma espécie de experiência, in natura e, muitas vezes, a identidade do indivíduo é reduzida a um atributo estigmatizante ou a um único e exclusivo papel.

Goffman (2003) indica de forma bastante clara que, muitas vezes, a equipe médica de um hospital acaba por trabalhar através de um processo de infantilização social do interno, retirando dele sua autonomia, sua liberdade de ação e sua capacidade de decisão. A simples e mecânica inspeção de seu comportamento diário é realizada pela equipe, sendo que sua vida é constantemente vigiada e sancionada.

Resumidamente, a partir da nossa simples observação diária, podemos constatar que, por exemplo, o pronto-socorro psiquiátrico, a primeira porta de entrada de um hospital, lugar de angústias e expectativas, tem como principal – e às vezes, única função – buscar responder prontamente e rapidamente a uma demanda por uma possível emergência que se manifesta, por exemplo, sob a forma de uma crise de choro, apatia generalizada, agitação, risos e violência. A solução rapidamente aparece na forma de sedação medicamentosa ou através da contenção pela força física. Por isso mesmo, o objetivo primário de um hospital se transforma não mais em acolher esse indivíduo, mas em, simplesmente, diminuir a fila de pacientes que se formam todo dia pela manhã.

Na maioria das vezes podemos perceber que os profissionais de apoio dentro do hospital, tais como, psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais acabam por passarem um tempo maior, e porque não, de mais qualidade, com os pacientes internos, enquanto a demanda dos médicos é sempre muito maior e variada. Muitas vezes, por isso, infor-

mações sobre a vida dos pacientes, a existência de familiares, entrevistas informais são recolhidas por esse pessoal de apoio.

Não há nessa rápida exposição, a intenção de uma crítica pormenorizada do funcionamento de um hospital psiquiátrico ou da política de saúde mental no país, mas sim a intenção de demonstrar os mecanismos que produzem essa voz que vai falar pelo paciente e que, por isso mesmo, localiza muito bem a realidade que se encontra esse indivíduo.

Maud Mannoni (1971) afirma que o processo de isolamento do paciente psiquiátrico acaba justamente por constituir-se em uma espécie de “doença institucional”, que combinada à doença inicial, deforma ou destaca ainda mais o processo de inadaptação emocional e psíquica pela qual o paciente está passando. O funcionamento de um hospital psiquiátrico, destaca o autor, acaba por transformar este espaço em uma espécie de microcosmo social fechado, que não consegue, muitas vezes, criar recursos de comunicação com o meio social, nem possibilitar uma maior abertura e contato dos pacientes com o ambiente externo.

Por isso, o hospital psiquiátrico acaba tendo como função também se transformar em uma espécie de albergue de pacientes mais crônicos, pobres e sozinhos. Muitas vezes, observamos que os pacientes saíam do hospital com alta, mas logo voltavam. Ocorre, muitas vezes, que o paciente passa a não ser mais identificado por sua doença mental, mas caracterizado pelo estado desprovido que necessita de acolhimento na instituição.

Em seu ensaio *A vida dos homens infames*, Foucault (2003) apresenta um dos seus diversos trabalhos nos arquivos de internamento do Hospital Geral e da Bastilha na França, afirmando a sua pretensão de elaborar uma “antologia de existências” de vidas singulares. Para isso, ele busca recolher fragmentos de discursos e de realidades, nas quais algumas vidas reais foram desempenhadas, de uma maneira rápida e infame, em poucas frases.

De uma maneira até mesmo poética, o autor (Op. cit) descreve justamente essa dicotomia entre uma voz precária e o momento em que falam por esse indivíduo, ou seja, o momento em que essa trajetória individual pode ser ouvida. Foucault destaca justamente o caráter fragmentado dessas vidas, desses discursos sobre essas trajetórias.

*“Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las (...) O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante (...) foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam: seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir (...) Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser ‘em estado livre’: só podemos balizá-la tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele” (FOUCAULT, 2003: 207-208).*

O que dispomos, neste trabalho, de certa forma, é a função de recolher sociologicamente alguns fragmentos de vida desses pacientes; algumas falas breves e palavras estridentes que se chocam, em algum momento dessa biografia, com uma instituição psiquiátrica (com aquilo que o próprio Foucault chama de poder psiquiátrico), que tem como função justamente produzir práticas das quais se aplicam saberes/discursos sobre esse objeto-sujeito. As vidas infames que apresentamos nesta pesquisa são justamente o resultado de uma progressiva precarização, são vestígios de vínculos, relações e sentidos. As etapas progressivas de um processo de integração social – família, amigos, escola, emprego, casamento, filhos – aparecem de maneira fragmentada e obscura. Trajetórias que progressivamente não conseguem costurar um sentido e que, em algum momento, esbarram nos aparelhos institucionais do Estado: polícia, corpo de bombeiro, corpo médico e hospital psiquiátrico.

Por isso, estamos lidando com estilhaços de mundo mental, de palavras e de trajetórias de vida. Estamos lidando com vidas telegráficas, pois,

*“Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão no abrigo precário dessas palavras” (FOUCAULT, 2003: 209).*

Não existe uma continuidade social e também, com isso, uma linearidade emocional. A ausência é a marca da vida desses pacientes, evidência incontestável que o sujeito se encontra fora dos laços instituídos pela sociedade no que se refere ao exercício da razão e, em conseqüência, da possibilidade de se pensar de si mesmo, de exercer qualquer tipo de liberdade de escolha. São vidas precárias, que se tornam ainda mais precárias e por isso, existe subjacente, mas perceptível desumanização na vulnerabilidade psíquica e social desses indivíduos.

O indivíduo a margem é aquele que está excluído do conjunto de normas padrão de toda uma série de experiências sociais. Esta ausência está justamente marcada no silêncio de afetos e relações sociais empreendidas pelo sujeito. O que se encontra prejudicado, nessa situação é justamente a capacidade de se auto-referir como sujeito capaz de dizer, de fazer, de contar e de responder, ou seja, a própria capacidade do eu de se tornar um eu-autor, principalmente, de si mesmo.

### 3.2 Sujeitos da pesquisa

A amostra é composta de 30 pacientes internos no Hospital São Vicente de Paula, localizado na satélite de Taguatinga (DF), e foi recolhida durante nossa estada na instituição que durou de julho de 2002 a agosto de 2003. Todos os pacientes são provenientes de fora do Distrito Federal e por uma questão ética seus nomes não poderão ser revelados e serão, portanto, identificados a partir de siglas: P1 (paciente 1), P2 (paciente 2) e assim por diante.

A escolha dos pacientes se relaciona com a facilidade para desenvolver o material teórico apresentado anteriormente. Assim, neste processo, deliberamos quem seriam os sujeitos que iriam participar do estudo segundo os pressupostos de trabalho (paciente interno, provenientes de regiões de fora do Distrito Federal), possibilitando a liberdade de escolher entre aqueles cujas características pudessem trazer esclarecimentos concretos para os assuntos trabalhados dentro de um sentido mais teórico. Esta forma de escolha deliberada é oposta a uma amostragem estatística, que está mais preocupada com o aspecto de representatividade de uma amostra em relação à população total.

É importante frisar, novamente, que o objetivo dessa pesquisa é entender sociologicamente a trajetória de um migrante que se torna interno de um hospital; ou seja, de compreender, através de seus vínculos e laços, a própria forma como esse indivíduo pode construir sua biografia. Não há, por isso, qualquer objetivo de elaborar uma relação direta entre o fenômeno da migração e da doença mental, e por isso mesmo, não se fez necessário a construção de uma amostra representativa de migrantes ou de internos do hospital.

A amostra de 30 pacientes foi escolhida justamente para criar uma variedade maior dos históricos dos pacientes e podermos compreender a maneira como o doente vivencia suas experiências a fim de podermos reconhecer as semelhanças dentro da multiplicidade de casos, e, posteriormente, esclarecer e elaborar novos conceitos e pressupostos que emergem das conclusões desta pesquisa. Depois de recolhermos essa amostra, a história de vida e as entrevistas que, posteriormente, realizamos, se tornaram repetitivas e pouco acrescentaram ao material recolhido. Além disso, após a coleta dos históricos de vida dos pacientes e das entrevistas realizadas, muitas informações passaram a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo.

### **3.2.1 Ambientação no hospital e formas de aproximação com os pacientes**

Depois que fomos autorizados a trabalhar no hospital, fomos incorporados junto com a turma de residentes médicos do primeiro ano. Esta experiência foi muito proveitosa para a pesquisa, pois a equipe médica estava, justamente quando de nossa chegada, preparando os residentes para as primeiras aproximações com os pacientes internos. Esta preparação consistia tanto em aspectos teóricos do conteúdo médico-psiquiátrico, como a prática de observação de entrevistas e consultas ambulatoriais com os pacientes, dos quais nós tomamos parte.

A participação nestas experiências juntamente com uma turma iniciante ajudou bastante no desenvolvimento de formas de aproximação com os pacientes, bem como a ambientação com o corpo de médicos, residentes, enfermagem e assistentes sociais.

Um dos primeiros instrumentos de acesso aos pacientes internos foi o prontuário médico, que continha tanto o histórico de vida do paciente, como sua trajetória médica dentro do hospital: entrada, saída, medicação, relatório de problemas de comportamento ou de relacionamento com os outros internos e com a equipe de médicos e enfermeiros. Alguns destes prontuários continham detalhadamente a história do paciente, bem como entrevistas com seus familiares realizados pelo corpo de assistência social do hospital.

Juntamente com os residentes, podemos tomar parte em diversas entrevistas com os pacientes e, algumas vezes, com seus familiares a fim de elaborar um bom histórico de vida do paciente em questão. Esses procedimentos foram bastante importantes para a nossa pesquisa, tanto para o conhecimento inicial dos pacientes e familiares, como para a elaboração dos próprios históricos de vida e, posteriormente, das entrevistas realizadas.

As primeiras entrevistas aconteceram basicamente como formas de aproximação com alguns pacientes que nos chamaram a atenção, seja pelo aspecto comportamental, seja, principalmente, devido a suas histórias de vida, muitas vezes marcadas por episódios conturbados e acontecimentos de muitas mudanças e infortúnios.

Posteriormente, depois dessa conversa inicial, elaboramos uma espécie de roteiro a fim de estabelecer um padrão nas narrativas. Por isso, seguíamos a idéia de uma biografia, sugerindo ao interno falar, primeiramente, de sua terra natal, de sua família, amigos, estudo e trabalho. Posteriormente, o foco da entrevista se dirigia à própria decisão de migrar, dos aspectos envolvidos tanto na partida como na chegada em Brasília,

na busca por habitação, por emprego, nas impressões subjetivas desse novo espaço e das pessoas. Num terceiro momento, a conversa se dirigia para o estado atual do indivíduo, ou seja, sobre o internamento, sobre o processo de doença, sobre o convívio naquele espaço e sobre planos futuros.

Embora, na maioria das vezes, as entrevistas não seguissem essa ordem racionalizada dos acontecimentos, esse roteiro serviu como base para avaliarmos a capacidade que o entrevistado possui para consolidar para si mesmo e para os outros os mais diversos aspectos de sua vida.

A maioria das entrevistas foi realizada no horário de banho de sol ou recreação dos pacientes. As condições externas das entrevistas quase sempre contaram com interrupções de funcionários e equipe médica e também de outros pacientes, que muitas vezes se sentiam compelidos a também contarem sobre suas vidas, ou mesmo ficavam esperando para também contarem aspectos de suas trajetórias.

As entrevistas foram realizadas com todos os trinta pacientes. Todavia, com cinco desses pacientes foi praticamente impossível qualquer tipo de apreensão dos aspectos que pretendíamos observar, em razão do comprometimento mental desses indivíduos. Com a maioria dos internos, não conseguimos completar a entrevista abordando todo o roteiro, mas, em alguns momentos, obtivemos respostas esclarecedoras que nos possibilitaram elaborar argumentos para esta pesquisa. Com seis pacientes, as entrevistas possibilitaram uma maior aproximação da trajetória de vida desses indivíduos. O auxílio, muitas vezes, da equipe de assistência social e de parentes e amigos foi importante para a complementação de informações e para a busca e consolidação de novos dados e realidade dos internos em questão.

### 3.3 Resultados e discussão

#### Quadro I: Distribuição dos pacientes por gênero

Embora o número de pacientes no hospital variasse muito, alguns médicos e enfermeiros mais experientes garantiram que a distribuição, por sexo, sempre foi, de certa forma, igualitária. Por isso, decidimos respeitar essa proporção nos pacientes que apresentamos na pesquisa.

	<b>PACIENTES</b>
HOMENS	15
MULHERES	15
TOTAL	30

Embora o número de pacientes no hospital variasse muito, alguns médicos e enfermeiros mais experientes garantiram que a distribuição, por sexo, sempre foi, de certa forma, igualitária. Por isso, decidimos respeitar essa proporção nos pacientes que apresentamos na pesquisa.

#### Quadro II: Distribuição dos pacientes por escolaridade

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Superior	0	2	2
Segundo Grau	1	1	2
Primeiro Grau	8	6	14
Sem escolaridade	1	1	2
Sem informação	5	5	10
Total	15	15	30

**Quadro III: Distribuição dos pacientes por idade no momento da internação**

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Menos de 20 anos	02	02	04
20 a 30 anos	02	04	06
30 a 40 anos	04	01	05
40 a 50 anos	04	05	09
Mais de 50 anos	03	03	06

**Quadro IV: Distribuição dos pacientes por tempo de chegada no DF antes da internação**

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
6 meses a 1 ano	3	1	4
1 a 3 anos	6	5	11
3 a 4 anos	3	6	9
5 a 10 anos	3	3	6

**Quadro V: Distribuição dos pacientes por região de origem**

<b>Região do Brasil</b>	<b>Total</b>
Sudeste	6
Nordeste	17
Norte	3
Centro-Oeste	4

**Quadro VI: Distribuição dos pacientes por motivos da migração**

<b>Pacientes/Sexo e Idade</b>	<b>Motivo da migração</b>
P1 Homem, 45 anos	Fuga da casa da irmã em MG
P2 Homem, 40 anos	Morar com familiares/busca de emprego
P3 Homem, 28 anos	Morar com familiares/busca de emprego
P4 Homem, 22 anos	Mudança sem a família/busca de emprego
P5 Homem, 18 anos	Morar com mãe/ motivo de saúde
P6 Homem, 23 anos	Mudança sem a família/estudo
P7 Homem, 63 anos	Falecimento da esposa/ morar com familiares
P8 Homem, 29 anos	Mudança sem a família/busca de emprego
P9 Homem, 64 anos	Fuga/Dissolução familiar
P10 Homem, 38 anos	Motivo de saúde
P11 Homem, 44 anos	Mudança com a família/busca por emprego
P12 Homem, 42 anos	Busca por emprego
P13 Homem, 18 anos	Morar junto a parentes/ estudo/emprego
P14 Homem, 45 anos	Busca por emprego
P15 Homem, 59 anos	Falecimento da esposa/Mudança com os filhos/ busca por emprego
P16 Mulher, 17 anos	Mudança com a família depois da morte do pai
P17 Mulher, 35 anos	Mudança sem a família/busca por emprego
P18 Mulher, 57 anos	Falecimento do marido/busca por emprego
P19 Mulher, 32 anos	Mudança sem a família/ Busca de emprego
P20 Mulher, 15 anos	Mudança com a família
P21 Mulher, 64 anos	Busca por emprego
P22 Mulher, 27 anos	Fuga/ busca por emprego
P23 Mulher, 22 anos	Mudança com a família
P24 Mulher, 42 anos	Morar junto com a mãe/busca por emprego
P25 Mulher, 36 anos	Fuga/busca por emprego
P26 Mulher, 51 anos	Falecimento do marido/Morar junto a familiares
P27 Mulher, 31 anos	Busca por emprego/estudo/morar com familiares
P28 Mulher, 42 anos	Dissolução familiar/ morar junto a parentes
P29 Mulher, 49 anos	Mudança com a família.
P30 Mulher, 44 anos	Busca por emprego

**Quadro VII: Local de chegada e situação social dos migrantes**

<b>Paciente</b>	<b>Local de moradia quando da internação</b>	<b>Situação de emprego</b>	<b>Situação Escolar</b>
P1	Morador de rua	Desempregado	Analfabeto
P2	Ceilândia	Desempregado	Sem informação
P3	Planaltina/DF	Desempregado	1º Grau incompleto
P4	P-Norte	Desempregado	1º Grau incompleto
P5	Taguatinga	Desempregado	1º Grau completo
P6	Taguatinga	Desempregado	Universitário
P7	Samambaia	Desempregado	Sem informação
P8	Riacho Fundo	Desempregado	Universitário
P9	São Sebastião	Desempregado	Sem informação
P10	Gama	Desempregado	1º Grau incompleto
P11	São Sebastião	Desempregado	1º Grau completo
P12	Águas Lindas (GO)	Empregado	1º Grau Completo
P13	Ceilândia	Desempregado	2º Grau incompleto
P14	Morador de rua	Desempregado	Sem informação
P15	Riacho Fundo	Empregado	Sem informação
P16	Taguatinga	Desempregada	1º Grau incompleto
P17	Estrutural	Empregada	Sem informação
P18	Taguatinga	Empregada	Sem informação
P19	Taguatinga	Empregada	Sem informação
P20	Estrutural	Desempregada	1º Grau incompleto
P21	Sobradinho	Desempregada	1º Grau completo
P22	Sem registro	Desempregada	Sem informação
P23	Sobradinho II	Desempregada	1º Grau completo
P24	Águas Lindas (GO)	Desempregada	1º Grau completo
P25	Riacho Fundo	Desempregada	1º Grau incompleto
P26	Gama	Desempregada	Sem informação
P27	Taguatinga	Desempregada	2º Grau completo
P28	Gama	Desempregada	1º Grau incompleto
P29	Itapoã	Desempregada	Sem informação
P30	Ceilândia	Desempregada	1º Grau incompleto

### Quadro VIII: Situações dos pacientes que buscavam emprego em Brasília

Paciente	Trajétoria profissional
P2	Faxineiro, servente, porteiro de prédio, guardador de carro. Sem carteira profissional assinada.
P3	Caseiro. Sem carteira profissional assinada.
P4	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P7	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P8	Vendedor de loja, atendente de telemarketing, “dogueiro”, pipoqueiro e frentista de posto de gasolina. Sem carteira profissional assinada.
P9	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P10	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P11	Frentista de posto, borracheiro, porteiro, ajudante de soldador, ajudante em construção civil. Carteira Profissional assinada
P12	Faxineiro Sem carteira profissional assinada.
P13	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P14	Pedreiro Sem carteira profissional assinada.
P15	Emprego na construção civil Sem carteira profissional assinada.
P16	Diarista
P17	Faxineira/Babá Sem carteira profissional assinada.
P18	Doméstica Carteira Profissional assinada.
P19	Babá Carteira Profissional assinada.
P21	Cozinheira Carteira Profissional assinada.
P22	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P24	Doméstica Sem carteira profissional assinada.
P25	Manicure Carteira Profissional assinada.
P26	Empregos esporádicos como servente/faxineira em prédios. Carteira Profissional assinada.
P27	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P28	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P29	Nunca conseguiu emprego em Brasília
P30	Professora primária Carteira Profissional assinada.

### 3.3.1 A chegada do migrante: espaço, vínculo e trabalho

Para compreender a trajetória de vida desses migrantes, faz-se necessário, não só entendermos suas trajetórias de socialização e de vínculos sociais, mas também é importante localizarmos os sujeitos dentro do contexto sócio-espacial da região do Distrito Federal. Esses indivíduos saem de suas respectivas cidades-natais e chegam à região dentro de um determinado contexto espacial, estruturado social e economicamente.

Esta dinâmica, ao mesmo tempo em que reflete a condição de chegada desse indivíduo, pois aonde esse indivíduo chega, onde e como vai morar, onde e como vai estudar ou trabalhar é um reflexo da estrutura social que esse migrante traz já consigo e que também serve, de certa maneira, de conformação, de uma espécie de trilho e caminho da trajetória desse migrante e de suas estruturas dentro desse espaço de chegada. Ou seja, ao avistarmos esse sujeito que acaba de migrar para o DF podemos ler em sua trajetória tanto os trilhos sociais já percorridos como também as sombras dos caminhos que ele poderá trilhar nesse novo espaço.

Brasília, o espaço de chegada desse migrante, nasceu alicerçada em duas necessidades básicas. Uma primeira ligada a uma utopia de se construir no interior do país uma nova capital que representasse uma nova nação, baseada principalmente no princípio de equidade entre os habitantes desse novo espaço e desse novo país e a outra relacionada ao fato de que esta cidade para se desenvolver, deveria ser, e, na realidade é, uma cidade de migrantes, um pólo de confluência de novos habitantes vindos de todas as regiões do país.

Localizar esse migrante nessa história de utopia e realidade é entender, portanto, a natureza da própria conjuntura social que esse indivíduo irá encontrar na sua chegada. Existe uma realidade concreta, bastante clara e desigual que desenha uma diferença entre a região do Plano Piloto de Brasília, compreendendo Asas Sul e Norte, Lagos Sul e Norte e o Setor Sudoeste, e suas regiões circundantes, cidades-satélite e entorno.

Em certo sentido, contar a história de Brasília é relatar também a história da migração brasileira, discutida aqui no capítulo inicial desta pesquisa. Observar a dinâmica espacial dessa cidade é, de certa maneira, relatar todo o processo de segregação espacial e, sobretudo social, que retrata tanto a dinâmica das grandes cidades brasileiras como também o processo de migração no país.

De 1950 a 1960, justamente a década de concepção e construção de Brasília, a população urbana do Brasil apresentou um enorme crescimento estimulado principalmente pelas migrações internas, especificamente pelo êxodo da população do campo para as grandes cidades. Até então, a população brasileira vivia predominantemente no campo e as cidades brasileiras em desenvolvimento precisavam de mão de obra barata e abundante para o trabalho na construção, na montagem do parque industrial e na formação de um mercado consumidor.

Dentro dessa realidade de desenvolvimento urbano explosivo. Brasília nasceu como uma espécie de fomentadora de novas concepções para um país que sonhava alcançar um desenvolvimento econômico e social mais pleno. A intenção de JK foi a de promover uma campanha eleitoral e, posteriormente, um governo voltado para o futuro, marcado por um planejamento estratégico de metas a serem alcançadas durante o seu governo. A última destas metas seria a própria construção de Brasília e a transferência da capital federal, que acabou por se tornar a meta síntese de todo o programa desenvolvimentista de seu governo.

Por isso, Brasília, além de representar um projeto do Estado, estava inserida no próprio contexto de urbanização e industrialização do país. Este padrão de desenvolvimento implicava, logicamente, na distribuição estratégica da população dentro dos grandes centros urbanos industriais. Concreta e simbolicamente, a cidade seria o sustentáculo desenvolvimentista do país proporcionando, dentro outros fatores, a ocupação e o desenvolvimento das regiões centrais da nação, até então marginalizadas social e economicamente.

Brasília foi criada, também, como uma espécie de concretização de um apolítica que visava negar a concentração de poder da região Sudeste, por meio da construção da sede do poder nacional em uma localidade interiorana e afastada dos pólos de desenvolvimento. O Estado brasileiro, com isso, buscou uma relativa neutralidade em relação às classes industriais dominantes, tanto na não concessão de privilégios para as regiões mais desenvolvidas, como no afastamento físico dessas localidades e na tentativa de promover um desenvolvimento igualitário no país. Brasília surge, portanto como uma oportunidade para atrair fluxos migratórios que se destinariam para as grandes metrópoles da época: Rio de Janeiro e São Paulo.

Como explica Nunes (2004), se considerarmos as regiões do Distrito Federal (DF) a partir de sua fundação poderemos concomitantemente periodizar os fluxos migratórios para cada uma de suas regiões. Se em um primeiro momento, essa migração foi formada justamente de trabalhadores da construção civil, seguida por comerciantes e prestadores de serviços e posteriormente pela burocracia estatal, num momento posterior e mais atual, pode-se observar o surgimento rápido de uma lógica de pereferização do DF, marcada principalmente por uma oferta, legal ou ilegal, de terras públicas, cenário que atraiu um contingente muito grande de migrantes.

O Plano Piloto, nesse contexto, caracterizou-se, desde o princípio, como espaço destinado ao funcionalismo público e à classe média, enquanto as cidades-satélites foram sendo criadas em razão da migração de uma grande massa populacional em busca de empregos nas obras das empreiteiras. Os migrantes que vieram trabalhar se localizavam nos acampamentos das construtoras e os que prestavam serviços a essa população formavam vilas, próximas aos mesmos e fora do plano urbanístico idealizado, onde se improvisavam os serviços de apoio à construção da capital e à população aqui localizada.

Os candangos, como eram chamados os trabalhadores que construía a cidade, chegavam de caminhão de todas as regiões do país. Por isso, antes da cidade ser inaugurada, iniciou-se o processo de erradicação das favelas e acampamentos de trabalhadores próximos ao Plano Piloto, transferindo seus habitantes para as cidades satélites. Em 1958, foi criada a primeira cidade-satélite, Taguatinga, surgida exatamente em razão da forte pressão por habitação advinda do grande fluxo migratório para a região. Posteriormente, em 1960, devido às mesmas razões, surgem outras cidades como Sobradinho e Gama. Desde a sua criação, portanto, estas cidades passaram a constituir espaços para a população excluída do planejamento da nova capital do país.

Esta explosão migratória “não planejada” está consolidada nos dados da população nos primeiros anos da nova capital. De acordo com Paviani (1987), em 1957, a população da região era de 12.700 habitantes, saltando para 127 mil apenas três anos depois. Ao se tornar um pólo atrativo de correntes migratórias, o Distrito Federal teve um crescimento explosivo, tanto na década de 1960 a 1970, quando atingiu a taxa de 14,4% ao ano, quanto na década seguinte, quando o crescimento populacional atingiu em média cerca de 8% ao ano. Especialmente, segundo o Censo de 1970, o crescimento do Distrito Federal iniciou-se pela ocupação da região administrativa de Brasília, espe-

cialmente do Plano Piloto, lugar de destino de 51% do fluxo de migrantes para a região. O migrante pobre, que então chegava, passou a ter como destino as cidades satélites, por isso cidades como Taguatinga, Gama e Sobradinho também receberam um fluxo considerável de população, mas diferentemente do Plano Piloto, que se formava e crescia a custa da burocracia estatal, já inseridas na lógica da cidade, essas cidades se formaram com os migrantes rurais, que buscavam na nova capital um novo horizonte de vida, uma nova forma de sonhar a própria sobrevivência.

A partir deste modelo, no dizer de Paviani (1987), cria-se uma área urbana polinucleada e evidentemente diferenciada, constituída por um centro elitizado, um Plano Piloto circundado pelos demais núcleos pulverizados no território do Distrito Federal. Conforme explica o autor, a partir da década de 80, preocupado em conter o fluxo migratório de população de baixa renda para a cidade, o governo local buscou incrementar uma política de controle de migração – deixando de oferecer moradias e criar novos assentamentos no DF. Sem conseguir êxito, a região multiplicou substancialmente o número de favelas e loteamentos ilegais em seus espaços periféricos.

Progressivamente, na mesma época, a região do Plano Piloto se consolidou e tornou-se mais seletiva e valorizada e grande parte dos empreendimentos imobiliários se voltou para o entorno do DF. No final dessa década, surgiram novas cidades com o objetivo de suprir parte deste déficit habitacional (Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo são exemplos dessas novas cidades). Em razão dessa nova oferta, a região assistiu a um redirecionamento do fluxo populacional para regiões do entorno cada vez mais distantes e pauperizadas. Cada vez mais, portanto, o espaço de Brasília explicita concreta e socialmente uma divisão clara da sua dinâmica de afastamento da população mais pobre do centro da capital. Anteriormente, as cidades-satélites significavam justamente esse depositário da população marginalizada; atualmente o entorno da região, tanto do DF, quanto de Goiás, fazem esse papel.

Na década de 1980 a 1990 a área urbana dos municípios periféricos ao Distrito Federal se expandiu extraordinariamente, pois a oferta de pequenos lotes, a baixos preços e longos prazos para pagar, fora da área demarcada do Distrito Federal, atraiu a população que pagava aluguéis nos núcleos satélites da Capital, enquanto as políticas locais, especificamente as relativas à área do Plano Piloto, limitavam a ação das forças de mercado.

Esta nova área, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), é composta por um conjunto rede de cidades que, em sua maioria, são de médio e pequeno porte. De acordo com os dados apresentados por Caiado (2005), além do Distrito Federal apenas duas outras cidades apresentaram população superior a 100 mil habitantes (Águas Lindas de Goiás e Luziânia).

É interessante observar, porém, que estas novas cidades e regiões não se opõem diametralmente, como espaços de exclusão e em separado do Plano Piloto, pois são justamente essas cidades e sua população de novos migrantes que dão sustentação ao ideal planejado para a cidade, formando uma unidade – Distrito Federal – claramente dividida em classes e um território altamente especializado, polarizado e socialmente hierarquizado. A formação da periferia vinculou-se, portanto, à criação de novos espaços com função eminentemente residencial, espécies de cidades dormitório com uma limitação enorme de infra-estrutura e condições básicas de moradia.

A dinâmica populacional no Distrito Federal e esse desenho polinucleado da região aparecem justamente para esclarecer que a construção e o desenvolvimento das cidades-satélites serviram, principalmente, desde o início, como salvaguarda das intenções originais do espaço do Plano Piloto e, porque não, de sua população privilegiada social e economicamente.

Nas palavras de Visentini (1997), estas cidades foram construídas para abrigar aqueles trabalhadores que não poderiam desfrutar dos belos espaços monumentais da capital do país. A seletividade da ocupação das áreas do Distrito Federal empurra o migrante pobre para condições de vida precárias, e a seletividade do mercado de trabalho os leva à periferização. A região do entorno atual é, portanto, resultado de um modelo de urbanização que não conseguiu planejar suas conseqüências e os seus limites espaciais, permitindo que se criasse uma segregação sócio-espacial igual à de outras localidades do país. A má distribuição dos equipamentos urbanos demonstra apenas um aspecto de toda uma estrutura social desigual criada em Brasília.

O espaço de Brasília, que pretendia ser um espaço socializante e igualitário na distribuição de pessoas e atividades acabou por gerar uma estrutura explicitamente marcada pelo processo de segregação de sua população. A capital repetiu, portanto, à sua maneira, aquilo que as cidades de todas as épocas e culturas materializaram como parte integrante das mesmas: desigualdade e heterogeneidade, que no caso da capital se mate-

rializaram através das cidades satélites, sobretudo das grandes favelas planejadas ou dos guetos que rodeiam o Plano Piloto.

A gestão do espaço urbano não conseguiu garantir aos migrantes a qualidade de vida proposta no plano urbanístico da nova capital e o combate à favelização em Brasília e a propriedade pública da terra urbana ao invés de constituir-se em um instrumento distributivo, passou a funcionar como instrumento de ocupação seletiva, instituindo a “segregação planejada” e transformando Brasília na “*capital do controle e da segregação social*” (CAIADO, 2005: 74).

De acordo com os dados censitários de 2000, elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Brasília é uma cidade que continua atraindo uma população migrante significativa. Cerca de 20% da população não nasceu no DF e tem menos de 10 anos de residência na região. Segundo a mesma pesquisa, o crescimento demográfico da Ride tem-se reduzido nas últimas décadas, apesar de apresentar uma taxa média anual de 3,5% para o período 1991/2000.

Neste momento, no Distrito Federal, a migração é caracterizada pelo aumento crescente da população localizada nas satélites e no seu entorno. Como afirma Nunes (2004), nesse sentido mais do que a oferta de emprego é a oferta de terras que desempenha um fator de atração para a região.

*“Em Brasília, a cada invasão é um novo aglomerado que se cria com tendência a se transformar em cidade satélite. Em geral são espaços completamente desprovidos de infra-estrutura, onde a chegada de pessoas significa começar praticamente tudo. (...) Posteriormente, institucionaliza-se e consolida-se um espaço urbano com características dos demais espaços urbanos do país, nos quais as famílias pobres se instalam com precários índices de qualidade ambiental urbana, e as mais bem situadas economicamente gozam de um espaço absolutamente idêntico ao das sociedades ricas”* (NUNES, 2004: 97).

Esta afirmação pode ser comprovada justamente, pelos dados da Codeplan de 2004 que mostram que regiões mais novas e mais pobres como Itapoã, Sobradinho II e Estrutural concentram mais de 60% dos migrantes recentes, com menos de cinco anos

de mudança na região. Em razão disso, quanto mais recente é a onda migratória, mais ela se concentra em regiões mais afastadas e mais pobres do DF.

Em nossa amostragem podemos perceber que todos os pacientes, ao se mudarem para Brasília, procuraram uma região periférica ao Plano Piloto, tendo, mesmo assim, dificuldades de encontrar uma moradia apropriada e posteriormente condições para se obter acesso à educação, saúde e emprego. O fato do hospital da pesquisa ser uma instituição pública, de certa forma, acaba selecionando justamente esses indivíduos impossibilitados de recorrerem, por exemplo, a uma instituição psiquiátrica particular.

Por isso, os indivíduos aqui apresentados, até mesmo por suas respectivas trajetórias de vida anterior ao processo de mudança para Brasília, acabaram chegando à região já sofrendo uma forma de segregação. O desemprego e a proliferação de espaços de moradia e convivência precários, como favelas e cidades-dormitórios, típicas da região de Brasília, é, possivelmente, o que espera parte substancial desses migrantes e posteriormente, ocorrendo uma perpetuação dessa situação, as gerações seguintes.

Segundo Nunes (2004), a chegada a Brasília, para uma parcela de indivíduos, pode significar uma solução dentro de suas trajetórias de vida, que muitas vezes só será concretizada em gerações posteriores quando filhos e netos puderem ascender socialmente em relação às gerações anteriores. Para outros, a grande maioria, o processo crônico de pobreza se mantém transformado agora em um processo de segregação e pobreza urbana.

Não visamos aqui discutir fatores quantitativos da migração para o Distrito Federal, mas sim a qualidade da migração desses indivíduos pesquisados, ou seja, a qualidade de recebimento que essas regiões de destino propiciam a esses migrantes que ali chegam. Esse rápido crescimento populacional da região significa, dentre outras coisas, o aparecimento e o agravamento de vários problemas, tais como a expansão dos índices de criminalidade e violência e a precariedade absoluta, nas regiões mais pobres, de serviços coletivos urbanos, tais como coleta de lixo, saneamento, transporte, asfalto e urbanização de ruas.

Como podemos observar a partir do quadro VI, a maioria dos indivíduos possuíam um objetivo claro e determinado como motivação de sua mudança para Brasília, sendo que a procura por emprego e até mesmo por educação - e por isso mesmo melhores condições de vida - são as justificativas mais explicitadas, nas falas dos pacientes ou de seus familiares ou mesmo dentro dos seus respectivos históricos de vida.

Para Nunes (Op. cit) a migração de áreas deprimidas para participar de processos de industrialização, por exemplo, funciona como um processo lógico e coerente já que os indivíduos que tentam se inserir em um novo espaço, a partir de uma nova lógica de inserção social, se condicionam tanto na busca de condições de trabalho como de moradia. A urbanização dessa população, geralmente saída de áreas rurais ou pouco urbanizada, é também o processo de consolidação de novas classes sociais, mesmo quando processos de exclusão da lógica dominante continuam a se reproduzir nos locais de destino e nas trajetórias de vidas desses indivíduos.

Aos poucos durante a pesquisa fomos percebendo que todos os pacientes apresentaram uma dificuldade muito grande quando da sua chegada em Brasília. Em sua maioria, quando da época do adoecimento e da posterior internação no hospital, esses indivíduos moravam em cidades, em regiões muito precárias, ou mesmo na rua, com trabalhos, quando havia, também muito precários e com poucas formas de iniciar ou continuar um processo de educação.

Através das entrevistas constatamos que além da dificuldade para se conseguir um emprego, muitas vezes, os indivíduos que estavam trabalhando, talvez como uma das primeiras manifestações de um determinado desequilíbrio emocional, acabaram por pedir demissão ou simplesmente desaparecer e desistir do emprego.

Como já mencionamos, seria impossível estabelecer uma simples e direta relação causal entre os aspectos patológicos desses indivíduos e suas respectivas situações sociais. Não é a simples razão da doença mental que faz, por exemplo, o indivíduo largar o emprego ou se manter desempregado durante um longo período e nem é, por outro lado, somente a conjuntura social desfavorável que o manterá desempregado e por isso com chances de desestabilização emocional. Na verdade, o que existe é uma relação muito mais complexa onde causa e consequência se confundem e interpenetram; ou seja, tantos os aspectos patológicos do indivíduo contribuem para a deterioração de suas relações sociais, como os aspectos, muitas vezes deteriorados, de sua realidade social contribuem para uma possível desestabilização psíquica.

Esse tipo de segregação sócio-espacial interfere, portanto, diretamente nas possibilidades de arranjo e sociabilidade do indivíduo – e essa é a correlação que estamos destacando – dentro desse determinado espaço como expressão da qualidade dos vínculos que se formam e do acesso aos recursos materiais (habitação, infra-estrutura, escola) por parte dessa população.

Como explica Wacquant (2001), além dos aspectos concretos da dimensão material da segregação, existe uma dimensão da desigualdade que se relaciona diretamente com a incapacidade de parte dessa população de se criar, através das relações sociais estabelecidas, formas de atuação e disputa por melhorias sociais. Ao contrário o que existe é uma progressiva deterioração dos laços de solidariedade entre os habitantes desses espaços. A periferia e o gueto são espaços gerados e reproduzidos não só em seu sentido material, mas também em relação à qualidade dos vínculos e da natureza das relações estabelecidas e das trajetórias de vida aí constituídas. A configuração do intenso processo de migração para a região do Distrito Federal é marcada pela formação de extensas periferias com graves problemas sociais e econômicos, evidenciando de forma indiscutível essa precarização social da população.

O desenvolvimento de um processo de estigmatização dessas áreas pauperizadas é responsável, segundo Wacquant (Op. cit), por uma espécie de desertificação social, onde deixa de existir progressivamente um suporte social entre seus habitantes, na qual os seus moradores não conseguem encontrar mutuamente formas de se estabelecer recursos materiais e imateriais de sobrevivência e desenvolvimento.

Essa ausência de uma constelação, ou seja, de referências mais próximas, tanto afetivamente como socialmente acaba contribuindo por gerar um aumento ainda mais do sentido de segregação, pobreza e desestabilização social e psíquica vividas por esses indivíduos.

Como afirmam Ribeiro e Santos Junior (2004), os próprios laços sociais da população das periferias das grandes cidades brasileiras são enfraquecidos e muitas vezes limitados em razão do estigma que estes espaços estabelecem na própria população que neles residem. Os próprios moradores tendem a identificar no comportamento dos grupos mais pauperizados a explicação da razão da desordem, do aumento da violência e da difusão da economia de pilhagem que marcam quase todas essas regiões mais pobres das grandes cidades brasileiras<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Além disso, as carências dessas regiões ajudam a criar, dentre outras coisas, o estigma de que as cidades satélites, principalmente as construídas mais recentemente, e o Entorno são fatores essencialmente problemáticos para Brasília e não é raro haver discursos e propostas para uma separação política da região do Plano Piloto e das cidades satélites.

Estas regiões, portanto, ficam marcadas pela retração do antigo tecido associativo e pela expansão de formas de sociabilidade marcadas, principalmente pela linguagem da violência. De acordo com Ribeiro e Santos Junior (2004), esses espaços deixam de ser territórios de formação de valores e signos positivos, referências de identidades coletivas, e passam crescentemente a estabelecer um papel negativo da população que ali reside, na medida em que se busca enunciá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana.

O estudo de Queiroz (2004), sobre a distribuição dos equipamentos urbanos em Brasília e na região do Entorno, caracteriza justamente a realidade estigmatizante que demarca este espaço. O Plano Piloto e cidades como Guará, Taguatinga e Núcleo Bandeirante são regiões nas quais existe um número maior de equipamentos urbanos e onde há uma melhor qualidade dos serviços educacionais e de saúde, e por isso sofrem uma sobrecarga de demanda, havendo sempre um enorme contingente de pessoas que utilizam tais serviços. Até mesmo a partir do quadro a respeito da habitação dos pacientes apresentados, podemos perceber que o hospital da rede pública, alvo de nossa pesquisa, localizado na região de Taguatinga (DF) acaba por abrigar uma população muito mais ampla, proveniente de toda a região do DF, do Entorno e às vezes até de algumas cidades dos estados vizinhos.

Essa hipótese da degradação espacial interferindo na fragmentação dos vínculos e no distúrbio dos comportamentos e das personalidades dos indivíduos habitantes de um determinado espaço é justamente semelhante com as idéias desenvolvidas pelos pensadores da Escola de Chicago ao longo do início do século XX. Seguindo esse raciocínio, as regiões do entorno e das cidades-satélites devem ser pensadas, tanto como causa desses problemas sociais, mas também como uma consequência de um toda uma realidade de Brasília, pois sua ampliação aconteceu a partir do crescimento desordenado que ‘empurraram’ parte de sua população, incluindo os seus problemas, para regiões cada vez mais afastadas de Brasília e conseqüentemente cada vez mais longe da ação e do interesse estatal.

Pols (2003) – ao citar o trabalho dos sociólogos de Chicago na tentativa de relacionar espaço urbano e doença mental – destaca justamente esse raciocínio que serve como um dos parâmetros explicativos para contextualizarmos a chegada desse migrante em uma “zona de transição” em Brasília; violenta e sem muitas perspectivas de se estabelecer vínculos e laços sociais. Estes espaços parecem reter as características e as fragi-

lidades das mais diversas populações migrantes e transitórias que ali passaram, constituindo uma espécie de padrão comportamental e de personalidade, no caso, de natureza desestruturada e até mesmo patológica.

Interessante observar que denominações como “cidade-satélite” e “entorno” já caracterizam por si só um caráter transitório e secundário dessas localidades. Através dos seus nomes já se tem uma idéia, por vezes falsa ou não tanto generalizante, de uma área marginalizada, onde não há uma intenção clara de ficar, formar vínculos, criar valores e tradição, mas sim de não se fixar, de passar um espaço, sem tempo de qualquer forma de relação social e afetiva mais duradoura.

Esta relação entre espaço, “zona urbana” e patologia psíquica (que não necessariamente é de ordem direta e imediata, mas serve como aproximação e explicação da situação vivida pelos indivíduos desses espaços pauperizados) se corrobora, por exemplo, quando destacamos dois depoimentos recolhidos a respeito das respectivas regiões onde moravam, depois de chegarem a Brasília.

*“Aqui ninguém fala com ninguém (...). É uma desconfiança só, porque todo mundo é desconfiado de mim e de todo mundo (...). Tudo parece ladrão, assaltante, maconheiro (...) Hoje está todo mundo preso igual a eu”* (depoimento do paciente P13).

*“Viver aqui a gente perde tudo para os malandros: casa, roupa, meus irmãos, meus pais (...). É medo, medo, medo que ninguém sai de casa mais”* (depoimento da paciente P23).

Quando observamos essas regiões *in loco* ou através de dados estatísticos ou pelas notícias e informações da mídia, não estranhemos algumas falas ou depoimentos de determinados pacientes a respeito de sua respectiva mudança para a região. Como Queiroz (2004) exemplifica, os meios de comunicação explicitam justamente essa contradição social entre as regiões mais pobres e as áreas nobres da capital, divulgando que a população mais pobre além de sobrecarregar o sistema hospitalar e educacional do DF, é responsável direta no aumento dos índices de violência em toda a região.

A violência, por exemplo, é um dos fatores que aparecem de forma, mais ou menos, explícitas em algumas das falas dos indivíduos entrevistados, e vem, de sobrema-

neira, agravar ainda mais a trajetória de contradições e rupturas que permeiam suas vidas desses indivíduos.

O sentimento de isolamento e as conseqüências para a saúde desses indivíduos também acabam refletindo em algumas das narrativas apresentadas. Alguns chegam a afirmar que as condições, concretas ou não, do hospital em que estavam eram melhores do que as casas onde moravam.

O paciente P13, um jovem de 18 anos, que veio morar com uma irmã mais velha, para completar seus estudos, descreve, no meio de seu discurso delirante, as sensações sobre viver em Brasília,

*“Eu nem sei que cidade é essa (...). As pessoas na rua ficam me encarando, me deixando nervoso (...). Todo mundo aqui tem um olho para te espionar para ver se você é um bandido e todo mundo aqui é bandido (...). Eu já vi mais de um milhão de assaltos e automóveis por aqui em toda a minha vida”* (depoimento recolhido do paciente P13).

A irmã afirma que o paciente, desde o princípio, apresentou um medo muito exagerado por viver em Brasília e por isso evitava, tal como uma criança, sair para a rua sozinho. Tinha medo de atropelamentos, assaltos, roubo da casa, seqüestro. Segundo a irmã, ele ouvia uma notícia na televisão e já ficava preocupado se aquele incidente iria acontecer justamente com ele.

Através da fala de uma outra interna, P16, 25 anos, também podemos perceber o medo da violência, caracterizado principalmente pela mudança de uma cidade pequena para uma região metropolitana como Brasília. Depois de três anos em Brasília, uma irmã mais nova morre atropelada em frente à sua casa e posteriormente um outro irmão falece por motivos de doença.

*“Eu não gosto daqui. Toda a minha família vai morrer aqui (...) À noite eu ouço tiros entrando pela minha janela (...) Eu nem durmo mais porque se eu dormir minha mãe vai morrer na mesma hora (...) Nunca tive sossego depois que vim para cá, tem muita gente, muito barulho (...) A gente tem que viver trancado, porque se sair na rua é morte certa”* (depoimento recolhido da paciente P16).

Um outro paciente, P10, ao nos explicar seu fervor religioso, afirmou,

*“Brasília é a cidade do capeta (...) Você nunca viu o tanto de igrejas? É para isso, tem muitos adoradores por aqui. As pessoas se perdem nesses montes de números: QNA, QNB, QNW e só Deus mesmo para ajudá-las a encontrar o caminho de volta”* (depoimento recolhido do paciente P10).

Podemos perceber expressa nessas palavras, como a dinâmica da segregação urbana contribui enormemente para criar espaços vulneráveis e com isso tornar ainda mais frágil, não somente, os indivíduos que chegam a Brasília, mas também suas redes de solidariedade e de filiação social; suas formas de identificação e construção de significados concretos e simbólicos. Em suas trajetórias estes indivíduos passam a experimentar perdas significativas, como a desqualificação para os postos de trabalho, a capacidade de manter a família unida, bens materiais, raízes culturais, segurança, autonomia, cidadania e até mesmo esperança e dignidade.

Um fator que chama a atenção é a problemática do desemprego entre esses indivíduos. A busca por um emprego é um dos fortes motivadores da migração dos indivíduos aqui estudados. Contudo, em sua maioria, ou não conseguiram qualquer tipo de emprego ou ficaram vagando por vários subempregos e ocupações das mais variadas possíveis.

A estrutura urbana da região de Brasília tem como característica a não correspondência entre o aumento do uso residencial dessas regiões e o crescimento paralelo de atividades geradoras de empregos, fazendo com que o Plano Piloto concentre a maioria dos empregos formais da região, relegando para as cidades satélites e o entorno um alto índice de desemprego ou de subempregos. A alta taxa de desemprego na região do Distrito Federal mostra a dificuldade da economia local na geração de postos de trabalho. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) a taxa de desemprego na região, em maio de 2008, era cerca de 17% da População Economicamente Ativa, atingindo cerca de 213 mil pessoas. Os enormes índices de pobreza e precariedade que se observa nas cidades circundantes ao Plano Piloto demonstram que os trabalhos menos qualificados não conseguem manter ou inscrever o indivíduo dentro de uma determinada ordem social e moral, reforçando, assim, a ligação entre esse tipo

de trabalho e a pobreza, violência e, porque não, concluiríamos, a desestabilização psíquica (NUNES, 2004).

Todo um projeto de migração que já é seguido de uma abrupta mudança cultural se intensifica ainda mais pela desqualificação para o trabalho urbano desses indivíduos que se tornam além de desempregados, desabrigados e marginalizados pela sociedade. Esses indivíduos, muitas vezes, mantidos uma relação de precária dependência com os aparelhos estatais e as instituições assistenciais das mais diversas, se encontram num processo de uma perda progressiva das referências sociais que garantem a própria sobrevivência desses indivíduos dentro de uma sociedade urbana e capitalista.

Em uma análise centrada na importância do trabalho como principal referência social na trajetória de um indivíduo, Castel (2003) aponta que as condições de existência sociais dos indivíduos – especificamente sua capacidade de estabelecer vínculos – são dadas através da relação do trabalho e das possíveis relações advindas daí. Nesse sentido, o trabalho se configura não só uma referência econômica, mas também psicológica, cultural e simbólica na estruturação da existência individual moderna. Existe, portanto, para Castel, uma correlação entre as formas de inserção no mundo do trabalho e as outras formas mais amplas de integração social.

O trabalho, na medida em que se transforma numa ação dentro de uma sociedade, se constitui também numa dupla relação entre o pessoal e o interpessoal, ou seja, entre o mundo interno do indivíduo e o exterior que o circunda mediante a qual as propriedades de si mesmo encontram justificativas sociais e culturais dentro do mundo do indivíduo. O trabalho preenche uma função tanto social como psíquica na construção do indivíduo em uma sociedade, na medida em que promove uma ligação entre as concepções individuais do sujeito e as ocupações sociais que este deve realizar.

O trabalho, segundo Dejours (2004), tem justamente a função de colocar o indivíduo sempre em questionamento em relação a si e ao mundo, ao mesmo tempo em que ele pode dar sentido à sua própria trajetória de vida, estabelecendo relações sociais, nas quais coloca em jogo, sua história pessoal, social e afetiva. A conquista da identidade, aponta o autor, implica na possibilidade de julgamento dos outros e de si e isso só é possível quando existe a possibilidade de uma dinâmica entre vários indivíduos, como acontece no caso do trabalho.

Essa possibilidade de construção de si, do outro e do mundo caracteriza-se pelos vínculos que os sujeitos estabelecem, não somente com o trabalho, mas também com os grupos familiar e social, mais próximos, o que estabelece para o sujeito, justamente, essa troca social e afetiva, configurando a ele uma determinada percepção de pertencer a uma comunidade. Ainda segundo Dejours (Op. cit), embora o trabalho seja o maior fator de integração social, ele não é o único que garante o sentimento social e psíquico para o indivíduo de que ele se encontra integrado dentro de uma comunidade.

Como estamos desenvolvendo, o migrante chega à Brasília e progressivamente acaba tendo dificuldades de estabelecer ou manter vínculos sociais, inclusive o que se relaciona ao trabalho. Nesse sentido, não se pode fazer distinção de importância entre vínculos familiares, de amizade, de emprego, religiosos, dentre todas as outras possibilidades.

Por isso seria impossível, como destaca Castel (2003), existir uma situação plena de exclusão social, pois os indivíduos irão sempre participar, de uma maneira ou de outra, de formas mais ou menos estáveis ou mais ou menos desequilibradas, de um determinado grupo social e, portanto, mais ou menos marginalizados. Para o sociólogo francês existe sim essa espécie de situação marginal, de precarização e vulnerabilidade, que se estabelece progressivamente através de um processo de desligamento em relação ao trabalho e da fragilização das possibilidades de relações sociais empreendidas pelos indivíduos em sua trajetória.

*“A insegurança social não alimenta somente a pobreza. Ela age como um princípio de desmoralização, de dissociação social à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos. Ela induz a uma ‘corrosão do caráter’ (...) Estar numa insegurança permanente é não poder nem controlar o presente, nem antecipar positivamente o futuro” (CASTEL, 2005:31).*

Castel (2003) aponta daí três zonas progressivas de precarização de um indivíduo dentro da sociedade. È justamente a partir dos eixos da relação trabalho e das relações empreendidas que podemos entender a situação vivida por um indivíduo de acordo com o grau de coesão entre elas. A primeira, chamada de zona de integração, é marcada

por uma situação de trabalho estável e forte inserção relacional; a segunda, zona de vulnerabilidade, é justamente aquela onde já existe na vida do indivíduo uma fragilidade em suas relações de trabalho e demais referências sociais e terceira, a zona de desfiliação, onde o indivíduo está em condição supranumerária, ou seja, uma espécie de excedente social, se encontrando em quase total ausência de trabalho e de isolamento relacional.

Esses últimos, nas palavras de Castel (Op. cit), nem sequer são explorados, pois estão numa situação de sobranter e nem são integrados, pois para isso teriam estar inseridos em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade. Existe também uma quarta zona, assistência, na qual se insere o tratamento dado aos indigentes inválidos. Nesta zona estão os indivíduos que associam a não ocupação social com um trabalho, por incapacidade (idosos, deficientes, crianças) com forte inserção social, providas por mecanismos assistenciais.

A possibilidade de inserção social do indivíduo em um determinado contexto acontece quando ele consegue desenvolver vínculos com outros indivíduos, grupos social, familiar e cultural. O trabalho talvez seja a forma de fato que o indivíduo pode encontrar para poder participar de um grupo social, mas a possibilidade de uma inserção não só social, mas psíquica passa também por outras instâncias de vínculos e de afetos. Por isso, essa zona de turbulência social, entre uma situação de vulnerabilidade e de desfiliação, se caracteriza justamente por essa progressiva precarização da vida do migrante que se estabelece tanto no mundo do trabalho, como também em outras variáveis de sua biografia.

### **3.3.2 Migração, desemprego e desestabilização psíquica**

Em sua grande maioria, os pacientes apresentados nos quadros da pesquisa são aqueles que vieram para Brasília – segundo suas próprias afirmações ou de parentes próximos – em busca de emprego e melhores condições de trabalho. Quando saíram de seus respectivos locais de origem provavelmente idealizaram um espaço, ou contexto, onde, necessariamente, eles poderiam melhorar suas condições de vida, através da obtenção de uma renda assegurada e, com isso, da possibilidade de desenvolvimento econômico e pessoal.

O fator que perpassa o movimento de mudança é a construção de um projeto de vida que se inicia com um sonho próprio de melhorar as condições materiais através da migração e de um conseqüente vínculo de emprego. A variedade de ocupações descritas no quadro apresentado esclarece muito a respeito da trajetória desses indivíduos, marcada justamente pelo selo do aleatório onde não existe qualquer sentido, qualquer ligação lógica entre as diversas ocupações, a não ser àquela da simples sobrevivência econômica mínima e imediata. Ou seja, seriam não só migrantes no sentido geográfico, mas também transitariam constantemente por experiências sociais das mais diversas e marginais.

O abalo identitário provocado pela projeção idealizada da chegada em Brasília e a posterior não realização de um projeto (emprego, estudo, família, saúde) estabelece a sensação de falha, fazendo surgir, muitas vezes, sentimentos de inferioridade e de paralisia social provocada pelo sentimento de exclusão que dificulta qualquer ação do sujeito em busca de mudanças significativas.

As pacientes mulheres (P16 em diante) ainda demonstraram uma maior facilidade de obter um emprego, devido aos postos de empregada doméstica, diarista e babá, preenchidos, geralmente, a partir de indicações de amigas ou de parentes que já trabalhavam e residiam em Brasília.

O uso do grupo familiar, de parentesco e de amizade dentro dos aspectos culturais brasileiros, é, muitas vezes, grande responsável pela integração do migrante na sociedade urbana, através dessa forma de indicação para um trabalho. O trabalhador, já empregado e estabelecido no local, através de relações com patrões, companheiros de serviço e outros conterrâneos, encontram facilidade de tornarem-se os principais agenciadores de empregos para os novos migrantes e, muitas vezes, os principais hospedeiros iniciais dessa população. Alguns dos indivíduos aqui apresentados chegaram à Brasília por via desse tipo de indicação ou mesmo de um simples estímulo de pessoas que aqui já estavam e muitas vezes trabalhavam.

Todavia, poucos foram aqueles que conseguiram um trabalho com carteira profissional assinada e por isso com alguma forma de garantia trabalhista. Se a função do trabalho é justamente de poder criar uma espécie de sensação de continuidade pessoal que se origina da capacidade de trabalhar, ou seja, de colocar no mundo seus próprios esforços criadores e positivos e por esse conjunto de suas descobertas ou de suas criações, o sujeito pode continuamente se experimentar e se transformar, a trajetória desses

migrantes é marcada pelo oposto: pela sensação de descontinuidade, de incapacidade de estabelecer vínculos que expressem concretamente e simbolicamente sua capacidade criativa de estar no mundo, de, como afirma Ricoeur (2006), de expandir sua capacidade de dizer, de fazer, de contar e de responder. Nesse sentido, a ausência de uma continuidade não se refere apenas à obtenção de uma renda, mas também à uma possibilidade de construção de si; de um entendimento minimamente lógico de uma realidade afetiva e social.

Bourdieu (1979) ao relatar a situação dos migrantes internos na Argélia, que saíram do campo para as cidades, descreve a situação vivida por esses indivíduos, em relação à essa condição de trabalho e desemprego.

*“Para esses homens dispostos a fazer de tudo e conscientes de não saberem fazer nada, sempre disponíveis e totalmente submissos a todos os determinismos, desprovidos de um ofício de verdade e votados, por causa disso, a todas as aparências de profissão, não há nada de sólido, nada de seguro, nada de permanente”* (BOURDIEU, 1979: 98).

De acordo com Bourdieu (Op. cit), os migrantes que chegam à uma cidade grande em busca de emprego se dividem de maneira distinta em dois grupos: os que são estáveis e que fazem de tudo para assim permanecer e, a maioria, instável, que também está disposta a fazer de tudo para sair dessa situação. Porém, os instáveis dificilmente conseguem melhorar sua situação e passam a conviver com um sentimento constante de sujeição e precariedade.

Sennett (2005) demonstra que uma das conseqüências dos novos arranjos do sistema capitalista é justamente uma sensação de insegurança permanente ligada à impossibilidade de planejar o futuro, desorientando os indivíduos em suas próprias posições sociais como referências para si mesmo e para os outros. De acordo com Sennett, a condição permanentemente instável da situação de trabalho dos indivíduos acaba afetando o caráter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência social e emocional. A erosão da confiança em si, fenômeno bastante mencionado pelo sociólogo, se liga, atualmente, de forma direta com as novas regras da livre concorrência no trabalho. A inse-

gurança da vida sentimental se estendeu à vida profissional e por isso, qualquer posição de emprego ou de desemprego se tornou precária. A presença do outro não mais suscita apelo à colaboração, mas sim desejo de instrumentalização. Tanto a massa de desempregados, como a massa de subempregados, tornaram-se mesma coisa: uma multidão anônima, sem rosto, constantemente em migração. Sem raízes ou futuro comum.

O migrante aqui apresentado vive em uma situação ainda mais radical e insegura de flutuação na estrutura social, pois esses indivíduos ocupam, como afirma Castel (2004), uma posição de supranumerários, em decorrência da impossibilidade de conseguir um lugar estável no mundo do trabalho e no pertencimento comunitário.

Esta condição de inutilidade social não significa, todavia, uma forma de inexistência social, mas sim de um processo histórico, constante e progressivo, de ruptura da coesão social, processo esse que atinge um número considerável de pessoas particularmente frágeis, que acabam sofrendo as mais variadas formas de invalidação social produzidas pela desestabilização dos vínculos sociais das mais diversas naturezas. Os desempregados de longo prazo, situação típica desses indivíduos, só conseguem voltar a encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego e sem qualquer tipo de seguridade e mais do que isso, sem qualquer tipo de referências positivas para a construção de sua identidade.

Dejours (2004) chama a atenção para três formas de alienação que podem surgir da relação do indivíduo com o trabalho e com a ausência dele. A alienação mental é justamente aquela que se caracteriza pelo isolamento do sujeito com o real, ou seja, o mundo do trabalho e com o outro, a partir da instância de seus vínculos sociais e afetivos. A precarização da função do trabalho compromete justamente a possibilidade desse jogo subjetivo de poder pensar a si mesmo, ao mesmo tempo, que se pode pensar em si em relação ao mundo.

A vivência desse indivíduo, em uma terra estranha, cercado por vínculos, muitas vezes efêmeros e até mesmo inexistentes, passa a refletir uma experiência muito severa de impotência individual com a total incerteza sobre o futuro, culminando na ausência de perspectivas que dêem significados ao seu próprio cotidiano. Por exemplo, se, em um momento de dificuldades financeiras ou de qualquer outra ordem, busca-se, quase que automaticamente, auxílio e suporte emocional no quadro das relações sociais mais próximas, tais como família, amigos, colegas de trabalho, os migrantes, por chegarem a uma nova cidade com o círculo de convívio muitas vezes limitado ou até mesmo inexis-

tente não conseguem qualquer forma de sustento, seja ele através de um cuidado pessoal, emocional ou mesmo financeiro.

Bastide (1967) afirma, como já frisamos anteriormente, que o fato de haver muitos migrantes como internos em um hospital psiquiátrico está relacionado também ao fato de que muitos deles não possuem qualquer vínculo social que possa servir de apoio em um momento de desequilíbrio psíquico e, portanto, o hospital, como instituição acolhedora, acaba se tornando o ponto de vínculo desse indivíduo, muitas vezes, se transformando no real local de chegada desse migrante: de sua terra natal para um hospital psiquiátrico, passando, rapidamente, pela áreas periféricas e degradadas da capital. Por isso, além de não encontrar resguardo social e afetivo, essa solidão e isolamento contribuem para um possível agravamento de seu estado emocional.

O desemprego quase que permanente desses indivíduos supranumerários, situação vivida pela quase totalidade dos indivíduos que entrevistamos, acaba se tornando uma forma de marca social. O seu dia a dia acaba sendo repartido entre a procura do trabalho e os trabalhos eventuais, nada de horário regular ou dias fixo.

O trabalhador, apesar de muitas vezes viver uma rotina desgastante, está sustentado pela inserção no mundo do trabalho, que lhe confere uma organização espaço-temporal e uma identidade psicossocial importante. Quando esse indivíduo vivencia uma situação de desemprego, temporária ou praticamente permanente, ele passa por um processo, primeiramente, de choque e de reação, caracterizada pela negação do ocorrido, busca impulsiva de um outro emprego e tentativa de restituição de uma situação anterior; posteriormente, por um conjunto de sentimentos de auto-acusação, vergonha de si mesmo e retraimento social e por um conseqüente sentimento de afastamento social e de apatia, o que acaba por cessar as buscas por um emprego. A resignação fatalista e o abandono da esperança de voltar a ser um trabalhador constituem uma espécie de significativa e permanente ruptura biográfica, que pode levar a uma quebra total do contato com a realidade e a conseqüente atribuição de um estereótipo de “desempregado”, que acaba por impedir qualquer possibilidade de voltar a laborar na construção do mundo, relegando à pessoa um lugar de excluído ou assistido social (RIBEIRO, 2007).

Ou seja, o significado da existência de um trabalho regular não se limita somente a uma questão de um rendimento seguro e regular, mas a um conjunto de sujeições que definem toda a sorte de referências e significados para o indivíduo, definindo, sobretudo, uma organização coerente de tempo e espaço. A situação vivida por esses indivíduos

é justamente o contrário, onde a incoerência é a matéria prima da vida cotidiana e a busca incessante por qualquer coisa se torna a própria ocupação.

Por mais que existam estratégias e sonhos de uma melhoria de vida, com a migração, com o emprego, com a habitação, o dia presente é vivido sem referência alguma, nem intuitiva, nem racional, ao dia seguinte. O migrante desempregado é deixado para trás e vive uma ausência em um presente que nega constantemente qualquer sistema coerente e hierarquizado de finalidades previstas e projetadas por esses indivíduos. A mudança para Brasília, talvez tenha sido uma tentativa estratégica de tentar sair de uma condição adversa, mas que acabou por multiplicar ainda mais uma situação precária de empregos desqualificados e provisórios e de desamparo para o sujeito.

A solução encontrada, destaca Bourdieu (1979), é delirar um futuro onde tudo é possível; onde os recursos mágicos conseguirão dar conta tanto do presente como de um futuro que em sua realidade se mostram completamente desprovidos de referências e sustentação econômica, psíquica e social.

A trajetória de vida desses indivíduos, tanto em relação aos seus vínculos de empregos, como, porque não, nas suas demais relações sociais, se transforma em uma linha caótica, por vezes rompida freqüentemente ou criada alucinadamente, de experiências incompletas e fragmentadas, incapazes de produzir um sentido mais ou menos referente e que acabam por estabelecer uma quebra com a realidade que circunda esse indivíduo.

Muitas vezes, sem conseguir se adaptar ao mundo urbano, no qual se encontram perdidos e desprovidos de uma vida regular de trabalho e renda, privados das tradições e valores conhecidos e tranquilizadores e forçados a aprender constantemente uma série de novas conjunturas, do mundo da cidade, do mundo técnico, da disciplina, das habilidades, esses migrantes “*andam obstinadamente encarniçados a forçar o acaso e a tentar encontrar presa sobre um presente que lhes foge*” (BOURDIEU, 1979: 98)

Não foi incomum dentro da nossa amostra e até mesmo dentro do hospital como um todo, encontrar pacientes, dos mais variados casos e patologias, que apresentavam um discurso completamente delirante e mágico de cunho fortemente religioso. Muitos se afirmavam como representantes diretos de Deus, outros como o próprio Deus, ou qualquer outra forma de entidade superior capazes de, como afirmou um deles, “mudar o mundo inteiro do jeito que eu quero”. Basicamente, as narrativas versavam justamen-

te a respeito da fé sobre-humana que eles devotavam e da missão de propagar essas idéias para o resto do mundo, já que só eles sabiam e poderiam realizar tal ato.

A relação estabelecida com a religião não se dava através de uma forma de construção de vínculos, de inserção social ou pela busca de se construir uma identidade através da religião, mas sim a partir de uma relação altamente idealizada e de cunho maníaco e messiânico. A existência do sujeito, nesses casos, está ligada e depende exclusivamente dessa forma de devoção e de certeza que o próprio constrói para si<sup>8</sup>.

Como afirma Ribeiro (2007), os indivíduos que perdem o emprego ou que atravessam uma crise psicótica, apesar das situações serem diferentes, sofrem experiências psicossociais semelhantes, pois algo mudou em sua situação que não conseguem compreender, assimilar e lidar com o presente, planejar o futuro, ficando, assim, presos a uma espécie de eterno delírio.

Condenados a um destino completamente incerto, esses internos são marcados justamente pelo êxodo, pela errância, muitas vezes, andando solitariamente pelas ruas das grandes cidades e, posteriormente, sendo levados a uma assistência psiquiátrica pelo corpo de bombeiros ou pela polícia local. Se as referências, os valores, os vínculos e relações sociais são experimentados a partir de rupturas, o próprio sujeito e a própria sociedade são vividos em forma de fragmentos, muitas vezes, impossíveis de serem elaborados. Ou seja, na ausência de expectativas razoáveis, a utopia e o devaneio estabelecem a relação mágica e delirante desse migrante com meio onde se encontra.

Um outro fator bastante evidente, em nossas observações no hospital, é uma quantidade expressiva de pacientes que possuem dromomania, ou seja, uma mania de vaguear e andar aleatoriamente durante um longo período de tempo. De acordo com os psiquiatras, esse comportamento se configura como uma espécie de automatismo ambulatorial presente em muitos dos pacientes.

---

<sup>8</sup> Interessante observar, até mesmo como ponto de partida para futuras investigações, a relação estreita entre patologias mentais e delírios religiosos de cunho maníaco. Vários estudos têm constatado que o envolvimento em novos movimentos religiosos pode ser tanto a causa como o resultado de traços ou sintomas clínicos. Muitos estudos têm sido feitos, justamente, para averiguar, o papel da religião e da fé religiosa dentro da etiologia das doenças psíquicas. Assim como no caso da migração, esta ligação direta entre causa e efeito não pode ser considerada dessa maneira, mas sim observando a trajetória de vida dos indivíduos envolvidos. Por exemplo, destaca Koenig (2007), muita atenção tem sido dada, por exemplo, ao papel em que a crença religiosa (independentemente de grupos religiosos específicos) possa estar envolvida, tanto na etiologia quanto no resultado da psicose. É importante considerar a velocidade na qual o processo de conversão religiosa ocorre, sendo que a conversão súbita é mais provável de acontecer na “alma doente” que na “mente saudável”.

O paciente P8, que foi encontrado andando pelas ruas de Taguatinga e levado ao hospital, passava grande parte do seu dia andando pelo gramado do hospital. Quando questionado do porquê, a resposta dele é bastante esclarecedora de todos esses aspectos evidenciados.

*“Eu tenho que andar (...) Se eu ficar parado meu pai me pega com certeza, por isso eu ando (...) Se eu ficar parado me classificam e me mandam de volta para São Paulo. Se você fica parado é mais fácil te prenderem (...) Eu andei a minha vida toda. Eu nasci andando e continuo andando por todos os lugares (...) Assim sou eu.”* (depoimento do paciente P8).

Seja como causa ou como consequência, essa inconstância do migrante é representada, muitas vezes, por esses aspectos concretos e aparentes no comportamento do indivíduo. Mania de andar, ou mania religiosa parecem aspectos de uma mesma realidade que coloca o migrante em uma situação social e emocional perigosa e ameaçadora. Essa experiência é vivenciada das mais diversas formas e com os mais diversos instrumentos de defesa, uns mais, outros menos patológicos, uns mais ou menos bizarro, mas todos, de alguma forma, tentando fugir, andando ou pela fé, de uma realidade que não pode ser pensada, elaborada, digerida ou contada. Tanto, por exemplo, a mania de andar como a mania religiosa são como espécies de barulhos, de gritos na tentativa de compreender tanto o mundo como a si mesmos.

Justamente, quando o indivíduo perde certa linha de contato, tanto com a realidade mais concreta do mundo prático do trabalho, como do mundo afetivo das relações e vínculos sociais, sua identidade sofre um abalo muito forte, desestabilizando sua própria função de se localizar em seu mundo, de localizar o outro em seu mundo, enfim, de dar sentido, até mesmo, para o seu próprio mundo. Já que todo o sentido de sua vida, seja no trabalho, seja na família, seja com amigos ou parentes, se transforma em algo incompreensível, portanto, impossível de ser assimilado, ele vagueia esperando, talvez, uma solução mágica.

### **3.3.3 O diagnóstico psiquiátrico como forma de classificação do indivíduo**

Como já mencionamos, a psicose se caracteriza justamente por uma falha/falta de uma estrutura simbólica que possa ajudar o indivíduo a desenvolver suas referências internas e sociais. Dentro do ponto de vista psicanalítico, o sujeito interno dentro de um hospital psiquiátrico apresenta, invariavelmente, um episódio de surto psicótico. Na psicanálise, a psicose é normalmente abordada em contraposição à neurose, formando assim um conjunto dinâmico das variações emocionais de um indivíduo, apesar de um estado não ser simplesmente o contrário do outro. Freud construiu seu arcabouço clínico tomando por base a psiquiatria clássica e a psicanálise contemporânea manteve justamente esse padrão, não como uma forma pura de classificação, mas como um suporte para a investigação emocional do próprio ser humano (QUINET, 2006).

Todavia, enquanto a psiquiatria contemporânea vem constantemente ampliando seus critérios de diagnóstico, a psicanálise lida com suas mesmas referências, justamente por partir do princípio que enquanto as formas dos sintomas, ou seja, suas consequências exteriores e comportamentais mudam de acordo com a própria dinâmica social do contexto, as estruturas emocionais e clínicas, objetos prioritários da sua forma de investigação, continuam as mesmas; ou seja, formas constitutivas da condição emocional humana, independente de tempo e de espaço.

Nesse sentido, como afirma Quinet (2006), os manuais utilizados pela psiquiatria contemporânea são muito mais manuais de diagnósticos, de utilização prática e instrumental e, por isso mesmo, deliberadamente atóxicos. Isto não quer dizer, contudo, que exista uma oposição direta entre a psicanálise e a psiquiatria, no sentido de observar e analisar as patologias psíquicas, mas sim que a primeira está interessada em estudar as tramas internas do funcionamento mental enquanto a segunda, a forma manifesta e puramente concreta desse funcionamento. Freud demonstrou e, justamente, era esta a intenção objetiva da psicanálise, que as leis do inconsciente estão presentes em todos os indivíduos, independente da formação reativa apresentada: neuróticos, psicóticos.

Por isso mesmo, os manuais psiquiátricos são manuais de orientação prática para aqueles que os utilizam. Tanto o DSM – IV (Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Norte-Americana de Psiquiatria), como o CID - 10 (Classificação Internacional de Doenças) acabam por substituir as doenças próprias da psiquiatria clássica por

transtornos na tentativa de comunicar e descrever os fenômenos estabelecendo um padrão, até mesmo lingüístico, entre os psiquiatras de todo o mundo.

As técnicas diagnósticas que caíram sob o domínio de critérios biológicos, principalmente a psiquiatria, exigem, para o seu funcionamento, uma leitura cada vez mais rigorosa e sistemática para que a interpretação dos sinais tecnologicamente capturados permita a identificação das patologias.

Ao contrário, a psicanálise não se baseia na realidade material nem em um saber previamente preestabelecido ou catalogado, mas a partir do material que surge da possibilidade de encontro entre analista e analisando. A idéia da psicanálise se refere, justamente, ao registro simbólico onde são convertidas as referências emocionais (objetos dessa ciência) do indivíduo.

Em uma outra vertente (até mesmo radicalmente oposta à da psicanálise tradicional), Guatarri (2000) também afirma a necessidade de buscar tanto razões emocionais como sociais para o sintoma de um paciente psiquiátrico:

*“Ela (a doença mental) envolve sempre elementos de ordem pessoal, conflitos de funcionamento de personalidade, relações de ordem sexual, relações de casais, problemas de ordem microssocial, dimensões institucionais, questões de trabalho, de vizinhança, de modo de vida (...) Na verdade, só podemos compreender como a pessoa chega a apresentar tal sintoma, se compreendermos todas as articulações que a levaram a isso (...) É preciso ter cuidado para não tomar o sintoma pelo próprio mal” (GUATARRI, 2000: 247,248).*

Para a psicanálise, toda estruturação de um sujeito, seja neurótica ou psicótica é uma estrutura de defesa. É uma estrutura que o permite existir como objeto, obter um estatuto simbólico, isto é, uma significação que possa distingui-lo do real do seu corpo. A psicanálise estabelece a compreensão dos processos psicopatológicos e, sobretudo, uma "desnosologização" da psicopatologia, criando, assim, uma psicopatologia do homem normal, uma psicopatologia da vida quotidiana. Enquanto um dos principais objetivos da clínica psiquiátrica é justamente o de determinar a natureza de dos sintomas apresentados pelo paciente, inserindo-a em um quadro nosológico, cujo diagnóstico é

sempre referido a um discurso preestabelecido, a um saber externo à relação médico/paciente.

A psiquiatria considera que a causa da psicose é de ordem desconhecida, mas que sua emergência pode ser interpretada a partir de algumas perspectivas, levando em conta a interdependência de aspectos biológicos, culturais, psicológicos e sociais. Em um sentido geral, a evolução da psicose pode ser percebida através de três fases: prodrômica, período prévio ao desenvolvimento dos sintomas que pode ser identificada retrospectivamente através de sinais como redução nos níveis de concentração, alteração no sono e suspeição, além de uma progressiva deterioração das funções psíquicas e irritabilidade. A fase aguda é justamente a fase marcada pela experiência de alucinações, delírios e discurso fragmentado e desconexo e justamente nesse período, onde a doença se torna mais caracterizada que a pessoa buscará ou será levada para um tratamento. A etapa de recuperação é uma fase indefinida da doença, mas que se caracteriza pela diminuição dos sintomas agudos da doença e do controle medicamentoso.

Como podemos perceber, a prática psiquiátrica tradicional se esforça por classificar o indivíduo num quadro nosográfico, que determinará o valor de suas palavras e condutas, colocando o médico no abrigo de qualquer imprevisto. Nesse sentido, a tendência é o crescimento contínuo do quadro de classificações dessas doenças psiquiátricas no sentido de cobrir cada vez mais qualquer especificidade de comportamentos desviantes. Em alguns relatórios médicos, já aparece detectada, por exemplo, a chamada “síndrome do migrante”. A síndrome tem como principal característica, segundo Cavalcante (2002), a mudança de ambiente, que funciona como fator desencadeante de manifestações psíquicas, não importando a natureza geográfica em distância, meios culturais ou status socioeconômicos, sendo fundamental o distanciamento afetivo do indivíduo na perda de seu habitat. A falta de identidade com um local que não é considerado a terra natal do indivíduo pode ocasionar várias manifestações, inclusive aquelas ligadas a atos de violência, como o homicídio.

Por isso, apresentaremos o quadro de diagnósticos, a partir do CID-10, dos pacientes pesquisados como uma simples forma de contextualizar o interno dentro de uma realidade e consolidar as informações recolhidas nesse processo de pesquisa e não como uma forma explicativa de um fenômeno que, aqui estamos analisando, de forma mais ampla. O capítulo V do referido código é o que se refere aos transtornos mentais e comportamentais.

**Quadro IX: Distribuição dos pacientes pelo diagnóstico psiquiátrico**

<b>Pacientes</b>	<b>Classificação da doença – CID - 10</b>
P1	F23.0 Transtorno psicótico agudo polimorfo, sem sintomas esquizofrênicos.
P2	F20.1 Esquizofrenia hebefrênica.
P3	F30.2 Mania com sintomas psicóticos.
P4	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.  F23.3 Outros transtornos psicóticos agudos, essencialmente delirantes.
P5	F19.5 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas - transtorno psicótico
P6	F19.5 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas - transtorno psicótico.
P7	F23.3 Outros transtornos psicóticos agudos, essencialmente delirantes.
P8	F23.3 Outros transtornos psicóticos agudos, essencialmente delirantes.
P9	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.
P10	F31.2 Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos.
P11	F30.2 Mania com sintomas psicóticos.
P12	F23.3 Outros transtornos psicóticos agudos, essencialmente delirantes.
P13	F32.3 Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos.
P14	F32.3 Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos.
P15	F10.5 Transtornos mentais e comportamentais

	devidos ao uso de álcool - transtorno psicótico.
P16	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.
P17	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos. F43.2 Transtornos de adaptação.
P18	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.
P19	F30.2 Mania com sintomas psicóticos.
P20	F19.5 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas - transtorno psicótico.
P21	F31.2 Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos.
P22	F31.2 Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos.
P23	F31.6 Transtorno afetivo bipolar, episódio atual misto.
P24	F30.2 Mania com sintomas psicóticos.
P25	F23.0 Transtorno psicótico agudo polimorfo, sem sintomas esquizofrênicos.
P26	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos.
P27	F30.2 Mania com sintomas psicóticos.
P28	F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos. F43.2 Transtornos de adaptação.
P29	F23.0 Transtorno psicótico agudo polimorfo, sem sintomas esquizofrênicos.
P30	F20.6 Esquizofrenia simples

**Quadro X: O sentido da migração: resumo do prontuário e histórico de vida**

Pacientes	Estado Civil	Internações anteriores	Tempo de moradia no DF antes da internação	Prontuário/Histórico de Vida
P1	Solteiro	Sem registro	3 anos	Sem familiares no DF. Morou em albergues e na rua. Sem emprego/renda. Afirma ter sido estuprado e perseguido pela polícia.
P2	Viúvo	Não houve	4 anos	Morou com a filha por 1 ano. Fugia de casa constantemente. Passou a morar com o filho e nora. Empregos esporádicos. Ameaças de fuga para a terra natal. Alcoolismo, que segundo os familiares piorou depois de sua mudança para Brasília.
P3	Solteiro	1 internação.	2,5 anos	Mora com familiares. Emprego de caseiro. Acusado de roubo depois de 1 ano no trabalho. Não conseguiu mais emprego. Sem amigos/Sem namorada. Passou a sair e não voltar para casa. Não há informação sobre uso de droga ou bebida. Quando voltava ficava horas falando coisas desconexas a respeito de extraterrestres e satélites. Passava dias sem dormir.
P4	Solteiro	Não houve	1 ano	Veio por indicação de um amigo para arrumar trabalho. Morou na casa desse amigo. Não conseguiu emprego/Passava o dia vagando pela rua. Depois de um tempo isolou-se em casa. Não atendia mais telefones de familiares. Passou a riscar a casa com planos e histórias em quadrinhos sobre violência. Afirmou várias vezes a vontade de matar os pais e depois de se matar.
P5	Solteiro	Não houve	2 anos	Depois de morar com o pai na região de garimpo no norte do país apresentou uma série de alucinações persecutórias. Voltou para Brasília para morar com a mãe e tia. Não conseguiu voltar a estudar. Passou a usar drogas. Brigas e fugas constantes. Ameaças de bater na mãe e na tia, bem como nos irmãos mais novos. A família o levou para a igreja durante 6 meses. Veio com o auxílio da polícia militar.
P6	Solteiro	2 vezes	3 anos	Morou sozinho. Veio para o DF fazer faculdade. Usuário de drogas. Experiências homossexuais.

				Afirma não querer voltar para sua terra natal. Trazido pelo corpo de bombeiros. A assistente social entrou em contato com a família, as não há registros de contato ou visitas.
P7	Solteiro	Sem registro	1 ano	Aos 37 anos foi para Suzano (SP) onde morava só. Afastado por pneumonia ficou desempregado. Procurou a Rede Record para pedir um médico em Programa de TV. Começou a ouvir a voz do Edir Macedo. Desde então vem tendo tais alucinações. O delírio é de que após seu cadastramento na Record um satélite começou a segui-lo e enviar voz para controlá-lo. Voltou para casa da irmã em Minas Gerais e logo depois fugiu para Brasília, onde ficou num albergue por cerca de 8 meses. Afirma para foi para o HBDF a mando do satélite, daí encaminhado para o HPAP.
P8	Divorciado	1 vez	3 anos	Filho de pais separados, o paciente com curso universitário incompleto já trabalhou como vendedor de loja, atendente de telemarketing, “dogueiro” (vendedor de cachorro quente), pipoqueiro e frentista de posto de gasolina. A mãe faleceu quando o paciente estava em SP e por divergência com o pai e o irmão o paciente mudou-se para Campinas (SP), posteriormente São José do Rio Preto (SP), Ribeirão Preto (SP) a procura de emprego. Passou em um concurso para assistente escolar na região do DF. Morou em uma pensão e depois conseguiu alugar um quarto no Riacho Fundo. Foi afastado do trabalho. O paciente se dizia perseguido na escola e afirmava que era culpa do seu pai e irmão. Foi encontrado pelo Corpo de bombeiros, gesticulando no meio da rua em Taguatinga e trazido para o hospital. A família não foi contatada por pedido do paciente.
P9	Divorciado pela 4º vez.	Não houve	8 meses	O paciente afirma ter vindo para Brasília para não ser encontrado pelas ex-mulheres e filhos. Mora inicialmente com um amigo e sua esposa. Não consegue nenhum emprego apesar das indicações desse amigo. A esposa acusa-o de tentar molestá-la. Passa a viver nos fundos de uma casa na mesma rua. Segundo relato tenta estuprar as meninas quando as mesmas voltam da escola. Diz ouvir vozes dos filhos querendo tomar seu dinheiro.

P10	Solteiro	Não houve	4 anos	<p>Mudou-se para fazer tratamento médico e procurar um emprego. Morou com a família de um tio</p> <p>Não conseguiu emprego. Segundo relato do tio, não conseguiu seguir o tratamento. Não tem amigos ou namorada na cidade.</p> <p>Passou a freqüentar a Universal e dizia que Deus iria curá-lo e daria também o seu sustento.</p> <p>Passou a afirmar que a família o perseguia e que eram adoradores do diabo.</p> <p>Tentou colocar fogo na casa/Passou a assustar os freqüentadores da igreja. Não queria ser internado e precisou da ajuda da polícia para trazê-lo ao hospital.</p>
P11	Casado	1 vez	6 anos	<p>Desempregado há 2 anos, decide-se mudar com a família para o DF.</p> <p>Segundo a esposa não conseguiu arrumar nenhum emprego fixo. Foi frentista de posto, borracheiro, porteiro.</p> <p>Saía de casa para procurar emprego e voltava dias depois, muitas vezes com a roupa rasgada ou machucado.</p> <p>Apresentava crises freqüentes de insônia e euforias sobre ficar rico. Passou a gastar o salário que a mulher e a filha ganhavam como domésticas em produtos para jardinagem. O paciente afirma que gostaria de plantar um jardim por toda a cidade de São Sebastião.</p>
P12	Casado	Não houve	3/4 anos	<p>Deixou a família no interior do Piauí para buscar emprego em Brasília. Trabalhou como faxineiro no Hospital de Taguatinga.</p> <p>Morava em Águas Lindas com parentes. Segundo relato próprio, freqüentava a igreja. Não conseguia rever a família, mas tinha o sonho de trazê-los (esposa e 6 filhos).</p> <p>Segundo o irmão, o paciente descobriu que a esposa havia se casado novamente e estava morando em outra cidade.</p> <p>O paciente passou a ter freqüentes acessos de raiva e choro. Por vezes afirmava que iria a pé procurar a mulher.</p> <p>O paciente demonstrava acessos de fúrias e alucinações auditivas com as mulheres e filhos.</p>
P13	Solteiro	Não houve.	1 ano e 8 meses	<p>O paciente foi mandado pelos pais para completar o segundo grau e conseguir um emprego. Morava com a irmã, também solteira.</p> <p>Segundo relatos da própria irmã o paciente demonstrou inadaptação à cidade: medo da violência, de se perder, da irmã ser estuprada. Ligava para os pais, chorando e demonstrando vontade de voltar para casa. Deixou de freqüentar a escola.</p>

				A irmã relata um episódio em que o paciente se trancou no banheiro durante 2 dias. Demonstrava também insônia e crises constantes de choro.
P14	Solteiro	Sem registro	4/5 anos	Veio para Brasília para buscar emprego. Afirma ter trabalhado como pedreiro durante quase 3 anos. Em razão de acidente de trabalho (o paciente apresenta 3 dedos amputados na mão esquerda) foi aposentado. Tentou voltar a trabalhar como guardador de carro no Plano Piloto. Diz ter sido agredido, roubado e violentado diversas vezes. Depois de ter sido examinado no Hospital de base, foi mandado para a instituição.
P15	Viúvo	Sem registro	3 /4 anos	Após a morte da esposa, o paciente encontrou emprego na construção civil em Brasília. Mudou-se com 4 filhos (idades variando de 15 a 29 anos). Casou-se novamente, mas começou a ser violento com os filhos, ameaçando-os de expulsá-los de casa ou mandá-los para morar com a avó. O filho mais velho relata problemas com o álcool e violência com a mãe. O paciente passa a ter uma crise hipocondríaca e acaba impondo o que ele chama de “lei do silêncio” em casa para não atrapalhar a ouvi-lo seu próprio coração. Espanca a filha menor que um dia faz barulho ao chegar da escola. Passa a proibir comida em casa e vende a geladeira e o fogão.
P16	Solteira	Não houve	5 anos	Mudou-se com a mãe e mais 5 irmãos mais novos depois da morte do pai. Começou a trabalhar como diarista junto com a mãe, mas logo teve que largar o emprego para cuidar dos irmãos mais novos. Depois de 3 anos em Brasília, uma das irmãs (05 anos) foi morta por atropelamento. Segundo a mãe, a paciente passou a se sentir culpada e chorava constantemente. Desistiu de estudar e não saía mais de casa. Quase 1 ano depois, um outro irmão falece por problemas de doença congênita. A paciente apresenta constantes variações de humor e não deixa mais os irmãos saírem de casa. Por muitas vezes acorrenta os mais novos. A mãe é obrigada a largar o emprego.
P17	Solteira	Não houve	10 meses	Mudou-se para trabalhar como faxineira por recomendação de uma amiga que trabalhava como babá na mesma casa. Segundo a amiga, desde o início, a paciente demonstrava irrita-

				<p>bilidade e isolamento.</p> <p>Não gostava de sair aos finais de semana e nem de conhecer os amigos da amiga, que esta os apresentava.</p> <p>Ameaçada de demissão pelos patrões, botou fogo em suas roupas. Saiu pelas ruas do Lago Sul, gritando. Foi trazida pelo hospital pela PM.</p>
P18	Viúva	Sem registro	2/3 anos	<p>A paciente se mudou para Brasília para trabalhar como doméstica, depois da morte do marido.</p> <p>Ela deixou seus 6 filhos em sua terra natal junto à avó. Segundo a patroa, a paciente tem familiares em Brasília, mas pouco falava com eles.</p> <p>Saía de casa praticamente para ir à igreja. Personalidade retraída e depressiva; chorava constantemente a morte do marido e a falta dos filhos.</p> <p>Passou a não dormir e ficava chorando (“ber-rando”) a noite inteira. Falava em se matar, ao mesmo tempo em que afirmava sua vontade de voltar para casa.</p>
P19	Solteira	Sem registro	1 /2 anos	<p>Trabalhava como babá e residia no trabalho. Tem uma tia que vive em Ceilândia. Segundo relato da própria paciente, a infância foi normal, mas durante um determinado momento, afirma ter sofrido abusos do pai e de um dos irmãos.</p> <p>Segundo relato da tia, a paciente ia visitá-la todo o fim de semana e nunca apresentou nenhum tipo de distúrbio. Começou a ouvir vozes que mandavam ela se esconder, pois seu pai estava lhe procurando.</p> <p>Começou a ter medo de sair de casa e de usar o fogão e o banheiro.</p> <p>Foi mandada pelos patrões para a casa da tia. Chegou a procurar a polícia para relatar a perseguição do pai e dos irmãos.</p> <p>Ficou muito agitada e demonstrava certo nervosismo. Às vezes dizia que via o pai na rua e na janela de casa. Corria para o banheiro e ficava trancada horas, chorando. Diz se sentir mais protegida fugindo do pai.</p>
P20	Solteira	Não houve	3 /4 anos	<p>A paciente vive com a mãe e quatro irmãos (todos homens) em uma invasão na região da Estrutural.</p> <p>Segundo sua mãe, a família vem-se mudando constantemente de cidade há cerca de quatro anos. A família é natural de Barreiras na Bahia. A mãe não sabe informar quantas cidades já estiveram nesses quatro anos.</p> <p>A mãe conta que tiveram que sair da Bahia “fugidas”, pois queriam sair da condição de</p>

				<p>violência familiar praticada na figura do pai biológico dos cinco filhos e primeiro marido de sua mãe, descrito como figura extremamente violenta, que as submetiam a rituais de crueldade como “acordar todo mundo no meio da noite pra apanhar” (sic). A mãe casou de novo quando a família buscava emprego e moradia na região de Betim.</p> <p>A mãe e o padrasto tiveram uma filha quando chegaram a Brasília. De acordo com a paciente, o padrasto não gosta dos filhos do primeiro casamento.</p> <p>A adolescente faz uso abusivo de substâncias psicoativas e segundo a própria paciente, também tinha envolvimento diário com a prostituição.</p> <p>Não estuda desde que chegou em Brasília. A mãe relata que acha que ela já tentou suicídio e é freqüente a adolescente se colocar em situações de alta vulnerabilidade para sua integridade física e psíquica, pois a paciente tem um histórico de internações noturnas nos prontos-socorros, por ter sido encontrada em locais públicos desacordada. Sofreu violência física, através de tentativa de estrangulamento por supostos “clientes”.</p>
P21	Viúva	Sem registro	5 anos	<p>Segundo sua vizinha, a paciente trabalhava como cozinheira em um restaurante de Sobradinho (DF).</p> <p>Veio para Brasília com dois filhos. A menina faleceu e o rapaz está preso há cerca de 02 anos por envolvimento em um assassinato.</p> <p>Não tinha parentes aqui em Brasília.</p> <p>A paciente ficou envergonhada e cada vez mais fechada depois do episódio da prisão do filho.</p> <p>Demitiu-se do emprego há cerca de 01 ano quando passou a freqüentar os cultos da Universal. Passou a trabalhar como obreira da Igreja e passava a maior parte do tempo na Igreja. Vivia com uma aposentadoria do marido já falecido.</p> <p>Passou a andar nas ruas de Sobradinho dizendo-se escolhida de Deus para salvar as almas da cidade. Ficava nervosa e acusava os vizinhos de possessão demoníaca. Tentou bater nessa amiga.</p>
P22	Divorciada	Sem registro	10 meses	<p>A paciente afirma ter vindo para Brasília, depois do seu divórcio para encontrar o amor da sua vida.</p> <p>Seu ex-marido a espancava com freqüência.</p> <p>Por não conseguir emprego, viveu na rua por um tempo.</p> <p>Passou a freqüentar uma igreja (não sabe</p>

				informar qual) quando arrumaram um emprego de faxineira, além de um local de moradia onde permaneceu 2 meses. Diz ter fugido do emprego para procurar esse homem. Trazida pelo Corpo de Bombeiros.
P23	Solteira	Não houve	2 anos	Mudou-se com a família em razão do emprego do pai. Mora com os pais e mais 5 irmãos. Segundo relato da mãe não se interessa em voltar a estudar e prefere ficar em casa e cuidar dos irmãos. Diz-se perseguida pelas pessoas da sua rua (P norte). Começou a cortar todo o seu cabelo e sobancelhas. Segundo a mãe, a paciente assustou-se com a cidade e com os relatos de violência. Andava na rua se escondendo do que dizia ser os ladrões, assaltantes e estupradores. A mãe afirma que a paciente constantemente se cortava e se mordia.
P24	Solteira	Sem registro	10 meses	Veio para trabalhar como doméstica por recomendação de uma amiga. Seus pais ficaram em Montes Claros. Família de 05 irmãos. Elisabete é a 3º, única mulher. Estudou até a 5º série. Trabalhou como vendedora, mas a loja em que trabalhava fechou. Segundo a amiga, Elisabete ficou noiva de um rapaz, mas que a deixou. A partir daí, a paciente manifestou o desejo de sair de Montes Claros. Veio para Brasília para trabalhar como babá, mas a família não gostou do comportamento dela com as crianças. Ficou 3 meses nesse emprego.
P25	Divorciada	Sem registro	1 ano	Diz ter sofrido discriminação em sua cidade natal pelo marido tê-la largado depois de descobrir que ela era homossexual. Envergonhada mudou-se para Brasília. Afirma ter familiares no DF. Foi morar de aluguel de um barraco no Riacho Fundo, nos fundos da casa de um tio. Emprego de manicure, mas segundo a paciente a patroa a roubava. Diz ter pedido demissão depois que a patroa descobriu que era homossexual. Afirma possuir um plano para ficar rica vendendo crianças abandonadas na rua. Trazida pelo corpo de bombeiro ao vagar nua pelas ruas perto da rodoviária do Plano Piloto.
P26	Viúva	Sem registro	3 /4 anos	Se mudou para Brasília para morar com uma filha depois do falecimento do marido. Segundo a filha, a mãe ficou “deprimida” e muito calada.

				<p>A filha relata que foi idéia da mãe e de seu irmão que ela viesse para Brasília depois da morte do pai. Relata desavenças familiares na terra natal da paciente.</p> <p>Ainda trabalhou como servente em prédios no Plano Piloto e em Taguatinga. Depois da morte do pai, a mãe se tornou mais “quieta e caseira”. Gostava de ficar com os netos, mas sentia um certo medo da violência da cidade.</p> <p>A mãe começou a apresentar crises de choro e de silêncio por um tempo grande e ficava sem dormir, chamando pelo marido já falecido. Tem vontade de voltar a trabalhar na roça, que era mais calmo e tinha seus amigos.</p>
P27	Solteira	Não houve	3 anos	<p>Gostaria fazer faculdade e trabalhar em Brasília. Contrariando a vontade dos pais veio morar com familiares em Taguatinga.</p> <p>Segundo relato de uma tia, a paciente voltou a estudar, mas não conseguiu arrumar emprego.</p> <p>Os pais a pressionavam para voltar. Arrumou um namorado. Segundo a tia, depois de um tempo, a paciente passou a demonstrar variações de humor e se queixar de doenças e de medo de morrer de AIDS. Segundo relato da tia, a paciente havia mantido pela primeira vez experiência sexual com o namorado.</p> <p>Passou a não querer mais comer e ter crise de hipocondria. Lavava as mãos a toda hora e tinha medo de andar de ônibus, encostar em paredes, escadas.</p>
P28	Viúva	Não houve	2 anos	<p>Depois da morte do marido, a paciente resolveu morar com 2 irmãs e sobrinhas em Brasília.</p> <p>Não teve filhos devido a problemas de saúde do marido. Trabalhou como costureira e praticamente sustentava a casa. Não conseguiu emprego depois que chegou no DF.</p> <p>Manifestou vergonha de não ter dinheiro e de morar sem pagar aluguel. Recusa qualquer tipo de ajuda dos familiares e passou manifestar vontade de voltar para Minas Gerais.</p> <p>Ameaçou fugir de casa algumas vezes, tentando vender no meio da rua suas roupas, malas, fotos antigas e outros pertences.</p> <p>Após o impedimento das sobrinhas, passou a demonstrar nervosismo, afirmando que estava presa. Gritava e berrava durante a noite.</p>
P29	Casada	1 vez	2/3 anos	<p>Mudou-se com o marido e mais 5 filhos.</p> <p>Marido trabalha como caminhoneiro e por isso mudaram diversas vezes nos últimos 10 anos.</p> <p>A paciente se queixa de não possuir um endereço fixo e não arrumar um emprego devi-</p>

				<p>do a essas mudanças.</p> <p>Diz sentir falta de seus familiares e de seus pais. Segundo relato do marido, a esposa passou a demonstrar impaciência com os filhos e com os vizinhos.</p> <p>Toda vez que o marido ia viajar, a paciente ameaçava se matar ou matar os filhos. A paciente demonstra muita raiva do marido e muito medo de viver em Brasília e não arrumar emprego e ficar sozinha em casa.</p> <p>Segundo o marido e um dos filhos, muitas vezes a paciente demonstrava crise de choro e insônia constante, além de delírios persecutórios de cunho religioso. Foi internada cerca de 15 anos atrás em uma crise de depressão.</p>
P30	Viúva	Não houve	6/7 anos	<p>Veio com o marido em busca de emprego Mãe de 2 filhos, o marido faleceu há 2 anos. Professora de educação infantil, deixou o emprego há 1 ano.</p> <p>Seu filho mais velho relata que, desde então, a mãe ficou retraída e não saía mais de casa. Deixava de comer, pois os filhos trabalhavam e ela passava a maior parte do dia sozinha.</p> <p>A paciente quase não fala e tem um discurso desconexo. Não demonstra agressividade. Afirma que sente falta dos pais, que ficaram em Minas Gerais e do marido que está viajando. As roupas e as coisas do marido ficaram no quarto do jeito que estava. Não consegue se lembrar da época de professora primária e durante as visitas dos filhos, insiste na presença do marido.</p> <p>Os familiares mais próximos da família estão todos em Minas Gerais e, segundo os filhos, a mãe foi deixando de atender telefonema de amigos do trabalho e parentes e só falava com os filhos.</p> <p>De acordo com eles, a mãe contava de uma crise depressiva que tivera na adolescência, mas depois do nascimento dos filhos e da mudança para Brasília, nunca houve episódios de crise emocional.</p> <p>Segundo os filhos, a mãe nunca gostou muito de Brasília e mudança para cá foi em razão do emprego do marido. Depois do falecimento do esposo, a paciente falou com os filhos de seu desejo de retorno. A paciente por vezes fala como se estivesse em sua casa em Minas Gerais.</p>

### **3.4 Vidas descontínuas: alguns casos exemplares**

No universo dos 30 pacientes aqui apresentados, como já mencionamos, conseguimos um contato mais próximo e, por isso, construímos um relato mais longo de oito pacientes. Apresentaremos posteriormente o resultado da entrevista de três deles, justamente para servir como subsídio e guia para nossos comentários posteriores. As outras entrevistas e mesmo trechos de conversas com outros pacientes foram e serão citadas na medida em que fizerem necessárias para que possamos desenvolver comentários relacionando o conjunto teórico do trabalho e a pesquisa realizada com os pacientes.

A escolha destes três pacientes – P8, P21 e P3 – se justifica em razão do bom desenvolvimento e a disponibilidade principalmente física e psíquica que esses indivíduos tiveram ao relatarem suas respectivas trajetórias de vida.

O paciente P8 demonstrou uma facilidade de relatar os episódios de sua vida. Dada às circunstâncias, a entrevista desse paciente cobriu vários dos aspectos de sua própria trajetória e com isso ele também pode emitir determinadas opiniões a respeito desses episódios, às vezes de forma clara e, em sua maioria, de forma confusa.

A paciente P21, nesse sentido da capacidade de relatar sua própria vida, era um pouco mais comprometida e por isso mesmo, as entrevistas, por vezes tiveram o complemento de uma amiga da paciente que frequentemente ia visitá-la.

O paciente P3 era o mais comprometido, inclusive no sentido patológico. Relataremos sua entrevista, no sentido de demonstrar como se apresenta o discurso delirante do paciente ao tentar relatar e, mais do que isso, interpretar e elaborar sua própria trajetória de vida.

Em todas as ocasiões, tivemos como norte principal as informações contidas nos prontuários e, por isso mesmo, os temas eram apresentados aos entrevistados, mais ou menos, dentro de uma ordem cronológica. Apesar das respostas muitas vezes não corresponderem exatamente a uma pergunta ou a um tema proposto, o fato das entrevistas terem sido realizadas durante alguns dias e, não de uma única vez somente, facilitou a apreensão e a posterior apresentação de um material rico de informações e com alguma forma de linearidade cronológica.

***“É só olhar e desolhar que você começa e para uma conversa com o seu pai”***

**Relatos do paciente 08 em março de 2003.**

As entrevistas realizadas com o paciente foram feitas durante mais ou menos duas semanas. Por ser mais jovem e por ter começado uma formação universitária foi um dos primeiros pacientes que nos chamou atenção por seu comportamento calmo e reflexivo: ficava olhando outros pacientes, sentado, lendo ou fumando. Aproximamos dele movidos primeiramente por uma curiosidade e por percebermos que os médicos residentes também tinham uma facilidade para conversar com o paciente.

Segundo os médicos, o paciente demonstrava um rápido progresso (recebeu alta pouco tempo depois) e um discurso ainda articulado, mas ainda com fortes conteúdos de delírios persecutórios, principalmente, com a figura do pai. A família não foi avisada, pois o paciente se recusou a fornecer qualquer tipo de informação a esse respeito para a equipe do hospital.

Podemos afirmar que a trajetória de vida do paciente até a sua vida universitária foi marcada por uma série de eventos comuns mais ou menos conhecidos por uma parcela média da população brasileira: família, divórcio dos pais aos quatro anos de idade, escola, amigos, faculdade. Mesmo assim, o paciente demonstra suas tensões e rupturas, principalmente com a figura do pai.

*“Acho que minha escolha foi feita de brigas e discussões (...) Meu pai é economista e queria que eu o seguisse, mas tinha medo que eu fosse melhor do que ele. Eu tive ajuda da minha mãe que pagava minha faculdade de Economia. Eu era bom aluno, mas tinha uns professores que não gostavam de mim porque achavam que meu pai era quem ia nas aulas, fazia meus trabalhos e provas (...) Depois que entrei na faculdade, fiquei quase 1 ano sem falar com meu pai. Foi normal, eu só não olhava para ele diretamente. A gente conversava sobre tudo depois, mas ele quis me internar quando soube que eu fumava maconha. Ai não olhava mais para a cara dele, é só olhar e desolhar que você começa e para uma conversa com o seu pai. Em vez de usar a boca, eu usava meus olhos para falar ou ficar em silêncio.”*

A fala do paciente se perde várias vezes na imagem do pai perseguindo-o: na escolha profissional, nos trabalhos de faculdade, na sua relação com os amigos, com o irmão e com a mãe. Muitas vezes, ao falar desse pai e do irmão, que segundo ele, é um ano mais novo, “*mas acha que pode mandar na sua vida*”, sua voz se altera, fala mais alto, chega a gritar e a chorar. A raiva, ou mais do que isso, o ódio, fica evidente tanto no conteúdo na fala, como na maneira como o paciente se expressava.

Ele interrompe nossa conversa várias vezes e começa a andar com passos firmes, falando sozinho e gesticulando, como para dizer que precisa de um tempo, precisa ficar sozinho, por isso, evito acompanhá-lo.

Toda vez, que retomamos nossa entrevista, o paciente se diz mais calmo e com vontade de contar tudo, pois acha que precisa entender sua vida e esse é a oportunidade.

*“Quero te contar porque assim você fala para eles que eu posso sair logo daqui. Eu quero sumir no mundo de novo, porque eu sei que eles me chamam (...) Quero ir embora de Brasília (...) não sei para onde vou, mas tenho que sumir do meu pai e do meu irmão, logo”.*

A morte da mãe parece ter sido decisiva, para o afastamento do paciente com o pai e o irmão.

*“Minha mãe morreu (longa pausa). Eu não tinha acabado a faculdade, nem tinha trabalho. Fui arrumar emprego para tentar viver (...) Não tinha como morar na casa do meu pai junto com meu irmão. Eu não podia ficar sem falar com eles que eles queriam controlar minha vida (...) me internaram uma semana numa clínica. Instalaram um rádio transmissor na minha cabeça porque eu vi eles fazendo a operação enquanto eu dormia e meu pai falava na operação o tempo todo, que custou caro. (...) Os dois sabem muito bem onde eu estou e não vieram me visitar, nem me tirar daqui (...) Estão rindo da minha cara, são dois filhos da puta”.*

Quando questionado sobre os detalhes da morte da mãe e do internamento nessa primeira clínica, as respostas e suas lembranças se tornam confusas.

*“Não sei do que minha mãe morreu (...) Eu sei que foram aqueles dois (pai e irmão) que ajudaram a matá-la (...) Ficou no hospital um tempo, eu fiquei com ela, perdi aula, mas também não deixava meu pai entrar (...) O dia que sai, ela morreu (...) Tenho certeza que foi meu pai e o meu irmão (repete essa frase várias vezes). E eu fiquei sem nada...Nunca me deu um puto (dinheiro) (...) recebi um pouco de dinheiro da minha mãe, foi o que salvou”.*

Sobre a internação:

*“Eles viram que não tinham como me segurar (...) Eu não quis ir morar com eles (...) vivia por ai (...) Um fim de semana, me levaram para essa clínica de lavagem cerebral e me implantaram esse rádio transmissor (...) Eu ouço música na minha cabeça (...) Eles sabem da minha situação. Inventaram que a maconha era puro delírio meu. Acusaram eu e minha mãe de tráfico de drogas; tinha investigadores por todos os lados: em casa, na faculdade e até no hospital da minha mãe enquanto ela morria”.*

A decisão de migrar parece mais clara para o paciente que conta que decidiu sair de São Paulo, porque não agüentava mais essa situação e precisava ganhar dinheiro de alguma forma.

*“Foi fácil sair de lá (...) Não tinha amigos, todo mundo vivia falando mal de mim que eu não tinha mãe, que eu era maconheiro, eu ouvia por essa rádio. (...) Tinha alguns amigos que me ajudavam e me falaram para não ir, mas não adiantou. Fui para Campinas e com meu dinheiro, entrei como sócio em uma barraca de cachorro quente (...) O cara me roubou, fiquei sem nada (...) Um dia cheguei lá e ele tinha sumido com tudo (...) Liguei para o meu pai pedindo ajuda e ele queria que eu voltasse. Ainda fiquei lá um tempo, fazendo desenhos, caricaturas, mas fiquei sem dinheiro. Morei na rua, tomei chuva e fumei maconha o dia inteiro”.*

Fica claro pela fala do paciente a extrema solidão que ele viveu durante esses três anos. O isolamento, em parte suportado pelas constantes mudanças, em parte ansiado por uma espécie de orgulho, é tema constante de sua fala, como forma da opressão

vivida (tanto de maneira concreta, como alucinadamente) na sua relação com o pai e o irmão.

*“Foi bom porque conheci o mundo todo, muitas pessoas. Eu não fiquei trancado como meu pai queria, igual a um rádio (...) Conheço o interior de São Paulo inteiro: São José, Araraquara, Ribeirão Preto. Conheço o mundo (...) Sou assim, porque meu pai me segue e eu sei que não posso parar em nenhum lugar (...) Quando sair daqui, eu vou embora, para mais longe (...). Tem muitos investigadores na minha sala. Tudo a mando do meu pai (...) Tenho que escapar(...) é só fugir mesmo”.*

Sobre amigos ou possíveis relações amorosas, o paciente parece demonstrar, novamente, esse sentimento de só encontrar, em todos os lugares, esse perseguidor-pai, essa má vontade e ressentimento.

*“Eu sou sozinho (...) Todo mundo só está a fim de me internar (...) Eu estou aqui por isso (...) Não conheço muita gente não, nem aqui em Brasília (...) Acho que a única pessoa que me ajudava era minha mãe, o resto está a fim de ferrar. Depois que ela morreu tudo acabou (...) Eu fui demitido de uns 10 empregos e eu sei que foi por pura perseguição (...) De um dia para outro, o chefe chegava e me mandava embora. Teve um que me mandou embora porque disse que eu não falava, que eu era quieto demais. Isso é coisa do meu pai, ele falava assim, ia no meu trabalho e me mandava demitir. Não preciso falar com a boca. Eu falo com o pensamento e com os olhos para não ser gravado”.*

Sobre possíveis relacionamentos amorosos:

*“Eu nunca nem namorei (...) Na faculdade ainda tinha uns rolos, mas depois disso (...) Eu transei uma vez só, foi uma merda”.*

Sobre a vinda para Brasília:

*“Quando voltei para São Paulo, eu vi que o negócio era tentar um emprego público (...) Fiz uma porrada de concursos de segundo grau e passei como assistente*

*administrativo escolar (...) Esperei 1 ano para ser chamado (...) Eu nem falei com o meu pai, peguei e vim embora. Ele deve achar que estou em Tóquio, eu deixei umas revistas sobre o Japão no meu quarto (...) Eu já escrevi um romance e uma carta em japonês. E agora não tinha como ser demitido. Dessa vez eu fugi, sem fugir. Eu tinha razão de vir, qualquer um viria no meu lugar”.*

Suas impressões sobre a cidade parecem por vezes confusas, refletindo, ao mesmo tempo, certa esperança de mudança no padrão de funcionamento de sua vida, mas também uma animosidade com as pessoas e até com a imagem estereotipada de Brasília, como capital do país, centro do poder. Por isso, o paciente dá a entender que seu processo de adaptação à cidade foi marcado novamente por confusões e perseguições de toda natureza. A presença do pai e de uma infinidade de perseguidores o acompanhava também nessa mudança.

*“Cheguei e consegui um lugar para ficar numa pensão (...) Era um motel, quase não dormia a noite por causa do barulho na minha cabeça. Aqui em Brasília é seco e dava estática nesse transmissor da minha cabeça (tenta imitar os barulhos com a boca) (...) Ficava passando trotes para meu pai e meu irmão, falando em japonês (...) Meu irmão se declarou homossexual (...) Chamava ele de bicha e o meu pai de corno, tudo em japonês, chinês e espanhol (...) Eu não gostei da minha chefe, muito esnobe (...) Os colegas não gostavam de mim depois que contei onde eu morava (...) Tinham medo de mim, da minha inteligência. Eu viajei muito por isso falo mais de 30 línguas. (...) Brasília é difícil, as pessoas tem o rei na barriga, mesmo morando no subúrbio e com o emprego de merda, ganhando pouco (...) Todo mundo acha que é amigo do rei por aqui (...) O Lula que se foda, porque ele não vem aqui ver o trabalho que ele me arrumou (...) Não gostei do meu trabalho, trabalho para peão, me mandavam fazer contas (...) Aqui em Brasília, tudo é muito difícil (...) Não tem como andar a pé (...) Um dia tentei ir para o Plano Piloto a pé, mas só me fudi, torci meu pé (...) Depois tive que me mudar, consegui alugar um quarto de uma senhora (...) Era igual a minha tia, ficava perguntando se ela não era minha tia, irmã da minha mãe, mas ela ficava me vigiando, ligava para o meu pai, passava minha vida inteira para ele”.*

Ele diz e repete várias vezes que se sentiu aqui a beira do abismo e que a solidão vivida foi muita intensa. Quando relata essa parte de sua vida, chora bastante e interrompe nossa conversa várias vezes para me contar as piadas e os casos que ouve e presença no hospital a respeito de outros pacientes.

*“Eu ficava acordado, porque o pessoal do meu trabalho junto com a dona da casa iriam me mandar de volta para São Paulo. Eu sei porque consegui interceptar a conversa de telefone. Eu me sentia vigiado aqui, parece que existe, já até ouvi falar, que existe um olho enorme vigiando a gente aqui em Brasília (...) Me deu vontade de ir embora logo daqui (...) Comecei a não falar nada com ninguém do trabalho e gravava todas as conversas com o pessoal da escola (...) Fui ameaçado (...) Nada ocorre certo comigo e eu tenho certeza que isso é coisa do meu pai (...) Essa herança é maldita.*

Sobre sua internação, o paciente pode contar muito pouco, embora afirme gostar do ambiente do hospital e reitera sua vontade de ir embora.

*“Conversei com uma psicóloga do trabalho (...) Ela nunca falou sobre internação (...) Disse que queria casar com ela (...) Foi o marido dela que me colocou aqui (...) Eu gosto de ficar aqui posso descansar e pensar para onde eu vou (...) Tenho que fugir (...) Vou ficar me mudando, quem sabe mudo até de país.”*

O paciente foi encontrado gesticulando, gritando com as pessoas e chorando compulsivamente no centro de Taguatinga. Foi trazido pelo Corpo de Bombeiros. Sobre esse episódio em particular afirma não se lembrar de nada. Em algumas oportunidades, afirma ter sido preso porque é usuário de maconha, ou porque é uma ameaça para sua família, ou mesmo porque sua inteligência não era bem vista no trabalho e foi preso pela inveja dos colegas ou mesmo pelo pedido de casamento feito à psicóloga do trabalho.

O paciente varia muito sua percepção da realidade, pois, por vezes, sabe que está em um hospital psiquiátrico e por outras nega esse fato, atribuindo outras razões por estar presente naquele ambiente. Cerca de duas semanas depois das entrevistas, o paciente recebeu alta e seguiu rumo ignorado, já que não voltou ao trabalho. Segundo relatos da equipe de assistência social do hospital, o paciente pegou seus pertences na casa onde morava e deixou Brasília.

*“Foi sempre uma provação, porque primeiro perdi meu marido e aqui perdi tudo, minha família inteira”.*

**Relato da paciente P21 em março/abril de 2002.**

Tivemos a oportunidade de acompanhar a chegada desta paciente para um consulta da emergência e, em conseqüência, sua posterior internação. Veio acompanhada de uma amiga, sua vizinha e conterrânea (Neide). Depois de mais ou menos um mês e meio, a paciente apresentou certa melhora no seu quadro maníaco, podendo articular um discurso mais linear e compreensível.

A paciente veio para Brasília com dois filhos. A menina faleceu e o rapaz está preso há cerca de dois anos por envolvimento em um assassinato. Não possui parentes em Brasília. A aproximação com a paciente foi feita através dessa amiga, que sempre ia visitá-la. Durante a entrevista, que demorou cerca de três semanas para ser finalizada, demos prioridade para a fala da paciente, recorrendo à essa amiga em determinados momentos que a paciente demonstrava maior confusão.

A paciente demonstrou no seu relato uma desorientação temporal muito grande, pois muitas vezes, mencionava ainda a existência de sua filha, como se a mesma estivesse viva, esperando-a junto ao outro filho, que se encontrava preso. A prisão do filho mais velho, segundo essa amiga, foi motivo de muita vergonha e tristeza para a paciente.

A paciente pouco consegue se lembrar de sua vida em Três Marias (MG) e muitas informações foram complementadas pela amiga e algumas confirmadas pela própria paciente, quando a questionávamos. É interessante observar que desde a primeira fala, podemos perceber que a paciente representa suas mudanças, primeiramente com o marido quando tinha 20 anos, segundo informação da amiga, e posteriormente para Brasília, depois da morte do marido, como fatos de muita perturbação e dor. Existe, em sua fala, certa melancolia. As mudanças, primeiramente de Pernambuco para Minas Gerais e, posteriormente para Brasília parecem representar perdas significativas que, de certa maneira, encobrem qualquer valor positivo implicado nessas migrações e, por isso, também parecem nunca terem sido recuperadas.

*“Minha família é de Pernambuco e quando me casei fui para Minas. Depois que casei nunca mais vi minha mãe e meu pai, meus irmãos. Meu marido achava que era bobagem ficar com saudades (...) Mas eu tinha mais proteção em Pernambuco e nunca tive dinheiro para voltar para lá, que era muito melhor que Três Marias. Quando deixei minha família, foi a perda total”.*

Segundo a amiga, episódios de tentativa de fuga de casa da paciente eram frequentes e conhecidos pela vizinhança em Três Marias. Muitas vezes o marido tinha que acalmá-la dizendo que ambos iriam voltar para Pernambuco. “Como passava logo, nunca ninguém desconfiou de qualquer doença levou ela para fazer qualquer consulta médica”, afirma Neide.

Segundo a paciente,

*“Casei muito nova (...) Só não tive mais vontade de ir embora quando tive o J. (primeiro filho) (...) Filho é uma dádiva de Deus (...) Sempre rezo pelos meus filhos, o pastor veio me visitar e falou que eu vou sair logo daqui para morar com meus filhos (...) Fico preocupada em quem está cuidado da N. (segunda filha), levando ela no colégio, dando comida, dando banho”.*

Segundo essa amiga, a morte do marido há mais ou menos oito anos, abalou a família emocionalmente e financeiramente. O convite para se mudar para Brasília partiu dessa amiga que providenciou uma casa, vizinha a dela, emprego para a paciente e colégio para N.

Para a paciente, no entanto, sua mudança para Brasília teve outras razões. Mais do que uma possibilidade de melhoria de vida, a mudança, como as outras anteriores, é vivida, somente e totalitariamente, como uma perda insuperável.

*“Foi sempre uma provação. Perdi meu marido e perdi tudo, minha família inteira (...) Peço a Deus para me tirar, cuidar dos meus filhos, voltar para lá, para Pernambuco, porque longe da família é longe de Deus. Aqui é longe de tudo e eu não consegui me acostumar (...) Só a Universal me salvou aqui, encontrei Deus porque o resto foi uma desgraça de choro e morte (...) morte e choro”.*

Sobre o trabalho de cozinheira a paciente afirmava que gostava, mas que depois que seu filho foi preso e sua filha morreu, ela começou a ter problemas com o pessoal do restaurante onde trabalhava.

*“Em Minas, nunca tinha trabalhado (...) Cuidava da casa, dos meninos meus e das vizinhas (...) Às vezes lavava roupa para fora, cozinhava para festa de criança (...) É um dom divino alimentar (...) Cristo alimentou (...) Eu gostava de cozinhar no restaurante, as pessoas ficavam felizes com minha comida, elogiavam, mas eu tinha certeza que o pior estava por vir (...) Eles riam de mim e falavam pelas minhas costas que meu filho é que tinha matado minha filha. e por isso estava preso (...) Essa é a provação, acusarem a mãe de mandar o filho matar a própria filha. Meu marido sabe que não fui eu. (...) Eu sabia que só a palavra poderia me salvar (...) Eu sei que ninguém gostava de mim, porque meu patrão não me pagou meus direitos, me mandou embora”.*

Neide afirma que foi a paciente que decidiu pedir demissão e que a partir daí, só saía de casa para ir à igreja. Afirmava que todos eram inimigos de Deus e por isso, inimigos dela e de seus filhos.

A paciente não consegue falar sobre a morte da filha e a respeito da prisão do filho mais velho. A filha, de acordo com a amiga, foi assassinada quando voltava do colégio. Percebe-se que esse episódio marcou a paciente que muitas vezes fala da presença da filha como se a mesma estivesse viva e outras como se fosse um anjo. A prisão do filho foi vivida com muita revolta e dor pela paciente que se recusa a acreditar da culpa do filho e mesmo da sua prisão. As perdas vividas pela paciente não são somente da ordem simbólica ou afetiva, mas combinadas a elas, a perda do marido, da filha e do filho significam rupturas significativas em sua estrutura emocional.

*“(Paciente) - Eu sei que eles estão me esperando em casa, por isso eu preciso de sair daqui logo.*

*(Neide) – Mas o J está preso e sua filha morreu. Por isso eles não vêm lhe visitar, comadre.*

*(P) – Eles têm medo de vir aqui e me verem assim. Eu sei que eles estão me esperando. Tenho que levar minha filha para o colégio, fazer a festa de aniversário dela,*

*agora que o J. está ganhando bem, de emprego novo lá na Universal, ele vai ser pastor, eu vou poder comprar uma casa para viver longe dos demônios.”*

A paciente chora bastante ao falar do seu envolvimento com a Igreja Universal, reiterando que sua salvação está em sua fé e que se sente grata pelo pastor vir visitá-la e por seu filho estar estudando para se tornar pastor.

*“Agora eu só posso crer, pois para o mundo não há salvação e eu preciso me preocupar com o destino dos meus filhos (...) J. virou pastor para nos salvar e ele vai voltar (...) Deus vai me curar e vai curar a todos (...) O pastor me falou que poderei freqüentar a igreja novamente e que isso é uma provação (...) Minha vida é uma provação para Deus, eu sei disso (...) Ele me deu a glória de poder salvar as pessoas (...) Só de olhar eu sei se a pessoa é de Deus ou não (...) Eu também tenho o poder. Quem perde muito tem o poder”.*

Segundo Neide, a paciente desde que chegou a Brasília sempre fui muito fechada e nunca gostou de freqüentar nem a casa da amiga, dizendo que o marido da mesma não gostava dela. Para a vizinha, a paciente nunca demonstrou qualquer tipo de envolvimento afetivo com amigos do trabalho, vizinhos. Ela não se lembra da interna receber nenhuma visita em casa e se recorda que quando da morte da filha a paciente não quis falar e nem receber visitas de ninguém.

O único contato mais afetivo que Neide se lembra ocorreu justamente quando seu filho foi preso e ela passou a freqüentar a Igreja Universal. A paciente passou a apresentar episódios de muito nervosismo e impaciência, ficava sem dormir e tentava agredir sua vizinha.

Para Neide,

*“Eu e o meu marido, decidimos trazê-la ao hospital, porque ela passou a andar na rua pregando (...) Assustava as pessoas, uns vizinhos ameaçavam chamar a polícia, a criançada jogava pedra (...) Fomos conversar com o pastor que prometeu cuidar dela, mas não adiantou porque ela continuava a sair pelas ruas de Sobradinho.”*

A internação para a paciente é vista da mesma maneira que a mudança para Brasília, que a saída de Pernambuco para Minas Gerais, uma provação divina; mais um episódio de perda, ruptura, onde ela se sente impossibilitada de costurar um sentido lógico. Por isso, na fala da paciente, por vezes, a filha aparece viva, seu marido também e seu filho fora da prisão. Na fala seguinte, contudo, ela menciona a morte da filha ou a prisão do filho. O sentido do tempo, o sentido do real, o sentido de si, se perda nessa tentativa de elaborar esse série de acontecimentos.

*“O tempo que estou passando aqui é um teste para Deus e para mim (...) Eu sou mais forte do que qualquer doença porque eu não estou doente, só fiquei um pouco confusa e com medo dos demônios do mundo (...) Eu vou sair logo daqui, vou poder cuidar de todos vocês. Vou visitar minha família, meus filhos; vou atrás de todos”.*

Quando questionada sobre o hospital, a paciente afirma querer sair dali o mais rápido possível para encontrar seus filhos. Mostra-se confusa, pois ao mesmo tempo em que manifesta o desejo de ir embora para Pernambuco, afirma que quer continuar seu trabalho na igreja junto aos seus dois filhos. A amiga demonstra certa preocupação, pois, segundo ela, a paciente não tem parentes que possa ajudá-la e ela, por trabalhar, não tem tempo de estar ao lado da amiga o tempo todo. A saída do hospital e o possível destino da paciente são vividos pela amiga com muita apreensão, pela incerteza de qualquer possibilidade.

***“Meu pai e minha mãe me trouxeram para cá e esqueceram de mim”.***

**Relato do paciente P3 em junho/julho de 2002.**

O paciente, que tinha cerca de 30 anos, segundo informação do tio (Armando), chegou trazido pelo próprio para uma consulta na emergência do hospital. Por demonstrar muito nervosismo e agitação, o médico recomendou a internação imediata. Foi preciso dois enfermeiros para sedá-lo, trocar sua roupa e levá-lo para a ala dos internos.

Duas semanas depois, o paciente aparentava uma calma típica da administração de uma série de medicamentos. Segundo relato de um dos médicos, ele estava respondendo bem ao tratamento, mas o componente delirante do discurso ainda era bastante presente. Ele se movia com lentidão e o pensamento e a fala eram espaçados.

Consegui uma aproximação com o paciente que inicialmente me contava, delirantemente, suas façanhas como jogador de futebol nos grandes times do país. Aos poucos, toda vez que me aproximava de outros pacientes, ele sentava ao meu lado e esperava uma chance para me contar uma de suas histórias.

Fomos aos poucos tentando questioná-lo a cerca de sua vida, tendo como base cronológica o relato do seu tio. Ao ser questionado sobre sua mudança para Brasília, o paciente explica que ele fazia muito sucesso em sua terra natal e por isso ninguém gostava dele por lá. Afirma veementemente que foram seus pais que o esqueceram em Brasília.

*“Depois que me venderam do Flamengo, me mandaram de volta para minha terra, mas os meninos de lá ficavam jogando ovo em mim e nas minhas casas e não quiseram me vender para nenhum outro time (...) Meus pais tentaram até vir falar com o presidente para eu ser vendido para os Estados Unidos e eu acabei ficando por aqui, na casa do tio (...) Meu pai e minha mãe me trouxeram para cá e esqueceram de mim”.*

Ainda sobre a vinda para Brasília, vivida como a perda de alguma condição anterior do paciente,

*“Eu cheguei aqui e desaprendi a jogar bola (...) Me botaram para fazer serviço de roça. Jogador de futebol não sabe capinar (...) Foram os outros times que fizeram eu desaprender a jogar bola (...) Brasília não tem jogador de futebol, só o Lula e o Fer-*

*nando Henrique e um monte de juiz ladrão (começa, imitando uma torcida de futebol, a xingar os juízes)”.*

O tio, em uma posterior entrevista, explica que o paciente foi mandado pelos pais para que lhe arrumassem um emprego, já que não queria terminar os estudos e não gostava de trabalhar com o pai como entregador de leite. O tio, em conversa com o irmão, sugeriu a vinda do paciente, para trabalhar com ele, numa fazenda, perto de Planaltina (DF), já que o mesmo era caseiro e precisava de um ajudante.

Sobre sua vida e suas relações depois que chegou em Brasília, o paciente também pouco consegue relatar.

*“Eu não tinha amigos aqui porque ninguém fala a minha língua. Já viajei o mundo inteiro jogando bola e ninguém entende o que eu falo. Para jogar bola você precisa aprender um monte de coisas, aqui ninguém sabe nada. Nunca ninguém quis construir um estádio por aqui”.*

Em outra ocasião, a justificativa para não ter qualquer tipo de amizade foi,

*“O dia que cheguei aqui já quiseram me roubar, por isso estou aqui no hospital para me proteger (...) Brasília só tem ladrão (...) Roubaram minha bola e eu não posso mais jogar futebol. Lugar bom de jogar bola é na esplanada do poder (...) Já telefonei para todo o campeonato brasileiro. O Túlio Maravilha e o Romário vão me ajudar (...) Aqui ninguém ajuda não”.*

Armando conta que levou o sobrinho algumas vezes para festas e até mesmo para alguns bares em Planaltina e Sobradinho. Apresentou filhos de amigos e outros parentes, mas o paciente se recusava a ter contato com outras pessoas. Segundo o tio, o paciente sempre foi aberto e “falador”, mas que depois de sua mudança para Brasília, passou a ser calado e introspectivo. O tio também relata um episódio de uma internação anterior do paciente ainda em Goiás, quando ele tinha mais ou menos 15 anos e ameaçava fugir de casa.

Para o paciente, as duas internações, a anterior e a atual, se misturam em seu relato, sem qualquer distinção ou motivação que as separem.

*“De vez em quando eles inventam de me mandar para cá. Deve ser porque eu falo demais e aqui eu posso me recuperar. Tenho muitas contusões (...) Sempre foi assim. Acho que é a décima quinta vez que me machuco e sou mandado para esta clínica, onde só tem gente importante (...) Eu sei que já me ensinaram aqui que eu tenho que tomar cuidado com as coisas que eu falo. Já me mandaram embora muitas vezes. Saio e volto, saio e volto; craque é assim mesmo, tem que ficar calado se não mandam embora igual fizeram da outra vez”.*

O paciente não se recorda da razão de ter sido demitido do emprego e afirma que seu patrão lhe havia prometido comprar um time de futebol só para ele. O tio afirma que o paciente começou a roubar talheres, copos, pratos da casa de seu patrão. Tanto o tio como o patrão conversaram com o paciente, mas não adiantou. O tio preferiu que o mesmo fosse demitido para que não colocasse em risco seu próprio emprego e a confiança do patrão.

Nas palavras do paciente,

*“Não me deixaram mais trabalhar com o meu tio e o meu chefe se esqueceu da promessa dele de comprar um time de futebol para mim lá em Planaltina. Seria o melhor time do mundo (...) meu tio falou que eu deveria procurar outro emprego, mas não tinha time nenhum por aqui. Aqui não tem jogador de futebol parecido comigo. Procurei por toda a parte as figurinhas do campeonato brasileiro; ninguém vende e compra nada”.*

O paciente, segundo o relato do tio, começou a se ausentar de casa e a se recusar a conversar com ele, sua mulher ou mesmo com os pais que tentaram levá-lo de volta depois do episódio da demissão. Saía de casa pela manhã e ficava uns três ou quatro dias fora de casa. O tio lembra que o paciente voltava para casa falando sobre essas idéias de time de futebol, de jogadores, de ser vendido para os Estados Unidos.

*“Um dia ele chegou todo machucado, falando uma história de Ronaldinho Gaúcho. Eu achei que estivesse bêbado ou drogado, mas só fez piorar. Começou a não dormir, ficava jogando futebol sozinho e sem bola (...) Chamei os pais dele, mas ele sumiu quando soube que eles viriam”.*

O paciente não se recorda do que fazia quando estava fora de casa e não demonstra nem um princípio de resposta a essa pergunta. Em algumas das frases anotadas por nós, ele demonstra certo temor de viver em Brasília, longe de sua terra natal.

*“Tenho medo que me encontrem (...) Eu nem sei onde fica isso aqui: em qual país, estado, cidade. Aqui não tem time de futebol, vôlei e basquete (...) Eu vivo me perdendo, é tudo confuso aqui (...) A próxima vez que alguém falar de Brasília para mim, eu fujo para o outro lado de medo (...) Depois que vim para cá, eu desaprendi a jogar futebol e a falar várias línguas. O problema daqui que o povo só fala uma língua só e a gente se perde toda hora”.*

O tio afirma que resolveu levar o paciente a uma consulta depois que conversou com o patrão e depois que o paciente começou a ficar muito violento, passar noites sem dormir, ameaçando de botar fogo na casa e nos próprios tios.

*“Eu nem mesmo sei direito o que aconteceu com ele, porque ele ficou assim de repente. Eu desconfio que alguma coisa aconteceu depois que ele se mudou para cá. Não sei se foi droga, bebida. Minha mulher fala em possessão, mas eu não acredito nisso. Acho que alguma coisa aconteceu depois que ele se mudou: era um rapaz até tranqüilo e foi ficando sozinho, isolado, cabisbaixo. Achei que seria uma boa idéia ele vir para Brasília, mas agora tenho certeza que não foi. Tem gente que é igual a bicho, quando sai do mato conhecido, adocece e morre”.*

O paciente ainda permaneceria um período mais longo internado. Quando recebesse alta, segundo as informações do seu tio, iria retornar à casa dos pais. A mãe do paciente o visitou algumas vezes, mas o pai, segundo explicou esse tio, se recusava a visitá-lo. Segundo o tio, a família estava preocupada com a possibilidade de o paciente estar usando drogas e mãe do interno, segundo informações do tio, já procurou um pastor de uma igreja para tentar expulsar o vício do corpo do filho. Poucas vezes a hipótese de uma doença de cunho psiquiátrico foi explicitada e, segundo informações do próprio, o pai acha que essa coisa de doença do filho, muitas vezes é “*frescura e medo de trabalhar*”.

Quando perguntado sobre o futuro, o paciente responde, com um misto de alegria e excitação,

*“Vou jogar bola, muita bola (...) Não vou é ficar parado porque é a milésima vez que eu me machuco e todo mundo do campeonato do Brasil, de Minas, do Ceará estão atrás de mim (...) Não quero morar em casa de novo. Vou morar mesmo é sozinho e ter meu campo e minha bola de futebol. Tem vida, como a de jogador, que não tem como dividir com ninguém”.*

### **3.5 Vidas descontínuas: ausência da dádiva, fragilidades sociais e psíquicas**

Robert Castel (2005) utiliza-se da expressão *supranumerários* para se referir aos trabalhadores que vivem uma situação de constante precariedade em suas vidas, em grande parte, devido à perda de emprego formal e pela não-possibilidade de recolocação no mercado. Esses indivíduos vagam de um emprego a outro sem qualquer forma aparente de continuidade ou de um projeto racional de vida. Mais do que uma forma de excedente social, esses indivíduos se caracterizam pela ordem aleatória de suas vidas profissionais.

A propriedade social do indivíduo, representada nessa lógica histórica pela sociedade do trabalho e, objetivamente, pela estrutura salarial de reprodução, é a forma de organização social que estabelece a possibilidade de os indivíduos exercerem de fato seus direitos de cidadãos, partícipes de uma dada ordem social. Ou seja, a forma como o indivíduo representa sua dimensão de inserção – tanto social como psíquica – dentro de uma lógica social, historicamente construída, está diretamente ligada, segundo Castel (Op. cit), à forma e à qualidade como ele se insere ou não no mundo do trabalho e na lógica salarial.

Ao analisar a trajetória de vida dos migrantes-internos, percebemos rapidamente, a necessidade de se ampliar essa idéia de *supranumerários*. Apesar de praticamente todos eles, dentro de suas trajetórias, apresentarem justamente esse sentido profissional aleatório, de não conseguirem qualquer tipo de fixação de trabalho e de renda, suas vidas são marcadas por uma precariedade muito mais ampla, tanto no sentido social como no sentido emocional.

Impossível, por isso, de fixarmos essa aleatoriedade em uma única dimensão social, no caso o trabalho. Nas trajetórias desses indivíduos parece não haver, unicamente, um ponto de distúrbio ou inflexão; a tortuosidade é contínua, apresentando, dentro das diversas realidades sociais, graus diversos. É justamente nesse raciocínio que consideramos a migração para Brasília como um desses pontos de maior inflexão.

Por isso mesmo, a desorganização desses indivíduos não é somente uma desorganização de ordem salarial, mas está implícita na sua própria condição de indivíduo, na sua própria condição de ser humano. A própria condição do louco, como afirma Foucault (2000b), é a forma em si de questionamento da idéia de indivíduo e de humano, pois explicita dimensões irracionais – tanto no sentido social como psíquico – que histo-

ricamente recobrimos como características que não deveriam fazer parte do projeto de indivíduo moderno. Ou seja, o louco representa, por si mesmo, a própria margem do funcionamento social que não se limita, por isso mesmo, a apenas uma esfera da sociedade, mas a toda dimensão social e, mais do que isso, psíquica.

Nesse sentido, a não inscrição social desses indivíduos está demarcada por uma precariedade evidente não só no mundo secundário – relações de trabalho, vínculos com o aparelho estatal, mas também nos vínculos mais primários: família, amigos, parentes, vizinhos. Tanto o mundo racional burocrático se torna deficiente de referências e vínculos, como a ordem afetiva, e aí está toda a questão relacionada à gravidade psíquica que acomete esse indivíduo, não consegue disponibilizar espaços para a formação de uma identidade mais ou menos estável para e de si mesmo.

Como coloca Foucault (2002), tentando dimensionar a loucura e o louco, dentro do funcionamento social, o indivíduo desequilibrado mentalmente é aquele que não consegue participar da dinâmica social, das atividades humanas que, segundo ele, podem ser divididas em quatro categorias, nas quais o louco está alijado, de formas mais ou menos evidentes: trabalho ou produção econômica; sexualidade/família, reprodução da sociedade; linguagem e fala; e, por fim, atividades lúdicas, como jogos e festas. A dimensão marginal do louco está ligada à própria dimensão de como a sociedade conforma esse tipo de patologia; se relaciona à própria essência constitutiva do indivíduo, a capacidade e a possibilidade de se formar vínculos.

*“A loucura é de algum modo a linguagem que se mantém na vertical e que não é mais uma palavra transmissível, tendo perdido todo o valor de moeda de troca, seja porque a palavra perdeu todo o valor e não é desejada por ninguém, seja porque se hesite em servir-se dela como uma moeda, como se um valor excessivo lhe tivesse sido atribuído” (FOUCAULT, 2002: XXII).*

Se não diretamente, o que podemos entender que a loucura é uma forma de exclusão social, justamente, por que ela está excluída das formas de trocas, do jogo da dádiva. Por isso, a idéia da dádiva, como índice da sociedade e, também, da própria capacidade de se assegurar através de vínculos básicos as relações entre os indivíduos, propicia a intenção de perceber, analisar e interpretar a trajetórias desses indivíduos de

forma ampliada a partir da natureza das referências do indivíduo dentro de uma sociedade.

A noção de indivíduo supranumerário e de aleatório, portanto, está marcada não somente pela ausência de uma espécie de propriedade social vinculada ao trabalho, mas, ampliando-a pode-se encaixar essa idéia em todas as instâncias da vida de um indivíduo. Dentro da trajetória de vínculos e referências apresentados na pesquisa, poderíamos afirmar que a dádiva, indicador dessas relações, aparece como o próprio senso de aleatório e fugaz e de supranumerário, sendo que o trabalho, a família, relações de amizade, para ficar nesses exemplos, se apresentam como formas sociais; como instâncias concretas, microcosmos sociais, da possibilidade de realização ou não das dinâmicas da dádiva, de se realizar vínculos e relações. Esses lugares sociais representam e são representados justamente por esse funcionamento desvinculatório e fragmentar dos indivíduos aqui analisados.

O ato vinculatorio da dádiva cria propriamente uma relação dupla entre os indivíduos, estabelecendo uma solidariedade necessariamente pessoal. Por isso se constitui na forma de criação de vínculos afetivos por excelência. Existe nos quadros apresentados esse índice de uma ausência generalizada de referências e, por isso mesmo, de sentido de vinculação, de sentido de dar, receber e retribuir, de formas de afeto das mais simples e naturais às mais complexas.

Dentro dessa dinâmica relacional está inclusa toda a natureza que conjuga o laço do indivíduo tanto com um outro, como consigo mesmo e com a própria sociedade, pois a dádiva é um paradigma que tenta dar conta não somente do significado exterior de uma relação, mas da própria idéia da capacidade do indivíduo de criar e manter vínculos a fim de estabelecer para si uma identidade própria.

Esta aliança formada na troca, que sustenta dois indivíduos, é um laço, acima de tudo, singularizado na particularidade da personalidade de quem dá e de quem recebe. Como explica Karsenti (1994), essa troca existe tanto no sentido concreto do objeto trocado, como no plano simbólico o que implica, justamente, essa relação intrínseca entre o particular/individual e o geral/social. Nesse sentido, a dádiva se mostra um indicador importante da relação que o indivíduo estabelece em e na sociedade, representando o processo onde cada individualidade engajada nesse sistema exprime particularmente na relação com um outro sua forma de expressar o pertencimento a uma totalidade social.

Para Alain Caillé (2002), consciente e inconscientemente, a lógica da dádiva é a própria condição da vida, pois expressa a natural ambigüidade da mesma ao se estabelecer como uma obrigação de liberdade e de espontaneidade, interessada e desinteressadamente, ao mesmo tempo. Existe um funcionamento cíclico e ininterrupto, porém dialético e criativo, inerente à dádiva que vincula tanto os indivíduos entre si, como as pessoas com as coisas, criando o vínculo, como pulsão fundante da idéia de sociedade e do próprio indivíduo.

As relações sociais são também formas de distinções primeiramente do indivíduo com o mundo, depois a partir de uma ordem segunda, entre a própria exterioridade social. O processo triádico de dar, receber e retribuir tem como função primordial colocar os indivíduos dentro dos próprios significados individuais e sociais de reconhecimento; é justamente um ato de se reconhecer e reconhecer o outro, em todas as suas ambigüidades.

A vida social, explica Karsenti (1994), é um conjunto inseparável das dinâmicas tanto individuais como sociais e está impregnada das práticas mais diversas, das situações mais diversas, onde a dádiva aparece justamente como o impulso constante de vida, como o símbolo, por excelência que vai traduzir em vínculos e ligações, a própria dinâmica emocional e social de cada indivíduo<sup>9</sup>.

A complexidade dos fatos humanos, mesmo de uma sensação, de um olhar ou de uma palavra, é singular e a análise da dádiva é reveladora dessa singularidade, pois é capaz de colocar um foco nesse aspecto mais singular, ampliando a dimensão de um riso ou de um olhar até uma realidade eminentemente coletiva, no seu sentido relacional. Conforme Caillé (2002) explica, a dádiva aparece justamente como um misturador, uma espécie de agregador, dos homens e dos objetos, dos direitos e dos deveres, dos laços sagrados e banais, do individual e do coletivo, do psíquico e do concreto, propriamente dito. A idéia de um paradigma amplo, de um fato social total, se refere justa-

---

<sup>9</sup> Indo ainda mais longe, na concepção estabelecida por Mauss, David Le Breton (1998) destaca que a própria afetividade é estabelecida a partir das representações simbólicas que os indivíduos criam a partir de sua realidade interior, mas principalmente a partir de suas vinculações sociais. De acordo com ele (1998), a afetividade dos membros de uma mesma sociedade se inscreve em um sistema aberto de significações, valores, rituais e vocabulários que serão efetivamente trocados. Dentro de uma mesma realidade social existe, portanto, um conjunto de referências afetivas apropriadas a determinadas situações e determinados status social.

Por isso mesmo, a expressão afetiva dos sentimentos está ligada à capacidade que o indivíduo possui de se vincular socialmente a uma dada realidade onde ele possa exercer essa capacidade expressiva de uma maneira consistente e socialmente aceita.

mente a capacidade explicativa da dádiva de relacionar simbolicamente o singular e o plural, o individual e o social.

Por isso, existe no ciclo operatório da dádiva toda uma multiplicidade de comunicação afetiva e por isso de referências sociais e simbólicas que o indivíduo pode se colocar a construir dentro desse processo ininterrupto de viver em sociedade. Longe de significar um laço ou um sistema inerte, pré-estabelecido, a dádiva é marcada por uma espécie de ritmo, onde estabelece, assim como na música, os tempos mais fortes e os tempos fracos, as evoluções e contrações, os espaços valorizados e obscuros; as continuidades e inflexões.

Por isso, quando observamos a trajetória social desses indivíduos, ou seja, o histórico de vínculos estabelecidos pelos pacientes, percebe-se justamente uma dinâmica comum, marcada pela ausência da dádiva, por tempos fracos e obscuros de sentido, afetividade; que se evidencia primeiramente pelo fracasso e por uma condição negativa no que se refere a vínculos e laços sociais. Os tempos fortes, os vínculos sentidos e vividos, praticamente não existem; dificilmente são encontrados nas entrelinhas dos relatos, pois provavelmente já foram contaminados por essa ausência total e terrorífica de sentido, que caracteriza a própria psicose.

Disponibilizando e analisando esses vínculos, necessariamente, se estabelece um percurso tanto das estruturas individuais e, portando, psíquicas, como também da natureza das relações sociais existentes na dinâmica dessas histórias de vida. Dar-receber e retribuir é interno e externo e por isso, tanto a qualidade do psíquico é fator da qualidade do social, como a sociedade inscrita no indivíduo é preponderante para sua estabilidade emocional. As histórias e os relatos apresentados são apreensões tanto da vida psíquica desse migrante interno, como da dinâmica social de sua vida; são narrativas, escolhas, decisões, catástrofes, rupturas, delírios que contam tanto sobre o indivíduo como sobre sua condição social.

Ao se pesquisar a história de vida desses migrantes-internos, a percepção é que eles acabam por partilhar certos perfis biográficos, pois suas vidas apresentam certas trajetórias idênticas, marcadas por uma sucessão de rupturas sociais, familiares e profissionais. Para Nasser (2001), o momento de migração desses indivíduos, o 'sair para o mundo' é a ruptura marcante de suas vidas.

*“Assim, foi preciso levar em conta não só esse momento, como também o que lhe era anterior, para compreender por que, no momento atual, esses indivíduos [parafraseado a expressão por eles cunhada] saíram do mundo”* (NASSER, 2001:259).

A tentativa de investigar suas trajetórias é também no sentido de tentar lançar um olhar sobre seus passados, a fim de revelar situações e momentos presentes e, por que não, perscrutar o futuro; são os caminhos sociais e afetivos que são marcados e deixam marcas. Por isso esse universo é bastante fecundo, pois é *“povoado de segredos impenetráveis, angústias indescritíveis, mágoas, tristezas e medos infundos, mas também, esperanças e sonhos obstinadamente (re) construídos”* (NASSER, 2001: 257).

Dos 30 pacientes analisados, percebe-se que a história familiar da maior parte deles é caracterizada por episódios de ruptura. Quando de suas mudanças para Brasília, muitos deixaram para trás parentes, pais e até mesmo filhos e, como observamos, a partir de suas trajetórias, essas famílias não conseguiram de nenhuma maneira serem recompostas.

O paciente P12 deixou a família, esposa e seis filhos, no interior do Piauí para buscar emprego em Brasília. O sonho dele era justamente poder trazer sua família para morar consigo. Depois de um período, ele consegue um emprego mais ou menos estável. Posteriormente descobre, depois de quatro anos em Brasília, que sua esposa se casou novamente e se mudou com seus filhos para um local desconhecido. O paciente começou a apresentar uma série de distúrbios comportamentais, que fez com que o irmão o trouxesse para uma consulta psiquiátrica e, posteriormente foi diagnosticado como psicótico delirante e se tornou interno do hospital.

O paciente pouco consegue narrar episódios de sua própria vida, mas das poucas situações que consegue elaborar, praticamente todas se referem, diretamente ou indiretamente a essa perda brusca de uma família, que ele sonhava e idealizava trazer para Brasília.

*“Sei que me deixaram por ai sozinho e fiquei sozinho nesse mundo todo (...) Eles não querem, mas eu vou atrás. Ninguém consegue viver sozinho por aqui, como eu tô agora, largado (...) Vim para cá e me perderam. Essa solidão é a solidão dos solitários. Isso tudo é coisa minha, de homem perdido”* (depoimento do paciente P12).

Outros pacientes, por estarem sozinhos, solteiros, viúvos e divorciados, ao se mudarem em busca de estudo ou trabalho, vieram morar com familiares – filhos, tios, sobrinhos, irmãos – e, aqui também, em sua maioria não conseguiram estabelecer um vínculo estável com essas pessoas.

O relato da paciente P21 é característico dessa situação vivida. A paciente mudou-se com dois filhos em busca de melhores condições de vida, depois da morte do marido. Por situação alheia a sua vontade, uma filha faleceu e o filho foi preso. Logo depois, a paciente apresentou sintomas de sua doença.

*“Foi sempre uma provação. Perdi meu marido e perdi tudo, minha família inteira (...) Peço a Deus para me tirar, cuidar dos meus filhos, voltar para lá, para Pernambuco, porque longe da família é longe de Deus. Aqui é longe de tudo e eu não consigo me acostumar (...) Só a Universal me salvou aqui, encontrei Deus.”* (depoimento da paciente P21).

A constelação familiar parece, portanto, significar um importante referencial para o indivíduo, principalmente para àqueles que enfrentam um processo de transição, como é o caso da migração. A família se constitui, assim, como um espaço de estabilidade psíquica e social para o migrante, um ponto conhecido, onde se é possível trocar afetos e experiências que aparecem nesse novo meio; onde a dádiva é, por si só, o ponto de apoio natural, de circulação e formação social e afetiva.

Psicanaliticamente, a família é o lócus da formação psíquica do indivíduo, representada pela relação primária entre mãe e bebê e, posteriormente, pela triangulação psíquica e também, em todos os sentidos, social, do complexo de Édipo. Aulagnier (1979) destaca, dentro desse processo formativo, a necessidade do indivíduo de reconhecer o caráter extraterritorial de suas relações, ou seja, a existência de um espaço separado do seu próprio e, algo que se assemelha justamente à idéia da dádiva, a propriedade de significar e de significação que as relações objetais possuem em sua vida, ou seja, a capacidade de reconhecer que as relações empreendidas, tanto no sentido interior como exterior, é definida pela capacidade de se estabelecer significados vinculares. Esse primeiro espaço onde o indivíduo vai reconhecer o de fora, ou seja, vai tomar contato com a sociedade, é o próprio espaço familiar.

Extrapolando esse raciocínio, com base nas trajetórias analisadas, pode-se concluir que a família ocupa um lugar de suporte de significados, principalmente, na conjuntura de um processo de migração. Sair de um espaço conhecido e chegar a um local desconhecido é também um processo de recriação desses significados, tanto sociais como psíquicos.

A presença da família é justamente a possibilidade de criar um processo conjunto e amplo de significados comuns, de continuidade de significados, de comparações in loco do antes e do depois da migração, de afeto e de apoio, como suporte para as futuras relações estabelecidas. Se, ao nascer, a família se constitui esse núcleo iniciático da dívida, ao renascer em um outro espaço, ela continua representando para o migrante esse apoio seguro.

Para Costa (2003), muito mais do que a idéia de uma família, como somente um núcleo social e econômico, a representação familiar está ligada às configurações vinculares íntimas que dão sentimento de pertença, habitat, ideais, escolhas, fantasmas, limites, papéis, regras e modos de comunicar que simbolicamente podem (ou não) se diferenciar das demais relações sociais do indivíduo humano no mundo. Por isso, as doenças mentais, na visão do autor são manifestações complexas e intensas de um sofrimento não somente individual, mas familiar e social, onde a subjetividade individual está implicada no sentido de interpretar, compreender, se adaptar (ou não) às novas situações e/ou eventos significativos dos quais não se pode escapar.

A família é uma forma de centro organizador, de ponto de convergência, emocional e também social, onde cada indivíduo tem a oportunidade de ser uma espécie de construtor emocional e social da sua própria vida, dentro e fora do ambiente familiar, onde o investimento simbólico e concreto de cada membro dessa família permite reconhecê-la como uma propriedade, como uma continuidade do próprio indivíduo no espaço e no tempo.

A família é, nas palavras de Eiguer (1985),

*“(...)o ponto de encontro dos fantasmas individuais de cada membro, fantasmas próximos por seu conteúdo. Desejos convergentes, jogo combinatório que é mais que uma adição pura e simples, é a criação de um espaço transicional de intercâmbios, de humor, de criati-*

*vidade, de relatos referentes à própria história de cada um e dos ancestrais” (EIGUER, 1985: 44).*

A família se estabelece, portanto como núcleo psíquico e também social de constituição do indivíduo como agente de uma realidade interna e externa. Nos casos relatados, todavia, ela se apresenta exclusivamente e de uma forma explicitamente forte, como um espaço de desagregação formativa do indivíduo.

Não há, nos relatos, qualquer menção a vínculos, relações, construção simbólica e concreta de espaço de formação e atuação. A história de perdas e traumas parece ser uma constante e a migração, ou seja, a mudança espacial em busca de melhores condições de vida, para ficar na idéia mais imediata do fenômeno, é a representação de mais um dos sentidos de desordem que permeiam esses indivíduos. Por isso não há menção a forma de planejamento de uma migração, emoções construídas ao longo do tempo, envolvimento, mas sim a idéia de um repentino movimento de desagregação espacial, afetiva, de relações, valores e tradições.

A perda da família, a ruptura desses laços familiares, é, portanto, um fato de grande desestabilização para o indivíduo. O poder simbólico da família, tanto no sentido afetivo, como na dinâmica social, representa uma espécie de fracasso, de momento obscuro e negativo dentro da trajetória desses indivíduos.

Em um dos poucos momentos em que demonstrou capacidade de falar sobre si e sobre sua trajetória, o paciente P7 assim definiu sua vinda à Brasília,

*“Eu sou todos eles que estão aqui no hospital. É tudo sem-ninguém, sem visita e sem família. Vou ficar aqui para sempre porque o mundo sem pai e nem mãe é muito sozinho (...) A gente fica falando com a gente mesmo”* (depoimento do paciente P7).

A migração, segundo afirmam os psicanalistas argentinos León e Rebeca Grinberg (1998), é em si mesmo um fator desestruturante capaz de colocar em evidência toda uma série de situações que, possivelmente, são reedições de angústias experimentadas preteritamente e que não foram possíveis de serem elaboradas. O processo de mudança desse indivíduo é parte de um conjunto de situações vivenciadas por ele, que, muitas vezes, não é possível de ser elaborada, posteriormente, como um sentido de vida, de referências e de vínculos.

A partir dessa lógica, esse migrante que sai de uma cidade, muitas vezes àquela justamente na qual ele nasceu, para vir à Brasília e se torna interno de um hospital psiquiátrico, apresenta nessa relação familiar primeiramente uma estruturação desequilibrada que vai se evidenciar ou não dada à realidade vivida. A migração pode ser lida, por essa perspectiva, como uma reedição de um rompimento de uma relação muito mais primitiva, como uma manifestação reeditada de outros rompimentos, às vezes bruscos e incompreensíveis em seus motivos e razões.

Dentro do espectro da pesquisa, e dada às condições psíquicas dos indivíduos, a narrativa de uma vivência familiar inicial ou de uma construção de uma nova família a partir de um vínculo psíquico e emocional não é de nenhuma forma rememorada ou mesmo mencionada. A degradação dessas relações fica evidente, talvez, por essa falta de narrativas, pela evidente ausência de boas lembranças de momentos familiares importantes para a constituição de qualquer indivíduo. O que se apresenta são episódios e fatalidades.

Todavia, a história familiar de três pacientes, P5, P16 e P20, são representativas de como o ambiente familiar, no sentido até mais exterior da palavra, pode ser preponderante para o percurso de um indivíduo, ainda mais sob o espectro de mudanças de lugares que não são decididas por esses jovens, mas sim por seus pais ou parentes.

A paciente P16, 17 anos de idade, por exemplo, mudou-se com a mãe e cinco irmãos mais novos, depois da morte do pai. Logo quando chegou começou a trabalhar como diarista junto com a mãe. De acordo com a própria mãe, a paciente nunca conseguiu ter um bom relacionamento com o pai, mas se sentiu muito culpada depois da sua morte. Não quis se mudar para Brasília, porque, segundo afirma a mãe, “não queria deixar o pai para trás” por isso sempre se mostrou muito receosa com essa mudança da família.

Depois de muito insistir a paciente conseguiu convencer a mãe de que era melhor ela (a paciente) largar o emprego para cuidar dos irmãos mais novos. Depois de três anos da mudança da família para Brasília, uma das irmãs (05 anos) foi morta atropelada. Segundo a mãe, a paciente passou a se sentir culpada e chorava constantemente. Desistiu de estudar e não saía mais de casa. Menos de um ano depois, outro irmão faleceu por problemas ligados a uma doença congênita no coração. A jovem passou a apresentar constantes variações de humor, chegando a episódios de muita violência, onde amarrava os irmãos para não saírem mais de casa e gritava constantemente pela presença do pai,

colocando a culpa na mãe pela morte do pai, dos irmãos e, principalmente, pela mudança para Brasília.

Uma outra paciente, P20, 15 anos, vive com a mãe e quatro irmãos, todos homens, em uma invasão na região da Estrutural. Segundo sua mãe, a família vem-se mudando constantemente de cidade há cerca de quatro anos. A família é natural de Barreiras na Bahia. A mãe não sabe informar quantas cidades já estiveram nesses quatro anos.

A mãe conta que tiveram que sair da Bahia “fugidas”, pois queriam sair da condição de violência familiar praticada pela figura do pai biológico dos cinco filhos e primeiro marido de sua mãe, descrito como figura extremamente violenta, que as submetiam a rituais de crueldade e violência. A mãe casou de novo quando a família buscava emprego e moradia na região de Betim, em Minas Gerais. A mãe e o padrasto tiveram uma filha quando chegaram a Brasília. De acordo com a paciente, o padrasto não gosta dos filhos do primeiro casamento. A adolescente faz uso abusivo de substâncias psicoativas e segundo a própria, também tinha envolvimento diário com a prostituição. Não estuda desde que chegou a Brasília. A mãe relata que acha que ela já tentou suicídio e é freqüente a adolescente se colocar em situações de alta vulnerabilidade física e psíquica, pois apresenta um histórico variado de internações noturnas em prontos-socorros, por ter sido encontrada na rua, completamente desacordada.

Além de serem histórias marcadas por um sofrimento psíquico muito grande, o sentido afetivo de uma vinculação familiar, com suas disputas, sofrimentos, mas também alegrias e vitórias, praticamente inexistente, dando lugar a episódios e fatos caracterizados por uma ruptura violenta.

Para Costa (2008), por exemplo, as psicoses, como representação ampla de desequilíbrio mental são manifestações complexas de um sofrimento individual intenso, mas também e ao mesmo tempo, familiar e, por isso, social. Por isso, não se pode entender as psicoses e seus transtornos correlatos como entidades fechadas, objetivamente delimitadas e facilmente identificáveis somente na conjuntura singular de um psiquismo individual, mas ela é representativa de uma conjuntura social, que bem ou mal, tem início dentro de um microcosmo familiar e se desenvolve a partir das mais variadas e complexas formas de se colocar em interação e construção no mundo.

Em outro extremo dessa análise, existem alguns indivíduos que chegaram à Brasília, completamente sozinhos, sem qualquer tipo de vínculos afetivos estabelecidos. No universo de trinta pacientes, cinco deles, todos do sexo masculino, se apresentaram nes-

sa situação. O paciente P6 veio para estudar, o outro, P8, veio em razão de um emprego público, outros dois pacientes (P1, P7) não possuíam qualquer tipo de relação familiar ou profissional prévia. O paciente P14 afirma ter trabalhado como pedreiro e ter sido casado, mas veio, para Brasília, sozinho e na condição de desempregado.

Um ponto que caracteriza essa solidão desses pacientes é que todos chegaram ao hospital, trazidos pela polícia ou pelo corpo de bombeiros e em sua maioria estavam vagando pelas ruas, completamente sozinhos.

Em sua maioria, esses indivíduos apresentavam um forte componente violento em seus delírios e observando suas histórias de vida, todas são marcadas por uma violência explícita ou implícita muito grande em relação aos seus laços sociais; familiares, de amigos, empregos, casamentos. O paciente P7 e o paciente P14, mesmo depois de um tempo internado, apresentavam episódios de violência muito grande. Numa dessas ocasiões, o paciente P14, depois contido e sedado, repetia continuamente a palavra “sozinho”.

*“O mundo todo é sozinho e aqui só tem gente sozinha (...) Você pode ver na cara de todo mundo dessa terra que ser sozinho é sina e chaga. Quem não sabe disso é que é mais sozinho ainda. Jesus morreu para sermos todos sozinhos, sem ninguém pregado na cruz”* (depoimento do paciente P14).

Ou como define o paciente P7 a respeito de sua condição de migrante solitário,

*“Sou sozinho e não tive nada: família, amigos, esposa, trabalho e ainda nunca ninguém quis ajudar, é só tirar, tirar e tirar. Por isso todo mundo tenta controlar todo mundo”* (depoimento do paciente P7).

Estas ausências, estas solidões, estão nos vínculos, nas histórias de vida e estão justamente em seus delírios. A violência aparece na ausência de referências, de significados que possam trazer alguma forma de entendimento, de apaziguamento, para esses indivíduos.

Se não há significados, entendimentos ou vínculos, não pode haver maneira de se colocar em nenhuma forma de relação, pois não há o que dar, por isso não recebe e nem muito menos retribui; explode numa solidão marcante e numa presença agressiva-

mente anti-social. Parece que essa ausência de representação dos vínculos afetivos e sociais e a estabilidade psíquica do indivíduo se apresentam de maneira evidente nesses pacientes. Por isso, a forma como a ausência quase total da dádiva aparece é justamente pela violência, pela não conformidade quase absoluta de referências comportamentais e afetivas; dar, receber e retribuir são dinâmicas, não de formação de vínculos, mas são atuadas como maneiras expressivas de violência e rupturas.

Nesse sentido parece que o tempo de moradia no Distrito Federal, antes da internação no hospital psiquiátrico, está ligado quase que diretamente à presença ou não de grupo familiar na vida desse indivíduo. Em média aqueles, poucos, que conseguiram se mudar com esposa e filhos, tiveram, de certa forma, um maior tempo de estabilidade depois de sua mudança e por isso demoraram mais tempo até dar entrada como interno do hospital.

Contrariamente, os indivíduos que se mudaram sem qualquer tipo de vinculação familiar, em um tempo mais curto, se tornaram internos do hospital, ou seja, apresentaram mais rapidamente os sintomas de um desequilíbrio mental e, até mesmo por uma ausência familiar ou de suporte foram enviados, de alguma maneira, para uma instituição psiquiátrica.

Esta ausência de um espaço familiar, ocorrida antes ou depois do processo de mudança, e a história desse processo de desagregação se tornam evidentes na maioria dos relatos que ouvimos e é motivo, logicamente de um sofrimento psíquico muito grande e de uma desestabilização social evidente dentro da trajetória de cada indivíduo.

Um outro fator importante na análise da trajetória de vida desses indivíduos se relaciona a maneira como foram recebidos pela população de Brasília. É sabido que o processo de migração está ligado, tradicionalmente, a uma dinâmica de preconceito, que reflete na construção de um estereótipo do migrante, como aquele indivíduo, proveniente do Nordeste, negro, pobre e desempregado, quando muitas vezes não é.

Essa atitude preconceituosa foi construída principalmente a partir da idéia de que os fluxos de nordestinos, que deixavam sua terra para buscar novos horizontes em grandes metrópoles do sul do país, eram, necessariamente, uma espécie de invasão da pobreza, da miséria e da criminalidade. Por isso o que acaba se formando na vida desse migrante é um ciclo, onde as condições de vida desses indivíduos estimulam o preconceito e o preconceito também se torna fator de causa de uma condição de vida ainda mais precária e frágil.

A representação da migração e do migrante pela sociedade que os recebem muitas vezes é associada à pobreza, a uma necessidade extrema, quase animalesca, de sobrevivência e falta de opção. Como demonstra Vianna (1998), o nordestino é o símbolo por excelência desse fenômeno, sendo considerado um personagem quase que mitológico da migração interna do país, exaltado em filmes, contos, músicas e principalmente no imaginário brasileiro, como representante do retirante nacional.

Em nossa amostra, embora exista indivíduos provenientes de regiões variadas do país, uma maioria absoluta de indivíduos são provenientes da região nordeste. Nas narrativas colhidas não existe qualquer menção de um preconceito baseado em uma idéia caricata do migrante. Muito embora, é muito provável que esses indivíduos tenham sido alvos de algum tipo de discriminação, esse registro não aparece como referência de qualquer ordem para esse grupo de migrantes.

A violência e as rupturas vividas nos vários âmbitos de suas vidas, parecem não existir a partir de uma discriminação daquilo que foi recebido e daquilo que foi dado, daquilo que é próprio e daquilo que é exterior. Nesse sentido, alucinado e cruel, vivenciado por esse migrante-interno, todas as vivências são insuportáveis e, portanto, são uma só; todas têm o mesmo nome, fazem parte de um mesmo discurso, de um mesmo delírio que tenta colocar ordem, nessa mistura indiscriminada de separações, por isso tudo é violento, discriminatório, abrupto e sem sentido.

O registro que existe é dessa fragmentação (do eu, da vida, das relações e dos laços) latente e manifesta que caracteriza a própria vida. Por isso, o preconceito é uma dinâmica que possivelmente não existe como uma realidade na cabeça desse migrante, pois para que existe é preciso que se reconheça o outro e se auto-reconheça como realidades distintas e, nesse sentido, em conflito de valores. A ausência de referências significa justamente a ausência da possibilidade de se separar, de se diferenciar, como sujeito e mesmo diante das circunstâncias da própria vida. Não há separação do bom e também por isso não há dos aspectos ruins.

Como define Aulagnier (1979), o discurso do psicótico é caracterizado pela impossibilidade de proceder, de vivenciar o mundo e as relações estabelecidas nele como uma nomeação. A primeira ausência de nomeação é dada quando do primeiro contato, com a presença do pai, e esse mecanismo vai se repetir em todas os outros vínculos e vivências. O discurso delirante se fragmenta em várias referências e sentidos que, de alguma maneira, tenta contar essa história. A desestabilização psíquica e social pode ser

interpretada, nesse sentido, como o momento onde o indivíduo encontra uma série de situações que lhe revelam respectivamente a diferença irreconciliável (pelo menos é dessa maneira que o indivíduo a vive) entre seu referente e o referente dos outros, ou mesmo, se esta relação lhe mostra que os outros se recusam a reconhecer que ele significa outra coisa que não o que eles pretendem entender.

Nessas histórias de ausências, marca-se tanto a não elaboração de significados como preconceito, como também a quase inexistência de vínculos amorosos e de amizades constituídas e mantidas ao longo da vida. Não são, contudo, somente os laços estruturados de família, de cidade natal, de emprego que são marcados por rupturas. Em suas histórias de vida não existem, pelo menos na forma expressiva desses depoimentos, momentos de afetividade, de construção de vínculos de amizade, de amor, namoro, casamento; não existem ligações e por isso as rupturas se tornam evidentes.

Presume-se que apesar da migração ser um processo traumático, abre-se também a chance para se construir novos laços de amizades, novas formas de convívio social com pessoas diferentes, novas paixões e amores. Existe intrinsecamente na migração a possibilidade de se ampliar toda uma esfera de convívio social e afetivo, conhecer um novo mundo, novas pessoas, valores e hábitos. Nas trajetórias dos indivíduos aqui apresentados justamente o inverso se faz presente e marcante.

Salta aos olhos, as histórias desses indivíduos. Mesmo quando saem de suas terras para morar com amigos e parentes, não há qualquer episódio de vínculos afetivos ou ligação mais íntima. Novamente o que aparece, são processos de rupturas, brigas e fugas, com esses indivíduos que os acolhem.

A história desses vínculos primários e afetivos é parecida justamente com as trajetórias familiares apreciadas anteriormente. Muitos vieram morar com parentes como tios e tias, filhos, amigos e o que se observa então são episódios de tensões e rupturas. Alguns se voltaram contra essas pessoas, e em seus delírios persecutórios, afirmavam que justamente aqueles que os receberam é que tinham enlouquecido e os trancado no hospital, como forma de perseguição e vingança.

Provavelmente, em face do aparecimento da doença, esses indivíduos acolhedores são tomados como inimigos perseguidores, ameaças reais à vida desses migrantes. De uma forma mais ou menos violenta, ocorre um afastamento e uma rupturas de laços que antes se mostravam fortes.

O paciente P9, por exemplo, veio morar com um amigo e sua esposa, tentando fugir da presença da ex-esposa e dos filhos. Depois de alguns meses, sem conseguir emprego, é acusado pela esposa do amigo de tentar molestá-la sexualmente. Consegue um outro espaço para morar, mas o episódio com a família desse amigo é determinante no discurso delirante que o paciente apresenta.

*“Desgraçado me chamou para morar com ele. Eu saí de onde eu estava para vir para cá e era tudo um plano daquela mulher (...) Me prenderam aqui e vão ficar com minha herança junto com meus filhos (...) Culpa daquela mulher”* (depoimento do paciente P9).

A paciente P28 que veio morar com duas irmãs e sobrinhas em Brasília afirma,

*“Essa gente não é do meu sangue. Diz ser família, mas toda hora jogavam na minha cara que eu não tinha dinheiro para comer (...) Eu queria era fugir deles”* (depoimento da paciente P28).

Nenhum dos pacientes, a partir de seus depoimentos, conseguiu estabelecer, até mesmo na forma como relatavam esses acontecimentos, qualquer vínculo afetivo duradouro com essas pessoas que os receberam. O paciente P10 veio morar com um tio para fazer tratamento médico e buscar um emprego. Depois de três anos sem qualquer tipo de sucesso,

*“Aqui é assim (...). Está todo mundo condenado. Meu tio e a mulher dele que começaram e quiseram me contaminar com tudo quanto é doença (...) Um plano para me trazer para cá, fim de mundo (...) Agora é fácil me culpar pela desgraça do mundo (...) Eles é que me botaram aqui só pra me ver morrer”* (depoimento do paciente P10).

O aspecto aleatório e frágil dos vínculos não é somente caracterizado pelas relações que se estabelecem e se quebram facilmente, mas também pela mudança brusca da natureza afetiva envolvida nos laços que esses indivíduos constroem em suas vidas; pela própria natureza frágil das formas de dádiva.

Se em um primeiro momento, um tio, um outro familiar mais próximo ou mesmo um amigo se tornam os motivadores, os hospedeiros daquele migrante, após um período, de frustrações, rupturas e adoecimento, esse migrante acaba construindo um papel completamente inverso para esse indivíduo que o auxiliou em sua mudança, transformando-o em um perseguidor e o principal responsável por toda a sorte de prejuízo que esse migrante viveu depois de sua chegada.

Qualquer forma de desequilíbrio mental grave é também, dentre outras características, a própria alienação de si mesmo por isso, o indivíduo irá viver todos esses aspectos aqui explicitados como se fossem situações completamente exteriores e, muitas vezes, planejadas contra, em detrimento, a sua pessoa, exatamente por aqueles indivíduos mais próximos de si. Essas vivências vão desde a forma como se relacionam com familiar, com amigos, colegas até decisões a respeito de suas próprias vidas.

A começar, por exemplo, pela própria decisão de migrar. A migração – como já afirmamos, não se limita a um simples deslocamento espacial, mas está ligada a toda uma conjuntura de grupos sociais, como famílias, amigos, pais, trabalho, educação, moradia. Não se dorme em um lugar e se acorda em outro. Seria improvável pensar na migração como uma realização não lembrada e por isso mesmo impossível de ser relatada, vivida em memória, contada como motivo de orgulho ou mesmo de fracasso. Planejamento racional ou não, ela implica, de qualquer modo, uma forma de elaboração interna e externa como processo de decisão e como processo de auto-afirmação do indivíduo em relação a sua própria vida.

Daqueles que conseguimos uma aproximação maior no sentido de estabelecer uma conversação, mais ou menos formalizada, cerca de doze deles conseguiram elaborar um sentido mais expressivo no que se refere especificamente a decisão de vir para Brasília. As razões para migrar até existem, estão descritas – às vezes telegraficamente – nos prontuários dos pacientes. Coletadas quando das primeiras consultas, ou através de parentes ou mesmo de simples afirmações impossíveis de serem confirmadas, esses motivos, existem muito mais, como forma concreta, exterior ao próprio indivíduo do que como forma simbólica capaz de ser partilhada, de existir socialmente, a partir do próprio indivíduo migrante. A migração, portanto, é sentida, vivida e relatada como um fenômeno, como uma decisão fantasmática, sem sujeito, espalhada e fragmentada no mundo desse migrante.

Ou seja, de uma maneira ou de outra, o início de todo esse processo aconteceu de uma forma irrecuperável tanto no nível afetivo, da memória, como no nível social, pela impossibilidade de ser dividido, de ser posto dentro de uma lógica vincular da dívida. Se for impossível contar, é impossível partilhar e por isso mesmo, impossível de ser apreendido como um objeto de si mesmo. Alguns dos poucos, que tentaram explicar sua decisão de vir para Brasília, expressam uma maneira quase que aleatório de suas decisões.

A exceção dos depoimentos coletados se refere ao paciente P8. Dentro de toda a variação do discurso apresentado anteriormente, existia uma razão intrínseca relacionada especificamente à sua chegada em Brasília. O fato de ter passado em um concurso público estabeleceu um parâmetro, um vínculo concreto e simbólico capaz de criar lhe uma referência, um sustentáculo, primeiramente financeiro, mas acima de tudo, de inscrição numa lógica social, capaz, até mesmo, de ser partilhada como uma razão em sua própria história. Como ele próprio afirma, sem parecer, contudo, saber e sentir, a real dimensão da mudança que estava empreendendo,

*“(...) dessa vez eu fugi, sem fugir. Eu tinha razão de vir, qualquer um viria no meu lugar”* (depoimento do paciente P8).

Outros pacientes assim relatam essa mudança,

*“Mudei porque mudei, porque o mundo inteiro muda. Não sou de pensar. Ninguém tem nada a perder com ninguém por isso todo mundo que é mundo muda (...) Só eu na frente mesmo, tanto faz”* (depoimento do paciente P4).

*“Eu vim para cá porque eu sou doido mesmo. Falei para meus filhos que tem gente que vai para a padaria comprar pão, eu paguei minhas trouxas e “zap” cai fora. O meu negócio é sempre cair fora. É fácil assim, viu?”* (depoimento do paciente P9).

*“Me mandaram eu vir para me matar aqui e deixar meus filhos sozinhos. Depois que meu marido morreu, também quiseram me matar”* (depoimento da paciente P18).

*“Eu não sei não. Minha mãe, fala que foi coisa de meu pai. Mas foi ela também, foi todo mundo e de meus irmãos. Eu falei para não vir. Me pegaram a força e me colocaram direto numa cadeira e agora aqui”* (depoimento da paciente P23).

O eu, a decisão própria, ou simplesmente não existe, como no caso das pacientes P18 e P23, ou existe narcisicamente, como nas respostas dos pacientes P4 e P9, que na realidade é a mesma coisa que não existir. Ou seja, se posicionam acima de qualquer ordem ou referência, que possa se constituir em uma motivação socialmente referente. Por isso, a migração é descrita como uma “ida a padaria”, como um quase rapto familiar, como um “tanto faz”. Esse indivíduo que chega aqui, já era um migrante, já viajava sem qualquer forma de sustentáculo emocional.

Ao analisarmos detalhadamente a história de suas vidas, um questionamento que aparece é se esses indivíduos, antes mesmo do processo de mudança para Brasília, já apresentavam sintomas da doença que iriam se evidenciar de forma mais aguda depois de sua instalação na cidade ou se a própria mudança é a única e exclusiva desencadeadora de todo o aspecto patológico.

Os distúrbios mentais, em grande parte, não são ainda completamente entendidos principalmente no que se referem aos princípios causadores da doença. Existem suposições e aproximações de ordem psíquica, biológica e social. A causa em si não é um fator nevrálgico para nossas formulações, pois nossa intenção é compreender através da história de vida desses internos como todo um conjunto de rupturas que se estabelecem socialmente e simbolicamente em suas vidas prejudica-os tanto internamente como externamente.

A questão da condição psíquica desse migrante, tanto em relação à realidade anterior como posterior à sua mudança, se faz presente muito mais como uma outra porta de entrada na investigação empreendida a respeito da biografia dessas vidas. Existem perspectivas e diversas hipóteses que são somente perspectivas e hipóteses impossíveis de serem plenamente respondidas, mas importantes no sentido de compreender os aspectos sociais e afetivos que permeiam essas biografias e, conseqüentemente, esses relatos. O entendimento dessas diversas situações passa justamente pelo entendimento da natureza psíquica e social do próprio indivíduo. Não existe uma resposta, mas um percurso de observação e pesquisa, com várias perspectivas e formas de abordagens.

Ou seja, esse migrante que se torna interno de um hospital psiquiátrico não é um indivíduo que, de repente, simplesmente se muda para Brasília e apresenta um surto de cunho psiquiátrico, mas é a representação de seu percurso afetivo e, em nossa perspectiva, social. Sua família, sua mudança, seus ganhos e perdas (no caso, muito mais perdas e traumas do que ganhos) são resultados da natureza de suas vinculações, do estabelecimento de laços sociais, da sua presença nos diversos microcosmos sociais como indivíduo capaz de estabelecer trocas. Por isso, esse indivíduo não é somente um migrante ou um psicótico, mas é a sua própria história de vida, a natureza de suas vinculações, de seus equilíbrios e desequilíbrios.

Ao ouvir a história de vida desses pacientes, tanto em relação aos episódios narrados, como em relação à maneira como são contados (ou seja, a condição psíquica e social de quem está contando), é interessante constatar que, pelo seu histórico médico, existem poucos casos de internação psiquiátrica anterior à chegada em Brasília.

Uma das hipóteses plausíveis – até mesmo comentada por Bastide (1967) – é a de que, em suas respectivas cidades de partida, em sua grande maioria cidades pequenas e de interior, não existe forma de internação psiquiátrica e por isso, esse migrante vai experimentar se tornar interno de uma instituição médica justamente quando chega em Brasília. Ou seja, a mudança para uma cidade grande se consolida, dentro outros aspectos, até mesmo pela forma como um possível desequilíbrio psíquico desse migrante vai ser classificado e materializado dentro dessa nova realidade social.

Não necessariamente, esse paciente nunca apresentou qualquer episódio de desequilíbrio mental. Esses episódios, contudo, se evidenciaram, justamente depois de sua chegada em uma grande metrópole, tanto pela presença de um aparelho institucional próprio do poder psiquiátrico, como também pela própria natureza traumática do processo de migração, que estamos discutindo nessa pesquisa.

De qualquer forma, a mudança para Brasília se constitui em um processo de ruptura social muito evidente. Não é somente o conjunto e a natureza de laços sociais que se desfazem abruptamente, mas também está ligada a maneira como esses fiapos de relação, vínculo e realidade são vividos e percebidos pela sociedade e pelo contexto que esse indivíduo se encontra. Ao observar a trajetória desses indivíduos, percebe-se o tanto que o desequilíbrio e um processo progressivo de desagregação social e afetiva se fazem presentes tanto antes como depois da migração.

A chegada desse migrante em Brasília, em certo sentido, parece alavancar ainda mais esse processo disruptivo, a ponto de que agora, uma das conseqüências possíveis é a denominação e a classificação desse indivíduo como perturbado mental; passível de ser internado em um hospital próprio para isso. Todo o processo de migração para esses indivíduos se constitui como um processo de mudança, no seu sentido mais amplo. É impossível apontar objetivamente que esse processo é o ponto de inflexão para a constituição de um desequilíbrio mental, mas, a natureza psíquica e social desse indivíduo e do processo de mudança que ele empreende é um dos fatores constituintes dessas trajetórias desequilibradas e ausentes de vínculos que aqui analisamos.

Por isso, a chegada em Brasília é realizada e concretizada, através dos depoimentos, como um acontecimento fora de qualquer seqüência temporal e espacial. Assim, como a decisão não pode ser elaborada, a chegada à cidade é vivida como um estranhamento, sem qualquer rastro de filiação, de causa e conseqüência. É uma realização sem genitor e por isso, espalhada, fragmentada por toda a fala.

Muitas vezes, por isso a cidade é caracterizada como o centro de confluência de todas as situações extremas vividas por esses indivíduos. Como ela não é causa, nem conseqüência de um projeto, como essa mudança não pode, pelo menos nesse momento, ser pensada, ser contextualizada, a cidade pode ser qualquer coisa, ponto de referência das perdas, dos traumas, das mortes e das doenças e dos desequilíbrios.

Os pacientes entrevistados se referem à cidade com um misto de raiva e temor. Em média, depois de cerca de dois a três anos, eles foram internados no hospital e a cidade, nesse sentido, é a única referência causadora da internação e da própria doença.

*“Brasília é a pior coisa do mundo (...) Deixa todo mundo louco e bobo”* (depoimento do paciente P9).

*“Brasília é a cidade do capeta(...)”* (depoimento do paciente P10).

*“Eu não gosto daqui. Toda a minha família vai morrer aqui (...)”* (depoimento da paciente P16).

*“Eu nem sei que cidade é essa (...) As pessoas na rua ficam me encarando, me deixando nervoso. Isso aqui é fácil para deixar todo mundo doido”* (depoimento do paciente P13).

*“É a cidade que me deixou louca e perturbada. Isso aqui é de morte”* (depoimento da paciente P28).

Se anteriormente, Brasília representava, possivelmente, a miragem de uma nova vida, a solução de uma trajetória social instável; ela se torna, depois da internação, o próprio uma forma de pesadelo. Nesse sentido, não existe a Brasília real, a cidade possível, mas sim o espaço radicalmente alucinado e, por isso vivido, positiva ou negativamente. Brasília é a solução para tudo, que repentinamente – pois a vivência de um desequilíbrio é sempre fugaz – se torna um dos objetos principais de acusação e perseguição de toda uma vida.

Esse conjunto de impressões se relaciona diretamente com todo o sentido de estranhamento que Brasília provoca e que faz parte do estereótipo da própria cidade. Cidade administrativa, puramente burocrática, onde a intensidade afetiva e os vínculos sociais são desgarrados nos espaços da cidade, nas siglas dos endereços, na impossibilidade de andar a pé, de reconhecer e se reconhecer, no convívio direto e na desigualdade marcante e evidente do Plano Piloto com as cidades suburbanas.

Para Nunes (2004), o desenho da cidade mais do que aproximar, serviu justamente para afastar as pessoas, mesmo a das classes sociais mais simples, pois o espaço administrado e burocrático, não foi planejado para a mistura e para o anonimato. Segundo o autor, esse espaço de Brasília, sem história, acaba sobrevalorizando a esfera familiar e individual mais do que a comunitária.

Para indivíduos que não possuem qualquer forma de vínculo e laços sociais estáveis e significativos, a realidade espacial e social de Brasília parece ser ainda mais cruel e trágica, no sentido de um maior afastamento e uma solidão ainda mais evidente.

*“As pessoas se perdem nesses montes de números: QNA, QNB, QNW e só Deus mesmo para ajudá-las a encontrar o caminho de volta”* (depoimento do paciente P10).

*“Aqui tudo é muito difícil (...) Não tem como andar a pé (...) Um dia tentei ir para o Plano Piloto a pé, mas só me fudi, torci meu pé (...)”* (depoimento do paciente P8).

*“Parece uma cidade fantasma cheia de fantasma e que ninguém consegue enxergar e conversar com ninguém”* (depoimento da paciente P16)

É importante frisar, todavia, que existe uma razão para a mudança, como podemos observar nos quadros acima. Quando se caracteriza a migração como um sonho de melhoria de varias ordens inscritas no mundo social, esses indivíduos, aqui relatados, ao se mudaram para Brasília, foram perdendo progressivamente a capacidade de contar esse sonho, tanto para si mesmo como para os outros. Por isso, não é possível se falar de um caráter meramente aventureiro desses indivíduos no sentido de uma simples busca de emoção ou fuga. A questão é que essa motivação, contudo se perdeu no desenvolvimento da própria trajetória do indivíduo depois de chegar ao seu destino, no caso Brasília.

Não é coincidência que uma das características clássicas do psicótico é justamente a sua incapacidade de sonhar; ou seja, a sua incapacidade de buscar dentro de si as suas referências pretéritas e presentes como forma de estabelecer um conjunto de sustentáculos identitários, na expressão de Grinberg (2002). O sonho é a própria forma de conjugar as relações estabelecidas no mundo cotidiano com o imaginário, de relacionar a vida possível, cheia de erros e acertos, com aquilo que se imagina, se projeta, se cria mentalmente como possibilidade para a própria vida.

Nessa ordem, o processo de migração aparece como um dado randômico; se localiza numa espécie de vácuo de uma não lembrança. O trauma, caráter intrínseco a qualquer mudança, o sentido de ruptura individual e social não mais existem como forma de lembrança ou como forma de dor, ou como qualquer outra forma de inscrição social dentro da dinâmica de vínculos. Foram renegados; apagados, impossíveis de se colocarem em circulação; não são objetos nem de doação e nem de retribuição. Todo o processo se torna, portanto, uma ausência, uma impossibilidade de se transformar em um diálogo, para o outro e para o próprio indivíduo.

Berger e Luckmann (1983) explicam que as experiências sociais vividas pelo indivíduo estabelecem, dentro de sua trajetória de vida, uma espécie de microcosmo, um conjunto de referências, que possibilita o indivíduo acessá-lo quando necessário. Ou

como explica Aulagnier (1979), o indivíduo, progressivamente, através de sua capacidade de se colocar em relação com o outro e, por isso, com o mundo, vai estabelecendo uma espécie de projeto de identificação, uma bagagem de viagem onde está contida todas as formas de experiências, de moedas de troca, de símbolos para localização, de identidades e equilíbrios.

Por isso mesmo, a complexidade das relações sociais, a interdependência e a fluidez de suas fronteiras podem constituir em armadilhas quando o indivíduo não consegue elaborar, dentro dessa realidade, um razoável potencial de adaptação e plasticidade em suas relações sociais, quando não consegue construir e acessar esse conjunto de referências.

Nesse sentido, ao tentar se trancar dentro de sua trajetória social, muitas vezes acaba recebendo, com muito mais força e rispidez esse novo mundo, que o assusta, que lhe aparece como um estranho; sua própria construção simbólica não pode ser utilizada por que lhe é simplesmente estranha, não reconhecível. Justamente podemos retomar um escrito de Freud (1919), a cerca da noção de estranho, quando o psicanalista afirma que o eu tende a ver como estranho e ameaçante, tudo que percebe como diferente de si.

Em seu texto, *O estranho*, Freud (Op. cit) analisa com especial atenção o conto *O Homem de Areia* de Ernst Hoffmann. A discussão psicanalítica do conto é estabelecida justamente em razão, dos limites entre a realidade e o imaginário, sustentada pela atmosfera ambígua das memórias assustadoras da infância do personagem. De acordo com Freud, a sensação do estranho ocorre não por algo exterior que acomete o sujeito, mas por emoções e vivências reprimidas na infância e revividas por meio de impressões. Esta negação do diferente pode ser interpretada muito mais como uma denegação, ou seja, uma espécie de auto-negação: do que, em mim, não quero aceitar, projeto no outro e por isso me escondo e por isso estou constantemente sendo perseguido e instável.

O personagem do conto vive um eterno presente traumático, vazio de realidade, pois projeta sobre outros todo o seu conteúdo de traumas e imaginações. Nesse sentido, a linguagem do personagem vai se tornando progressivamente mais intrincada, pessoal e, por isso mesmo, mais difícil de ser partilhada.

A ruptura progressiva com o mundo de relações, parece justamente marcar a vida desses migrantes, instalando uma espécie de ausência de afetos, de sociabilidade e, por isso de possíveis trocas e realidade. No sentido demarcado por Freud (Op. cit), toda

essa dimensão ausente na vida desses indivíduos vai aparecer a partir de um estranhamento de si mesmo e do mundo, tornando a ausência presente de uma forma excêntrica ao mundo, delirante.

No fundamento do isolamento (poderíamos completar, tanto psíquico como social) e também da violência, pode-se encontrar, inconscientemente um desejo de anulação da diferença. Esse movimento de isolamento seria uma reação de tentar expulsar para fora do eu, partes de si tidas como indesejáveis. Nesse esforço de isolamento e preservação do eu, o indivíduo, demonstra Modell (1993) acaba por garantir uma espécie de vitória trágica, pois se fechando para os outros, um indivíduo, inadvertidamente, acaba se fechando para si mesmo. Nesse sentido, reforça o psicanalista, o sujeito se fecha as apreensões afetivas e concretas do mundo em que habita.

O estranho de Freud se torna presente justamente a partir de toda uma estrutura do indivíduo que se separou da realidade, que não se coloca em troca e que acaba por contaminar toda a apreensão do próprio sujeito. Esse abalo e essa forma de contaminação se fazem presentes, em um sentido social por esse sentido mais claro e extremo de não realização do sujeito na própria sociedade. As relações, os laços, as trocas são irrealizáveis, impossíveis de serem elaboradas com os fatos sociais, com os outros indivíduos.

Psicanaliticamente, podemos entender que o migrante, muitas vezes perturbado com esse novo ambiente, recusa e é recusado por esse outro familiar que prontamente rejeita o estrangeiro e, também, é rejeitado por ele. Estranho se torna justamente esse algo que mora no sujeito, mas ao qual este não tem acesso consciente. Esse tipo de funcionamento psíquico explicaria de alguma forma os sentimentos agressivos dirigidos à figura do migrante e que o migrante muitas vezes recusa na figura do novo. Repulsar o estrangeiro, o estranho, é uma forma de conjurar nele aquilo a que ele lhe remete, mas que não quer conhecer.

Como demonstramos, todo o processo de socialização da criança se constitui em uma tentativa de estabelecer uma relação simétrica entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva, mediante a figura e a presença do outro e através da internalização e participação do indivíduo na construção das estruturas do mundo exterior e social. Necessariamente, esse processo de socialização nunca termina e por isso mesmo essa simetria nunca é completa, pois se deve levar em conta as diversas variações subjetivas do indivíduo nessa relação entre interior (psíquico) e exterior (social).

Em resposta a essa impossibilidade de reabsorver em sua consciência o mundo exterior, esse indivíduo vai elaborar uma espécie de contra mundo que se tornará sua resposta subjetiva à realidade exterior. O psicótico tem sempre, como ponto de partida, um encontro traumatizante com algum aspecto da realidade assimétrica e, nesse sentido, ele reage a essa situação a partir de uma simetria imaginária, distinta da produzida em um processo de socialização dito normal.

O processo de socialização de uma pessoa dita normal não é um processo de obtenção de simetria, mas sim uma construção que permite ao indivíduo ser capaz de promover, de estabelecer uma posição conciliadora na realidade ambígua. Como demonstramos anteriormente, a dádiva é em si assimétrica e trabalha com pólos ambíguos – liberdade e obrigação, interesse e desinteresse, e quando é posta em circulação, pelo indivíduo justamente na busca de promover uma relação com essa assimetria.

Para Aulagnier (1979), no referencial da psicose, ou mesmo das desestabilizações psíquicas, a relação com os outros, juntamente com a idéia de confiança, de carisma, de gratuidade perdem o sentido. No registro da psicose, o sofrimento se segue a um desinvestimento, uma mutilação ou um abandono, ou seja, justamente a idéia de interação da dádiva acaba por não fazer sentido dentro de um contexto de uma doença mental.

O psicótico é aquele que, justamente, viaja ou migra sem bagagem, sem rastro e sem lastro; sem ter o que trocar para morar, comer, sonhar, conhecer, desconhecer, sonhar e viver. Bion (1991) considera a possibilidade de construção e manutenção, dentro da vida psíquica, de uma função continente como a condição por excelência da saúde mental. Se ampliarmos esse modelo para a vida social e para a capacidade do indivíduo de conter e ser contido (de dar, receber e retribuir) o raciocínio do psicanalista inglês se torna ainda mais esclarecedor. O funcionamento psicótico, sem continente e contido, ou seja, sem capacidade de relacionar-se, torna impossível a diferenciação entre si mesmo e o outro, interno e externo, fantasia e realidade, entre dar, receber e retribuir. E, justamente, se não há a troca, se não há ambigüidade, não existe a possibilidade, nem real e nem em fantasias, de conter e ser contido por si mesmo e pelo mundo que o circunda. O psicótico seria aquele migrante que viaja sem nada.

O doente seria aquele que não consegue estabelecer uma interação a partir dessa assimetria da dádiva, ou seja, ele vive uma própria ausência de vinculação e por isso não consegue, através de suas relações sociais, lidar com o reconhecimento dessa dicotomia entre o exterior e o interior, o próprio *self* e o outro. Como explica Aulagnier

(1979), o psicótico é aquele que não estabelece vínculos ambíguos consigo mesmo e com o próprio mundo.

O universo da dádiva é o operador dessa ambivalência, ou nas palavras de Caillé (2006), um operador ambivalente da ambivalência. A dádiva, ou seja, a interação entre indivíduos, não vai expurgar a assimetria, pois a subjetividade é si um conjunto de ambivalências, de imaginários construídos individualmente a partir da relação do sujeito com o mundo social que o cerca. As expressões sociais estabelecem efetivamente uma linguagem onde a realidade possui um caráter sistemático que vai estabelecer determinados padrões socialmente aceitos, capazes de mediar a comunicação entre os indivíduos daquele meio social em particular, conformando assim uma espécie de identidade social de comunicação ou nas palavras de Mauss (2001), expressão obrigatória de sentimentos.

A ambigüidade (exterior e interior, indivíduo e sociedade, desejo e realidade) pode ser justamente vivida a partir da capacidade de estabelecer a dádiva, como instrumento dessa dicotomia assimétrica do mundo. O psicótico, o doente, se definirá justamente por sua permanência na negação de interagir dentro desse campo assimétrico, que a dádiva representa como paradigma.

Para este indivíduo o universal se anula na singularidade e no acidental de um elemento, perdendo toda a possibilidade de simbolização e tornando-se prisioneiro da coisa corporal que o encarna. Por exemplo, o psicótico sabe que existem pais, mas ele não pode conceber a função da classe e do sentido de pai, ou seja, a representação simbólica do significado de paternidade, ou de maternidade, ou mesmo de sociedade. Por isso vive o conceito de paternidade (ou qualquer outro) como uma simples extensão da relação entre ele e este pai concreto ou entre ele e sua ausência. Nesse mundo não há qualquer traço de ambigüidade ou dúvida, da dádiva e do simbólico; é o mundo da coisa em si, do concreto, da manifestação totalizante da perseguição paranóica ou do nada absoluto.

Winnicott (1994) desenvolveu um pensamento singular que consegue contemplar, dentro de os aspectos teóricos psicanalíticos, a idéia não só de uma produção interna das fantasias inconscientes do indivíduo, mas da necessidade e do aspecto primordial da relação desse indivíduo com a realidade, ou seja, com o outro, com seus objetos também externos a ele.

Para Winnicott (Op. cit), a relação que o sujeito pode estabelecer com o mundo exterior – chamada por ele de “uso do objeto” – se assemelha de sobremaneira a idéia da dádiva, que aqui desenvolvemos. Segundo o psicanalista britânico, a possibilidade de o indivíduo encontrar um ambiente acolhedor para si (e para suas fantasias) se relaciona diretamente com a capacidade que o indivíduo possui de se comunicar, consciente e inconscientemente, com o mundo externo e dele também receber uma outra forma de confirmação de sua existência, podendo assim, continuamente, se relacionar com o mundo, confirmando para si e para o outro a sua própria existência.

Premido de um impulso de sobrevivência, que na leitura de Winnicott (1994) é essencialmente de caráter agressivo, mas não necessariamente negativo, o indivíduo vai testar, desde a infância, a capacidade dele e do mundo de sobreviver às suas fantasias, ou seja, de estabelecer vínculos. A relação social, nesse sentido, implica – assim como na idéia da dádiva - uma certa ambigüidade, onde o seu estabelecimento comporta tanto a idéia de um vínculo onde o indivíduo busca o outro como confirmação de si, mas ao mesmo tempo, se separa do outro, para buscar essa estabilidade psíquica. Ora, se as relações intersubjetivas perdem sentido, sua identidade não consegue encontrar referências internas e externas para se sustentar, estabelecendo, assim, uma clivagem entre desejo e realidade, desorganizando-se.

Se pensarmos um modelo, seguindo a sugestão de Winnicott, o sujeito a todo o momento está buscando estabelecer vínculos que possam não somente dar sentido à sua existência física, social e psíquica, mas também acolher suas referências, suas idéias, fantasias, sonhos e projeções.

A entrada em um mundo social e a possibilidade de estabelecer relações é justamente a condição psíquica e social, de acordo com a idéia da dádiva desenvolvida por Mauss, de desenvolver uma autonomia própria, encontrando em si e no outro sua própria dimensão interna e externa, sua própria condição de indivíduo autônomo.

Nesse sentido, a trajetória de uma constituição e construção individual, nos seus aspectos mais amplos e dinâmicos passa justamente por esse conjunto de vinculações, que o indivíduo é ou não capaz de realizar. A qualidade e o significado psíquico e social de dar, de receber e de retribuir parecem ser pontos de suposições, de investigação do próprio movimento do indivíduo no sentido de se constituir.

Como sugere Caillé (2006), podemos pensar, dentro da dinâmica da dádiva, como representar as modalidades comportamentais e psíquicas de um indivíduo, dentro de um determinado contexto social, ou, em outras palavras, como representar sua dinâmica de interação com outros indivíduos. O autor sugere que seria possível pensar em aspectos patológicos de uma personalidade individual, justamente, a partir dos pólos de ambivalência do funcionamento da dádiva: o par interesse/desinteresse e a obrigação/liberdade.

Ou seja, os diferentes estados patológicos, representados pelos seus discursos delineados e delineadores, seriam, nessa visão, formas pontuais de fixação do indivíduo em um desses momentos, de dar, de receber e de retribuir, e em um desses pólos de ambigüidade. O indivíduo se fecha para esse novo espaço, onde as pessoas, coisas, impressões, eventos e situações podem despertar sentimentos de estranheza e podem ser associadas a um sentimento de desamparo. A dádiva, por esse raciocínio, é uma espécie de inflexão, de identidade social e psíquica, de pulsão – para usar um termo cara à psicanálise – que vai lançar, constantemente, o indivíduo, de maneiras diferentes, mais ou menos estáveis, mais ou menos patológicas, para as diversas realidades e experiências em que ele se encontra. Por isso mesmo, os diversos estados patológicos elaborados se referem a um conjunto de variáveis que impedem a comunicação entre as diversas instâncias psíquicas e, portanto, entre seres humanos, num nível tanto emocional como intersubjetivo e social.

Em cima dessa concepção apresentada, o indivíduo migrante desestabilizado poderia ser analisado, por exemplo, dentro do novo espaço social (a cidade grande), como um indivíduo que não consegue perceber a dinâmica gratuita da dádiva e começa a lidar com suas relações como, necessariamente, marcadas por uma obrigação. Muitas vezes, em meio a um delírio paranóico de perseguição, estado típico da estrutura psicótica, o indivíduo não consegue estar dentro do círculo de dar, receber e retribuir, porque justamente não consegue perceber as formas que esse novo contexto social lhe oferece. Poderíamos afirmar que este indivíduo não compreende a dádiva como um tripé, mas sim como uma estrutura onde tudo e todos se voltam a ele, a partir de uma de atitude de retribuição violenta, ameaçadora e desagregadora.

O ausente da dádiva é justamente aquele indivíduo que, paralisado não se coloca, ou não constrói e nem consegue enxergar a liberdade inerente ao processo de criação de vínculos e por isso se separa dos outros indivíduos, do convívio, da própria realidade,

é justamente se colocar fora do jogo intercambiável entre realidade e fantasia. A loucura, a doença mental, seria, portanto, esse processo progressivo ou mesmo abrupto de separação e ruptura de trocas simbólicas com o mundo e consigo mesmo.

O indivíduo, que aqui apresentamos, tem a sua trajetória de vida marcada substancialmente por essas rupturas, por vínculos desfeitos, por uma afetividade interrompida por mudanças, mortes, desaparecimentos, demissões, estranhamentos. É justamente partir de um episódio de frustração, um trauma violento, do isolamento ou da negação por parte de familiares ou da sociedade que um terror anômico se instalará no indivíduo, uma espécie de quebra individual e coletiva que o impede de interiorizar e construir para si mesmo uma realidade social que o circunde. Tal como uma imagem de um satélite que perde contato com a Terra, o indivíduo, nesse sentido, parece girar em falso, numa espécie de vácuo, sem agarras e sem referências, um satélite enlouquecido.

É justamente essa realidade, permeada de relações afetivas e de laços sociais dos mais diversos e possíveis, que se separa pela ausência da dádiva; que não é mais matéria de trocas, que não é mais realizável e por isso se faz presente de uma forma outra: pelo delírio, não só do afeto que não é possível de se elaborar, mas também, o doente delira a respeito dessas trocas sociais que não são possíveis, ele delira uma vida, uma existência social, tumultuada e por vezes impossível de ser vivida de maneira minimamente equilibrada.

Seguindo este raciocínio, poderíamos denominar esses pensamentos ou essa estrutura desestabilizada a partir da idéia de estruturas asistemáticas, no sentido de que o doente mental se expressa por meio de elementos díspares elaborados a partir de referências e sistemas variados e estruturalmente cindidos dentro da trajetória social desse sujeito. O enfermo trabalha com todas as metalinguagens possíveis de uma vez, ou seja, o doente mental conjuga em si todas as contradições de sua trajetória ou de sua socialização, formando em si um conjunto de símbolos incoerentes e, por vezes, até mesmo, antagônicos.

O pensamento delirante e a constituição dessas fantasias de simetria, demonstra Bastide (2001), é um percurso que se forma, através do delírio, em uma contínua subversão da sintaxe e do léxico. Não quer dizer, contudo, que o psicótico não possui um conjunto sintático ou léxico, nesse sentido um conjunto de símbolos, mas sim que ele se utiliza simultaneamente de todas as variantes possíveis, não há uma linearidade passível de ser trocada e por isso compreendida pelo outro, pois também não há um outro, cujo

discurso deve se dirigir e se fazer entender. Por isso mesmo, por estar além e ao mesmo tempo aquém da possibilidade de se compartilhar, o discurso (do) psicótico, como afirmamos anteriormente, é justamente aquele que se pretende sem falhas, sem ambigüidades, incapaz, por isso, de se colocar no jogo ambíguo e incerto da dádiva.

Fechado em si mesmo, o sujeito e o seu discurso se destacam tanto da lógica social, como da lógica da estrutura e do sistema lingüístico. É justamente um discurso que se recusa a participar para os outros e para si mesmo e, que por isso, se perde em um vazio de realidade.

*“Como conseqüência, escapa-lhe a possibilidade de fazer os outros admitirem uma conclusão contraditória àquela resultante do encadeamento dos enunciados sucessivamente pronunciados. Cada vez que o discurso recusa aos outros a possibilidade de relativizar o escutado, e de se atribuírem o direito de aceitá-lo, afirmando que tal ou tal enunciado tem um duplo sentido e pode, sem anular o conjunto, ser compreendido de outra maneira, isto é, cada vez que o discurso pretende esta objetividade exhaustiva, ele se vê obrigado a demonstrar uma conformidade absoluta entre o objeto do qual ele fala e o enunciado sobre este mesmo objeto” (AULAGNIER, 1979: 132).*

Quando denominamos a loucura como uma espécie de ausência de sentido da dádiva é justamente porque a própria dádiva representa toda essa ambigüidade e dúvida inerentes a qualquer forma de associação entre dois seres humanos. Dessa forma, esse migrante analisado, ao, progressivamente, romper seus vínculos, parece de alguma forma, tentar romper também com todo o funcionamento da própria sociedade, com todas as suas ambigüidades e incertezas.

A psicose, nesse sentido, é um movimento para se acabar com o incerto e com o ambíguo. Não há espaços para ambigüidade justamente porque, não há espaço para as relações, que são ambíguas, para a própria migração, que é ambígua, contraditória e traumática, para novos laços sociais, que também se apresentam incertos. No modelo psicanalítico, a entrada do pai nessa relação primária entre mãe e bebê significa justamente a entrada de um fator de incerteza e ambigüidade naquela relação, que fantasio-

samente, é vivida como uma relação de certeza, onde não há dúvidas, mas só um estado fusionado de intenso prazer.

Tanto as instituições como os papéis dos indivíduos, dentro das diversas dinâmicas sociais, podem se relacionar através de um conjunto de referências e significações diversas recolhidas pelo indivíduo durante sua trajetória social. A capacidade do indivíduo de estabelecer interação de si com os outros, ou seja, de colocar em circulação suas referências sociais e individuais é justamente a possibilidade de se elaborar uma costura integradora dos processos socializadores de si mesmo.

A aceitação da realidade social significa concretamente uma necessidade da própria existência do eu como eu, tanto em suas funções primariamente biológicas, como no seu sentido social. Como explica Castoriadis (1999), trata-se, não somente de uma existência baseada em coerções e sanções; interditos e injunções, mas também das condições essenciais do próprio pensamento do indivíduo e de sua própria existência, marcada por um processo contínuo e histórico de constituição social e psíquica.

O vínculo simbólico e as relações sociais estabelecidas são importantes para a constituição do sujeito, representada pelas experiências de continuidades vividas principalmente em referência a tempo e a espaço. Os migrantes, aqui analisado, representam, não só em um sentido analítico, mas também em sua própria trajetória de vida, todo um conjunto de situações sociais extremas, onde o sentido de continuidade nunca é completamente estabelecido.

A própria decisão de migrar e todas as conseqüências advindas daí sugerem uma forma típica de vivência do mundo: a ausência de uma capacidade de simbolizar, ou seja, de experimentar tanto psíquica como socialmente a própria confluência da sociedade, da convivência, mais ou menos íntima, com os outros indivíduos e consigo mesmo. A ausência de trocas, de relações e vínculos sociais e sua substituição por um modelo esvaziado e alucinado de rompimentos, perseguições, terror e fugas, significa justamente a perda tanto da própria significação da sociedade como de si mesmo; por isso, são histórias perdidas, rumos ignorados.

## CONCLUSÃO

Percorrer e analisar a trajetória de vida dos indivíduos, apresentados neste trabalho, implica, necessariamente, no desenvolvimento de um embasamento sociológico que constantemente perpassa, direta ou indiretamente, a relação clássica da própria sociologia; como perspectiva científica de entendimento do processo de interação entre indivíduo e a sociedade.

O percurso do indivíduo, que sai de um determinado local de origem – que muitas vezes é o mesmo em que passou toda a sua vida – e chega à Brasília e, depois de um curto período de tempo, adoece e, mais do que isso, se torna interno de um hospital psiquiátrico, possibilita o desenvolvimento de uma forma de análise ampla de suas biografias. Primeiramente, se buscou compreender como ocorre o processo de formação do próprio indivíduo dentro de um determinado meio social e como esse processo, ininterrupto, é marcado justamente pela capacidade e pela possibilidade que esse indivíduo tem de construir ou não relações e vínculos de formação e compreensão tanto de si mesmo como da própria sociedade. O desafio, implícito nessa pesquisa, constituiu-se em buscar, dentro da tradição sociológica, formas, de leitura e explicação da existência social desses indivíduos, das formas como, ao mesmo tempo, ativa e passivamente eles construíram suas diversas formas de inserção no mundo e, por isso, na realidade, tanto nas suas expressões internas como externas.

Portanto, subjacente ao tema da própria migração, dos espaços de origem e de destino, da formação estrutural desse fenômeno de deslocamento, da questão da psicopatologia da saúde mental, do funcionamento de um hospital psiquiátrico, nossa investigação, pelo menos em seu sentido teórico e mais amplo, se concentrou na realidade social e nos deslocamentos que compõem a própria trajetória de um indivíduo, como um ser que se insere e é inserido dentro de uma múltipla realidade social.

Por isso, o percurso teórico desse trabalho pode ser lido e interpretado como a trajetória de um sujeito social: da sua condição primária de nascimento às varias e complexas formas de inserção no mundo social, com especial atenção àquelas citadas acima. Além do percurso em si, a observação e construção teórica e prática buscou entender como a natureza e a qualidade dessas inserções podem se constituir como uma das explicações de um processo de adoecimento social e psíquico de um migrante que chega à Brasília.

Ao desenvolver, paralelamente, o conceito de socialização e a idéia da dádiva, como paradigma primordial para se entender a dinâmica interativa entre os indivíduos, tentamos abarcar justamente esse desenho do indivíduo como partícipe de contextos sociais múltiplos que tanto contribuem para o desenvolvimento e a confirmação constante de sua identidade dentro da sociedade como também estabelecem, de maneira mais ou menos abrupta, processos de desagregação identitária.

O que justifica, por isso, um diálogo constante que elaboramos entre a sociologia e algumas elaborações e desenvolvimentos psicanalíticos a cerca do sujeito e de seu desenvolvimento no mundo. Se for preciso entender toda a dinâmica da relação que o indivíduo elabora com a realidade exterior e consigo mesmo, no sentido de um adoecimento psíquico, faz-se necessário ampliar o foco de visão tentando mostrar que ambas as perspectivas, ao invés de se oporem diretamente; na verdade, servem como complementos para se entender o sujeito e sua capacidade, ou não, de entendimento e inserção no mundo.

Tradicionalmente essa aproximação sempre foi vista com reservas, justamente, devido à forma como a sociologia observa o indivíduo e suas construções e a maneira como a psicanálise relaciona o desenvolvimento do sujeito. A favor da sociologia, a psicanálise moderna – principalmente depois do desenvolvimento construído de um lado por Lacan e por outro por Bion, Winnicott e seus respectivos seguidores – deixa de avaliar o sujeito como uma entidade formada exclusivamente por estruturas internas que se relacionam somente entre si e passa a dar valor às formas como essas estruturas internas interagem com a realidade exterior, modificam e são modificadas por elas, no sentido de formação psíquica do próprio sujeito.

Por outro lado, progressivamente, a compreensão desse indivíduo social, no âmbito da sociologia, tenta não se limitar apenas à relação e à existência puramente concreta e aparente da sociedade sobre o indivíduo e do indivíduo sobre a sociedade como instâncias separadas e que se comunicam, sempre, por oposição. O entendimento sociológico mais contemporâneo constrói uma relação entre o individual e o coletivo como um processo interativo impossível de ser separado. O indivíduo, por isso, não é mais um ator solitariamente ativo ou passivo de uma realidade puramente externa, mas é considerado um construtor, dentro de um contexto social, que abriga tanto os fatos puramente

concretos como também possibilita uma espécie de construção simbólica de si mesmo e do mundo em que ele se encontra.

Elias (1994) afirma, por exemplo, que a psicologia, como estudo da psique humana, deveria ser o elo entre ciências naturais e humanas, visto que tanto a estrutura interna de um indivíduo, como a estrutura e o funcionamento da sociedade e da própria história são indissociáveis, por isso, complementares e só podem ser estudadas em conjunto. O processo de intercalar, na elaboração desse trabalho, uma leitura social e psicanalítica significa, por isso, a tentativa de mostrar as possíveis aproximações entre esses dois discursos.

A própria idéia de socialização está ligada às formas de construção intermitentes da relação entre o indivíduo e as diversas estruturas sociais em que ele interage. Esse processo de interação abarca tanto a idéia de uma progressiva capacidade, ao mesmo tempo, adquirida e construída, de participar dessa elaboração constante dos fatos e da realidade social, como também a noção de construção de formas de entendimento, simbólicas e imaginárias, de si mesmo e do mundo.

Nesse sentido, a construção social da realidade, nos termos de Becker e Luckmann (1983), significa tanto a possibilidade de inserção do indivíduo na sociedade, como também a condição e a qualidade dessa inserção como fator de manutenção das estruturas sociais e individuais do próprio sujeito. Ou seja, os diversos microcosmos sociais são as possibilidades de significação do indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, representam uma série, não contínua e não linear, de confirmação da própria condição do indivíduo como autor e objeto das condições de realidade que o cercam.

O paradigma da dádiva, desde a concepção inicial desenvolvida por Mauss até as posteriores elaborações realizadas pelo grupo de Alain Caillé, MAUSS, é justamente o ponto de contato marginal dessa relação entre indivíduo e sociedade e mesmo entre a sociologia e psicanálise. Ao buscarmos compreender de que forma o indivíduo estabelece, mantém e mesmo rompe um vínculo com outro indivíduo ou grupo social, esse processo de construção da realidade social torna-se ainda mais vinculado à trajetória de vida do indivíduo, tanto aos aspectos mais estruturais, de socialização, como à realidade mais imediata e cotidiana do significado, social e afetivo, das relações sociais tanto de ordem primária como secundária.

O sentido de dar, receber e retribuir e a ambigüidade, inerente e que conjuga, ao mesmo tempo, os sentidos de interesse e gratuidade, obrigação e liberdade, conferem à idéia da dádiva um forte poder explicativo tanto da condição social do indivíduo como sujeito produtor e receptor de vínculos sociais, como sujeito que consegue ou não se inserir dentro de contextos sociais permeados por relações, mas também estabelece uma relação, muito interessante, com o próprio funcionamento psíquico, descrito pela psicanálise.

A compreensão da relação psíquica entre sujeito e seus objetos (pessoas, coisas, enfim realidade) passa também, a partir de uma leitura psicanalítica mais contemporânea, pela necessidade de se estabelecer vínculos a partir de uma noção de alteridade, como condição de existência de um outro como diferente do próprio sujeito e como noção de dependência, a partir da idéia de construção social de si e da realidade.

Nesse sentido, o próprio funcionamento dos aspectos psíquicos de um indivíduo pode ser interpretado também pela possibilidade ou não de ele se tornar capaz de dar, receber e retribuir ambigüamente seus objetos internos, de (re) arranjar-se ou não em um sentido que inclui além da dinâmica social que ele se insere, toda sua estrutura interna, psíquica e afetiva.

A constituição patológica do indivíduo pode ser interpretada, portanto, a partir da própria dinâmica ambígua da dádiva, no sentido que a estrutura dos vínculos, relações, afetos e interações sociais estarão ligados diretamente à capacidade de estabelecer, de construir e manter uma identidade psíquica e social mais ou menos estável.

Ou seja, um indivíduo com determinadas disposições, pouco resistente a determinados tipos de tensões ou mesmo de quebras repentinas de vínculos e referência, desmorona na medida em que tais vínculos desaparecem ou ficam para trás temporalmente e espacialmente. Os possíveis e até mesmo inevitáveis distúrbios dentro de cada trajetória social acabam por que gerar diversos conflitos nos quais o indivíduo não consegue cumprir ou realizar as exigências dos novos possíveis vínculos ou identidades a sua disposição.

Ao entendermos, primeiramente no sentido teórico, os componentes, macro e micro sociológicos, da relação entre um indivíduo e a realidade social, necessariamente, estamos abrindo a possibilidade para se investigar como um fenômeno como a migração pode se tornar dentro da realidade vivida interna e externamente, um fator, dentre outros, de desestabilização da condição social e psíquica desse migrante.

Por isso, o entendimento do processo de migração, nessa pesquisa, aparece, ao mesmo tempo, como um ponto de compreensão e de perspectiva, a partir dos quais podemos observar e analisar toda a trajetória de vida desses migrantes e internos. A migração não é somente um fato pontual em suas vidas, não significa apenas uma simples mudança espacial, mas sim, parece marcar de sobremaneira esse processo de construção social e psíquica do próprio indivíduo tanto na realidade posterior à mudança, como também na natureza de vínculos e laços sociais anterior até a ela.

A migração funciona, portanto, como ponto de partida e se torna, com o desenvolvimento da pesquisa, um privilegiado ponto de observação, onde se é possível avistar traços de vidas, de trajetórias, de microcosmos sociais por todos os lados. A migração, no desenvolvimento e no sentido dessa pesquisa não é somente a mudança em si para Brasília, mas é a própria condição, real e metafórica, da qualidade da trajetória de socialização e vínculos empreendidos por esse indivíduo durante toda a sua vida.

A migração parece funcionar como a qualidade que adjetiva a vida desses migrantes, suas trajetórias, seus rompimentos; migra da família, de amigos, de trabalhos, e de si mesmo. Por isso, esses migrantes podem ser considerados migrantes de suas próprias vidas, de suas próprias realidades, onde a mudança do campo para uma cidade não significa a possibilidade de melhoria, de desenvolvimento ou de crescimento pessoal e social, mas se vincula, sobretudo, a um sentido de perda, de ruptura e desestabilização.

A mudança para Brasília é uma espécie de concretização e ápice de todo esse processo de rompimento. O ponto comum dessas histórias é justamente a falta de continuidade do aspecto de construção social e psíquica de si mesmo e a migração se transforma em mais um ponto de desvinculação social e afetiva; é a concretização de uma condição de rupturas e desvinculações já existentes anteriormente.

Uma história de quebras e rupturas que acontecem progressivamente – família, amigos, escola, trabalho, cidade de origem, Brasília, local de moradia, religião – transformando esses microcosmos em uma espécie de formadores negativos da condição de realidade desses indivíduos, como centros, não mais de construção, de simbolização, de formação, mas nós disruptivos, teias impossíveis de serem seguidas, elaboradas ou mesmo vinculadas a qualquer realidade<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> David Cronenberg, cineasta canadense, realizou em 2002 um filme chamado *Spider*, relatando justamente a vida de um psicótico. A metáfora de uma teia de “aranha” intrincada, impossível de ser desvendada, compreendida pelo próprio personagem e por qualquer outro é pertinente como relação com a própria trajetória de vida desses indivíduos.

Como afirmamos, a chegada do migrante ao hospital psiquiátrico se transforma, a partir dessa condição, na única possibilidade de captura; de entendimento dessas biografias como pontos de convergências. A memória, a pegada; o único ou um dos poucos traços concretos, socialmente instituídos, que esses sujeitos deixaram ou ainda deixarão, certamente, será um número de prontuário, um breve histórico de vida e uma relação, mais ou menos, grande de medicamentos e procedimentos realizados. Após essa passagem pelo hospital, muitas vezes, no pé da folha do prontuário – a respeito do destino desses indivíduos – está marcado “rumo ignorado”, migraram novamente; mais um vínculo quebrado, não existe sentido, é repentino e ignorado.

Nessa teia de pouca ou quase nenhuma convergência e entendimento não é somente o rumo de partida do hospital que é ignorado. Ao entramos em contato com essa diversidade de histórias percebemos que, no próprio ato de contar desses indivíduos, todo e qualquer aspecto de suas vidas parecem realmente sem destino, com uma explicação ignorada, confundida e delirada.

A teia biográfica de suas trajetórias sociais, difícil de ser seguida, parece, ao mesmo tempo, ser causa e consequência dessa confusão delirante, dos discursos imprevisíveis, sem destino de partida e de chegada, sem qualquer identificação. Quando denominamos, essa condição de vida, essa qualidade de trajetórias de relações sociais, como marcadas pelo negativo, pela ausência da dádiva, é justamente em razão desse aspecto inóspito e desértico que se observa a respeito dessas vidas, onde não há personagens e vínculos reais, mas uma multidão delirante e sem destino, que não pode falar de si mesmo, falar do outro e da própria sociedade.

Não há o jogo ambivalente da dádiva, de vínculos afetivos, justamente porque não há um reconhecimento, construído socialmente e também psiquicamente. A multidão, a alcatéia de lobos, sugerida como imagem psicótica/esquizofrênica por Deleuze e Guatarri (2004) em *Mil Platôs*, é indistinta, impossível de ser individualizada, percebida como função autônoma do sujeito psicótico; um rizoma sem começo, meio e fim. Tal como as histórias aqui apresentadas e analisadas, as vinculações e as relações sociais formam um grande quadro confuso, uma trajetória negativa de desconstrução social e psíquica: de migrantes a internos de um hospital psiquiátrico.

O trabalho de pesquisa, aqui apresentado, se constitui, portanto, em um conjunto de relatos marcados essencialmente por um sentido de fragmentação muito grande, que marca uma sensação de angústia e sofrimento, provocando, no sentido mais imediato,

uma confrontação direta com quem o lê. Se qualquer forma de entendimento e de leitura implica, necessariamente, na busca por uma compreensão, se não direta, pelo menos emocional, é justamente a angústia do não entendimento, de um sentido frágil e às vezes ausente, que perpassa essas histórias de vida.

A experiência direta com esses indivíduos dentro de uma instituição psiquiátrica, carrega em si mesmo uma natureza pesada de intranqüilidade, onde parece não ser possível ouvir, relatar e construir um sentido apaziguador. Há sempre uma busca de alguma ligação, de emendas nas histórias, de vínculos, de um simples sentido com uma realidade ordinária (de nós mesmos).

São trajetórias ignoradas, rumos ignorados, povoados fantasmagoricamente por uma coletividade de perseguidores, de vazios, de esquecimentos e fragmentos. A relação, tantas vezes mencionada, entre indivíduo e sociedade, parece, todavia, ser formada na verdade por fragmentos de sociedade e fragmentos de indivíduo, estilhaçados numa realidade em que esses migrantes e pacientes não conseguem viver, por isso se defendem, rompendo, sendo e se fazendo, inconscientemente, fragmentados.

Por isso, esta pesquisa não se construiu a partir de constatações fechadas, conclusivas, com argumentos diretos e precisos, mas de alguma maneira tentou analisar, interpretar e, sobretudo, tatear progressivamente uma forma de procurar por esse indivíduo, que constantemente escapa. Fomos em busca de pedaços de pistas, de pegadas de pedaços de vida; uma espécie de procura por um sentido que, de antemão, é e será sempre incompleto, pois essa é a condição desses migrantes; essa é a condição do próprio ser humano.

## BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Andrew. **The Contemporary Relevance of the Chicago School.** In: Social Forces, Vol. 75, No. 4, p. 1149-1182, Jun. 1997.

ALEXANDER, Franz. **Psychoanalysis and Social Disorganization.** In: The American Journal of Sociology, Vol. 42, No. 6, p. 781-813. May, 1937.

ALMEIDA-FILHO, N. **The psychosocial costs of development: labor, migration and stress in Bahia, Brazil.** In: Latin American Research Review 17, p. 407-432, 1982.

**Social epidemiology of mental disorders: a review of Latin American studies.** In: Acta Psychiatrica Scandinavica 75, p. 1-10, 1987.

ALMEIDA-FILHO, N.; MARI, J.J.; COUTINHO E. **Rural-urban migration and mental health in Latin America: the debate continues.** In: Harpham, T., Blue, I. (eds.) Urbanization and Mental Health in Developing Countries. Brookfield, Avebury, p. 41-60, 1995.

ATIÉ, Frida. **O lugar dos pais na psicanálise de crianças.** Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Psicologia da PUC/RJ, 1999.

AULAGNIER, Piera. **A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado.** Rio de Janeiro: Imago, 1979.

**Os destinos do prazer: alienação, amor, paixão.** Rio de Janeiro: Imago, 1985.

BASTIDE, Roger. **Sociologia das doenças mentais.** São Paulo: Editora Nacional, 1967.

**Sociologia e Psicanálise.** São Paulo: Editora Melhoramentos e Editora Universidade de São Paulo, 1974.

**El sueño, el trance y la locura.** Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** 5° ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

BION, W. **Aprender com a experiência.** São Paulo: Imago, 1991.

BORGES, H. e MARTINS, A. **Migração e sofrimento psíquico do trabalhador da construção civil: uma leitura psicanalítica.** In: Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** 3°ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOYD, Monica. **Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda.** In International Migration Review, 23(3): p. 638-670, outono, 1989.

BREMAEKER, François. **Implicações dos movimentos migratórios nos municípios: período 1980-1991.** Campinas: Revista da ABEP, v.3.; p.213-229, 1992.

BURGESS, E. W. **O Crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa.** In: Pierson, D. Estudos de ecologia humana. São Paulo: Martins, 1970.

CAETANO, Rosemary. **Entrevistas Psiquiátricas. (Im) possibilidade de interação?**, 1999. Disponível em <[http://www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit01/sliit01\\_57-68.html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit01/sliit01_57-68.html)> em outubro de 2006.

CAIADO, Maria Célia Silva. **Deslocamentos Intraurbanos e Estruturação Socioespacial na Metrópole Brasileira.** In: São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 64-77, out./dez. 2005.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológicos - Marcel Mauss e o paradigma da dádiva.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-37, out. 1998.

**Antropologia do dom: o terceiro paradigma.** Petrópolis: Vozes, 2002.

**Le don entre science sociale et psychalyse. L’heritage de Marcel Mauss jusqu’à Lacan.** In: Revue du M.A.U.S.S semestrielle n° 27 (Premier semester 2006) – Anniversaire, bilan et controverses, 2006.

CASAL, A. **Entre a Dádiva e a Mercadoria. Ensaio de Antropologia Econômica.** Lisboa: Edição do Autor, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social (Uma crônica do salário).** 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2003.

**As armadilhas da exclusão.** In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BOGUS, L. ; YAZBEK, M. C. Desigualdade e a questão social. 2º ed. São Paulo: Educ, 2004.

**A insegurança social: O que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1987.

**As encruzilhadas do labirinto I**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

**Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

**A instituição imaginária da sociedade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, Antonio Mourão. **Psiquiatria, outros olhares. Reflexões teóricas de um modelo de intervenção**. In: Psychiatry Online Brazil, Vol. 7, nº 4, abril de 2002.

**CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. In: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/apresent.htm>, acessado em 2007.

COSER, Lewis A. **Introduction: Maurice Halbwachs 1877-1945**. In: Coser, Lewis A. Maurice Halbwachs on collective memory. Chicago, University of Chicago Press, 1992.

COSTA, Gilmar. **A reconstrução social da memória e da história: um estudo etnográfico sobre Pedro Velho – RN**. In: Mneme – Revista de Humanidades, vol. 5 n. 12, out/nov. 2004.

COSTA, I. I. **Da fala ao sofrimento psíquico grave**. Brasília: Positiva/Abrafipp, 2003.

**Família e psicose: reflexões psicanalíticas e sistêmicas acerca das crises psíquicas graves**. In: Estudos e Pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, Ano 8, N.1, p. 94-100, 1º Semestre de 2008

COSTA, Maria Clélia L. Costa. **A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano**. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

CZERMAK, M. **Paixões do objeto: um estudo psicanalítico das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DENCKER, Ada e BUENO, Marielys.(Org). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomsom, 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1**, São Paulo, Editora 34, 2004.

DIEESE & SECRETARIA DE TRABALHO DO GDF. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF)**. Maio de 2008.

DOMINGUES, José M. **Teorias Sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

DUHRAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectivas, 1985.

EIGUER, A. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

**Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FERREIRA, Ademir Pacelli. **A Migração e suas Vicissitudes**. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Psicologia da PUC – RJ, 1996.

FERRERO, Eliane. **El grupo de reflexión com migrantes: um modo de investigação en psicoanálisis acerca de la experiência migratória**, in: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XIV, nº 26 e 27, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2006.

FIGUEIRA, Sérvulo A. **Notas introdutórias ao estudo das terapêuticas I: Lévi-Strauss e Peter Berger**. In: Figueira, Sérvulo A. (org). *Sociedade e Doença Mental*. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1978.

FILHO, Ciro Marcondes. **A produção social da loucura**. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

**A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

**Doença mental e psicologia**. 6º ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

**História da Loucura na Idade Clássica**. 6º ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000b.

**Ditos e Escritos Volume I: Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

**Ditos e Escritos Volume IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

**O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

**Microfísica do poder.** 23° ed. São Paulo: Graal, 2007.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago.** São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FREUD, S. **Luto e melancolia**, 1917 In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

**O estranho**, 1919. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

**Além do Princípio de Prazer**, 1920. In: FREUD, S. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

**Psicologia das massas e análise do ego**, 1921. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

**Neurose e psicose**, 1924. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

**Inibições, Sintomas e Ansiedade**, 1926. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

**O Futuro de uma Ilusão**, 1927. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o Inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GELLIS, A. **Diagnósticos e psicotrópicos: uma reposta pela psicanálise.** Psicologia USP, São Paulo, v.11, n.1, p.107-118, 2000.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GODBOUT, Jacques. **Introdução à dádiva.** In: Rev. Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13 n. 38 São Paulo, outubro, 1998.

GODBOUT, Jacques & Caillé, A. **O espírito da dádiva.** Em colaboração com Alain Caillé. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou,** Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil, 2004.

GOFFMAN, E. **Manicômios prisões e conventos**, 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOIST, Park D. **City and "Community": The Urban Theory of Robert Park**. In: American Quarterly, Vol. 23, No. 1, pp. 46-59, 1971.

GREEN, André. **O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1994.

GRINBERG, León & GRINBERG, Rebeca. **Identidade e Mudança**. Lisboa, Portugal: Climepsi Editores, 1998.

**Migração e Exílio: estudo psicanalítico.**

Lisboa, Portugal: Climepsi Editores, 2004.

GUATTARI, F & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**, 6ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In Território & territórios - Programa de pós-graduação em Geografia PPGeo – UFF / AGB: Niterói, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Leitura Dinâmica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, F.; MOTA, A.N.P.; SOARES, L.; GARCIA, P.M. **Brasília já nasceu ex-cêntrica?** Brasília: Departamento de arquitetura e urbanismo - UnB, 2000.

IANNI, Octavio. **Uma longa viagem**. In: Tempo Social. Vol.16 no.1. São Paulo Junho, 2004.

IBGE, 2000. **Censo Populacional**. In:  
[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000)

JANNUZZI, P.M. **Migração e Mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 2000.

KARSENTI, Bruno. **Marcel Mauss: Le fait social total**. Paris: PUF, 1994.

KOENIG, Harold G. **Religião, espiritualidade e transtornos psicóticos**. In: Revista Psiquiátrica Clínica 34, supl 1; 95-104, 2007.

KLEIN, Melanie. **Inveja e Gratidão**. São Paulo: Imago, 1991.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural. Os determinantes da ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LANNA, M. **Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**, in: Rev. Sociologia Política, Curitiba, 14: p. 173-194, junho, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender etnopsiquiatria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LASH, S. **A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade**. In A. Giddens, U. Beck, S. Lash (orgs), Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

LE BLANC, G. **Vidas ordinárias Vidas precárias: Sobre la exclusión social**. Buenos Aires: Nova Visión, 2007.

LE BRETTON, D. **Le symbolisme em actes et em affects: dès affectes comme symboles**. In: La revue du M.A.U.S.S semestrielle, nº 12, 2º semestre, Paris: La Découverte, 1998.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIBERMAN, David. **A comunicação em psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

LUZ, Madel. **Medicina e Ordem política brasileira - Políticas e Instituições de Saúde e Sociedade**. São Paulo: Ed.Graal, Biblioteca de Saúde e Sociedade, vol 9, 1982.

MANNONI, Maud. **O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo H. (org). **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002b.

**A sociologia de Marcel Mauss; dádiva, simbolismo e associação**. In: MARTINS, Paulo & CAMPOS, Roberta B. Polifonia do Dom. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MATOS Ralfo E. S. **A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo**. In: Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.19, n.1, p.49- 72, 2002.

**Espacialidades em Rede; População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: C/ e Arte, 2005.

MATOS, Ralfo e BAENINGER, Rosana. **Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente**. ABEP. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

MATTOS, Maria Augusta. **Dispersão e memória no cotidiano**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MARINUCCI, Roberto e MILESI, Ir. Rosita. **O Fenômeno Migratório no Brasil**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2002.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. 2ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

**Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENEZES, Cláudia C. **A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MODELL, A H. **Other Times, other realities: Toward a theory of psychoanalytic treatment**. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1990.

MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses: sociologia e psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.

MOTA, E.L et all. **Migração, estresse e fatores psicossociais na determinação da saúde da criança**. In: *Psicol. Reflex. Crit.* vol.12 n.1 Porto Alegre, 1999.

MOTA, D. M. **Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE**. In: *Raízes*, v. 20, p. 63-75, 1999.

NASSER, A. Cristina Arantes. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2001.

NYE, Robert A. **The Bio-Medical origins of urban sociology**. In: *Journal of Contemporary History*. London: Sage Publications, Vol. 20, 659-675, 1985.

NUNES, Brasilmar F. **Brasília: A fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PAPILLOUD, Christian. **Le don de relation. Georg Simmel – Marcel Mauss**. Paris: L' Harmattan, 2002.

PARK, Robert Ezra. **Human Migration and the Marginal Man**. In: *The American Journal of Sociology*, Vol. 33, No. 6, p. 881-893, maio de 1928.

**A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Ed. UnB, 1987.

**Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Ed. UNB, Coleção Brasília, 1991.

**Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Ed.UnB, Coleção Brasília, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso. Estrutura ou acontecimento.** São Paulo: Pontes, 1990.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, 5, 1992.

POLS, H. **Anomie in the Metropolis: The City in American Sociology and Psychiatry** Osiris, 2nd Series, Vol. 18, Science and the City, p. 194-211, 2003.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa. **A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, 2006.

QUINET, Antonio. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REA, A. & TRIPIER, M. **Sociologie de l'immigration.** Collection Repères n° 364. La Découverte. Paris, 2003.

REBELLO, Lêda M. de V. **O banzo do migrante: embates e ressonâncias da mudança.** Tese de mestrado (Saúde Pública) apresentada na ENSP-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1997.

REZENDE, Dimitri F. A. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários.** Tese de doutorado apresentada no CEDEPLAR/UFMG – Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO, L.C.Q. & Santos Junior, O. **Democracia e segregação urbana; reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira.** In: Revista EURE, volume XXIX, 88, Santiago do Chile, 2003.

RIBEIRO, M. A. **Orientação profissional para “pessoas psicóticas”: um espaço para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos.** Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

**Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica.** In: Cad. psicol. soc. trab. v.10, n.1 São Paulo, jun. 2007.

RICOEUR, Paul. **Percursos do reconhecimento.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ROSA, Felipe A. de M. **Patologia Social – Uma introdução ao estudo da desorganização social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

RUSTIN, Michael. **A boa sociedade e o mundo interno: psicanálise, política e cultura.** Rio de Janeiro: Imago, 2000.

SANTOS, Nádía Maria. **Histórias de vidas ausentes – a tênue fronteira entre saúde e doença mental.** Passo Fundo (RS): Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

SANTOS, Milton **O Espaço e o cidadão.** S.Paulo: Ed.Nobel, 1999.

SASAKI, Elisa Maria & ASSIS, Gláucia de Oliveira Assis. **Teoria das migrações Internacionais.** In: Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, GT de Migração Sessão 3 – A migração internacional no final do século, Caxambu, outubro de 2000.

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SAYAD Abdelmalek. **A imigração.** São Paulo: EDUSP, 1998.

**A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998b.

**O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante.** In: Travessia, v.13, N. Especial, p.7-32, janeiro de 2000.

SAWYER, D. e RIGOTTI, J. I. R. **Migração e distribuição especial na população rural no Brasil 1950 – 2050.** Apresentado no XXIV General Population Conference, International Union for the Scientific Study of Population, Salvador, Bahia, Brasil, Agosto 8–24, 2001.

SEGAL, Hanna. **Introdução à obra de Melanie Klein.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

**Sonho, fantasia e arte.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 10ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2005.

SETTON, Maria G.J. **A particularidade do processo de socialização contemporâneo.** In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p: 335-350, 2005.

SILVA, Tomás Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In Silva, Tomás Tadeu (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005

SILVA, Miguel Antonio de Melo. **Migração e Adoecimento: A Cultura e o Espaço da Simbolização na doença.** Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, área de concentração “Saúde Mental”, 2003.

SIMMEL, G. **A Metrópole a Vida Mental**. In: VELHO, O. (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, E. Jorge Zahar, 1987.

**Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1972.

TAROT, Camille. **Sociologie et anthropologie de Marcel Mauss**. Paris: La Découverte, 2003.

VAINER, Carlos B. **Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um conhecimento teórico da violência como um fator migratório**. In: CARLEIAL, Adelita (Org.) **Transições Migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.

VAINER, C. B. e BRITO, F. **Migração e migrantes na formação do Brasil contemporâneo**. Salvador: IUSSP, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria et all. **Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, setembro de 2006.

VESENTINI, José W. **Brasília: A capital da Geopolítica**, São Paulo, Editora Ática, 1997.

VIANNA, Eliane Chaves. **A migração em um novo contexto sócio-cultural: o provisorio permanente**. Dissertação de Mestrado apresentada na Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1998.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WIEVIORKA, Michel. **A Diferença**, Lisboa: Fenda, 2002.

WINNICOTT, D. W. **Realidad y juego**. Barcelona: Edisa, 1972.

**Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ZIONI, Fabíola. **Exclusão social: noção ou conceito?** In: Saúde Soc. v.15 n.3, São Paulo, set. 2006.